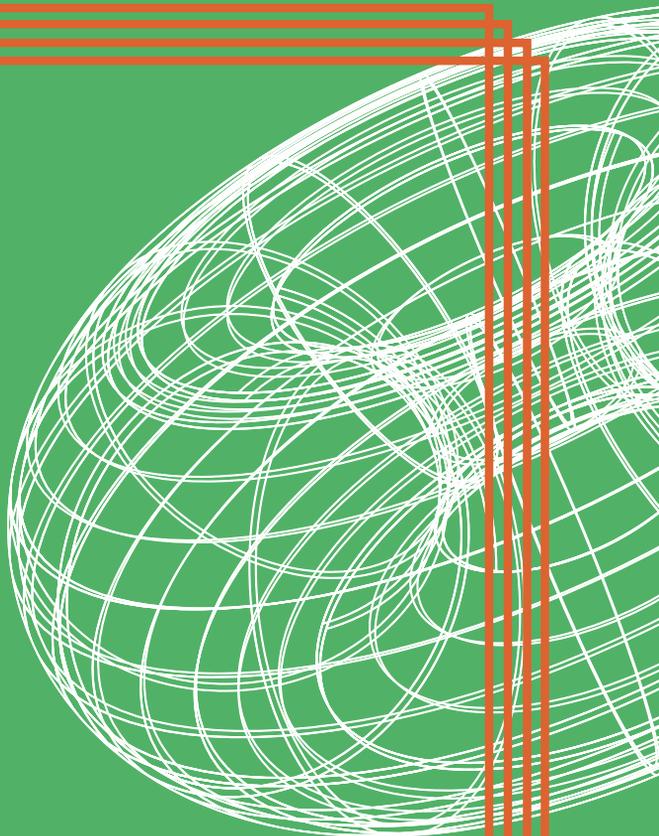


ANÁLISE LINGUÍSTICA em

PERSPECTIVA FUNCIONAL



Organização
José Romerito Silva
Dionei Moreira Gomes

Catálogo da Publicação na Fonte. Bibliotecária Cristiane Severo da Silva CRB-15/557.

Análise linguística em perspectiva funcional [recurso eletrônico] / Organizado por José Romerito Silva e Dionei Moreira Gomes. – 1. ed. – Natal: EDUFRRN, 2019.
482 f.: 1 CD-ROM

ISBN 978-85-425-0873-4

1. Linguística. 2. Linguística Funcional. 3. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. I. Silva, José Romerito. II. Gomes, Dionei Moreira.

CDU 81'1
A532

COMISSÃO ORGANIZADORA

Profª Drª Maria Angélica Furtado da Cunha (UFRN)

Prof. Dr. Edvaldo Balduino Bispo (UFRN)

Prof. Dr. José Romerito Silva (UFRN)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Camilo Rosa da Silva (UFPB)

Cléber Alves de Ataíde (UFRPE)

Denilson Pereira de Matos (UFPB)

Dioney Moreira Gomes (UnB)

Edvaldo Balduino Bispo (UFRN)

Emanuel Cordeiro da Silva (UFRPE)

Erotilde Goreti Pezatti (UNESP)

Flávia Bezerra de Menezes Hirata Vale (UFSCar)

Glícia Marili Azevedo de Medeiros Tinoco (UFRN)

Ivo da Costa do Rosário (UFF)

João Bosco Figueiredo Gomes (UERN)

José da Luz da Costa (UFRN)

José Romerito Silva (UFRN)

Marcela Aparecida Cucci Silvestre (UFRN)

Márcia Teixeira Nogueira (UFC)

Maria Alice Tavares (UFRN)

Maria Angélica Furtado da Cunha (UFRN)

Maria Helena de Moura Neves (UNESP/Araraquara)

Maria Maura da Conceição Cezario (UFRJ)

Maria Medianeira de Souza (UFPE)

Mariangela Rios de Oliveira (UFF)

Marize Mattos Dall'Aglio-Hattnher (UNESP)

Orlando Vian Júnior (Unifesp)

Patrícia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda (UFJF)

Priscilla Mouta Marques (UFRJ)

Roberto Gomes Camacho (UNESP/SJRP)

Rosângela Maria Bessa Vidal (UERN)

Samuel Anderson de Oliveira Lima (UFRN)

Sebastião Carlos Leite Gonçalves (UNESP)

Tiago de Aguiar Rodrigues (CMB/DF)

APRESENTAÇÃO

Esta publicação é resultante do IV Simpósio Internacional de Linguística Funcional (IV SILF), que foi realizado entre 31 de maio e 02 de junho de 2017, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal/RN), e reuniu graduandos, pós-graduandos e pesquisadores de universidades brasileiras e do exterior que se dedicam aos estudos linguísticos, a partir das vertentes teóricas funcionalistas e de suas interfaces.

O evento contou com conferências, mesas-redondas, simpósios temáticos, minicursos e apresentação de pôsteres. Aqui, trazemos a público textos produzidos a partir das comunicações orais ocorridas nos onze simpósios temáticos. Esses simpósios cobriram as três principais vertentes teóricas do Funcionalismo em voga no Brasil atualmente, a saber, Linguística Funcional Centrada no Uso, Gramática Discursivo-Funcional e Linguística Sistêmico-Funcional.

Ao total, publicam-se 18 artigos, os quais trazem reflexões teóricas e análises em torno de fenômenos linguísticos ocorridos em situações reais de fala e/ou de escrita. Outros se voltam, ainda, para questões relativas ao ensino de língua.

Lançar mão de usos efetivos da língua(gem) em interações comunicativas do cotidiano social é um dos pressupostos fundamentais das três vertentes do Funcionalismo. Isso se dá em razão de entender que são esses usos que impulsionam a emergência de novas formas-funções na língua, a construção da gramática, a variação e a mudança linguísticas.

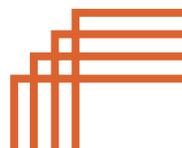
Os organizadores.

SUMÁRIO

- | | |
|--|-----|
| 01. A (in)definitude dos referentes novos | |
| Gabriela Fernandes Albano | 8 |
| 02. Papéis semânticos dos Sprep dos verbos de movimento | |
| Alan Marinho César | 41 |
| 03. A construção do sentido pelo sistema do complexo oracional | |
| Fernando Henrique Pereira da Silva | 65 |
| 04. Construcionalização lexical e mudança de transitividade verbal: uma contribuição da Linguística Funcional Centrada no Uso | |
| Monclar Guinarães Lopes
e Vanda Maria Cardozo de Menezes | 81 |
| 05. Correlação e hierarquia: uma análise funcionalista dos parâmetros sintático-semânticos da transitividade | |
| Lúcia Chaves de Oliveira Lima | 108 |
| 06. Aspectos semântico-discursivos das construções vai que e vá lá. | |
| Maria Aparecida da Silva Andrade | 134 |

- 07. Marcadores discursivos [XrLoc] em debates parlamentares: uma análise cognitivo-funcional**
Flávia Saboya da Luz Rosa 163
- 08. Marcadores discursivos formados pelos verbos perceptivo-visuais olhar e ver: virtualidade e contextos de uso**
Vânia Rosana Mattos Sambrana 194
- 09. Gradualidade e frequência na parentetização dos verbos cognitivos**
Letícia de Almeida Barbosa 220
- 10. O estatuto sintático da expressão mêmica no português do Brasil: Perspectivas funcionais**
Wilquer Quadros dos Santos 243
- 11. Mudança linguística: o item linguístico feito em função de conector Comparativo e os princípios de Hopper (1991)**
Aymmée Silveira Santos
e Camilo Rosa Silva 276
- 12. O item tipo em gramaticalização na fala de jovens natalenses: funções morfossintáticas e interacionais**
Josele Julião Laurentino 302

- 13. A representatividade do selfie
na perspectiva da semiótica social**
Rosana Cardoso Gondim 322
- 14. Tu e você: Sociofuncionalismo e ensino de gramática**
Francielli Coelho da Silva 350
- 15. Lendo imagens: o trabalho com
a gramática do design visual em sala de aula**
Derli Machado de Oliveira 386
- 16. Discurso, mídia e letramento: entre a análise
crítica do discurso e a gramática do design social**
Ivandilson Costa 410
- 17. Reflexões sobre a expressão da modalidade
volitiva para o ensino da língua espanhola**
André Silva Oliveira
e Nadja Paulino Pessoa Prata 431
- 18. A significação no ensino de inglês:
um foco nos diferentes usos da preposição to**
Patrícia dos Reis 463



A (in)definitude dos referentes novos

The (in)definiteness of the new references

Gabriela Fernandes Albano

Resumo

Embora seja amplamente aceita a associação entre sujeito pós-verbal e traço [-definido] do referente sujeito, essa relação não chega a ser unilateral. Com efeito, observam-se casos em que o sujeito posposto, mesmo ao veicular informação [+nova], apresenta traço [+definido]. Portanto, o presente artigo tem como objetivo questionar a relação entre sujeito posposto e referente [-definido]. Essa associação é principalmente gerada pela alta frequência de sujeitos pospostos veiculando informação com traço [+novo] e, ao introduzir informação nova no discurso, esses referentes seriam apresentados primeiramente com traço [-definido] e, posteriormente, retomados com traço [+definido] (GORSKI, 1994). Contudo, a análise da posposição do sujeito mostra que essa relação não é categórica. De fato, em nosso *corpus* os sujeitos pospostos são predominantemente [+definidos]. Tomamos como base teórica o funcionalismo linguístico norte-americano. Nosso *corpus* é formado por textos jornalísticos de gêneros diversos retirados do jornal *Tribuna do Norte*. Consideramos na análise, para efeito de cruzamento, os grupos de fatores definitude do SN sujeito posposto e *status* informacional dos referentes. Em suma, associamos a predominância de sujeitos pospostos [+definidos] ao caráter

apresentativo (de informações, argumentos e/ou acontecimentos) dos gêneros jornalísticos que favorece referentes bem delimitados e definidos.

Palavras-chave: Sujeito posposto. Sintaxe de ordenação. Definitude dos referentes. *Status* informacional.

Abstract

Although the association between the post-verbal subject and the [-defined] trait of the subject referent is widely accepted, this relation doesn't become unilateral. In fact, there are cases in which the subject postposes, even when transmitting [+new] information, presents the trait [+defined]. Therefore, the present article aims to question the relationship between postposes subject and referent [-defined]. This association is mainly generated by the high frequency of postponed subjects with new information, and by introducing new information into discourse, these references would be presented first with trait [-defined] and, later, resumed with trait [+defined] (GORSKI, 1994). However, the analysis of the subject's postponement shows this relationship is not categorical. In fact, in our *corpus* the postponed subjects are predominantly [+defined]. We take as theoretical basis the North American functionalism linguistic. Our *corpus* is formed by journalistic texts of different genres taken from the newspaper *Tribuna do Norte*. We consider in the analysis, for cross effect, definiteness of the SN post subject and informational *status*. In short, we associate the predominance of postponed [+defined] subjects with the presentational character (of information, arguments and/or

events) of the journalistic genres that favor well defined and defined referents.

Keywords: Postponed subject. Ordering syntax. Definiteness of referents. Informational *status*.

1 Introdução

A ordenação dos itens linguísticos designa muito mais do que suas funções sintáticas. Estudos anteriores têm demonstrado que o fluxo informacional do discurso e a maneira como o locutor apresenta a informação, tida como periférica ou central, reflete-se na organização dos constituintes na oração. Nessa perspectiva, vários são os estudos que tomam o sujeito posposto como objeto de pesquisa. Naro e Votre (1999) consideram que as ordens VS e SV sejam variantes em distribuição complementar: em contraste com os sujeitos antepostos, os sujeitos pospostos são marcados por menor relevância discursiva, introduzindo uma informação nova de importância secundária. Na mesma linha, Huffman (2002) defende que o sujeito posposto apresenta uma função focalizadora no sentido de indicar para o interlocutor que seu referente está fora do foco, isto é, não merece atenção especial.

O português é classificado como uma língua SV (sujeito-verbo), ou seja, com tendência a posicionar o sujeito antes do verbo. Considera-se a ordem SV como não marcada com base na sua grande frequência de uso e na facilidade de processamento; por sua vez, a ordem VS (verbo-sujeito) é tida como excepcional, pouco frequente, e, por isso, marcada (cf. PEZATTI; CAMACHO, 1997). Porém, embora seja uma construção marcada, não é raro

encontrar construções em que o sujeito apareça posposto. Abaixo apresentamos dados do sujeito posposto retirado do nosso *corpus*:

1. “São muitas as reclamações contra as normas lançadas pela Comissão Nacional de Arbitragem para que os árbitros não tolerem reclamações e apliquem de imediato o cartão amarelo, o que provocou um aumento exagerado nas primeiras rodadas do Brasileiro nas três divisões que estão em andamento.” (Tribuna do Norte, ano 65, nº 59, coluna de esporte)
2. “No período noturno, ocorre o encerramento das atividades, com missa às 19h, celebrada pelo Pe. Francisco Nascimento, da Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação (Antiga Catedral) e procissão, que ainda não teve percurso definido.” (Tribuna do Norte, ano 65, nº 63, reportagem, sociedade)
3. “Inscreveram-se para concorrer às vagas os juízes federais Walter Nunes Júnior e Francisco de Barros Dias, que preencheram os requisitos regimentais.” (Tribuna do Norte, ano 65, nº 111, coluna social, sociedade)

O presente artigo tem como objeto de estudo a posposição do sujeito na escrita jornalística norte-rio-grandense. O *corpus* é composto por textos jornalísticos de gêneros diversos (notícia, reportagem, coluna, crônica e artigo de opinião), retirados do jornal *Tribuna do Norte* – jornal impresso de maior circulação em Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte. O artigo investiga a influência dos grupos de fatores *status* informacional e definitude do SN sujeito na colocação do sujeito após

o verbo. O objetivo principal é questionar a relação entre sujeito posposto e referente [- definido]. Segundo pesquisas anteriores (GOMES, 2006; SPANO, 2008; LAMIM, 2013), essa associação é principalmente gerada pela alta frequência de sujeitos pospostos veiculando informação com traço [+ novo] e, ao introduzir informação nova no discurso, esses referentes seriam apresentados primeiramente com traço [- definido] e, posteriormente, retomados na progressão textual com traço [+ definido] (GORSKI, 1994).

Quanto ao referencial teórico, adotamos como base o funcionalismo linguístico norte-americano, o qual defende que a língua é influenciada fortemente pelo uso, moldada no dia-a-dia e afetada pela frequência das ocorrências linguísticas (cf. HOPPER, 1998; GIVÓN, 1995). Sob essa ótica, o uso motiva a estrutura gramatical e, posto que há essa forte relação entre discurso e gramática, Furtado da Cunha e Tavares (2007, p. 16) salientam que “não estruturamos aleatoriamente nosso discurso: a escolha e a ordenação dos elementos linguísticos é, em última análise, orientada pelas diversas funções que a língua é convidada a desempenhar”.

O presente artigo se encontra organizado da seguinte forma: na primeira seção, apresentamos o funcionalismo linguístico norte-americano, seus princípios e propriedades mais relevantes para esta análise. Em seguida, demonstramos os procedimentos metodológicos, isto é, a composição do *corpus* e a coleta dos dados. Na terceira seção, procederemos à análise dos dados, segundo dois grupos de fatores: status informacional e definitude do SN sujeito, bem como o cruzamento de ambos os fatores com o intuito de investigar a associação entre *status* informacional novo e SN sujeito [- definido]. Ademais, questionamos e discutimos essa associação, levantando hipóteses

sobre a influência do *corpus* nos resultados da pesquisa. Por fim, seguem as conclusões e as referências bibliográficas.

2 Funcionalismo linguístico norte-americano: princípios e propriedades

Para o funcionalismo linguístico norte-americano, a gramática é uma entidade dinâmica que supre as necessidades comunicativas dos falantes no momento da interação. Por essa razão, as estruturas gramaticais “estão constantemente sendo modificadas e negociadas durante o uso” (HOPPER, 2011, p. 28). A gramática de uma língua consiste, então, em um sistema adaptativo aberto, materializado na forma de discurso, no qual as formas estão constantemente sendo reestruturadas e ressemantizadas durante a comunicação (cf. HOPPER, 1998).

Essa visão de gramática, que pode ser denominada *emergente*, prevê que os significados e as formas a eles relacionadas são renegociados a cada interação comunicativa, e, assim, podem ser afetados pela frequência de uso com que são proferidos. Em decorrência, as frequências de uso são muito importantes para o estudo do sistema linguístico.

Segundo Bybee (2006), uma vez que a gramática é a organização cognitiva da experiência de um falante, ao tratar de fenômenos gramaticais é importante que se considere o papel de habilidades cognitivas gerais como a importância da repetição para o fortalecimento do padrão, o uso da similaridade para a categorização e construção de generalização desse padrão, assim como o impacto da frequência no armazenamento cognitivo para o processamento da experiência linguística.

Quanto mais frequentemente uma forma é utilizada no discurso, mais fixa na gramática de uma língua e na estocagem cognitiva de um falante ela tende a ser.

O discurso é definido, conforme Tavares (2014, p. 22), como “uma cadeia de fluxo linear contínuo composta pela organização em andamento de fórmulas lexicais e gramaticais, concatenadas e encaixadas umas nas outras”.

Gramática e discurso são, portanto, indissociáveis. As estruturas e as regularidades que configuram a gramática enquanto sistema cognitivo emergem no discurso e são moldadas por ele em um processo contínuo (cf. HOPPER, 1998). A gramática alimenta o discurso com padrões linguísticos maleáveis e sujeitos aos propósitos comunicativos dos falantes, enquanto as novas estratégias, advindas das pressões de uso, rotinizam-se entrando para a gramática. Sob essa questão, Bybee (2006) enfatiza que o uso nutre a gramática tanto quanto a gramática determina a forma de utilização. Contudo, é importante salientar que, embora rotinizadas, as formas gramaticais podem vir a sofrer perda de frequência e cair em desuso. Logo a gramática é um sistema que nunca está inteiramente formado, visto que é dinâmica e, acima de tudo, temporal. Outro ponto importante a ser salientado é que a gramática não é constituída apenas por padrões maleáveis, em constante emergência, mas também por padrões mais regulares, fixos.

Givón (1995) concebe a língua como uma atividade social e culturalmente determinada e, assim como, posteriormente, o fez Bybee (2006), entende que a estrutura linguística serve a funções cognitivas e comunicativas, visto não se tratar de um sistema autônomo, mas sim motivado pelas situações de uso. Givón (1995) também compreende as estruturas linguísticas como motivadas, icônicas e moldadas pelas pressões

adaptativo-funcionais que são exercidas durante a performance real. Segundo o autor, é no discurso que a língua é adquirida, que a gramática emerge e muda.

Na perspectiva funcionalista, os fenômenos linguísticos são explicados através de princípios, propriedades e motivações de natureza cognitivo-comunicativa e cultural. Dependendo do fenômeno investigado, podem atuar, por exemplo, princípios como o da iconicidade e o da marcação linguística, entre outros. Na concepção de Givón (1995), o princípio da iconicidade refere-se à correlação motivada entre forma e função, não só no nível sintático, mas no morfológico e no morfossintático (contexto em que se insere esta pesquisa).

Além dos princípios supracitados, um estudo conduzido na perspectiva do funcionalismo norte-americano leva-se em conta, na explicação do fenômeno linguístico investigado, propriedades do discurso tais como informatividade, ligada ao conhecimento compartilhado entre os interlocutores no momento da comunicação.

A seguir, caracterizamos os princípios da iconicidade e da marcação, e uma propriedade do discurso, a informatividade, dada a sua importância para o fenômeno da posposição do sujeito no português brasileiro.

2.1 Princípio da iconicidade

Segundo Givón (1991, 1995), dois são os princípios de base cognitiva basilares da abordagem funcionalista: o princípio da iconicidade e o princípio da marcação. Neste artigo abordaremos mais detalhadamente apenas o princípio da iconicidade. Para os pesquisadores funcionalistas, a estrutura linguística, sendo

a linguagem uma faculdade humana, reflete “as propriedades de conceitualização humana do mundo e o funcionamento da mente” (FURTADO DA CUNHA; TAVARES, 2007, p. 21). Portanto, entre o código linguístico e sua função haveria uma correlação natural e motivada. O princípio da iconicidade, em sua primeira formulação, previa uma ligação não arbitrária e a existência de uma relação isomórfica, de um para um, entre a forma linguística e a função por ela desempenhada (cf. BOLINGER, 1977; HAIMAN, 1985 *apud* GIVÓN, 1991).

Todavia, com a constatação da existência de formas que desempenham várias funções (subcodificação) e de funções desempenhadas por várias formas (supercodificação) – por meio dos processos de variação e mudança –, Givón (1991) reconhece a existência de perda de transparência da motivação subjacente às formas linguísticas, visto que o código linguístico pode estar sujeito a pressões diacrônicas corrosivas não só na forma como também na função. O autor, porém, defendendo que a sintaxe não é totalmente arbitrária, estipula subprincípios icônicos que deixam transparecer a motivação cognitiva das construções linguísticas.

Nessa proposta, o princípio da iconicidade manifesta-se em três subprincípios. O *subprincípio da quantidade* prevê que quanto maior e/ou menos previsível e/ou mais importante for a informação, maior será a quantidade de forma a codificá-la, de modo que a estrutura linguística indica a complexidade da informação. Como contraparte, quanto mais previsível e mais simples a informação, menor a quantidade de forma. Esse subprincípio também comporta a relação entre informação nova e mais massa fônica, isto é, maior extensão da forma. Gorski (1994) ressalta que a base cognitiva desse subprincípio fundamenta-se no esforço mental exigido para o processamento e apresenta a gradação SN pleno > pronome > anáfora zero,

como uma representação escalar da codificação linguística na forma de uma escala de previsibilidade em que o SN pleno representa o menos previsível – logo necessita de mais material codificador – e a anáfora zero, o mais previsível e, acima de tudo, disponível no contexto discursivo.

No que se refere ao sujeito posposto, conforme pesquisas anteriores (SPANO, 2002; 2008; GOMES, 2006; MARQUES, 2012; LAMIM, 2013) convergem ao apontar esse tipo de sujeito como codificador de informação nova, menos previsível por não estar disponível na interação, o que se reflete na maior quantidade de forma, isto é, na maior extensão do SN sujeito posposto.

Segundo o *subprincípio da integração*, o que está mais próximo cognitivamente também está mais próximo sintaticamente. Ou seja, a ativação de um conceito gera uma reação em cadeia, promovendo a ativação de outros conceitos relacionados (cf. GIVÓN, 1995). Aplicando-se esse subprincípio ao caso do sujeito, verifica-se que o sujeito, por ser predicado pela matriz semântico-sintática do verbo, manifesta uma maior integração com o verbo não só do ponto de vista sintático, como cognitivo também. Mattos e Silva (1989), por exemplo, salienta a preferência de o sujeito ocorrer próximo ao verbo, seja na posição pré ou pós-verbal. Quando o sujeito e o verbo se encontram afastados sintaticamente, a integração se enfraquece e com frequência há perda da marca de concordância.

O *subprincípio da ordenação linear*, de modo geral, relaciona a ordenação dos constituintes ao grau de importância do conteúdo. Gorski (1994) comenta que a motivação cognitiva desse subprincípio é a mesma do subprincípio da integração, que envolve um estreitamento entre as entidades mentais que se reflete na ordenação linear da oração. Uma aplicação do subprincípio da ordenação linear é o que se evidencia na

organização temporal de uma narração, quando o falante tende a organizar os eventos de acordo com sua sequência temporal. Do ponto de vista pragmático-discursivo, a primeira posição da oração, pré-verbal, corresponde ao tópico discursivo, por se tratar de uma informação importante e que demanda atenção.

Lembremos que o sujeito ocorre com mais frequência na ordem SVO, constituindo uma ordem não marcada; coloca-se, então, na posição de tópico. Entretanto, nem sempre o sujeito, uma função sintática, coincide com o tópico, uma função pragmático-discursiva. Tal é o caso do sujeito posposto, que possui um referente que, discursivamente, exerce um papel periférico, não o tópico, mas sim o foco da intenção comunicativa (cf. VOTRE; NARO, 1986; MARQUES, 2012; LAMIM, 2013).

2.2 Propriedade de análise: informatividade

Tratamos, agora, de uma propriedade do discurso que é fundamental para a análise do sujeito posposto, a informatividade. A *informatividade* refere-se ao conhecimento (supostamente) compartilhado pelos interlocutores, e se manifesta discursivamente a partir de estratégias que envolvem a ordenação dos constituintes na frase, a sintaxe de referência e o *status* informacional (cf. PRINCE, 1981).

Abordamos aqui mais detidamente o *status* informacional, que vem sendo apontado como um dos fatores que mais influencia a ordenação do sujeito no português brasileiro. O *status* informacional diz respeito a como os referentes nominais são apresentados no discurso.

Inicialmente, o *status* informacional era tratado de forma binária, com a seguinte distinção: *tema*, informação velha,

ocupando a posição pré-verbal; e *rema*, informação nova, ocupando preferencialmente a posição pós-verbal (cf. FURTADO DA CUNHA *et al.*, 2003). Esse conceito está associado à maneira como o falante exibe os referentes nominais ao longo da progressão textual. Durante a interação, a codificação das informações pressupõe um “conhecimento compartilhado” entre falante/escrevente e ouvinte/leitor, revelando as hipóteses do falante/escrevente acerca de conhecimentos em comum e de como eles podem ser interpretados pelo ouvinte/leitor (PRINCE, 1981).

Estudos que relacionam a posposição do sujeito ao *status* informacional do SN sujeito têm obtido resultados bastante frutíferos. A relevância desse fator para a posposição do sujeito reside no fato de que o sujeito posposto tende a referir informação nova (cf. BERLINK, 1997; GOMES, 2006; MARQUES, 2012, LAMIN, 2013).

3 Percurso metodológico: constituição do corpus e coleta de dados

Os textos que serviram de base para a constituição do *corpus* desta pesquisa foram extraídos do jornal *Tribuna do Norte*. No que diz respeito à caracterização, o jornal é formado pelos seguintes cadernos: *Política, Geral, Natal, Economia, Esportes, Viver e Classificados*. Coletamos os dados de sujeito posposto no caderno *Natal*, que reúne textos de diferentes gêneros: notícias, reportagens, notas, colunas, artigos de opinião, entrevistas e crônicas, de diversos temas: economia, esporte, judiciário, política, lazer, entre outros; com tópicos prioritariamente sobre Natal. Posteriormente, devido ao pouco número de dados,

estendemos nossa coleta para o caderno *Esporte*, por se tratar de um caderno que divide o mesmo espaço físico do caderno *Natal*.

Ao todo foram selecionados 277 textos, sendo 122 notícias, 65 reportagens, 56 notas, 28 colunas, 3 artigos de opinião e 3 crônicas. As entrevistas foram excluídas por configurar um contexto de fala transcrita, que pode ser mais ou menos fiel à fala; no entanto, o alvo deste estudo é a língua escrita, e não a língua falada. As notas de falecimento e felicitações também não fazem parte do *corpus*, por ser um gênero curto e de formato rígido, podendo as estruturas ali utilizadas refletir padrões muito cristalizados de colocação do sujeito. Por fim, excluímos também do *corpus* os textos provenientes de outras fontes, isto é, que não foram escritos por jornalistas ou colaboradores da *Tribuna do Norte*.

Embora os gêneros selecionados (notícia, reportagem, nota, coluna, artigo e crônica) tenham diferenças de composição e finalidades específicas, eles também compartilham semelhanças, tanto por fazerem parte da mesma esfera de veiculação (jornalística) quanto por partilharem o mesmo espaço físico/suporte (jornal). Todos eles, em maior ou menor medida, têm um caráter apresentativo como objetivo principal ou ao menos como objetivo adicional, manifesto na divulgação de acontecimentos (notícia, reportagem, nota), na emissão de opinião sobre fatos (coluna, artigo) ou na narração de eventos cotidianos (crônica).

Para a coleta, foram analisadas 18 edições do jornal, referentes às edições lançadas nas primeiras semanas (de terça-feira a domingo) dos meses de junho, julho e agosto de 2015. Todas as ocorrências com sujeito posposto foram destacadas e selecionadas. Os casos de posposição do sujeito com verbos *dicendi*, com citação direta, por se tratar de uma estrutura

cristalizada, e com o intuito de não enviesar a interpretação dos dados, não foram incluídos na análise quantitativa. Ou seja, dados como o mostrado abaixo foram excluídos:

4. “Não são somente os dados estatísticos de crimes que a população deve conhecer e acompanhar, mas também as informações sobre os investimento na área de segurança’, diz a **empresária Vanessa Gurgel**.” (Tribuna do Norte, ano 65, nº 110, notícia)

Contudo, mantivemos os dados de posposição do sujeito com verbos *dicendi* com citação indireta porque nesse tipo de construção também há ocorrências de sujeito anteposto (cf. MARQUES, 2012), ou seja, não se trata de uma estrutura cristalizada. Logo, dados como o mostrado a seguir foram mantidos:

5. “As prefeituras de Fortaleza e João Pessoa também acenderam seus sinais de alerta, conforme *confidenciaram seus técnicos* a colegas da região.” (Tribuna do Norte, ano 65, nº 110, notas sociais, social)

Foram submetidos à quantificação 223 ocorrências do sujeito posposto.

Na próxima seção procederemos à análise da posposição do sujeito segundo dois grupos de fatores: *status* informacional e definitude do SN sujeito; bem como o cruzamento de ambos os fatores.

4 A posposição do sujeito segundo o status informacional e a definitude do SN sujeito

Nesta seção apresentamos os resultados da posposição do sujeito segundo a análise dos dois grupos de fatores em discussão, status informacional e definitude do SN sujeito. Em seguida, com o intuito de questionar a relação entre *status* informacional novo e traço [- definido] do SN sujeito, trazemos o resultado do cruzamento desses dois fatores analisados.

4.1 Status informacional

Esse fator se refere ao fluxo informacional no discurso, atrelado à maneira como o falante apresenta os referentes nominais na progressão textual. Segundo Prince (1981), a língua é utilizada com o propósito de transmitir informação e tem como uma de suas características universais o fato de essa informação não ser transmitida em um único plano. Ou seja, ao longo do discurso, alguns referentes transmitem informações tidas como mais “velhas” se comparados a outras. Como já vimos, a autora nomeia esse fenômeno de *assimetria informacional*. Nesse contexto, o *status* informacional dos referentes reflete as hipóteses do falante sobre as suposições, crenças e estratégias do ouvinte.

Com o intuito de classificar o tipo de informação denotada por um sintagma nominal, Prince (1981) amplia as categorias para além de *novo* e *velho*, e, baseando-se na *familiaridade presumida*, propõe um *continuum* informacional. Nessa proposta, a autora leva em consideração que “o falante assume que o ouvinte conhece, admite ou pode inferir algo particular (sem necessariamente pensar nisso)” (PRINCE, 1981, p. 235).

Os referentes de um sintagma nominal, para a autora, podem ser categorizados como *novos*, *inferíveis*, *velhos/evocados*.

Os referentes são tidos como *novos* quando são introduzidos pela primeira vez no discurso. Entretanto, Prince (1981) diferencia dois tipos de informações novas: (i) completamente novas (*brand-new*), quando uma nova entidade é “criada” durante a produção do texto; (ii) disponíveis (*unused*), quando se supõe que a entidade seja familiar ao ouvinte.

A seguir, apresentamos dados de referentes novos no discurso:

6. “Entre as novidades do III Prêmio de Jornalismo do MPRN estão **a inclusão de mais uma categoria, a de fotografia, a possibilidade de participação também de estagiários e o incremento da entrevista como peça que pode concorrer ao prêmio.**” (Tribuna do Norte, ano 65, nº 58, notícia)

7. “Mas aqui deve ser feita **uma observação.**” (Tribuna do Norte, ano 65, nº 110, artigo)

A primeira ocorrência foi retirada de uma notícia que discorre sobre o III Prêmio de Jornalismo. O SN sujeito em (6) introduz informação nova no discurso ao referir detalhadamente as inovações acrescentadas nessa nova edição do prêmio. A segunda ocorrência, em (7), foi extraída de um artigo em que o autor disserta sobre pontos específicos da área do direito.

Quanto às entidades *disponíveis*, Berlinck (1997), em consonância com Prince (1981), as define como um grupo composto por indivíduos cujo nome é de domínio público – (celebridades, políticos etc., e também de instituições, eventos etc.), bem como entidades de referência única (o sol, a lua, etc.). São entidades

novas, porém seu conteúdo pode ser facilmente resgatado, por se tratar de informação amplamente disponível no domínio público, como dito.

Observem-se as seguintes ocorrências:

8. “Entre os beneficiados está **o coordenador da Lei Seca**, o agora capitão Styvenson Valentim.” (Tribuna do Norte, ano 65, nº 60, notícia)

9. “No encerramento da campanha da candidata Mariana (PMDB), lá estavam no palanque **o ministro do Turismo Henrique Eduardo Alves e o deputado federal Walter Alves.**” (Tribuna do Norte, ano 65, nº 82, coluna social)

As ocorrências (8) e (9) trazem sujeitos pospostos cujos referentes são facilmente acessíveis por se tratar de indivíduos relacionados a cargos públicos, portanto são familiares aos leitores em geral.

Os *velhos* (ou evocados) são referentes já mencionados anteriormente no texto (textualmente evocados) ou participantes do contexto discursivo (situacionalmente evocados). Levamos em consideração na pesquisa, naturalmente, apenas as entidades textualmente evocadas.

10. “Sem perspectivas para concluir as obras e utilizar o túnel de macrodrenagem – construído para interligar o sistema de drenagem de águas pluviais entre as zonas Sul e Oeste da capital ao rio Potengi – a Prefeitura do Natal irá adotar um sistema alternativo para escoar a água de 33 pontos de alagamentos da cidade, principalmente, os da avenida Capitão-Mor Goveia. (...) Contudo, não foi

utilizada nas últimas chuvas, em 6 de março deste ano, quando ocorreram **alagamentos** na área.” (Tribuna do Norte, ano 65, nº 58, reportagem)

11. “Esta é a filosofia do técnico Gilmar Dal Pozzo que assumiu recentemente o ABC. Formado na escola gaúcha é adepto da marcação forte, da aplicação tática e do chamado futebol de resultados, que muitas vezes desagrada o torcedor que quer ver sempre espetáculo, plasticidade, o que nem sempre é possível. (...) Está em ação no ABC, **o futebol de resultado**, que é o que de fato interessa ao final de uma competição.” (Tribuna do Norte, ano 65, nº 59, coluna opinativa)

A primeira ocorrência, (10), foi retirada de uma reportagem sobre os constantes alagamentos em Natal. Nesse trecho, o sujeito posposto, *alagamentos*, já foi introduzido no discurso anteriormente, de modo que não se trata de um referente novo na progressão textual. O mesmo ocorre em (11), no qual o trecho, extraído de uma coluna opinativa sobre esporte, apresenta um sujeito posposto, *o futebol de resultados*, que já havia sido mencionado previamente.

Por fim, os *inferíveis* são referentes que o autor do texto supõe ser perceptíveis, inferíveis pelo leitor, com base em outras entidades já mencionadas textualmente ou por meio do contexto, via relação lógica.

12. “A igreja Católica celebra o feriado de *Corpus Christi* (Corpo e Sangue de Cristo), nesta quinta-feira, 4 de junho. Tradicionalmente no Catolicismo, as celebrações de *Corpus Christi* serão realizadas na maioria das paróquias do Estado, promovendo a fé na presença de Jesus Cristo

nas espécies de pão e do vinho. (...) Às 16 horas, será celebrada **missa**, presidida pelo arcebispo de Natal Dom Jaime Vieira.” (Tribuna do Norte, ano 65, nº 60, notícia)

13. “No que tange à ampliação da frota para traslado de presos, o Depen informou que foram dados ao Estado, entre 2011 e 2013, **sete veículos tipo cela e duas ambulâncias** para o transporte adequado de presos.” (Tribuna do Norte, ano 65, nº 87, notícia)

A ocorrência em (12) provém de uma notícia sobre o período religioso da Semana Santa. O sujeito posposto *missa* não foi mencionado anteriormente, mas pode ser inferido do contexto e do sintagma anterior *as celebrações de Corpus Christi*, visto que, no catolicismo, as celebrações serem realizadas com missa é uma prática comum. Do mesmo modo, na ocorrência (13), extraída de uma notícia sobre as novas aquisições do sistema prisional, o sujeito posposto *sete veículos tipo cela e duas ambulâncias* pode ser inferido por meio de um sintagma anterior, *ampliação da frota para traslado de presos*, uma vez que frota é um conjunto de veículos, que pode também incluir ambulâncias.

Os resultados obtidos são apresentados na tabela a seguir.

Tabela 1: Frequência de sujeito posposto em relação ao status informacional

Status informacional	N	%
Novo	118	53
Disponível	32	14
Inferível	18	8
Velho/Evocado	55	25
Total	223	100

Fonte: Autoria própria

A Tabela 1 mostra a frequência das ocorrências de sujeito posposto em relação ao *status* informacional. Como esperado, o sujeito posposto ocorre preferencialmente com referentes novos no discurso (53%). Apesar de o *status* informacional novo não ter apresentado uma porcentagem tão significativa, é notório que esse tipo de *status* informacional prevalece sobre os demais, uma vez que apresenta uma frequência maior do que a soma das ocorrências do sujeito posposto nas demais categorias juntas.

Os referentes disponíveis exibem uma frequência de 14% e os inferíveis, de 8%. As porcentagens obtidas por essas duas categorias indicam que, como pontuou Gomes (2006), embora haja a possibilidade o sujeito posposto veicular informação com traço [- novo], nos textos jornalísticos há certa tendência de se construir o discurso em torno de referentes que sejam familiares ao leitor, isto é, que façam parte do conhecimento supostamente compartilhado, o que explicaria a recorrência de referentes disponíveis e inferíveis em taxas não desprezíveis no tipo de texto em questão.

Os referentes velhos/evocados, por sua vez, têm frequência de 25% em nossa amostra de dados. Essa porcentagem relativamente alta de sujeitos pospostos veiculando informação velha já foi verificada em pesquisas anteriores (cf. VOTRE, NARO, 1986; BERLINCK, 1997). Votre e Naro (1986), ao obterem uma porcentagem significativa de sujeitos pospostos veiculando informação dada, recorrem, como fonte de explicação, ao princípio da *polaridade*, que postula que os sujeitos pospostos teriam uma função de codificar informação mais periférica ao discurso, do que propriamente nova. Todavia, sobre essa possibilidade, os autores enfatizam a importância de se analisarem outros fatores, atrelados ao *status* informacional, para se delimitarem com mais precisão os contextos de ocorrência do sujeito pós-verbal.

É importante ressaltar que, apesar de separarmos referentes novos e disponíveis em duas categorias distintas (a título de uma análise mais detalhada), ambos são referentes introduzidos no discurso pela primeira vez, portanto carregam em si o traço [+ novo]. Ou seja, grosso modo, tivemos uma ocorrência significativa de referentes novos no *corpus*, sendo não só completamente novos mas também [+ novos]. Dessa forma, comprovamos o postulado pela literatura, os sujeitos pospostos introduzem, com mais frequência, informação nova na progressão discursiva.

4.2 Definitude do SN sujeito

A definitude do SN sujeito é comumente tratada de maneira binária (cf. SPANO, 2008; LAMIM, 2013). Todavia, neste artigo, além dos traços [+definido] e [-definido], incluímos o SN nu, bastante recorrente em nosso *corpus*.

Consideramos como SN definido os sintagmas encabeçados por artigos definidos, possessivos, demonstrativos, quantificadores definidos, além dos SNs com nomes próprios e pronomes pessoais, apesar da ausência de determinantes.

Controlamos como SN [-definido] os sintagmas encabeçados por artigos indefinidos, pronomes indefinidos, quantificadores indefinidos e expressões partitivas (*a menor parte, mais da metade*).

Por fim, decidimos analisar o SN nu como uma categoria desvinculada do traço [-definido], por se tratar de um sintagma que, em certos contextos, só pode aparecer em posição pós-verbal, ou seja, sua colocação em posição anteposta ao verbo muitas vezes não é possível sem a colocação de

algum modificador antes do núcleo do SN. Esses referentes são inseridos no discurso sem qualquer tipo de determinante ou modificador posicionado em sua margem esquerda.

Abaixo exemplificamos cada categoria com ocorrências do *corpus*:

14. “Na tarde desta terça-feira (4) foi assinado o **Termo de Ajuste de Conduta**, elaborado pelo Ministério Público do RN, que oficializa também, dentre outros itens, a manutenção dos prédios.” (Tribuna do Norte, ano 65, nº 112, notícia)
15. “Para o seu lugar como membro titular, entrou **Severina Soares Neta Carneiro**.” (Tribuna do Norte, ano 65, nº 113, coluna social)
16. “De acordo com a presidente da CCJ, deputada estadual Márcia Maia, não está na pauta desta semana **nenhum projeto ligado ao Tribunal de Justiça**, somente o que discorre sobre o Fundo de Reparelhamento do Ministério Público Estadual.” (Tribuna do Norte, ano 65, nº 82, reportagem)
17. “[...], vieram **vários amigos**.” (Tribuna do Norte, ano 65, nº 63, coluna social)
18. “Às 16 horas, será celebrada **missa**, presidida pelo Arcebispo, Dom Jaime Vieira Rocha.” (Tribuna do Norte, ano 65, nº 59, notícia)

19. “Ontem, pela primeira vez desde que a seleção chegou em Teresópolis na segunda-feira, apareceu **torcida** para tentar ver os jogadores.” (Tribuna do Norte, ano 65, nº 60, notícia)

O SN possui referente [+definido] nas ocorrências em (14) e (15). Na primeira, ele é introduzido por um artigo definido e, na segunda, apesar de não apresentar modificadores, trata-se de um nome próprio. O SN possui referente [-definido] em (16) e (17), em que, respectivamente, é encabeçado por pronome indefinido e por quantificador indeterminado. Enfim, ambos os sujeitos pospostos em (18) e (19) são SN nus, isto é, não são introduzidos por nenhum modificador. É interessante notar que os sujeitos em (18) e em (19) são possíveis apenas em posição pós-verbal, visto que sua colocação anterior ao verbo seria agramatical sem o acréscimo de um modificador.

A seguir estão os resultados obtidos:

Tabela 2: Frequência de sujeito posposto em relação à definitude do SN

Definitude do SN sujeito	N	%
[+ definido]	167	75%
[- definido]	25	11%
SN nu	31	14%
Total	223	100

Fonte: Autoria própria

As frequências apresentadas na Tabela 2 não puderam atestar as tendências observadas na literatura para a relação entre sujeito posposto e definitude desse SN. Segundo pesquisas anteriores (cf. GOMES, 2006; SPANO, 2008; LAMIM, 2013), sujeitos

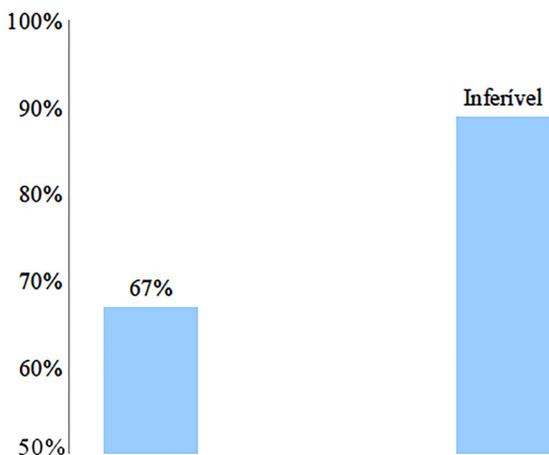
pospostos apresentam preferencialmente o traço [-definido]. Essa tendência, segundo essas pesquisas, decorre do fato de sujeitos pós-verbais geralmente veicularem informação nova no discurso, logo, ao introduzir um referente novo, o sujeito posposto teria como um de seus traços a menor definitude típica da informação nova.

Todavia, os sujeitos pospostos, em nosso *corpus*, manifestaram, na maioria dos casos, o traço [+definido], com 77% das ocorrências, ao passo que os SN sujeitos [-definidos] foram responsáveis por apenas 11% das ocorrências. Por sua vez, os SN nus tiveram um total de 14% dos dados. Ainda que analisássemos os SN nus como tendo traço [-definido], as frequências obtidas pelos SN [+definidos] seriam mais do que o triplo da frequência exibida pelos SNs [-definidos] e SNs nus juntos.

4.3 Cruzamento: *status* informacional vs. definitude do SN sujeito

O objetivo desta subseção é cruzar os resultados referentes ao *status* informacional com os resultados referentes à definitude, com o intuito de buscar explicações para a predominância de sujeitos pospostos [+definidos] em nosso *corpus*. O Gráfico 1 a seguir traz os resultados desse cruzamento:

Gráfico 1: Cruzamento entre *status* informacional e definitude do SN sujeito



Fonte: Autoria própria

Em nosso *corpus*, observamos que os sujeitos pospostos exibem com maior frequência, em todos os *status* informacionais estudados, o traço [+definido]. Esse comportamento é esperado quanto aos referentes velhos/evocados, que tendem a ser [+definidos], o que se verifica neste estudo, em que 78% das ocorrências dos referentes velhos/ evocados manifestam esse traço.

A alta taxa de ocorrência do traço [+definido] no caso dos referentes inferíveis (89%) pode ser explicada com base na proposta feita por Gomes (2006) de que esses referentes, por associarem-se a outros referentes mencionados previamente, podem manifestar o traço [+definido].

Os referentes disponíveis também são em sua maioria [+definidos], com 91% das ocorrências, o que pode ser atribuído ao fato de que se trata de referentes de domínio público e acessíveis ao leitor, normalmente nomes de famosos, políticos, eventos etc., o que favorece o traço [+definido], tanto que não temos, no *corpus*, referentes disponíveis [-definidos].

Nossa análise revela que os sujeitos novos também apresentam com grande frequência o traço [+definido], em 67% dos dados, em contraste com resultados de pesquisas anteriores. Por exemplo, Gomes (2006), Spano (2008) e Lamin (2013), ao realizarem o cruzamento entre *status* informacional e definitude do SN sujeito, encontraram uma alta taxa de sujeitos novos com traço [-definido].

Associamos o resultado inesperado que obtivemos – uma grande recorrência de sujeitos de referentes novos com traço [+definido] – a características do nosso *corpus*, mais especificamente, ao fato de os textos de gêneros jornalísticos terem uma natureza tanto descritivo-argumentativa quanto informativa. Esses textos geralmente abordam fatos não só bem determinados e delineados, como também envolvendo agentes conhecidos, o que poderia influenciar o grau de definitude do referente do sujeito posposto.

5 Os referentes novos e pospostos podem ser [+definidos]

Esta seção tem a intenção de levantar indícios que contribuam para a explicação dos resultados obtidos para o fator *definitude do SN sujeito*. Nosso *corpus* mostrou um comportamento inesperado, que vai de encontro a resultados alcançados por

pesquisas anteriores, como as de Gomes (2006), Spano (2008) e Marques (2012), ao apontar um traço majoritariamente [+definido] nos sujeitos pospostos, com 75% das ocorrências portando esse traço. Segundo as mencionadas pesquisas antecedentes, o sujeito posposto manifestaria caracteristicamente um traço [-definido] resultante de seu caráter apresentacional, codificando, prioritariamente, informação [+nova], que tende a apresentar o traço [-definido].

Gorski (1994), ao investigar o tópico semântico-discursivo, comprova essa associação. Nessa pesquisa, a autora verifica que informações novas costumam aparecer primeiramente com modificadores indefinidos, para só então serem retomadas com modificadores definidos. Todavia, a pesquisa de Gorski (1994) foi desenvolvida com dados extraídos de narrativas orais e escritas. Nossa análise, por outro lado, foi desenvolvida com dados extraídos de textos de gêneros jornalísticos, que apresentam uma tendência noticiosa/opinativa e não narrativa.

A associação entre referente novo e traço indefinido parece ser uma propriedade de textos narrativos. Abaixo temos uma ocorrência de sujeitos pospostos com *status* informacional novo e traço [-definido], em trecho narrativo, encontrada em nosso *corpus*:

20. “A conversa seguia entre piadas e brincadeiras, quando do píer surgiu **uma daquelas moças que fazem faxina em barcos**. A moça chegou, deu boa tarde a todos, falou algumas brincadeiras e se afastou faceira em meio a risos. Enquanto ela saía, um dos membros do grupo disparou: - Ela se parece com o novo ferry boat!” (Tribuna do Norte, ano 65, nº 86, crônica)

O sujeito posposto em (20) é um caso típico de sujeito posposto em contexto narrativo. Ao ser apresentado pela primeira vez no discurso, como uma informação nova, é um SN [+extenso] e possui traço [-definido] marcado pelo modificador artigo indefinido: *uma daquelas moças que fazem faxina em barcos*. No período seguinte, o sujeito aparece anteposto ao verbo, é um referente velho/evocado, é [-extenso] e possui traço [+definido]: *a moça*. No terceiro período, ao ser retomado novamente, o referente, mais uma vez informação velha/evocada, é sujeito anteposto, [-extenso], e agora um pronome definido: *ela*.

Como mencionado anteriormente, esse processo de retomada pode ser explicado pelo *subprincípio icônico da quantidade*. Gorski (1994), como foi salientado, destaca que esse subprincípio se refere ao esforço mental de processamento e apresenta a gradação SN pleno > pronome > anáfora zero como uma representação escalar da codificação linguística do grau de previsibilidade. No exemplo (20), essa escala de previsibilidade é bem representada.

Postulamos que a característica apresentativa dos textos que compõem nosso *corpus* favoreceu o traço predominantemente [+definido] dos sujeitos pospostos. Esses sujeitos, em textos de gênero jornalístico, não precisam seguir a escala de previsibilidade manifestada em (20), pois: ou (i) os sujeitos pospostos têm referentes de domínio público, e, portanto, um traço [+definido]; ou (ii) devido ao caráter informativo e noticioso dos textos jornalísticos, os referentes apresentados na progressão textual devem ser informações bem delimitadas e definidas, e, assim, tenderiam a possuir o traço [+definido].

Todos os gêneros, em maior ou menor proporção, visam tornar públicos fatos, eventos e/ou acontecimentos. Para tanto, seu fluxo informacional é construído em torno de referentes

conhecidos, de domínio público, ou de informações/fatos/acometimentos apresentados de maneira mais definida e detalhada possível, privilegiando o traço [+definido] dos referentes.

6 Conclusão

O objetivo geral desta pesquisa, exposto na introdução, foi investigar os grupos de fatores definitude do SN sujeito e *status* informacional e questionar a relação entre *status* informacional novo e traço [-definido].

Sobre o fator *status* informacional, percebemos que os sujeitos pospostos não são exclusivamente novos, embora essa categoria tenha um predomínio em termos de frequências, com 53% das ocorrências. Esse resultado nos mostra que o *status* informacional não é um fator que sozinho determine o fenômeno da posposição do sujeito, sendo necessário analisar seu comportamento comparado a outros fatores. Além disso, as boas frequências dos *status* disponível e inferível comprovam a tendência de os textos de gêneros jornalísticos serem construídos em torno de referentes conhecidos pelo leitor (cf. GOMES, 2006).

Os resultados para o fator definitude do SN sujeito foram inesperados, visto que estudos anteriores postulam os sujeitos pospostos como apresentando preferencialmente traço [-definidos], por codificarem informação nova. Todavia, os resultados revelam que, em nosso *corpus*, os sujeitos pospostos são predominantemente [+definido], com 75% das ocorrências. O traço [-definido] foi responsável por apenas 11% das ocorrências e o SN nu, 14%.

Ao cruzarmos os fatores *status* informacional e definitude do SN sujeito, não obtivemos uma associação entre *status* novo

e SN [-definido] e *status* evocado e SN [+definido]. Todos os *status* informacionais relacionaram-se com maior frequência com o traço [+definido].

Uma explicação possível para a alta porcentagem de sujeitos [+definidos] em nosso *corpus* se relaciona à natureza dos gêneros jornalísticos. Todos os seis gêneros considerados na análise – notícia, reportagem, nota, coluna, artigo e crônica – possuem, em maior ou menor proporção, uma característica apresentativa, introduzindo notícias (nota, reportagem, notícia), argumentos (artigo) ou eventos/acontecimentos (crônica). Sendo assim, os referentes apresentados na progressão textual precisam ser informações bem delimitadas e definidas, privilegiando, portanto, o traço [+definido]. Essa característica da constituição do SN sujeito posposto nos gêneros jornalísticos difere da constituição deles na narrativa, por exemplo, nas quais os personagens são introduzidos, em um primeiro momento, como SN [-definido] (cf. GORSKI, 1994).

Como foi exposto, a formação do sintagma nominal em textos não narrativos apresenta diferenças da formação do sintagma nominal em textos narrativos. Nestes há uma tendência de menor definitude, enquanto naqueles há uma tendência de maior definitude. No entanto, a constituição do tópico e a retomada de referentes em um *corpus* constituído por textos não narrativos é uma possibilidade de investigação para pesquisas futuras em busca de maiores esclarecimentos.

REFERÊNCIAS

BERLINCK, R. A. Nem tudo que é posposto é novo: estatuto informacional do SN e a posição do sujeito em português. *Alfa*, v. 41, n. esp., p. 57-78, 1997.

_____. A. *et al.* Gêneros do jornal e estilo: (re)visitando a variação linguística. In: GÖRSKI, E. M. *et al.* (orgs.) *Variação estilística: reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise*. Florianópolis: Insular, 2014. p. 261-279.

BYBEE, J. From usage to grammar: the mind's response to repetition. *Language*, v. 82, n. 4, p. 711-733, 2006.

FURTADO DA CUNHA, M. A. *et al.* (orgs.) *Linguística funcional teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____; TAVARES, M. A. Linguística funcional e ensino de gramática. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; TAVARES, M. A. (orgs.) *Funcionalismo e ensino de gramática*. Natal: EDUFRN, 2007, p. 12-51.

GIVÓN, T. Isomorphism in the grammatical code: cognitive and biological considerations. *Studies in Language*, v. 15, n. 1, 1991.

_____. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

GOMES, R. L. R. *Posposição do sujeito no português e no espanhol: um estudo contrastivo*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

GORSKI, E. M. *O tópico semântico-discursivo na narrativa oral e escrita*. 1994. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1994.

HOPPER, P. J. Emergent grammar. In: TOMASELLO, M. (ed.) *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. New Jersey/ London: Lawrence Erlbaum, 1998. p. 155-175.

_____ Emergent grammar and temporality in interactional linguistics. In: AUER, P.; PFÄNDER, S. (eds.) *Constructions: emerging and emergent*. Berlin: De Gruyter, 2011. p. 22-44.

HUFFMAN, A. Cognitive and semiotic modes of explanation in functional grammar. In: REID, W.; OTHEGUY, W. R.; STERN, N. R. (eds.). *Signal, meaning and message: perspectives on sign-based linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 2002. p. 311-337.

LAMIM, G. C. A. *Ordens SV e VS nas vozes ativa e passiva em livros didáticos de História*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

MARQUES, P. M. *Estudo diacrônico da ordenação do sujeito em relação ao verbo no português*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

MATTOS E SILVA, R. V. *Estruturas trecentistas. Para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

- NARO, A; VOTRE, S. Discourse motivations for linguistic regularities: verb/subject order in spoken Brazilian Portuguese. *Probus*, v. 11, n. 1, 1999. p. 73-98.
- PRINCE, E. Toward a taxonomy of given/new information. In: COLE, P. (ed.) *Radical pragmatics*. New York: Academic Press, 1981.
- PEZATTI, E. G.; CAMACHO, R. G. Ordenação de constituintes na sentença: uma interpretação funcional. *Alfa*, São Paulo, v. 41, n. esp., p. 99-126, 1997.
- SPANO, M. *A ordem V SN em construções monoargumentais na fala culta do português brasileiro e europeu*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.
- SPANO, M. *A ordem Verbo-Sujeito no português brasileiro e europeu: Um estudo sincrônico da escrita padrão*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- TAVARES, M. A. *A gramaticalização de e, aí, daí e então: variação e mudança em uma perspectiva sociofuncional*. Natal: EDUFRN, 2014.
- VOTRE, S.; NARO, A. *Emergência da sintaxe como um efeito discursivo*. Rio de Janeiro, 1986. p. 454-81. (Relatório final do Projeto Subsídios Sociolinguísticos do Projeto Censo à Educação).

Papéis semânticos dos SPrep dos verbos de movimento

Semantic roles of the prepositional phrases of motion verbs

Alan Marinho César

Resumo

O presente trabalho tem como objeto de estudo os papéis semânticos que podem ser desempenhados pelo sintagma preposicionado (SPrep) em orações com verbos de movimento. Observa-se que o SPrep funciona como um argumento locativo, ou seja, pode indicar o ponto inicial, o percurso ou o ponto final de um deslocamento praticado ou sofrido por, pelo menos, um dos participantes do evento. Para essa classificação, consideram-se, numa perspectiva cognitiva, os esquemas imagéticos envolvidos bem como o tipo de movimento efetuado pelo referente do sujeito ou do objeto direto, quando o verbo de movimento for transitivo direto. O arcabouço teórico desta pesquisa se apoia nos princípios da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) e da Linguística Cognitiva. A metodologia consiste, inicialmente, em analisar os dados coletados no *Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal* (FURTADO DA CUNHA, 1998), separando os tipos de SPrep conforme o sentido veiculado pela oração. Os resultados obtidos até o momento evidenciam o uso do SPrep em orações com verbos de movimento como um argumento empregado a fim de assinalar os seguintes pontos: *ponto inicial*, *ponto médio* e o *ponto final*.

Palavras-chave: Verbos de Movimento. Sintagma Preposicionado. Papéis Semânticos.

Abstract

This article analyzes the semantic roles that can occur with Prepositioned Syntagma (SPrep) in sentences with verbs of motion. Our research shows that SPrep acts as a locative argument, that is, it can indicate the start point, the trailing point, or the end point of a displacement practiced or suffered by at least one participant of the event. For this classification, in a cognitive perspective, we observe the imaging schemes involved as well as the type of movement effected by the referent of the subject or the direct object, when the verb of motion is direct transitive. The theoretical basis of this research is based on the principles of Linguística Funcional Central no Uso (LFCU) and Cognitive Linguistics. The methodology consists, initially, in analyzing the data collected in the Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal (FURTADO DA CUNHA, 1998), separating the types of prepositioned syntagma according to the meaning expressed by the sentence. So far, the results obtained evidenced the use of the prepositioned syntagma in sentences with motion verbs as an argument used to indicate the following points: starting point, midpoint and end point.

Keywords: Motion Verbs. Prepositioned Syntagma. Semantic Roles.

1. Introdução

Os verbos que exprimem ideia de movimento são, comumente, classificados pelos estudiosos como intransitivos, acompanhados de um Sintagma Preposicional (SPrep) que indica a origem e/ou o destino do movimento. Contudo, a observação de dados de fala em contextos reais de uso mostra que alguns verbos de movimento podem também ser acompanhados de um objeto direto (OD) que codifica o participante afetado pela ação verbal, a pessoa ou coisa que se move, seguido ou não de um SPrep. Neste artigo, o SPrep dos VM é o componente principal a ser observado.

Comumente, o SPrep dos VM representa o local em que uma ação praticada pelo referente sujeito acontece, podendo indicar o ponto inicial, o percurso ou o ponto final dessa ação. Observe os dados a seguir:

1. *... porque eu tinha passado num concurso e tinha feito o curso em Brasília ... e quando voltei de Brasília já vim com a cidade é ... onde iria trabalhar né ...* (Corpus D&G, Fala, p. 94-95).
2. *nós fomos daí tomamos banho demais ... quando a gente foi na volta ... nós passamos pelo clube ... pela rua do clube ... né ... e fomos pra casa ...* (Corpus D&G, Fala, p. 409).
3. *passou quase uma semana ... e desse mesmo jeito ele foi pra Belém fazer um curso ... porque ele trabalhava na Mol Sul nessa época* (Corpus D&G, Fala, p. 224).

Em (1), a oração em destaque mostra um tipo de verbo de movimento cujo complemento é introduzido por uma preposição que indica o ponto de origem do movimento (*de Brasília*).

Em (2), os SPrep *pelo clube* e *pela rua do clube* indicam o percurso por onde o agente (*nós*) passou. Já em (3), a oração destacada é formada por um verbo que tem em sua configuração um SPrep que conceptualiza o ponto final do movimento (*pra Belém*). Assim, os verbos que exprimem ideia de movimento são acompanhados comumente de um SPrep que indica a origem, o percurso e/ou o destino do movimento.

Em nossa perspectiva, o verbo de movimento é aquele que implica o movimento total de uma entidade de um lugar a outro. Se for transitivo, o VM é acompanhado de, pelo menos, dois argumentos. Quando há mudança de localização de, pelo menos, um participante do evento, este é considerado afetado. Ou seja, o afetamento dos argumentos dos VM está relacionado ao plano espacial, que ocorre pelo deslocamento de um dado participante de um ponto A a um ponto B.

As noções de papéis semânticos e esquemas imagéticos, por vezes, possuem nomenclaturas coincidentes, que correspondem à mesma coisa. Nessa direção, apresentamos, nas seções seguintes, os tipos de SPrep que coocorrem com os VM, a partir de suas diferenças de sentido, pois, se observarmos uma rede construcional dos VM (CÉSAR, 2015), vemos que o tipo de papel semântico desempenhado ou esquema imagético acionado por esse argumento pode ocasionar distintas subclassificações.

2 Pressupostos teórico-metodológicos

A base teórica desta pesquisa se apoia nos princípios da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU)¹ e da Linguística Cognitiva. A primeira vertente é orientada pela Linguística Funcional norte-americana e fundamenta-se no pressuposto de que a estrutura da língua emerge à medida que esta é usada, ou seja, a gramática é continuamente moldada pelas situações reais de uso linguístico (BARLOW; KEMMER, 2000; BYBEE, 2010). No campo da segunda vertente, priorizamos as relações de sentido envolvendo os participantes do evento em que há movimento e o espaço por eles percorrido, uma vez que essa corrente trata diretamente de processos relacionados à experiência humana, considerando fatores relacionados, principalmente, aos princípios de categorização, entre outros.

A fonte de dados utilizada para a pesquisa é o *Corpus Discurso & Gramática*: a língua falada e escrita na cidade do Natal (FURTADO DA CUNHA, 1998). Trata-se de um material constituído de textos escritos e falados que reproduz situações reais de uso da língua, o que permite flagrar o objeto de estudo tal como ele se manifesta nas interações sociocomunicativas dos falantes.

Para a análise do SPrep como argumento do VM, recorreremos ao significado de *construção*. Para Goldberg (1995, p. 215), “construção” é a correspondência entre forma e significado. Para ela o que importa é a visão simultânea de todos os constituintes da oração. Ao elencar construções da Língua Inglesa, por exemplo, a autora trata de um caso específico que abarca

1 A LFCU é representada por pesquisadores do Grupo *Discurso & Gramática*, como Maria Angélica Furtado da Cunha, Mário Martelotta, Mariangela Rios de Oliveira, Maura Cezario, José Romerito Silva, Edvaldo Bispo, entre outros.

a presença de um SPrep: a *construção de movimento causado* (CMC) – cujo significado é *X causar Y mover-se para Z*, codificado sintaticamente como *S + V + OD +Obl*, em que há um agente X (S), responsável pela ação; um objeto deslocado Y (OD); e um locativo Z (SPrep), ponto para onde o objeto é direcionado. Assim, os verbos que instanciam a CMC projetam um argumento que expressa a localização/alvo (SPrep). Tomamos o seguinte dado como exemplo:

4. *Achei fantástico! Ele pegou uma pitada de clorêto de sódio em estado natural (pastoso) e pôs num pequeno becker com água foi aquele fogo desfilando dentro do becker* (Corpus D&G, Escrita, p. 66).

Sabendo que o elemento Z, localização/alvo, é indicado pelo SPrep em CMC, em (04), esse ponto equivale a *num pequeno becker com água*, a partir da ação de um agente (*ele*) que moveu o paciente (*clorêto de sódio em estado natural*) a esse ponto.

No que tange à literatura acerca dos verbos aqui discutidos e do uso das preposições presentes no SPrep, Bechara (1983) e Rocha Lima (1980) compartilham a ideia de que o *adjunto adverbial*, mais especificamente o de *lugar*, funciona como argumento dos verbos de movimento e é codificado, comumente, pela sequência *preposição + SN* em orações como

5. (05) *Vou à cidade* (Bechara,1983, p. 71).
6. (06) *Saiu de casa* (Bechara, 1983, p. 71).

Sendo assim, Bechara classifica os complementos destacados (*à cidade, de casa*) como *adjuntos adverbiais* que exprimem circunstância de *lugar*. Já Rocha Lima (1980, p. 222) atribui a esse

tipo de participante a designação de *Complemento circunstancial*: “é um complemento de natureza adverbial – tão indispensável à construção do verbo quanto, em outros casos, os demais complementos verbais”.

Para Rocha Lima, a preposição *a* forma uma espécie de bloco com o verbo de movimento IR. Na oração a seguir (07), o autor destaca que essa estrutura indica direção e que a preposição *a* é indispensável para que haja ligação do verbo com o termo locativo (*Roma*).

7. *Ir a Roma* (ROCHA LIMA, 1980, p. 222).

Quanto à classificação como papéis semânticos do SPrep, em eventos com VM, Givón (1984) chama esse papel de *locativo*, definido como o lugar, tipicamente concreto e inanimado, onde se localiza o estado, onde ocorre o evento ou para onde ou de onde algum participante se move. Os seguintes dados exemplificam essa informação:

8. ... “*e agora o que a gente faz? eu vou chamar Vilma ... porque Vilma tem um pai que trabalha aqui perto e tem um carro que vai levar a gente pro pronto-socorro*” (Corpus D&G, Fala, p. 53).

9. ... *todo bem trajado ... então ele tirou o casaco dele e colocou nela pra pelo menos disfarçar um pouco ...* (Corpus D&G, Fala, p. 240).

Em (08), *pro pronto-socorro* corresponde ao ponto para onde será levado o paciente (*a gente*). Da mesma forma, em (09) o SPrep *nela* indica o local para onde o OD o *casaco* é movido. Em termos mais específicos, Fillmore (1971) chama o lugar para

onde algo se move de *alvo*, enquanto Radford (1988) o define como *meta*: entidade na direção da qual algo se move. Ainda em (09), *dele* indica o lugar de onde algo se move, chamado por Fillmore e Radford de *fonte* ou *origem*. Preposições como *de* e *para* particularizam o tipo de papel semântico de alguns SPrep, indicando, respectivamente, *origem* ou *meta*. Na seção seguinte, discutimos mais sobre isso.

De forma mais pormenorizada, Castilho faz uma análise acerca das preposições que acompanham os verbos de movimento. Segundo o autor, as sequências do tipo Verbo + Sintagma Preposicional “encerram uma cadeia de transitividades”, visto que a preposição seleciona um sintagma nominal como complemento, constituindo um “sintagma preposicional” (CASTILHO, 2010, p. 593), como nos exemplos a seguir:

10. *João pôs o livro na estante* (CASTILHO, 2010, p. 305).
11. *chego ao trabalho* (CASTILHO, 2010, p. 305).
12. *viajei de Campinas para São Paulo* (CASTILHO, 2010, p. 305).
13. *Fui à festa com uma amiga e voltei com outra* (CASTILHO, 2010, p. 305).

Para Castilho, o SPrep *na estante*, em (10), representa um tipo de complemento oblíquo equivalente a um pronome-advérbio ou a uma preposição + pronome, considerando que pode ser substituído por *nela*. Em (11), *ao trabalho* indica o alvo para onde o agente se dirige. Em (12), há uma sequência formada por origem + alvo, ou seja, o local de onde se parte (*Campinas*) e

o local para onde se vai (São Paulo). No último exemplo, temos o caso comitativo, já que os termos destacados expressam companhia durante o deslocamento do sujeito da ação.

Castilho (2010, p. 596) sustenta ainda que os verbos de movimento físico, tais como *ir, vir, chegar, partir, entrar, sair, viajar*, etc., ocorrem com preposições do eixo horizontal:

As preposições do eixo horizontal dispõem a *figura* em pontos específicos de um percurso imaginário: o ponto inicial, o ponto medial e o ponto final”. Corresponde ao ponto inicial as preposições *de, desde, a partir de*; ao ponto medial, *por, no meio de*; e ao ponto final, *a, em, para, até (a), contra*. (CASTILHO, 2010, p. 596, grifos do autor).

Sobre o ponto inicial, Castilho o designa como *origem*. Alguns dos verbos que indicam esse ponto, como *retirar, conduzir, carregar, levar, transferir, mudar*, etc., “exemplificam o movimento causado, em que um participante da cena acarreta o deslocamento da *figura*”.

14. *Mudei a estante da sala para o escritório* (CASTILHO, 2010, p. 597).

Na sentença (14), *a estante* representa a *figura* mencionada pelo autor e o SPrep *da sala* indica o ponto inicial do movimento. Esse ponto relaciona-se também com o papel temático de *fonte*, descrito a seguir por Perini.

Fonte é o papel que expressa a origem de um movimento, como *de São Paulo* em *Marcinha dirigiu de São Paulo até Arapongas*; mas também se aplica ao movimento

figurado, como *Marcinha* em *Marcinha vendeu a charrete para um alemão*: a charrete se “movimentou” da posse de *Marcinha* para a posse do alemão. (PERINI, 2007, p. 261, grifos do autor).

O conjunto formado pela preposição *de* + SN, como em *da sala* e *de São Paulo*, constitui o SPrep que indica a fonte, nos termos de Perini, local de onde partiu determinada entidade. Já no *Dicionário de Usos do Português do Brasil*, Borba (2002) se refere a este sintagma como [*Compl: de origem*], que revela o ponto inicial de onde algo é retirado ou movimentado.

Em uma perspectiva mais cognitivista, o projeto FRAMENET BERKELEY² aponta alguns *frames* que abarcam o SPrep do tipo *origem*, como *Removing* (remoção) e *abandonment* (abandono). Eis alguns exemplos:

15. *The waiter removed the dishes from the table* (O garçom removeu os pratos da mesa). (FRAMENET)

16. .. aí ... e ele também de paletó todo bonito né ... todo bem trajado ... então ele tirou o casaco dele e colocou nela pra pelo menos disfarçar um pouco ... (*Corpus D&G*, Fala, p. 240).

Os dados em (15) e (16) são típicos do enquadre *Removing*. Neles, o ponto de origem é obrigatório. Em português, assim como em inglês, esse ponto é expresso por um SPrep, como

² Disponível em: <<https://framenet.icsi.berkeley.edu/fndrupal/>>. O FRAMENET é um banco de dados apresentado em um endereço eletrônico – abrigado no Instituto Internacional de Ciência da Computação em Berkeley, Califórnia, Estados Unidos – cujo objetivo é a criação de um léxico *on-line* em inglês, com base em estruturas semânticas apoiadas em evidências de *corpora*.

from the table, na exemplificação do FRAMENET, e *dele* em (16). Ambos representam um ponto inicial de onde se moveu o OD.

Tomamos o termo *frame* como “um sistema estruturado de conhecimento, armazenado na memória de longo prazo e organizado a partir da esquematização da experiência. [...] cujo “significado das palavras é subordinado a *frames*”, tal como designado por Ferrari (2011, p. 50).

O ponto medial tem *por* como preposição típica. Segundo Castilho, “predica a *figura*, atribuindo-lhe a propriedade de estar no ponto intermediário de um trajeto”, como exemplificado em:

17. *Eu sei que... que essa viagem por Governador Valadares está boa* (Castilho, 2010, p. 597).

Quanto ao ponto final, Castilho, ao identificar sete classes sintático-semânticas de verbos que selecionam preposições do tipo *a* e *para*, enumera como primeira aquela formada pelos *verbos de movimento/direção*:

Esses verbos envolvem o deslocamento da *figura* em direção a um *ponto de referência*, sendo a *figura* representada pelo sujeito verbal, ou seja, é o sujeito que se desloca ao *ponto de referência* (ir, vir, chegar, partir, caminhar, dirigir-se, viajar, passar, entrar, sair, mudar-se, transferir-se, etc.) Exemplos:

a) A criança deve ir o mais cedo possível **à escola**, entendeu?

b) seguimos brevemente **para o Guarujá**, onde vamos passar uns quinze dias. (2010, p. 593-594, grifos do autor). Segundo o autor:

O conceito de verbo de movimento/direção apresentado por Castilho deixa clara a necessidade de um SPrep na oração que indique o ponto de referência para onde o agente se desloca. E esse tipo de preposição coocorre com verbo de movimento cujo sujeito é controlador do evento, como se pode perceber em (18) e (19):

18. [...] *nós vamos por exemplo todo dia a Camaçari...* (CASTILHO, 2010, p. 598).

19. *Então eu os levo para a escola... e vou trabalhar* (CASTILHO, 2010, p. 598).

Nesses exemplos, *eu* e *nós* são os controladores dos eventos a fim de atingir um ponto final (*Camaçari* e *a escola*), introduzido pelas preposições *a* e *para*, respectivamente.

Esse ponto final é denominado por Perini de *meta*:

Se temos um verbo que exprime “movimento”, devemos ter uma Meta; mas essa Meta pode ser representada sintaticamente de diversas maneiras: como sujeito (*eu ganhei uma camisa nova*), como objeto direto (*os alpinistas atingiram o pico*), como *em*+SN (*chegamos em São Paulo*), como *para*+SN (*dei uma camisa nova para meu irmão*) etc. (PERINI, 2008, p. 254, grifos do autor).

Por sua vez, Borba classifica esse tipo de argumento como [\pm Compl: de lugar]:

20. *Iraíde acompanha a filha ao cemitério* (BORBA, 2002, p. 22).

21. *Jogou o paletó sobre o ombro* (BORBA, 2002, p. 924).

22. *Meti-lhe a faca na barriga* (BORBA, 2002, p. 1035).

Em (20), o segundo complemento do verbo de movimento ACOMPANHAR, usado com o sentido de *ir na companhia de*, é um [\pm Compl: *de lugar*] expresso pelo SPrep *ao cemitério*, este o destino final do percurso. O símbolo (\pm) indica que o complemento pode estar expresso ou omitido na oração.

Os verbos JOGAR (21), usado com o sentido de *lançar, atirar, arremessar*, e METER (22), com o sentido de *fazer entrar, introduzir, enfiar*, respectivamente, têm como complementos *sobre o ombro e na barriga*, que remetem a áreas do corpo humano e funcionam também como [*Compl: de lugar*].

No entanto, nem sempre o SPrep é o responsável por fornecer a localização de onde passa o evento. No caso dos VM que são acompanhados de OD, esse argumento pode representar um tipo de locativo, em cujo caso o SPrep é dispensado. É o que acontece com os verbos SUBIR (23) e ATRAVESSAR (24) em:

23. ... *assim que você termina de subir a escada ...tem a sala onde fica ... onde funciona a tesouraria ... a tesouraria do colégio ...* (Corpus D&G, Fala, p. 284).

24. *e gritaram pelo menino e o menino muito cri/ muito ... muito acriançado ... num entendeu foi nada ... aí atravessou a rua e a carreta pegou ele né ... aí matou ... aí o cara ficou doido né ...* (Corpus D&G, Fala, p. 30).

Nessas ocorrências, o OD indica o espaço/local percorrido pelo agente da ação. Partindo de exemplos da Língua Inglesa, Givón (1984, p. 98) chama a atenção para a tomada de

perspectiva do falante, ao usar o locativo como paciente da ação verbal, a exemplo de (25) e (26):

25. She swam the Channel (= swim *across* the Channel)

‘Ela nadou o Canal (= nadar *através* do Canal)’

26. She entered the house (= go *into* the house)

Ela adentrou a casa (= ir *para dentro* da casa)’

Para o autor (GIVÓN, 1984, p. 98), em ambas as orações, os OD *o canal* e *a casa* designam o locativo e poderiam ser introduzidos pelas preposições *across* ‘*através*’ e *into* ‘*para dentro*’, respectivamente. Assim, quando o OD codifica o ponto de referência locativo, o falante parece considerar a mudança de estado ou afetamento do OD mais significativo para o evento do que simplesmente tratá-lo como um locativo, já que ‘*adentrar uma casa*’ significa mais do que simplesmente mover-se para dentro de uma casa, ressaltando a alteração da condição da casa de vazia para ocupada, assim como ‘*nadar o Canal*’ aponta para uma conquista do agente da ação, ao vencer/percorrer o Canal.

3. Análise do objeto

Os estudos sobre a configuração argumental de um dado verbo consideram os aspectos sintático-semânticos dos argumentos obrigatórios ou opcionais relacionados a ele. Estruturalmente, os VM preveem, em sua moldura sintática, a presença do SPrep, usado para especificar uma localização, como em (27).

27. *a gente bota no ... leva ao fogo ... a mesma quantidade de leite ... açúcar ... e maisena ... sabe? aí prepara o mingau ... e no caso de flocos ... passa no liquidificador com claras ... tem o de creme que passa com creme de leite ... o de ameixa que no caso no fogo bota ... a calda de ameixa né ... no mingau ... prepara ... pronto basicamente é essa a receita ...* (Corpus D&G, Fala, p. 287).

Em (27), O SPrep *no mingau* especifica o local para onde o OD (*a calda de ameixa*) foi deslocado, a partir da ação de sujeito (\emptyset = a gente).

Semanticamente, os SPrep são selecionados por VM que contemplam entre dois e quatros argumentos. Observe os seguintes dados como ilustração:

28. *tem vez que eu vou no quarto do meu tio ...* (Corpus D&G, Fala, p. 349).

29. *é que você vai calcular o diâmetro da tubulação que vai conduzir a água do manancial até a estação de tratamento d'água ...* (Corpus D&G, Fala, p. 194).

Em (28), o verbo IR se estrutura com dois argumentos: um SN, o sujeito *eu*, e um SPrep, *no quarto do meu tio*. O dado (29) é mais complexo, pois há quatro argumentos relacionados ao verbo CONDUZIR: o sujeito *que* (*o diâmetro da tubulação*), o OD *a água* e dois SPrep, *do manancial* e *até a estação de tratamento d'água*.

À ótica da Linguística Cognitiva, quando se trata da participação do SPrep em eventos de movimento, as noções de *origem*, *caminho* e *meta* são elementos de um esquema imagético, que correspondem aos papéis semânticos desempenhados pelo SPrep de um VM.

Tomando por base a breve revisão teórica da seção anterior e a participação dos SPrep que coocorrem com alguns VM, é possível organizá-los de três maneiras: eventos em que o SPrep designa o ponto inicial, *origem*; o ponto médio, *caminho*; e o ponto final: *meta* ou *alvo*.

SPrep com papel de origem

O SPrep *origem* assinala o local de onde se remove o referente do OD. Em (30), como exemplo, o SPrep *da panela* representa esse ponto, de onde foi retirado o paciente afetado (*esse arroz*) para ser colocado em outro lugar (*na forma*).

30. ... então eu retiro esse arroz da panela e coloco na forma e deixo ele esfriar bem socado (Corpus D&G, Fala, p. 60).

Em consulta ao *Dicionário Eletrônico Houaiss* (2009), identifiquei alguns VM que ocorrem com esse tipo de complemento, como em:

31. (31) *Pular do trampolim* (HOUAISS, 2009).
32. (32) *mandou tirar da estrada a pedra que despencara do morro* (HOUAISS, 2009).

O verbo PULAR, usado com o sentido de *atirar-se de um lugar mais alto para um mais baixo*, conforme (31), tem seu sentido completado pelo SPrep *do trampolim*. E o SPrep *da estrada*, em (32), completa o sentido do verbo TIRAR.

Em molduras com verbos de movimento transitivos seguidos de OD que demandam SPrep do tipo *origem*, este é responsável por indicar o local de onde se tira o referente do OD, mais precisamente um *contêiner*. Nos casos de verbos de movimento transitivos indiretos, como em (33), o SPrep *da área* indica o ponto inicial de onde o sujeito iniciará o movimento em direção a outro ponto.

33. *Saindo da área é obrigatório passar pela sala, onde tem uma porta marrom e uma enorme janela de madeira e vidro.* (Corpus D&G, Escrita, p. 318).

Verbos como TIRAR, PUXAR, ARRANCAR, SAIR, VIR, entre outros, são complementados por argumentos que possuem o papel semântico de *origem*.

SPrep com papel de caminho

Figuram na composição do SPrep de *caminho* preposições do tipo *até* e *por*, que são selecionadas pelo usuário da língua para codificar o caminho que percorreu pelo menos um dos participantes do evento. Em (34), por exemplo, o referente do sujeito (\emptyset = ele) do verbo SEGUIR acompanha o referente do OD (\emptyset = o cara) até um determinado ponto, descrito na oração como *até lá em cima*. A escolha da preposição *até* enfatiza a existência de um ponto inicial e final do caminho percorrido.

34. *... o cara ... que tinha se acidentado apareceu de novo né ... chamando ele pra ir lá no cemitério o cara ... tinha um negócio pra mostrar né ... aí foi e seguiu né ... aí ele à noite né sozinho ...*

botou lá um agasalho ... tava muito frio ... aí foi aí seguiu o cara né ... seguiu o cara ... ele tava sempre assim um pouco de longe ... uma certa distância ... aí seguiu até lá em cima né ... e ele tinha que fazer uma viagem ... uma viagem ... é ... parece que era ... pra ... Nova Iorque ... e:: no momento não tinha motorista ... pra segui-lo ... (Corpus D&G, Fala, p. 29).

No FRAMENET, é possível encontrar *frames* que apontam a participação desse tipo de SPrep, como o *frame cause-motion* (movimento causado):

35. *I pushed the trolley along the street* (Eu empurrei o carrinho ao longo da rua). (FRAMENET)

Assim, molduras dessa natureza indicam a participação de um SPrep que indica o trajeto que o agente e/ou o paciente percorreram, como *ao longo da rua* (35). Quando o movimento é efetuado apenas pelo agente, sem um paciente, o SPrep designa comumente o local percorrido por ele:

36. *se quisermos ir para o quarto ... temos que passar por um corredor ... onde ... onde é obrigatório a passagem se quisermos ir para o quarto ...* (Corpus D&G, Fala, p. 309).

São verbos de movimento prototípicos dessa moldura PASSAR, CORRER, EMPURRAR, PUXAR, entre outros.

SPrep com papel de meta

A principal propriedade do SPrep *meta* é indicar o lugar para onde se move uma entidade. O objetivo do responsável pela ação é fazer com que – ao LANÇAR, JOGAR, CHUTAR – o paciente chegue *em* algum lugar ou vá *para* algum lugar. Em (37), por exemplo, o agente (*a família*) joga o referente do OD (*o = o pinguim*) em um determinado lugar (*no rio*). *Em* e *para* são preposições que podem introduzir o SPrep com esse tipo de papel.

37. ... o filme começa quando ... o nascimento de Pinguim ... um dos personagens do filme ... ele nasce deficiente ... a família dele com vergonha ... por pertencer a uma alta sociedade ... decide jogá-lo no rio ... é ... e joga-o no rio ...então esse rio tem uma forte correnteza e leva ele pra bem longe ... (Corpus D&G, Fala, p. 305).

Outro tipo de ponto final pode ser um recipiente para certos verbos, como o verbo PÔR em (38), por exemplo, cujo SPrep *na geladeira* especifica um *contêiner*.

38. ... eu pego maçã ... eu jogo:: eu corto maçã picada ... eu pego passas ... eu pego abacaxi ... eu pego cebola ... tomate e faço uma salada dentro desta salada ... né ... coloco um pouquinho de azeite e coloco a maionese ...pouquinho ... depois eu pego um prato e:: cubro esse prato com alface e jogo essa salada por cima ... né ... e ponho na geladeira ... (Corpus D&G, Fala, p. 60).

Na plataforma do FRAMENET, o *frame Placing* (colocação) também traz dados que revelam SPrep como o papel semântico de *meta*:

39. *The waiter placed the food on the table* (O garçom colocou a comida na mesa). (FRAMENET)

E igualmente ao dado em destaque (40) do Corpus D&G:

40. ... primeiro os ovos com a margarina e amanteiga ... depois coloca o resto dos ingredientes ... é:: bate na batedeira ... depois co/ passa manteiga na forma ... passa ma/ coloca pó Royal e coloca os ingredientes na forma ... depois coloca no forno pra assar e está pronto ... (Corpus D&G, Fala, pag. 416).

Os SPrep *on the table* (39), *na forma* e *no forno* (40) têm participação obrigatória na moldura do *frame colocação*, pois identificam o local para onde o OD é deslocado (espécie de *contêiner*).

Outro *frame* que abarca VM complementados por SPrep com papéis semânticos de meta é *Bringing* (transporte), ao indicar que um elemento é transportado a um ponto final, como em (41) e (42):

41. *Karl carried the books across campus to the library on his head* (Karl carregou os livros pelo *campus* para a biblioteca sobre sua cabeça).

42. ... *Num dia muito ensolarado a família junto com o velho foram fazer um pique-nic, numa parte que tinha muito verde. Levaram a comida para lá* (Corpus D&G, Escrita, p. 46).

Assim, o *frame bringing* licencia verbos que expressam o movimento de dois participantes distintos em direção a um ponto final, expresso por um SPrep, como *to the library*, em (41), e *para lá*, em (42).

Verbos comitativos – que expressam companhia durante o deslocamento do sujeito da ação – também participam de orações com SPrep *meta*, a exemplo do verbo ACOMPANHAR, uma vez que indica o local para onde os participantes do evento se direcionam, como *to the Hollywood Memorial Hospital*, em (43), e *até o local*, em (44).

43. *She accompanied him in the ambulance to Hollywood Memorial Hospital* (Ela o acompanhou na ambulância para o Hollywood Memorial Hospital).

44. *... e nesse dia seu Carrilho foi com Jorge e Jorge acompanhou a/ acompanhou-lhe até o local onde o fornecedor distribuía o material pra construção ...* (Corpus D&G, Fala, p. 109).

Alguns verbos típicos que selecionam SPrep com papel semântico de *meta*: COLOCAR, BOTAR, PÔR, ACOMAPANHAR, CHUTAR, entre outros.

Como se pode ver, o SPrep faz parte de construções com VM, por referir-se a um local especificado para onde se movimentam os participantes do evento. Desse modo, o SPrep tem papel fundamental na moldura dos VM. Mesmo que não esteja explicitado em algumas orações, podem ser recuperado no discurso.

4. Conclusão

Os verbos de movimento podem ter molduras sintático-semânticas diferentes, considerando também os tipos de sintagmas preposicionados presentes nas orações. Esses sintagmas ativam *frames* distintos, a depender do tipo de esquema imagético a que estão relacionados.

Os diferentes papéis semânticos do SPrep colaboram para a distribuição dos VM em molduras distintas e, consequentemente, na identificação dos esquemas imagéticos que os VM representam. Semanticamente, quando se trata do *frame colocação*, o SPrep codifica o lugar onde se põe o *paciente*, um *contêiner*. No *frame transporte*, o SPrep desempenha o papel semântico de *meta*, lugar para onde se leva o *paciente*. E no *frame remoção*, o SPrep desempenha o papel semântico de *origem*, lugar de onde se extrai o *paciente*.

Quanto à frequência de uso, com base nos dados observados até o momento, a preposição *em* é a mais recorrente, com aproximadamente 63% das ocorrências do *corpus* analisado, presente, principalmente, nas instanciações de VM que indicam *manipulação* de objetos, funcionando como argumento de verbos do tipo COLOCAR e PÔR. Em seguida temos a preposição *para*, com aproximadamente 19% das ocorrências, presente, principalmente, em molduras cujo SPrep exerce papel semântico de *meta*, em instanciações que envolve *transporte*, a exemplo dos verbos LEVAR, DEIXAR e CARREGAR.

Resumidamente, o papel semântico dos SPrep é determinado pelo verbo e a preposição ajuda a identificar esse papel. Como visto, o papel semântico de *contêiner* aponta para o recipiente onde se põe o *paciente*, por isso tem a preposição *em* como prototípica. No papel de *origem*, o local de onde se remove o *paciente* é antecedido da preposição *de*. Como *caminho*, é preciso utilizar as preposições *até* e *por* para referenciar a área por onde ou *para/até* onde se deslocam os participantes do evento. E, por fim, no papel de *meta*, três tipos de preposições podem indicar o alvo para onde é deslocado o *paciente*: *para*, *em* e *a*.

REFERÊNCIAS

BARLOW, Michael; KEMMER, Suzanne. (Eds.). *Usage based models of language*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática da língua portuguesa*. 22. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

BORBA, Francisco da S. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: FAPESP/Contexto, 2010.

CÉSAR, Alan M. A rede construcional dos verbos de movimento. 2015. 129 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Departamento de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

2015. DUQUE, Paulo H. Discurso e cognição: uma abordagem baseada em *frames*. *Revista da ANPOLL (Online)*, v. 1, p. 25-48, 2015.

FILLMORE, Charles J. *Santa Cruz lectures on dêixis*. Bloomington: Indiana University Linguistics Club, 1971. FRAMENET BERKELEY PROJECT. Disponível em: <<https://framenet.icsi.berkeley.edu/fndrupal/>>.

FERRARI, Lilian V. Construções gramaticais e a gramática das construções condicionais. *SCRIPTA*, n. 9, v. 5, p. 143-150, 2001.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. (Org.). *Corpus, discurso & gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal*. Natal: EDUFRN, 1998.

_____. Estrutura argumental e valência: a relação gramatical objeto direto. *Gragoatá*, n. 21, p. 115-131, 2006.

_____. As construções de movimento causado e ditransitiva: elos de polissemia. *D.E.L.T.A.* (no prelo).

GIVÓN, Talmy. *Syntax: a functional-typological introduction*. v. 1. New York: Academic Press, 1984.

GOLDBERG, Adele E. *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

HOPPER, Paul J.; THOMPSON, Sandra A. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, v. 56, 1980.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva. [CD-ROM]. 2009.

PAYNE, Thomas E. *Describing morphosyntax: a guide for field linguists*. New York: Cambridge University Press, 1997.

RADFORD, Andrew. *Transformational grammar: a first course*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

ROCHA LIMA, Carlos H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 21. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

A construção do sentido pelo sistema do complexo oracional

The construction of meaning
by the clause complex

Fernando Henrique Pereira da Silva

Resumo

Este artigo objetiva analisar como o sentido (metafunção ideacional lógica) ocorre no grego koiné a partir da Linguística Sistemico-Funcional. Na LSF o significado se dá em três metafunções. A interpessoal, que lida com as relações sociais entre os participantes. A textual, a configuração do texto no que diz respeito a sua organização retórica, e a ideacional, que é dividida em experiencial (como as experiências são representadas pela transitividade) e a lógica, que se expressa pelo complexo oracional, quando da sua tentativa de “investigar como as orações se ligam umas com as outras por meio de relações lógico-semânticas” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p.363). É a análise desta última metafunção que será o objeto de escrutínio no koiné, a fim de se perceber como se constrói o sentido, especificamente, as relações lógico-semânticas com atenção aos participios. No que tange à metodologia, ela é de cunho descritivo, quando da busca por analisar e interpretar, criticamente, como se dá a construção do sentido pela análise do complexo oracional grego. Em um primeiro momento será explanada a visão das gramáticas de vertente filológica e estruturalista na sua forma de explicação

sobre os particípios. Por fim serão analisados textos do grego dentro do referido aporte teórico.

Palavras-chave: Linguística Sistêmico-Funcional. Complexo oracional. Particípios gregos.

Abstract

This article aims to analyze how sense (logical ideational meta-function) occurs in koine Greek from the Systemic-Functional Linguistics. In LSF the meaning is given in three metafunctions. The interpersonal, which deals with the social relations between the participants. The textual, the configuration of the text as regards its rhetorical organization, and the ideational, which is divided into experiential (as experiences are represented by transitivity) and logic, which is expressed by the clause complex, in its attempt to “to investigate how the sentences connect with one another through logical-semantic relations” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p.363). It is the analysis of this last metafunction that will be the object of scrutiny in koine, in order to perceive how the meaning is constructed, specifically, logical-semantic relations with attention to the participles. Regarding the methodology, it is descriptive, when searching for analyzing and interpreting, critically, how the construction of meaning is given by the analysis of the Greek clause complex. In a first moment, the view of the philological and structuralist grammars in their form of explanation about the participles will be explained. Finally, texts from the Greek will be analyzed within the aforementioned theoretical contribution.

Keywords: Systemic Functional Linguistics. Clause complex. Greek participles.

1 Introdução

Este artigo tem como finalidade descrever como o sentido (metafunção lógica) é construído a partir do complexo oracional no grego koiné. Particularmente, analisa como as orações participiais nas suas conexões com a oração principal exprimem relações lógico-semânticas (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

Em um primeiro momento será exposta a visão pelas gramáticas filológicas e estruturalistas no que concerne ao participio adverbial. Depois será introduzida a visão funcionalista sobre as orações, especificamente, tratando da metafunção ideacional lógica e por fim, serão analisados textos do grego a partir do arcabouço teórico estabelecido, procurando assim interpretar o participio à luz da LSF.

2 As abordagens filológicas e estruturalistas sobre o participio adverbial grego

Os estudos do grego koiné até a década de 1980 foram marcados por linhas de pesquisa filológicas (BURTON, 1898; ROBERTSON, 1934; FUNK *et. al.*, 1961; MOULTON E TURNER, 1963) e estruturalista (WALLACE, 2009). Embora estas obras tenham trazido grandes contribuições para um entendimento melhor do grego, elas deixaram certas lacunas. Quanto ao participio, especificamente, pode-se resumir suas ideias da seguinte forma: (1) ele pode ser um verbo ou um adjetivo; (2) como verbo, tem as funções temporal e modal; (3) concernente à função modal ou força lógica, o participio se classifica em: adjetival, adverbial e substantival e (4) como adjetivo qualifica e limita seu sujeito (BURTON, 1898; ROBERTSON, 1934; FUNK *et. al.*, 1961; MOULTON E TURNER, 1963; WALLACE, 2009).

Em Robertson (1934), o particípio é tratado da perspectiva diacrônica, sendo descrito no sânscrito e perpassando pelos gregos homérico, ático, koiné e moderno. Ele afirma ainda que o particípio como adjetivo pode ser atributivo, predicativo, substantival e adverbial. Como verbo, o particípio pode ser: (1) suplementar/complementar – ele é usado para completar o sentido de um verbo e (2) adverbial – como uma declaração adicional que não forma nenhuma parte essencial com a oração principal. Quanto à ideia adverbial do particípio, ele declara:

Nele mesmo, deve ser distintamente notado que o particípio não expressa tempo, modo, causa, finalidade, condição ou concessão. Estas ideias não estão no particípio, mas são meramente sugeridas pelo contexto ou ocasionalmente por uma partícula como [ἄμα, εὐθὺς, καίπερ, πότε, νῦν, ὥς]. Não há necessidade para usar o particípio circunstancial. Se ele quiser uma nota precisa de tempo, causa, condição, finalidade, etc., várias orações subordinadas (e o infinitivo) estão ao seu dispor, além das orações coordenadas (ROBERTSON, 1934, p.1124, tradução nossa).

Robertson compreende bem que o particípio, na sua semântica, não expressa qualquer relação adverbial, antes é o seu uso no contexto que traz essas nuances, ou seja, a pragmática. Outra observação desta declaração é que o autor nota o uso de apontadores adverbiais, os dêiticos ou mesmo uma oração adverbial propriamente dita para estabelecer as relações circunstanciais.

Para os autores desta gramática (FUNK *et.al*, 1961), os quais seguiram uma abordagem diacrônica pelo uso do grego medieval e moderno bem como de papiros, o entendimento do grego koiné só é possível por meio da compreensão do uso da

língua nos seus outros estágios históricos. No que diz respeito ao participio adverbial, é declarado o seguinte:

Como uma oração adicional na sentença é ainda muito comum, especialmente em pequenas narrativas [parábolas]; caso se refira a um nome (pronomes) na mesma sentença e em acordo com ela (participio conjuntivo) ou usado absolutamente; como genitivo absoluto, o sujeito e o participio estão no genitivo; a relação lógica do participio circunstancial com o resto da oração não é expressa pelo participio em si, mas é deduzida pelo contexto e isso pode ser claro, entretanto, pela adição de certas partículas. Outras mais extensas; todavia, mais precisas construções são disponíveis para o mesmo propósito: frase preposicional, condição, causa, tempo, etc, e finalmente coordenação gramatical de dois ou mais verbos (FUNK, *et.al*, 1961, p.215, tradução nossa).

Moulton e Turner (1963) destacam o seguinte sobre o participio: (1) pode ser usado como atributivo, substantivo, predicativo e adverbial, sendo que o uso adverbial é o mais comum em relação ao atributivo e substantivo; (2) sua função modal é vista no contexto; (3) o uso dos participios em narrativas tanto em conexão gramatical como em uma construção genitiva absoluta é uma questão de estilo do que gramática; (4) as orações participiais podem ser classificadas em tempo, condição, finalidade, modo ou concessão; (5) essas relações não são do participio em si, mas do contexto ou partículas que apontam para tais ideias adverbiais.

Ao tratar a sua gramática estruturalista, já na introdução, Wallace (2009) lança os seus pressupostos. Eles serão sintetizados a seguir: (1) dados básicos suficientes; (2) situação semântica de exemplos incontestáveis; (3) significado

não-afetado e significado afetado (semântica e pragmática, respectivamente); (4) prioridade sincrônica; (5) prioridade estrutural; (6) natureza críptica da linguagem; (7) probabilidade e possibilidade e, por fim, (8) descrição e realidade.

Wallace merece destaque nesta obra, pois ele trabalha sua gramática com pressupostos bem estabelecidos. Também, por que ele se vale dos pressupostos que têm sido abordados pelos linguistas contemporâneos, de modo geral. Em particular, é necessário destacar as diferenças entre significado não-afetado e afetado, que na linguística são chamados, respectivamente de semântica e pragmática. Outro ponto forte de Wallace é analisar o grego da visão sincrônica, que na sua própria gramática ele desenvolve mais, explicando-a. Ele também faz uma abordagem diacrônica para situar o leitor na história da língua grega.

Um ponto negativo de Wallace é fazer uma mistura entre semântica e pragmática nos verbos gregos, por exemplo. Para ele, o aoristo não gramaticaliza apenas uma ação de modo sumário, mas também, junto com outros aspectos linguísticos (i.e, lexema e contexto), o aoristo pode ter outras nuances. A questão reside na diferença entre a semântica e a pragmática do aoristo. Nem léxico e nem contexto mudam a semântica do aoristo, apenas causam efeitos pragmáticos no uso do aoristo ou qualquer outro tempo verbal. A ideia de pontuar uma ação futurística, por exemplo, é uma questão pragmática, ou seja, contextual, não do aoristo em si (WALLACE, 2009).

Ao concluir sobre o particípio, ele afirma: “como vimos, há oito tipos de particípios adverbiais: tempo, modo, modalidade, causa, condição, concessão, finalidade e consecutividade. Ainda deve ser enfatizado que o particípio em si mesmo não significa nenhuma dessas ideias” (WALLACE, 2009, p. 639). O que Wallace parece dizer, então, é que não faz parte da semântica

do particípio indicar quaisquer das relações adverbiais citadas acima; antes, é o contexto (pragmática) que mostra estas relações subordinadas. É também observado por este gramático que a análise dos particípios precisa ser feita levando em consideração o contexto.

Em síntese, os gramáticos acima salientam que o particípio, quando utilizado como oração, exerce funções adverbiais tais como tempo, modo, finalidade, causa e etc, apesar de essas funções não serem o cerne do uso do particípio posposto à oração principal.

3 Linguística sistêmico-funcional aplicada ao koiné

No que concerne às pesquisas no grego koiné, surgiram estudos de cunho funcionalista voltados para o estudo do aspecto verbal (PORTER, 1993; REED, 1993; CAMPBELL, 2007, 2008; DECKER, 2001; MATHEWSON, 2010; PORTER *et. al*, 2016), para a tradução (FOLEY, 2009) e para as funções dos artigos (PETERS, 2014). Destaca-se aqui uma abordagem de linha hallidayana sobre as orações (REED, 1997). A proposta é, a partir do estudo das orações, analisar o discurso grego sob um viés funcionalista da linguagem (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), lidando com questões como a coesão textual.

A partir da noção de relações lógico-semânticas (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), Reed (1997) procura interpretar alguns itens linguísticos que servem a construção do sentido nas relações entre as orações. Nas tabelas a seguir, tem se à esquerda as relações lógico-semânticas e à direita os elementos que compõem o sistema conjuntivo do koiné.

Entretanto, sua proposta não destaca o uso do participípio. As relações lógico-semânticas fazem parte do complexo oracional, que “é o termo que os sistêmicos usam para a unidade gramatical e semântica formada quando duas ou mais orações estão ligadas por certas formas sistêmicas e significativas” (EGGINS, 2004, p.255, tradução nossa).

Com base no conceito de complexo oracional, nota-se que, na proposta da linguística sistêmico-funcional, as relações entre as orações se dão por meio de conectores, os quais contribuem para a coesão textual, a qual pode ser definida como “os recursos linguísticos pelos quais o falante sinaliza a coerência experiencial e interpessoal do texto e é assim um fenômeno textual – podemos destacar as características do texto que servem a função coesiva” (THOMPSON, 2014, p.215, tradução nossa).

Nesta acepção, a coesão, realizada pelos itens conjuntivos, dá pistas para a coerência experiencial e interpessoal. A LSF, ao definir significado em termos de metafunções, procura integrar as formas de sentido, ideacional (experiencial), interpessoal e textual umas com as outras dentro da oração e para além da oração, sendo o texto, a unidade de sentido em que se localizam as metafunções no *locus* oracional.

Levando em conta estas considerações, tem-se uma visão holística de texto. Entretanto, considerando as finalidades específicas deste artigo, não se fará aqui uma análise da relação da metafunção lógica com as demais metafunções, detendo-se às relações lógico-semânticas de elaboração.

As relações lógico-semânticas fazem parte do complexo oracional e são divididas em projeção e expansão. Falar de oração projetada se quer dizer que uma ideia pode ser projetada ou um dizer (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). No koiné há

muitas orações projetadas; todavia, o foco aqui será nas orações por expansão.

Já a expansão se dá através da elaboração em que “a oração secundária expande a primária elaborando-a, isto é, reiterando, especificando, comentando ou exemplificando”; a elaboração por extensão em que “a secundária expande a primária ao levá-la para além, a saber, adicionando, dando uma exceção ou oferecendo uma alternativa”; por fim a expansão de realce em que “a oração secundária expande a primária qualificando-a com uma característica adverbial de tempo, lugar, causa, condição” (REED, 2002, p.206, tradução nossa). As tabelas abaixo mostram os itens linguísticos que representam cada uma das expansões da oração principal.

A partir das tabelas em anexo serão analisados alguns textos como exemplificação. O texto que se segue é marcado por conjunções de extensão (quadro 2) e de realce (quadro 4). Todo o trecho é sinalizado com elementos coesivos em itálico, o que se dá também no outro texto. Os parênteses são para sinalizar a oração principal, ao passo que os colchetes, as orações subordinadas. O texto grego usado é edição crítica (ALAND; ALAND, 2006).

(Ἀποκαλύπτεται γὰρ ὀργὴ θεοῦ ἀπ’ οὐρανοῦ ἐπὶ
πᾶσαν ἀσέβειαν καὶ ἀδικίαν ἀνθρώπων τῶν τὴν
ἀλήθειαν ἐν ἀδικίᾳ κατεχόντων,)

[διότι τὸ γνωστὸν τοῦ θεοῦ φανερόν ἐστιν ἐν
αὐτοῖς:] [realce: causal razão]

ὁ θεὸς γὰρ αὐτοῖς ἐφανερώσεν. [realce: causal razão]

[τὰ γὰρ ἀόρατα αὐτοῦ ἀπὸ κτίσεως κόσμου τοῖς
ποιήμασιν νοούμενα καθορᾶται,] [realce: causal razão]

[ἢ τε αἰδῖος αὐτοῦ δύναμις καὶ θειότης,] [extensão:
adição positiva]

[εἰς τὸ εἶναι αὐτοὺς ἀναπολογήτους,] [realce:
causal resultado]

Segue-se uma tradução deste excerto para facilitar a compreensão do leitor. A ênfase da análise está nas relações lógico-semânticas e não na tradução em si.

(A ira de Deus se revela dos céus contra toda a impiedade e perversão dos homens que deixaram a verdade no lugar da injustiça).

[Visto que o conhecimento de Deus é expresso entre eles]. [realce: causal-razão]

[Por que Deus lhes manifestou.] [realce: causal-razão]

[Por que as coisas invisíveis dele, no mundo são vistos, claramente] [realce: causal-razão]

[Também o seu eterno poder e sua divindade] [extensão: adição positiva]

[Por isso são indesculpáveis] [realce: causal resultado]

A oração principal “a ira de Deus se revela dos céus contra toda a impiedade e perversão dos homens que deixaram a verdade no lugar da injustiça” passa a ser expandida por meio de conectores de realce e extensão com adição positiva. Como

foi dito antes, os itens linguísticos servem para sinalizar o sentido do texto, o que facilita ao leitor na compreensão, de sorte que ele construa o sentido, ou seja, a coerência, que é um fenômeno relacionado ao leitor, mas guiado pelo texto nas escolhas realizadas.

O próximo exemplo é marcado pelas duas primeiras orações participiais no aspecto perfectivo e a última estativo (ποιούμενοι [fazer], μνημονεύοντες [lembrar] e saber [εἰδότες], respectivamente). Outra característica do texto são as construções genitivas, que servem para delimitar certo conteúdo semântico. No que diz respeito às conjunções, que estabelecem a coesão textual, essas são do tipo: elaboração (quadro 1), extensão (quadro 2) e realce (quadro 3).

(Εὐχαριστοῦμεν τῷ θεῷ πάντοτε περὶ πάντων
ὑμῶν)

[μνείαν ποιούμενοι ἐπὶ τῶν προσευχῶν ἡμῶν,
ἀδιαλείπτως] [elaboração: particularizadora]

[μνημονεύοντες ὑμῶν τοῦ ἔργου τῆς πίστεως
καὶ τοῦ κόπου τῆς ἀγάπης καὶ τῆς ὑπομονῆς
τῆς ἐλπίδος τοῦ κυρίου ἡμῶν Ἰησοῦ Χριστοῦ
ἔμπροσθεν τοῦ θεοῦ καὶ πατρὸς ἡμῶν,] [elabora-
ção: particularizadora]

[εἰδότες, ἀδελφοὶ ἡγαπημένοι ὑπὸ τοῦ θεοῦ, τὴν
ἐκλογὴν ὑμῶν,] [elaboração: particularizadora]

[ὅτι τὸ εὐαγγέλιον ἡμῶν οὐκ ἐγενήθη εἰς ὑμᾶς ἐν
λόγῳ μόνον] [realce: razão]

[ἀλλὰ καὶ ἐν δυνάμει καὶ ἐν πνεύματι ἁγίῳ καὶ ἐν
πληροφῶρᾳ πολλῇ,] [extensão: retificação]

καθὼς οἴδατε οἷοι ἐγενήθημεν ἐν ὑμῖν δι' ὑμᾶς.
[realce: comparativo]

Segue-se uma tradução do texto grego acima para os propósitos deste artigo.

(Damos sempre graças a Deus por vós)

[Fazendo menção nas nossas orações, sem cessar]

[elaboração: particularizadora]

[Lembrando da obra da vossa fé e do fruto do vosso amor e da perseverança da vossa esperança em Jesus Cristo ante o nosso Deus e pai] [elaboração: particularizadora]

[Sabendo, irmãos amados de Deus, da vossa eleição]

[elaboração: particularizadora]

[Por que o nosso evangelho não veio a vós só em palavra] [realce: razão]

[Antes também em poder e pelo Espírito santo em plena confiança] [extensão: retificação]

[Como sabeis qual o nosso procedimento entre vós e por vós] [realce: comparativo]

A oração principal “Εὐχαριστοῦμεν τῷ θεῷ πάντοτε περὶ πάντων ὑμῶν” (damos sempre graças a Deus por vós) está numa relação hipotática com as que se seguem, sendo a principal. Os três participípios servem para elaborá-la, contribuindo para o desenvolvimento retórico do texto, assinalando, então, sua sequenciação (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). O dar graças, neste excerto, é delimitado por meio dos participípios mas também funciona como instrumento de organização do ponto principal que é a oração em si.

Além disso, a última oração participial “εἰδότες, ἀδελφοὶ ἡγαπημένοι ὑπὸ τοῦ θεοῦ, τὴν ἐκλογὴν ὑμῶν” (sabendo, irmãos

amados de Deus, da vossa eleição) é elaborada por orações de realce e extensão mediante os marcadores ὅτι, ἀλλὰ e καὶ (por que, antes e também, respectivamente).

Em suma, o koiné possui vários elementos marcadores de relações lógico-semânticas (ὅτι, ἀλλὰ, καὶ, καθὼς, διότι, por exemplo), servindo a várias funções, dentre elas a de coesão textual, e assim produzindo sentido. Ademais, o participípio (ποιούμενοι, μνημονεύοντες, εἰδότες e outras), cuja tendência, quando posposto à oração principal, é ser usado para desenvolver esta última oração. A LSF descreve de modo mais claro essa função do participípio, diferentes das abordagens filológicas e estruturalistas que enfatizavam suas nuances adverbiais, o que não é o cerne do uso dos participípios, posto que o grego possui vários outros itens linguísticos para isso.

4 Considerações finais

Este artigo se propôs a analisar as orações gregas a partir do aporte da Linguística sistêmico-funcional. Em particular, objetivou-se explicar os usos do participípio adverbial, assim denominado pelas gramáticas tradicionais; termo este que não parece ser apropriado, posto que, pelas análises, os participípios pospostos têm a função textual de marcar relação lógico-semântica com a oração principal.

Foi dado um resumo sobre como as gramáticas filológicas e estruturalistas entendiam os participípios e especificamente o uso do participípio colocado depois da oração principal. Verificou-se que há uma carência na explanação do uso do participípio. Alguns (ROBERTSON, 1934; WALLACE, 2009), por exemplo, assumiram que os participípios não indicam relações

adverbiais; todavia, não deram uma explicação teórico-metodológica consistente.

Do plano funcionalista, as orações gregas foram melhor entendidas quando da sua função retórica no desenvolvimento do texto a partir da expansão da oração principal por elaboração, extensão e realce. Logo, os itens linguísticos servem para sinalizar a coesão textual, uma vez que explicitamente indicam os tipos de relações entre os componentes experienciais e interpessoais. Além disso, facilitam ao leitor na construção da coerência, posto que, com base nas pistas dadas pelo texto, o leitor faz as inferências na interpretação.

Em suma, a LSF serviu como aporte teórico-metodológico para a explanação das orações assim chamadas de subordinadas nas gramáticas clássicas e para a percepção dos usos do participípio que seguem a oração principal, levando em conta a noção de relações lógico-semânticas como fazendo parte do componente ideacional lógico da linguagem. Além disso, pela LSF, notou-se que os participípios são usados para estabelecer a coesão textual entre os enunciados e, por conseguinte, sua coerência.

REFERÊNCIAS

ALAND, Kurt; ALAND, Barbara. *Novum Testamentum Graece*. 27. ed. Massachusetts: Hendrickson, 2006.

BURTON, Ernest De Witt. *Moods and tenses of the New Testament Greek*. 3 ed. Chicago, 1898.

CAMPBELL, Constantine. *Verbal aspect, the indicative mood and narrative: sounding in the Greek of the New Testament*. New York: Peter Lang, 2007.

CAMPBELL, Constantine. *Verbal aspect, the non-indicative verbs: further sounding in the Greek of the New Testament*. New York: Peter Lang, 2008.

DECKER, Rodney. *Temporal deixis of the Greek verb in the gospel of mark with reference to verbal aspect*. New York: Peter Lang, 2001.

EGGINS, Suzanne. *An introduction to systemic functional linguistics*. 2 ed. New York: Continuum, 2004.

FUNK, Robert; BLASS, Friedrich; DEBRUNNER, Albert. *Greek grammar of the New Testament and other Christian literature*. Chicago: University of Chicago, 1961.

FOLEY, Toshikazu. *Biblical translation in Chinese and Greek: verbal aspect in theory and practice*. Leiden: BRILL, 2009.

HALLIDAY, Michael; MATTHIESSEN, Christian. *An introduction do functional grammar*. 3 ed. Londres: Arnold, 2004.

MATHEWSON, David. *Verbal aspect in the book of revelation: the function of Greek verb tenses in John's Apocalypse*. Leiden: Boston, 2010.

MOULTON, James; TURNER, Nigel. *A grammar of the New Testament Greek*. v. III. T&T Clark, 1963.

PETERS, Ronald. *The Greek article: a functional grammar of ó-items in the Greek New Testament with special emphasis on the Greek article*. Leiden: BRILL, 2014.

PORTER, Stanley. *Verbal aspect in the Greek of the New Testament, with reference to Tense and Mood*. New York: Peter Lang, 1993.

PORTER, Stanley; FEWSTER, Gregory; LAND, Christopher; *Modeling Biblical language: selected papers from the McMaster Divinity College linguistics circle*. Leiden: BRILL, 2016.

REED, Jeffrey. Discourse Analysis. In: PORTER, Stanley. *Handbook to exegesis of the New Testament*. Boston: BRILL, 2002.

THOMPSON, Geoff. *Introducing functional grammar*. 3 ed. New York: Routledge, 2004.

ROBERTSON, Archibald. *A grammar of the Greek New Testament on the light of historical research*. Nashville: Broadman, 1934.

WALLACE, Daniel B. *Gramática Grega: uma sintaxe exegética do novo testamento*. São Paulo: Editora Batista Regular, 2009.

Construcionalização lexical e mudança de transitividade verbal: uma contribuição da Linguística Funcional Centrada no Uso

Lexical constructionalization and change of verbal transitivity:
contribution from the Usage-based Functional Linguistics

Monclar Guinarães Lopes
Vanda Maria Cardozo de Menezes

Resumo

Este trabalho tem como objetivo a investigação de construcionalizações lexicais que acarretaram a mudança de transitividade verbal no português brasileiro. Para tal, recorreu-se ao Modelo da Construcionalização e das Mudanças Construcionais, de Traugott e Trousdale (2013), uma das abordagens recentemente adotadas nas pesquisas da Linguística Funcional Centrada no Uso, no âmbito dos estudos do Grupo D&G-UFF. Segundo essa vertente (T&T, 2013), por *construcionalização lexical*, compreende-se o pareamento FORMANOVA-SENTIDONOVO, cujo resultado seja uma nova construção para o inventário lexical. Sob esse ponto de vista, defende-se a existência de um sub-esquema V.COM na *constructicon*, em que um verbo de sentido pleno é seguido por uma preposição em estágio avançado de dessemantização, cujo resultado seja o entrincheiramento entre as duas formas (com menor liberdade posicional), a diminuição da composicionalidade da construção, bem como a mudança do sentido e da transitividade do verbo. Com base na frequência *type* e *token* dos dados analisados, sustenta-se que o sub-esquema V.COM seja, além de

produtivo, bastante convencional no PB, na medida em que está presente nos gêneros textuais mais monitorados.

Palavras-chave: Construcionalização lexical. Mudança de transitividade. Linguística Funcional Centrada no Uso.

Abstract

The aim of this paper is to investigate lexical constructionalizations that entailed the change of verbal transitivity in Brazilian Portuguese. To this purpose, we used the Theory of Constructionalization and Constructional Changes (TRAUGOTT & TROUSDALE, 2013), one of the approaches recently used in the researches of Cognitive-Functional Linguistics, especially in the framework adopted by our research group: D&G-UFF. According to this theory (T&T, 2013), by lexical constructionalization, we understand the FORMNEW-MEANINGNEW pairing, which result is a new construction for our lexical inventory. We support the existence of a V.COM sub-schema in our *construction*, in which a full-sense verb is followed by a bleached preposition. The results of this pairing are the entrenchment between the two words, the partial loss of compositionality of the construction, as well as meaning and transitivity change. Based on *type* and *token* frequency of the analyzed data, we argue that the V.COM sub-schema is, besides being productive, a lot conventional in Brazilian Portuguese, since it can be found in high-monitored textual genres.

Keywords: Lexical constructionalization. Transitivity change. Cognitive-Functional Linguistics.

1 Introdução

Lima (1972), ao analisar os aspectos sintático-semânticos dos verbos, propõe uma classificação alternativa para a transitividade verbal. Uma vez que os objetos indiretos advêm do caso *dativo* – “representando a pessoa ou a coisa a que se destina a ação, ou em cujo proveito ou prejuízo ela se realiza” (LIMA, 1972, p. 251) –, alguns verbos portugueses como *gostar*, *assistir*, *depende*, *precisar*, dentre outros, exigiriam, na verdade, um complemento relativo, isto é, “um complemento que, ligado ao verbo por uma preposição determinada (...), integra com o valor de objeto direto, a predicação de um verbo de significação relativa” (ibidem). No plano da forma, além da presença da preposição, esse tipo de complemento não atende ao seguinte critério sintático: os objetos indiretos são substituíveis pelo pronome átono *lhe(s)* – por exemplo: ofereci um chá *ao Mário* □ ofereci-*lhe* um chá. Diferentemente, os complementos relativos, na verdade, só podem ser substituídos pelas formas tônicas *ele(s)* e *ela(s)* – por exemplo: gosto *do livro* □ gosto *dele*.

Às observações feitas por Lima (1972), pode-se acrescentar uma outra sobre os verbos transitivos relativos: as preposições dessas construções apresentam-se bastante dessemantizadas, sem que se recuperem seus sentidos prototípicos. Em *gostar*, por exemplo, a preposição “de” não apresenta mais seu sentido básico de origem. Embora esse sentido tenha existido em um tempo pretérito, já que *gostar* tinha como sentido *tomar o gosto de*, a rotinização e a elevada frequência de uso desse verbo acarretaram mudança semântica, cujo sentido tornou-se análogo a *desejar* em nossa sincronia. Desse modo, hoje, a preposição “de” exigida pela regência do verbo *gostar* parece-nos destituída de sentido.

Os verbos transitivos relativos listados por Lima (1972) podem nos dar a falsa impressão de que são uma classe relativamente restrita e pouco produtiva. No entanto, em nossa sincronia, observam-se verbos que passam a instanciar esse tipo de construção verbal. *Desaparecer*, por exemplo, tradicionalmente considerado uma forma inacusativa – isto é, um verbo intransitivo com sujeito de papel paciente (o livro *desapareceu/sumiu*) –, pode aparecer em uma construção relativa na sincronia atual, como no exemplo *Mídia desaparece com aeroporto para ajudar Aécio*¹. Nessa ocorrência, “aeroporto” é afetado pela ação verbal e a preposição “com”, dessemantizada, não apresenta seu sentido básico de associação. Além de *desaparecer*, outros verbos podem instanciar esse tipo de construção, como *acabar* e *sumir*, cujas análises fazem parte desta pesquisa.

Tendo como base o Modelo da Construcionalização e das Mudanças Construcionais (TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013), defende-se que esses novos usos representam construcionalizações lexicais, isto é, um pareamento de FORMANOVA-SENTIDONOVO, cujo resultado seja um novo elemento para o inventário lexical, localizado na rede de construções mentais, a *constructicon*. Nas microconstruções analisadas neste trabalho, sustenta-se que, na trajetória de construcionalização, ocorrem as seguintes mudanças: no polo da forma, uma dessemantização avançada da preposição torna-a mais entrincheirada com o verbo, acarretando-lhe tanto uma maior fixidez posicional quanto a mudança da regência verbal. Em alguns casos, há também o aumento de valência verbal, como em *desaparecer* e *sumir*, que passam a apresentar um argumento interno. No polo do sentido, há diminuição de composicionalidade da construção, na medida em que a preposição perde seu

1 Exemplo extraído do *Corpus do Português*, textos contemporâneos.

sentido prototípico, entrincheira-se ao verbo e passa a compor uma nova construção, de valor causativo. Além disso, de um lado, uma noção de *causatividade* emerge das novas construções em que houve mudança na agentividade do sujeito (como no caso de *desaparecer* e *sumir*, cuja construção transitiva passa a selecionar um sujeito de papel agentivo). De outro, há uma expansão no paradigma de seleção dos sujeitos cujos verbos só selecionavam termos de traço + animado (como ocorre com *acabar*, que passa a aceitar termos de traço -animado na nova construção). Como ilustração, seguem dois exemplos:

1. E não estamos diante de um desemprego momentâneo, pois a reengenharia *desapareceu* com milhares de postos de trabalho.
2. Lei americana *acaba* com sigilo bancário no mundo. (*Corpus Brasileiro*, Notícias do Séc XXI)

Em (1), tem-se um uso transitivo² de *desaparecer*. Nessa ocorrência, o termo “a reengenharia” exerce a função de sujeito agente; “milhares de postos de trabalho”, por sua vez, a de objeto afetado pela ação de desaparecer. Se tomada a oração isoladamente, seria possível também uma leitura intransitiva, em que “a reengenharia” fosse sujeito paciente e “com milhares de postos de trabalho”, um adjunto adverbial de causa. No entanto, o contexto precedente restringe a interpretação a uma construção transitiva. Embora possa parecer que essas duas

2 Ao longo deste trabalho, referir-nos-emos à construção V.COM como sendo uma construção transitiva. Não faremos uso dos termos *direto*, *indireto* ou *relativo*. Compreendemos que a transitividade é escalar. Pelo termo “transitiva”, queremos apenas pontuar que ela tem uma função mais transitiva na língua, na medida em que passa a apresentar um argumento interno.

leituras sempre foram possíveis, ressalta-se que a construção transitiva de *desaparecer* é mais recente, na medida em que seu emprego surge somente no século XX. No plano da forma, observa-se que a preposição “com” apresenta-se dessemantizada, sem seu sentido básico de associação. Por se tratar de um objeto, sua posição é relativamente mais fixa que a de um adjunto adverbial. Nesse caso, se se topicalizasse o objeto e se desconsiderasse o contexto precedente – *com milhares de postos de trabalho, a reengenharia desaparece* –, uma leitura intransitiva seria favorecida, já que, na sintaxe do português, a reordenação dos acessórios é mais natural e esperada que a dos objetos (embora esta última ordenação seja possível). Observa-se que o mesmo fenômeno ocorre em relação ao exemplo (2). Sua reordenação sintática – *com sigilo bancário no mundo, lei americana acaba* – favoreceria uma interpretação intransitiva da construção. Sendo assim, em virtude da menor liberdade posicional e da dessemantização da preposição, os elementos apresentam-se mais entrincheirados. No plano do sentido, *desaparecer* apresenta um sentido causativo. Dizer *a reengenharia desapareceu com milhares de postos de trabalho* equivale a dizer *a reengenharia FEZ milhares de postos de trabalho DESAPARECER*. Dessa maneira, argumenta-se que a construção transitiva, de um lado, apresenta um sentido novo; de outro, há diminuição de composicionalidade da construção. É importante ressaltar que o sentido causativo de *desaparecer* não advém da soma das propriedades semânticas do verbo e da preposição, mas, sim, de uma relação simbólica oriunda de processos de neanálise da construção intransitiva, como se verá mais adiante.

Em (2), há mudanças análogas as vistas logo acima no plano da forma, com a exceção de que não há, necessariamente, aumento da valência verbal (*acabar*, em uma de suas construções

primitivas, já previa um argumento interno). No plano do sentido, há também uma relação de causatividade. Dizer *lei americana acaba com sigilo bancário no mundo* equivale a dizer *lei americana FAZ sigilo bancário no mundo acabar*. Entretanto, observa-se uma expansão paradigmática na seleção do sujeito. Vale frisar que *acabar* já apresentava, desde o século XIII, tanto uma construção transitiva (*eu acabei o livro*) quanto uma intransitiva (*a comida acabou*). No entanto, a construção transitiva direta permitia apenas a seleção de sujeitos com o traço +animado, como se observa no exemplo *eu acabei o livro*. Nesse tipo de construção, não é possível preencher o sujeito sintático com um termo -animado (**o livro acabou-me*). No entanto, na construção transitiva seguida de *com*, é possível que o sujeito sintático seja um termo -animado (*o livro acabou com ele*), tal como ocorre em (2), cujo sujeito não apresenta o traço de animacidade.

2 Pressupostos teórico-metodológicos

O modelo da Construcionalização e das Mudanças Construcionais (TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013) constitui uma abordagem teórica relativamente recente para os estudos diacrônicos em perspectiva construcional. Grosso modo, a obra busca analisar como novas construções, tanto gramaticais quanto lexicais, surgem na língua e como elas estão representadas, hierarquicamente, na mente humana.

Por *construcionalização*, entende-se uma mudança nos dois polos da construção, isto é, muda-se tanto a forma quanto o sentido. Por esse motivo, os autores definem *construcionalização* como sendo um pareamento de uma FORMANOVA-SENTIDONOVO. A construcionalização pode,

ainda, ser de dois tipos: *gramatical*, quando o resultado for um elemento da classe gramatical, como preposições, conjunções e afixos, por exemplo, ou *lexicais*, quando o resultado for um elemento do léxico, como verbos e nomes. Por sua vez, por *mudança construcional*, compreende-se uma mudança apenas em um dos polos: ou no sentido ou na forma.

O processo de construcionalização se dá através de dois mecanismos cognitivos: neoanálise e analogização. Na neoanálise, há uma trajetória diacrônica de mudança que implica uma sucessão de micropassos. Num primeiro estágio, a presença de um contexto atípico (DIEWALD, 2006), no processo interacional, suscita a reinterpretação de uma construção já existente. Veja:

3. Daqui por diante a nossa vida seria um inferno. Ângelo: - Diga antes que não lhe sorri a ideia de viver modestamente, e receia o motejo da sociedade que assistir satisfeita ao leilão das nossas carruagens e tripudiar sobre os destroços do nosso luxo ridículo. É ainda a sua vaidade que fala. O amor, esse *desapareceu com o último níquel!* (Henriqueta estremece) Ludgero: - O senhor insulta a minha filha. (AZEVEDO, Artur. *O Dote*. Romance do século XIX)

Como, no século XIX, *desaparecer* só instanciava construções inacusativas (intransitivas), a interpretação esperada para o exemplo acima é a de que “esse” seja um sujeito paciente e “com o último níquel”, um adjunto adverbial de causa. No entanto, dado o contexto, seria possível uma leitura transitiva para o exemplo, na medida em que, assim como o fim do dinheiro pode fazer o amor desaparecer, o amor pode fazer o dinheiro desaparecer. Nesta última interpretação, “esse” seria sujeito agente e “com o último níquel” o objeto afetado pela ação verbal.

4. Suicídio? Você não estará dizendo isso porque é uma resposta conveniente para a companhia de seguros? Afinal de contas, é seu ganha-pão. Pode ser – respondeu Aurélio –, mas não descartaria essa hipótese. – Aurélio, ninguém se mata e depois *desaparece com* a arma. Ficou olhando para o amigo e completou: – a menos que algum outro faça isso. (GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *O Silêncio da Chuva*. Romance do século XX).

Num segundo estágio, a recorrência desses tipos de contexto pode levar à presença de opacidade múltipla, em que a ambiguidade favorece uma dupla interpretação para a construção (no nosso caso, uma leitura tanto intransitiva quanto transitiva para o verbo). Em (4), por exemplo, pode-se entender tanto que o morto e a arma desapareceram, sendo ambos pacientes da ação verbal, quanto que apenas a arma do crime desapareceu, mas não o corpo.

5. Para ajudar Aécio, Mídia *desaparece com* aeroporto dado à sua família (manchete do século XXI).

Num último estágio, ocorre a convencionalização da nova construção, em que apenas uma interpretação transitiva é permitida num contexto isolante. Em (5), por exemplo, não é possível compreender o sujeito como sendo paciente da ação do verbo, apenas a interpretação de um sujeito agente é possível.

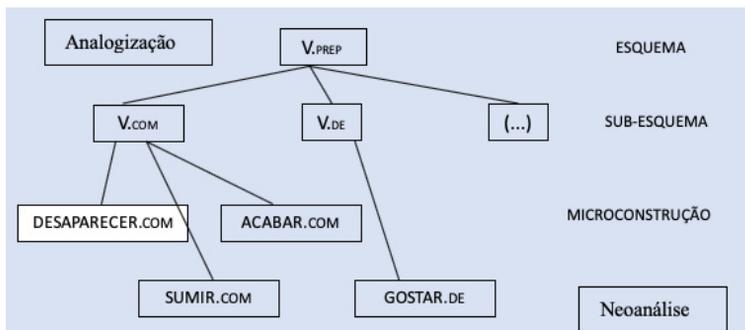
Neste último caso, a construção passa a compor novos nós na rede de construções, hierarquicamente organizados: no nível da microconstrução, do sub-esquema e do esquema. Na neoa-nálise, está implicado um processo indutivo, isto é, os nós são criados de baixo para cima, da microconstrução para o esquema. Uma vez formado o esquema, ele pode tornar-se produtivo e

formar novas microconstruções por regra ou dedução, isto é, analogização, em que a rede opera de cima para baixo (Veja a figura 1, mais abaixo). Vale ressaltar que, na analogização, as microconstruções mais produtivas também motivam a analogização, na medida em que servem como exemplares para a instanciação de outras microconstruções na língua.

Como exemplo de analogização, pode-se citar o uso transitivo do verbo *sumir*. Diferentemente de *desaparecer*, SUMIR.COM só apareceu no PB quando a construção transitiva de *desaparecer* já estava convencionalizada. Como o emprego inacusativo de *sumir* seguido de *com* era raro até o século XX – e, quando surge a construção transitiva, esta se mostra bem mais frequente que a primeira –, defende-se que o processo de mudança se deu por analogização, isto é, uma vez que já existia um sub-esquema V.COM na *constructicon*, *sumir* foi recrutado para essa construção, até mesmo por possuir sentido análogo a *desaparecer*.

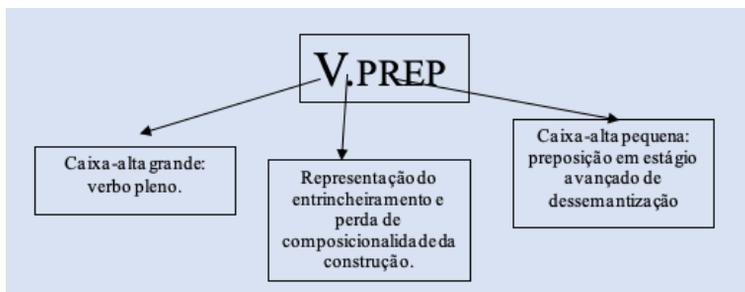
Para melhor compreender a figura 2, é importante esclarecer que Traugott & Trousdale (2013) fazem uso da seguinte notação científica para a representação das construcionalizações lexicais. Nas microconstruções, separam-se os dois elementos por ponto, o qual representa tanto o entrincheiramento das formas quanto a diminuição de composicionalidade da construção. O elemento lexical é representado em caixa-alta grande e o elemento gramatical em caixa-alta pequena. No sub-esquema, o procedimento é o mesmo, sendo que o elemento lexical é, na verdade, um *slot*, isto é, um espaço que pode ser preenchido paradigmaticamente por outros elementos de categoria e/ou sentido semelhante. Na construção em estudo, esse *slot* só pode ser preenchido por verbos que instanciam esse tipo de construção. No esquema, tem-se apenas uma representação abstrata dos *slots* das categorias previstas pela construção.

Figura 1. Processo de construcionalização de V.PREP



Fonte: os autores.

Figura 2. Representação do esquema V.PREP



Fonte: os autores

3 Análise das construções V.PREP

Uma vez que esta pesquisa investiga o processo de construcionalização de três microconstruções (ACABAR.COM, DESAPARECER.COM e SUMIR.COM), cujas trajetórias ocorrem em períodos

distintos, teve-se de recorrer a três diferentes *corpora*: a) *Corpus informatizado do Português Medieval*³, composto por 2.635 documentos, para análise de *acabar* nos documentos remanescentes no português arcaico, o primeiro caso da construção transitiva entre as microconstruções estudadas; b) *Corpus Vercial*⁴, composto de 309 obras literárias do século XVI ao século XX, para análise das construcionalizações de *acabar*, *desaparecer* e *sumir*; c) *Corpus do Português Brasileiro*⁵, que conta com mais de 1 bilhão de palavras do português contemporâneo, para verificar o aumento de frequência de uso e a convencionalização das construções investigadas. Nessa investigação, empregou-se metodologia quantitativa e qualitativa.

Sabe-se que na investigação dos fenômenos linguísticos, o ideal é um maior controle na seleção dos *corpora*, tanto no que diz respeito ao período quanto na seleção dos gêneros discursivos. Porém, uma vez que esta pesquisa versa sobre uma construção lexical com relativa baixa frequência na língua, houve a necessidade de se recorrer a diferentes *corpora* disponíveis, constituídos por diferentes gêneros da modalidade escrita, de sequência narrativa. Mesmo assim, crê-se que os dados permitiram captar os processos de mudança linguística.

DESAPARECER.COM

A construção transitiva DESAPARECER.COM surge no português brasileiro a partir de um processo de neoanálise, cuja fonte é a construção inacusativa em que está presente um

3 <http://cipm.fcsh.unl.pt/>

4 <http://www.linguateca.pt/aceso/corpus.php?corpus=VERCIAL>

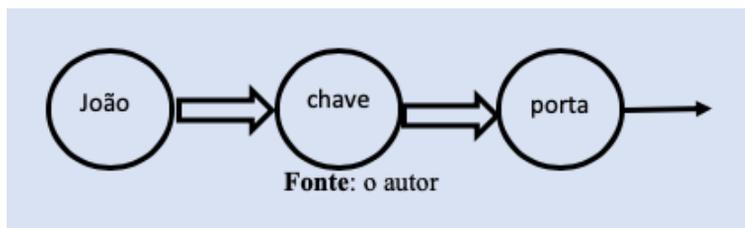
5 <http://the.sketchengine.co.uk/auth/corpora/>

adjunto adverbial de causa, condição ou instrumento, que é neoanalisado como sendo um complemento do verbo. Sob essa perspectiva, uma nova construção na língua emerge de um processo de inferência sugerida, conforme dito anteriormente.

Com base em um dos arquétipos da Gramática Cognitiva (LANGACKER, 2008), a *cadeia de ações*, argumenta-se que os termos sintáticos que possuem propriedade semântica de causação competem para a posição de sujeito da oração. Segundo o autor (2008, p.355), no processo de representação linguística, uma vez que nossa atenção está centrada no elemento de maior agentividade, é natural que esse, quando perfilado, assumo o papel sintático de sujeito da oração.

Como exemplo, tome-se a frase *João abriu a porta com a chave*. Em termos representacionais, pode-se conceber João como a causa original, de modo que João exerce uma força X sobre a chave, que exerce uma força Y sobre a porta. Imageticamente, esses elementos (todos perfilados na oração), poderiam ser assim representados:

Figura 3. Representação do arquétipo *cadeia de ações*.



Fonte: o autor

Caso o primeiro elemento, a fonte da energia (isto é, a causa primária) não fosse perfilada na oração, a tendência seria

que o segundo elemento ocupasse o papel de sujeito sintático (*A chave abriu a porta*). Por fim, se nem o primeiro nem o segundo elementos (João e chave) fossem perfilados, o último elemento tenderia a preencher essa função sintática (*A porta abriu*).

Sob esse ponto de vista, quando a uma construção inacusativa acrescenta-se um adjunto adverbial que contenha a propriedade semântica de causação (como os adjuntos adverbiais de causa, por exemplo), eles competem, cognitivamente, pela posição de sujeito sintático. Portanto, defende-se que o processo inicial de neoanálise não se dá ao acaso, na medida em que é cognitivamente motivado.

Lopes (2015), em sua tese de doutorado, procedeu a um teste formal. Num primeiro momento, separou diversas ocorrências em que a construção inacusativa de desaparecer era seguida da preposição *com* e dividiu-as em dois grupos distintos. De um lado, havia as orações em que “*com*” encabeçava adjuntos adverbiais com propriedade de causação (como causa, condição ou instrumento); de outro, adjuntos adverbiais sem essa propriedade (como companhia e modo) ou, inclusive, adjuntos adnominais. Num segundo momento, fez um teste de inversão, substituindo os adjuntos adverbiais pelos sujeitos e os sujeitos pelos adjuntos. Como resultado, observou que os adjuntos adverbiais que continham propriedade de causação permitiam a instanciação da construção transitiva, enquanto aqueles que não tinham essa propriedade, construía frases incoerentes. Veja:

Quadro 2. Teste de inversão: da construção inacusativa à transitiva.

Adjuntos com propriedade de causação	
Construção inacusativa	Teste de inversão
As verbas do tesouro desapareceriam <i>com os cortes orçamentários e a corrosão inflacionária</i> (causa).	Os cortes orçamentários e a corrosão inflacionária desapareceriam com as verbas do tesouro.
A caspa desaparece <i>com Clear</i> (instrumento).	Clear desaparece com a caspa.
Adjuntos sem propriedade de causação	
Construção inacusativa	Teste de inversão
Primeiro, pegar um molho de macela e colocar para cozinhar. Depois, lavar a cabeça com a macela cozida e a gripe vai desaparecer <i>com muita facilidade</i> .	* (...) muita facilidade vai desaparecer com a gripe.
(...) Ainda mais se considerarmos que o período abordado não ultrapassa praticamente duas décadas de música: de 1830 a 1850 aproximadamente, isto é, um período de grande fertilidade dos compositores nascidos em torno de 1810, alguns prematuramente desapareceram <i>com mais ou menos 40 anos de idade</i> .	* (...) Mais ou menos 40 anos de idade desapareceram com alguns compositores prematuramente.

Fonte: os autores

Com base nos resultados desse teste, concluiu-se que a propriedade semântica da causação representa um importante fator conceptual no processo de neoanálise. É interessante ressaltar que, no levantamento diacrônico dos dados, a despeito

de se identificarem ocorrências de *desaparecer* do século XIV ao XVIII, apenas na segunda metade do século XIX encontram-se ocorrências em que *desaparecer* era seguido da preposição *com*. O uso transitivo, por sua vez, em contextos isolantes, ocorre apenas no século XX, como se pode observar em (6), em que *três coisas* é objeto de *desaparecer*.

6. A Globo já desapareceu com três coisas: Diretas Já, as vaías contra FHC no réveillon e agora o Torneio Mundial da Várzea! (Notícias do século XXI).

Tabela 1. Tabela resumitiva dos dados levantados de *desaparecer* por periodicidade.

Período	Ocorrências da construção inacusativa de verbo seguido da preposição “com”		Ocorrências da construção transitiva V.COM	
	No	%	No	%
1700-1800	-	-	-	-
1801- 1900	25	100	-	-
1901-1989	33	89,19	4	10,81
1990 - 2014	54	71,05	22	29,95
Total	112	81,16	26	18,84

Fonte: os autores

No quadro acima, podemos observar que a preposição “com”, seguida do verbo, apresenta-se nos dados apenas no século XIX, com 25 ocorrências, mas apenas em construções

inacusativas. No século XX, até o final da década de 1980, surge a construção transitiva, com raras ocorrências entre todos os usos de *desaparecer* (apenas 4 ocorrências, representando 10,81% dos dados). A partir do final do século XX, a construção aumenta exponencialmente, passando a representar 29,95% dos dados (22 ocorrências). Argumenta-se que esses dados atestam a convencionalidade da construção transitiva, isto é, confirmam o processo de construcionalização lexical no PB.

SUMIR.COM

A despeito de as ocorrências de *desaparecer* seguido de *com* serem bem mais numerosas em nossa sincronia que as de *sumir* – a primeira apresenta 4.159⁶ ocorrências no Corpus do Português e a segunda 2.647 –, a construção transitiva de *sumir* é mais frequente que a de *desaparecer*, na medida em que ela representa 69,10% das ocorrências em que *sumir* é seguido de *com*. Veja:

6 Ao analisar esse número, pode-se ter a impressão de que ele não corresponde à quantidade de ocorrências presente no quadro 3 e 4. Não obstante, é importante frisar que os dados apontados naquele quadro representam um recorte, tendo sido analisados um a um, classificando-os como sendo construções inacusativas ou transitivas. Desse modo, os números de 4.159 e 2.647 ocorrências referem-se aos dados disponíveis no sistema de busca do *corpus*.

Tabela 2. Tabela resumitiva dos dados levantados de *sumir* por periodicidade.

Período	Ocorrências analisadas da construção inacusativa de verbo seguido da preposição “com”		Ocorrências analisadas da construção transitiva V.COM	
	No	%	No	%
1801-1900	1	100	-	-
1901-1989	1	100	-	-
1990 - 2014	32	30,76	76	69,24
Total	34	30,90	76	69,10

Fonte: os autores

Através de investigação dos mesmos *corpora*, chegou-se a um resultado bem distinto, como se pode perceber na tabela 2. Quanto à construção inacusativa seguida de *com*, identificaram-se apenas dois casos no século XIX e até final do século XX. Em contrapartida, nos 10 últimos anos do século XX e início do século XXI, há um aumento de ocorrências tanto na construção inacusativa (32 ocorrências) quanto nas transitivas, que se apresentam em grande número (76 ocorrências). Abaixo, seguem as ocorrências. Na primeira, o adjunto adverbial representa uma noção abstratizada de companhia (isto é, tanto o sujeito quanto o adjunto representam elementos que desaparecerão). Na segunda, *com medo* representa um adjunto adverbial de causa.

7. Pulverizarei-los como pó que o vento espalha; e farei que se *sumam com* a lama dos caminhos. (BRANCO, Camilo Castelo. *A Freira no Subterrâneo*. 1872)

8. Ah, essas noites em que a luz se foi fazendo cada vez mais clara. Uma hora em que entendi tudo e todas as vozes dentro de mim se *sumiram com* medo à minha própria voz. A gente só não se arrepende do mal que faz neste mundo. (OLIVEIRA, Manuel de. *Teatro* – 1923).

De 1990 para cá, no entanto, a construção transitiva de *sumir* tornou-se frequente e convencional no PB, conforme atestam os dados da tabela 4, haja vista que as construções transitivas são bem mais frequentes que as inacusativas em que *sumir* é seguido da preposição “com”. Em (9) e (10), seguem dois exemplos de ocorrências da construção transitiva, em que os termos que acompanham a preposição “com” são objetos do verbo, na medida em que são afetados por sua ação.

9. Ao fazer um upload de uma planilha do Excel, o mesmo *sumiu com* os gráficos e desconfigurou a minha planilha, e no momento que faço o download, ele não traz mais a configuração do arquivo quando adicionei. (Texto da Web – Século XXI)
10. Vírus é uma praga digital, alguns são brincadeiras de mal gosto, outros são coisas sérias e podem até *sumir com* o dinheiro da sua conta no banco, ainda bem que existem softwares de segurança, como o Panda. (Texto da Web – Século XXI)

Em virtude da “inexistência” da construção transitiva até o final da década de 1980 e da sua elevada frequência de uso de 1990 até 2014, defende-se que a construção transitiva surgiu no PB via analogização, e não por neanálise. Sob esse ponto de

vista, DESAPARECER.COM formou um sub-esquema V.COM na rede de construções e *sumir* foi recrutado paradigmaticamente, uma vez que além de pertencer a mesma categoria morfológica, apresenta sentido análogo ao de *desaparecer*.

Não obstante, é interessante notar que, a despeito de ter sido motivado pela construção transitiva de *desaparecer*, em nossa sincronia, SUMIR.COM é mais frequente nos *corpora*. Na tabela abaixo, por exemplo, fez-se uma estimativa a partir dos dados analisados, ou seja, embora não se analisaram todas as ocorrências, procedeu-se a um cálculo estatístico. Observa-se que, apesar de haver bem menos ocorrências totais de *sumir* seguido de *com*, o emprego transitivo da construção é bem superior ao emprego transitivo de *desaparecer*. Acredita-se que, nesse caso, SUMIR.COM tenha se tornado o protótipo da categoria – haja vista a sinonímia entre as duas construções –, mesmo tendo esta construção sido formada de outra por analogia. Tal fato mostra que a representação das categorias na mente humana está diretamente associada à rotinização e à frequência de uso.

Tabela 3. Estimativa dos dados nos *corpora*.

Verbo	Total de ocorrências de verbo seguido de “com” nos <i>corpora</i>	Estimativa das construções inacusativas		Estimativa das construções transitivas	
Desaparecer	4.159	3.370	81%	789	19%
Sumir	2.647	816	30,82%	1.824	69,18%
Acabar	162.234	32.452	20%	129.782	80%

Fonte: o autor

Na tabela acima, observamos que as construções transitivas apresentam diferentes graus de convencionalização no português brasileiro. Enquanto as construções transitivas de *acabar* e *sumir* são mais frequentes quando comparadas às inacusativas (69,18% e 80% dos dados, respectivamente), as transitivas de *desaparecer* ainda se apresentam em menor número (19% dos dados).

ACABAR.COM

Das microconstruções investigadas nesta pesquisa, ACABAR.COM é a mais antiga, havendo ocorrências desde o século XVII e XVIII. Seguem dois exemplos (11) e (12), em que tanto *homem* quanto *isso* representam objetos de *acabar*:

11. Vendo Deus que todos os pensamentos do coração humano eram inclinados e aplicados ao mal, resolveu de *acabar com* o homem e tirá-lo da face da terra (Sermões de Maria Rosa Mística – 1686).
12. Semicúpio: Rapaziadas. Ora, ande, vá-se aí para dentro e não faça outra: seja sisuda e virtuosa, que assim manda o direito, honestè vivere.

Dona Nize: À obediência de vossa mercê. (Vai-se)

Dom Gilvaz: Homem, *acabemos com* isso, venha Dona Clóris, por quem estou suspirando. (SILVA, Antônio José. *Guerras do Alecrim e da Manjerona*. Teatro do Século XVIII)

Diferentemente de *desaparecer* e *sumir*, *acabar* já instanciava, desde o século XIII, tanto uma construção inacusativa quanto uma transitiva prototípica (isto é, sem preposição), como se pode observar nos exemplos abaixo. Em (13), *sa razon* é sujeito paciente da locução *pode acabar*; em (14), *nulha cousa* é objeto direto de *acabei*.

13. E a quen muyto trem'o coração,
nunca ben pód'acabar sa razon (Cantiga do século XIII)

14. nulha cousa non acabey,
Ca vede' lo que eu cuydey (Cantiga do século XIII)

Portanto, já que tanto a construção inacusativa quanto a transitiva direta coexistiam desde o século XIII, a pesquisa se deparou com estes dois obstáculos: 1) ACABAR.COM teria como origem a construção inacusativa ou a transitiva? 2) Por que surgiria uma nova construção transitiva na língua se já existia um padrão transitivo direto para *acabar*?

No que tange à primeira pergunta, infelizmente não se localizaram nos *corpora* contextos atípicos de *acabar* nos séculos XV ou XVI, antes de surgir a construção ACABAR.COM na língua. No entanto, argumenta-se que o mecanismo de mudança seja análogo ao de *desaparecer*. Isso porque, nos processos de mudança que se tem observado através do modelo da Construcionalização e das Mudanças Construcionais, as novas microconstruções linguísticas surgem ou via neanálise ou analogização. Na neanálise, está implicado um processo inicial de *inferência sugerida* (TRAUGOTT & DASHER, 2005), em que uma forma pertencente à uma construção existente é reinterpretada com um sentido diferente (no caso desta pesquisa, uma construção inacusativa

é reinterpretada como sendo transitiva). A reiteração e manutenção desse novo sentido leva a um novo nó na rede, isto é, à formação de uma nova construção. Chegou-se a se pensar na possibilidade de ter havido uma mescla entre a construção transitiva e a inacusativa. No entanto, acredita-se que essa hipótese é pouco plausível, pois seria difícil explicar o que levaria um falante a empregar uma preposição com valor de associação (pois no estágio inicial não haveria sua dessemantização) em uma construção transitiva já existente na língua.

Outro fato que nos leva a crer que ACABAR.COM advenha da construção inacusativa é o fato de ela também ter uma base semântica de causação. Dizer *Deus acabou com o homem* equivale a dizer *Deus FEZ o homem ACABAR*, sendo *homem* o afetado/paciente da ação verbal nas duas construções.

Tais semelhanças nos levam a defender que haja uma coerção de sentido da própria construção. Sendo a construção um pareamento simbólico entre FORMA-FUNÇÃO, há um sentido presente no sub-esquema V.COM, que se apresenta em todas as microconstruções. É interessante notar que, no exemplo supracitado (*Deus acabou com o homem*), poder-se-ia substituir o verbo pelas outras duas microconstruções estudadas, que se obteria um sentido análogo: *Deus sumiu com o homem*; *Deus desapareceu com o homem*. Vale frisar que, embora *desaparecer* e *sumir* já tenham sentido semelhantes em seus empregos mais básicos, o mesmo não vale para *acabar*, cujo sentido básico é outro.

Em relação à segunda questão, descobriu-se que ACABAR.COM apresenta possibilidades diferentes quando comparada à construção transitiva direta prototípica. Enquanto esta tem restrições de animacidade na seleção do sujeito (*eu acabei o trabalho* vs **o trabalho o acabou*), a construção transitiva seguida

de preposição “com” permite a instanciação de sujeitos – animados (*o trabalho acabou com ele*).

Por fim, segue a tabela dos dados levantados de *acabar* por periodicidade:

Tabela 4. Tabela resumitiva dos dados levantados de *acabar* por periodicidade.

Período	Ocorrências analisadas da construção inacusativa de verbo seguido da preposição “com”		Ocorrências analisadas da construção transitiva V.COM	
	No	%	No	%
1501-1600	5	80	0	-
1601-1700	8	88,88	1	11,12
1701-1800	1	14,28	6	85,72
1801-1900	4	11,76	30	88,24
1901-1989	7	30,43	16	69,57
1990 – 2014	13	11,61	99	88,39
Total	38	20	152	80

Fonte: os autores

É importante ressaltar que o número mais baixo de ocorrências no período de 1901-1989 (23 ocorrências gerais, comparadas a 34 do período anterior e 112 do período subsequente) se deve ao fato de o *Corpus Vercial* ser composto prioritariamente por romances escritos no século XIX, e não por uma queda na frequência de uso da construção. Não obstante, mesmo assim, os dados atestam que a construção transitiva

seguida de preposição é convencional desde o século XVIII. Inclusive, como apontam os dados, nos *corpora* investigados, a construção transitiva mostra-se, hoje, mais frequente que a inacusativa, representando 80% das ocorrências totais.

4 Conclusão

Em nossa sincronia, encontram-se casos em que um verbo pleno anteposto a uma preposição dessemantizada resultam na mudança de transitividade. Argumenta-se que tais ocorrências representam construcionalizações lexicais, isto é, pareamentos de FORMANOVA-SENTIDONOVO, cujos produtos representem novos elementos para o vcc\inventário lexical, presentes na rede de construções, na mente humana. Essa emergência de novas construções transitivas na língua pode dar-se via dois mecanismos: neanálise e analogização.

Na neanálise, uma regra abstrai-se a partir do uso, por indução. Um conjunto de formas já existentes na língua é reinterpretado como termos de uma outra construção. As construções inacusativas de *desaparecer* e *acabar*, por exemplo, têm seus adjuntos adverbiais de causa, condição ou instrumento reinterpretados como objeto. A convencionalização desse sentido leva a novas representações na rede de construções em três diferentes níveis: forma-se uma microconstrução DESAPARECER.COM e ACABAR.COM, um sub-esquema V.COM e um esquema V.PREP. Ao encabeçar um complemento, a preposição perde seu sentido básico de associação. Isso não quer dizer, no entanto, que só o verbo mantém seu sentido original, pois, como se viu, um novo sentido causativo é atribuído a toda construção. Nesse sentido, DESAPARECER.COM e ACABAR.COM

não são o mesmo que *desaparecer* e *acabar* inacusativos, já que uma nova significação emerge dessas construções: *X faz Y desaparecer/acabar*.

Na analogização, um esquema V.PREP ou um sub-esquema V.COM já está disponível na *constructicon* e, nesse caso, o processo de construcionalização se dá de forma mais automática, pela aplicação de uma regra. Isso ocorreu com SUMIR.COM, por analogia a DESAPARECER.COM. Acredita-se que, ao lado das microconstruções que foram objetos desta pesquisa, existem várias outras que merecem atenção, como, por exemplo, os verbos transitivos relativos citados por Lima (1972), como *precisar*, *gostar*, *assistir*, entre outros.

REFERÊNCIAS

DEWALD, G. *Contexts types in grammaticalization as constructions*. Hannover. Set de 2006. Disponível em <<http://journals.linguisticsociety.org/elanguage/constructions/article/download/24/24-82-1-PB.pdf>> Acesso em 29 de agosto de 2016.

LANGACKER, R. *Cognitive Grammar*. New York: Oxford University Press, 2008.

LIMA, R. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

LOPES, M. G. *Transitivização de desaparecer em perspectiva cognitivo-funcional*. Tese de doutorado. Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. B. *Regularity in Semantic Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes*. New York: Oxford University Press, 2013.

Correlação: uma análise funcional dos parâmetros sintático-semânticos da transitividade

Correlation: a functional analysis of the syntactic-semantic parameters of the transitivity

Lúcia Chaves de Oliveira Lima

Resumo

Neste artigo, discutimos o fenômeno da transitividade. Mais especificamente, os parâmetros sintático-semânticos da transitividade formulados por Hopper e Thompson (1980). Nosso objetivo é comparar esses parâmetros a fim de verificar a importância relativa de cada um na aferição do grau de transitividade de uma oração. O trabalho se insere no quadro da Linguística Funcional Centrada no uso. Os dados empíricos correspondem a duas narrativas faladas extraídas do *Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal* (FURTADO DA CUNHA, 1998). Procuramos desenvolver uma análise qualitativa, com suporte quantitativo, do fenômeno linguístico estudado. Nossos resultados evidenciam quais parâmetros são determinantes de transitividade baixa, média e alta, e indicam que alguns parâmetros têm uma correlação estreita entre si, já que a marcação negativa ou positiva de um

parâmetro pode implicar a marcação negativa ou positiva de outro(s) que com ele se relaciona(m).

Palavras chave: Transitividade. Correlação. Parâmetros sintático-semânticos.

Abstract

In this paper we discuss the phenomenon of transitivity. More specifically, the syntactic-semantic parameters of transitivity formulated by Hopper and Thompson (1980). Our aim is to compare these parameters in order to verify the relative importance of each one in the measurement of the degree of transition of a sentence. The work falls within the framework of Usage-Based Linguistics. The empirical data correspond to two spoken narratives extracted from the *Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal* (FURTADO DA CUNHA, 1998). We seek to develop a qualitative analysis, with quantitative support, of the linguistic phenomenon studied. Our results show which parameters are determinants of low, medium and high transitivity, and indicate that some parameters have a close correlation among them, since the negative or positive marking of one parameter may imply the negative or positive marking of other(s) that are related to it.

Palavras chave: Transitivity. Correlation. Syntactic-semantic parameters.

1 Introdução

Neste trabalho analisamos o fenômeno da transitividade. Mais especificamente, os parâmetros sintáticos e semânticos que compõem o complexo de transitividade formulado por Hopper e Thompson (1980). Nessa abordagem, cada um desses parâmetros focaliza um ângulo da transferência de uma ação de um participante para outro em uma porção diferente da oração (HOPPER; THOMPSON, 1980). Dessa forma, a transitividade é gradiente, e uma oração pode ser mais alta em transitividade do que outra por reunir mais traços positivos do complexo. Assim, é toda a oração que é classificada como transitiva, e não apenas o verbo.

Essa abordagem se distingue do tratamento da Gramática tradicional uma vez que, nessa perspectiva, a transitividade é vista como uma propriedade categórica do verbo. Analisa-se se o verbo precisa de complemento ou não e se esse complemento é um objeto codificado como um SN. Bechara (2009) diz que os verbos transitivos precisam de *delimitadores semânticos*, que ele chama de *argumentos* ou *complementos verbais*. Do mesmo modo, Cunha e Cintra (1985) dizem que os verbos transitivos exigem sempre uma palavra de valor semântico que lhe integre o sentido, um SN, compondo juntos uma *expressão semântica*. Rocha Lima (2011), apesar de afirmar não se prender tanto à estrutura da frase, mas às relações funcionais de cada elemento, priorizando, portanto, o aspecto semântico, usa os mesmos termos para explicar o fenômeno: “*exigem a presença de um OD; [...] pede a presença de um OI*”. Além disso, sustenta que se faz necessária a presença dos três elementos da oração, sujeito (S) verbo (V) e objeto (O), para que a oração seja transitiva.

Hopper e Thompson (1980) defendem que a transitividade é um universal linguístico, uma vez que os parâmetros

componentes assinalam elementos cognitivamente salientes, ligados ao modo pelo qual a experiência humana é apreendida. A universalidade parece residir no fato de que esses parâmetros estão relacionados ao evento causal prototípico, definido como um evento em que um agente animado intencionalmente causa uma mudança física e perceptível no estado ou locação de um objeto (FURTADO DA CUNHA, 2006)

Nessa perspectiva, portanto, são analisadas as propriedades sintáticas e semânticas dos elementos que constituem a oração, representadas pelos parâmetros: participantes, polaridade e modalidade, referentes à oração; cinese, perfetividade e pontualidade, relacionadas ao verbo; agentividade e intencionalidade, referentes ao sujeito; afetamento e individualização, referentes ao objeto. O evento transitivo prototípico apresenta todos esses parâmetros marcados positivamente; porém, quando marcados negativamente, a oração se afasta do evento prototípico.

A observação do comportamento desses parâmetros em dados reais de língua levanta algumas questões: 1. Que traços são determinantes de transitividade baixa, média e alta? 2. Há correlações entre os traços?

Diante do exposto, investigamos quais os parâmetros de transitividade são determinantes de transitividade baixa, média e alta, além de possíveis correlações entre os traços do complexo de transitividade, a fim de verificar a importância de cada um na manifestação da transitividade de uma oração e sua implicação na marcação positiva ou negativa de outros traços.

Os dados empíricos correspondem a quatro narrativas faladas e suas correspondentes escritas extraídas do *Corpus Discurso & Gramática*: a língua falada e escrita na cidade do Natal (FURTADO DA CUNHA, 1998).

O trabalho se insere no quadro da Linguística Funcional Centrada no uso (LFCU). Essa abordagem reúne estudiosos da Linguística funcional norte-americana, como Talmy Givón, Paul Hopper, Sandra Thompson, Joan Bybee, Elizabeth Traugott, entre outros, bem como da Linguística Cognitiva, como George Lakoff, Ronald Langacker, Tomasello, Adele Goldberg, William Croft, entre outros¹.

Nesse quadro teórico, a língua é moldada nas situações reais de comunicação. Nesse sentido, a gramática é resultado da estruturação de processos cognitivos e comunicativos da língua e, por isso, é vista como um sistema aberto, adaptativo, suscetível a mudanças e afetado pelo uso que lhe é dado no dia a dia. Ela é “[] um conjunto de formas, padrões e práticas que surgem para servir às funções que os falantes necessitam desempenhar com mais frequência” (FORD; FOX; THOMPSON, 2003, p.122).

Assim, neste trabalho, ressaltamos a importância em estudar a língua em uso, com foco no fenômeno da transitividade.

Este artigo está dividido em cinco seções. Na seção 2, tratamos da abordagem funcionalista da transitividade e dos parâmetros sintático-semânticos propostos por Hopper e Thompson (1980); na seção 3, procedemos a análise dos dez parâmetros do complexo de transitividade e aferição dos parâmetros que codificam transitividade baixa, média e alta; na seção 4, discutimos a correlação dos traços do complexo de transitividade. Por último, na seção 5, apresentamos as considerações finais.

1 Tomassello (1998, 2003) propõe a articulação da Linguística Funcional à Linguística Cognitiva num modelo denominado Linguística Cognitivo-Funcional. Os pesquisadores do Grupo Discurso & Gramática adotam essa articulação denominando-a Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU).

2 Abordagem funcionalista da transitividade: parâmetros sintático-semânticos

Na perspectiva da Linguística Funcional norte-americana, a transitividade da oração é concebida como uma noção contínua, gradiente e não categórica (HOPPER; THOMPSON, 1980). Para os autores, a transitividade envolve dez parâmetros sintático-semânticos, que focalizam diferentes ângulos da transferência da ação, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Parâmetros da transitividade

Parâmetros	Transitividade alta	Transitividade baixa
Participantes	Dois ou mais	Um
Cinese	Ação	Não ação
Aspecto do verbo	Perfectivo (télico)	Não perfectivo (atélico)
Pontualidade do verbo	Pontual	Não pontual
Intencionalidade do sujeito	Intencional	Não intencional
Polaridade da oração	Afirmativa	Negativa
Modalidade da oração	Modo realis	Modo irrealis
Agentividade do sujeito	Agentivo	Não agentivo
Afetamento do objeto	Objeto afetado	Objeto não afetado
Individuação do objeto	Objeto individuado	Objeto não individuado

Fonte: Hopper e Thompson (1980)

Cada um desses parâmetros contribui para a ordenação de orações numa escala de transitividade (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2011). Esses parâmetros estão relacionados a porções diferentes da oração:

1 Participantes

Participante é o elemento evocado na cena perfilada pela oração. Os participantes ligados ao verbo na oração são codificados sintaticamente como o *sujeito*, que pode assumir o papel semântico de agente, e o *objeto direto*, que pode assumir o papel de paciente afetado ou efetuado. Esses participantes podem estar expressos no discurso ou não, como propõem Hopper e Thompson (1980) e Furtado da Cunha e Souza (2011).

É preciso ressaltar que, na estrutura oracional, os participantes podem assumir outros papéis semânticos. Por exemplo, o sujeito pode também assumir os papéis semânticos de causativo, experienciador, beneficiário, recipiente, instrumento etc.

A dificuldade da marcação desse traço deve-se a discussões sobre quais e quantos seriam os participantes envolvidos na oração transitiva, já que a análise do parâmetro reflete o tratamento da transitividade não somente no nível sintático, mas também no nível semântico. Alguns problemas estão relacionados a questões que são próprias da língua como, por exemplo, no português é comum a omissão dos pronomes pessoais e até do sujeito envolvido na ação; na língua inglesa, o mesmo não ocorre, pois não há flexão de concordância número-pessoal.

Diante dessas considerações, selecionamos, neste trabalho, tanto os participantes morfologicamente expressos

como aqueles que são recuperados do contexto discursivo e, portanto, representam uma anáfora zero.

2.2 Chinês

Hopper e Thompson (1980) esclarecem que ações podem ser transferidas de um participante a outro, mas estados, não.

Para analisar o traço *chinês*, achamos assertivo discutir sobre a classificação sintática e semântica dos verbos. Chafe (1979), por exemplo, propõe uma classificação sintático-semântica dos verbos, agrupando-os em dois conjuntos distintos: os *estativos*, os verbos de estado; e os não-estativos, os verbos especificados como processo, ação e ação-processo. Apesar do autor considerar o verbo de processo em não-estativo - por ser visto como um acontecimento/um evento, ressalta que como processo “envolve uma relação entre um nome e um estado” e que “o nome é o paciente do verbo”. Assim, fica claro que as orações em que o verbo está especificado semanticamente como estado ou processo apresentam, ambos, sujeitos como pacientes. No entanto, diferem pelo fato de, no primeiro caso, o paciente especificar o que é que está no estado (A madeira está seca), e no segundo, especificar mudança de estado do paciente (A madeira secou).

Fundamentado em Chafe, Borba (1996) apresenta as classes verbais que fornecem os tipos oracionais: verbos de ação, de ação-processo, de processo e de estado. Para o autor, os verbos de ação expressam uma atividade realizada por um sujeito agente que não afeta objetos, sendo, segundo a tradição gramatical, intransitivos (O garoto brinca).

Em sua análise, Borba acrescenta que os verbos de ação podem apresentar o argumento objeto, mas espera-se que ele

seja um complemento não-paciente, como em “Vou a Santos”, ou complemento cognato, “A velha gritava desaforos”. Mas há os casos, conforme Cançado (2005, p. 113), em que o objeto desempenha o papel semântico de tema, pois não é afetado nem efetuado pela ação verbal, mas faz parte da moldura semântica do verbo e é definido como “a entidade deslocada por uma ação”.

Os verbos de processo podem expressar um evento ou uma sucessão de eventos que afeta um sujeito classificado semanticamente como paciente da ação verbal, como em “O bebê acordou”; ou um experimentador, em “Marta ouve música”; ou ainda, um beneficiário, em “Rosa ganhou uma rosa” (BORBA, 1996, p. 58-60).

Os verbos de ação-processo expressam uma ação realizada por sujeito agente ou sujeito causativo que afeta um referente. Este referente, por sua vez, pode ser afetado, expressa uma mudança de estado, de condição ou de posição (José quebrou o pires); ou efetuado, algo que passa a existir a partir da ação do verbo (José escreveu um romance).

Os verbos de estado expressam uma propriedade - um estado, uma condição ou uma situação - localizada no sujeito, que é mero suporte dessa propriedade, ou experimentador, ou beneficiário. Como em, “Mário permaneceu em silêncio”; “Tadeu ama Dirce”; “Fernando têm três filhos”², respectivamente.

Diante dessas considerações, neste trabalho, relacionamos os verbos de processo, ação e ação-processo à presença de cinese e os verbos de estado à ausência de cinese. Para tanto, estamos utilizando, na análise, o dicionário de Borba (2002), o qual contém a classificação sintático-semântica dos principais verbos da língua.

2 Os exemplos são do autor (BORBA, 1996, p. 58-60).

1 Aspecto

Em relação ao parâmetro *aspecto*, Hopper e Thompson (1980) afirmam que uma oração é altamente transitiva se a ação verbal for apresentada como completa e terminada (01), do que uma ação que não tenha término (02). Segundo Costa (1997. p.19), aspecto e tempo são categorias temporais no sentido de que têm por base referencial o tempo físico. No entanto, distinguem-se do ponto de vista semântico. Isto é, enquanto o aspecto relaciona-se à concepção do chamado tempo interno, o tempo, relaciona-se ao tempo externo. A autora esclarece que as noções semânticas do tempo dizem respeito à localização do fato enunciado; são as noções de presente, passado e futuro e suas subdivisões. Já as noções semânticas do aspecto são as noções de, instantaneidade, duração, começo, desenvolvimento e fim.

(01) Um dia o professor Edson me convidou para ajudá-lo [...]! Ele *pegou* uma pitada de cloreto de sódio em estado natural (pastoso) e pôs num pequeno becker com água foi aquele fogo desfilando dentro do becker. [+ perfectivo].

(02) ... e pensei, “se o professor com apenas uma pitada fez aquele espetáculo, imagine eu *colocando* uma porção maior, e assim o fiz, minhas colegas apenas observavam. [- perfectivo].

2 Pontualidade

O parâmetro *pontualidade*, refere-se à constituição interna da ação em [+durativo] ou [-durativo]. Para Costa (1997. p.24), um ato instantâneo não pode ser imaginado como compreendendo frações temporais. Por exemplo, em *José quebrou o pires*, o verbo quebrar não tem constituição temporal interna, apresenta, portanto, o traço [-durativo]. Segundo Hopper e Thompson (1980), ações realizadas sem nenhuma fase de transição óbvia entre o seu início e o fim têm um efeito mais marcado sobre seus pacientes (03) do que ações que são inerentemente contínuas (04). Isto é, apresentada como não durativa (pontual).

(03) aí ele cortou pela direita e *trancou* a gente [+pontual]
(Corpus, D&G)

(04) ...eram pessoas *lendo* jornal... e *assistindo* e *ouvindo* música... [-pontual] (Corpus, D&G)

1 Intencionalidade

O parâmetro *intencionalidade* (volitividade), de natureza semântica, diz respeito à motivação/intenção do sujeito em executar a ação expressa pelo verbo de uma oração. Esse traço, segundo os autores, é um componente que torna mais evidente a transferência. Na amostra (05), o sujeito agente (*ele*) é [+ humano] e [+ animado] pratica a ação de empurrar *intencionalmente*. Já em (06) o sujeito agentivo *garota* é [+ humano] e [+ animado] mas não podemos afirmar que a ação do verbo *preencher*, no contexto comunicativo dado, foi intencional.

(05) ... aí o velho ficou logo assustado né ... e tudo né ... aí perguntou e aí ele *empurrou* ele pra fora né ... (Corpus, D&G)

(06) e eu acho que naquela noite ... aquela garota *preech*eu muito a minha solidão e eu preenchi a solidão dela. (Corpus, D&G)

2 Polaridade da oração

O parâmetro *polaridade*, segundo Hopper e Thompson (1980), refere-se á codificação afirmativa ou negativa das orações. Assim, uma oração com um elemento negativo (07) apresenta um grau de transitividade menor do que uma oração afirmativa (08). No primeiro excerto temos uma oração com baixa transitividade, pois a negação do evento anula outros traços que com ele se correlacionam.

(07) e *num* dizia o que era e nem pegou nada ... aí foi embora ... voltou *num* sei pra onde... (Corpus, D&G)

(08) aí foi embora...aí ele resolveu é ...investigar direitinho esse cemitério né... (Corpus, D&G)

3 Modalidade da oração

O parâmetro *modalidade*, nos termos de Hopper e Thompson (1980), indica a distinção entre eventos realizados *realis* e eventos não realizados *irrealis*. Esse parâmetro que abrange

a oposição entre as formas indicativas e as formas menos assertivas, relacionadas a fatos que não ocorreram (futuro, imperativo e subjuntivo), que representam um universo hipotético, imaginário. Assim, o modo *irrealis* está relacionado a eventos codificados como menos transitivos.

(09) imagine se eu *colocasse* mais ... [cloreto de sódio pastoso] ...
[irrealis] (Corpus, D&G)

4 Agentividade do sujeito

O parâmetro *agentividade*, segundo os autores, diz respeito ao participante que pode efetuar a transferência de uma ação de um *agente* para um *paciente*, apresenta os traços semânticos [+ humano] e/ou [+ animado] (10). Já o participante que apresenta os traços semânticos [- humano] e [- animado] (11), codifica orações com baixa transitividade, pois não registra a transferência de ação.

(10) ... o pai sabendo da história enterrou o filho lá
[+humano] e/ou [+animado].

(11) então o *ônibus* passou pela direita e trancou a gente.
[-humano] e [-animado]

5 Afetamento do objeto

O parâmetro *afetamento* refere-se ao participante codificado como objeto direto (paciente). O afetamento está relacionado a quão completamente um objeto é afetado pela ação verbal.

Para Givón (2001), o afetamento total do objeto decorre do aspecto perfectivo do verbo. Assim, objetos totalmente afetados co-ocorrem com verbos perfectivos, isto é, ações concluídas.

Borba (1996) assinala que um objeto afetado é aquele que apresenta mudança de estado físico ou moral, mudança de condição, mudança de posição no tempo e no espaço (12); no caso do objeto efetuado, o referente representa algo que passa a existir como resultado da ação denotado pelo verbo (13). Consideramos na análise tanto os objetos afetados como os efetuados. Exemplos de Borba (1996. p. 59).

(12) José quebrou *o pires*. [objeto afetado]

(13) José escreveu *um romance*. [objeto efetuado]

6 Individuação do objeto

Diferentemente dos demais, o parâmetro *individuado* é definido através de seis traços, de modo que o objeto alto em individuação tem como núcleo um (1) nome próprio cujo referente é (2) humano/animado, (3) concreto, (4) singular, (5) contável, (6) referencial e definido. Entretanto, não significa que todos os traços devem estar presentes para que o objeto seja considerado individuado. No exemplo (14), a seguir, o objeto apresenta quatro traços: concreto, singular, contável, referencial/definido.

(14) ele puxou a ... a ... a ... *a toalha ... a toalha da mesa...*
(Corpus, D&G)

3 Análise dos parâmetros do complexo de transitividade

Nesta seção, apresentamos, em primeiro lugar, a análise dos dez traços da transitividade de 378 orações de duas narrativas faladas, extraídas do *Corpus Discurso & Gramática* – Narrativa de experiência pessoal e Narrativa recontada. Na sequência, a aferição dos dez parâmetros nas orações: transitividade baixa, média e alta.

Todas as orações coletadas apresentaram o parâmetro participante marcado. Esse resultado deve-se ao fato de termos selecionado orações transitivas com dois participantes morfológicamente expressos ou não. No entanto, a presença de dois participantes não implica orações com transitividade alta. As ocorrências com o verbo *fazer*, por exemplo, são mais transitivas, pois, em geral, têm um sujeito agentivo que pratica uma ação e um objeto paciente dessa ação, afetado ou efetuado. Mas o mesmo não ocorre com o verbo *ter*. Este é um verbo de estado, e, a oração em que ocorre apresenta transitividade baixa, por denotar estado e não ação.

Das 378 orações analisadas, 248 (71%) apresentaram o parâmetro *chinese*. Dessas, apenas 146 (59%) codificam ação concluída (perfectiva) e 49 (20%) ação não-durativa, pontual.

Observamos que a marcação positiva do parâmetro *chinese* não implica a marcação positiva dos outros dois traços relacionados ao verbo - aspecto e pontualidade. Esses resultados mostram que, apesar de *chinese* apresentar um resultado significativo se comparado a não cinético, as orações podem apresentar baixa transitividade, uma vez que os outros traços relacionados ao verbo podem não ser marcados positivamente.

Das 248 orações com marcação positiva do parâmetro *chinese*, 225 (91%) apresentaram sujeito com alta agentividade,

219 (88%) sujeito intencional e apenas 85 (22%) objeto afetado. Esses resultados mostram que, a maioria do sujeito agente presente em orações com dois participantes são, também, marcados volitivamente no evento. Porém, poucos codificam orações com objetos afetados.

Do total de orações analisadas (378), 84 (22%), apresentaram o parâmetro individualização do objeto. Esse resultado refere-se às orações marcadas com o traço chinês e não-chinês. Dessas orações, 335 (87%) apresentaram polaridade alta (afirmativa) e 294 (78%) orações indicaram eventos reais (modo real). Na amostra (15), a polaridade é afirmativa; no entanto, a modalidade é *irrealis*, uma vez que a oração indica um evento incerto. Na mesma amostra, o objeto é não-afetado e o objeto individualizado.

(15) imagine se eu *colocasse* mais ... [cloreto de sódio pastoso] ... (Corpus, D&G)

Aferição dos dez parâmetros nas orações: transitividade baixa, média e alta

Após análise dos traços em dados reais de língua, verificamos que há diferenças no grau de contribuição dos traços para a aferição da transitividade de uma oração. A análise mostrou quais traços são responsáveis por codificar a transitividade baixa, média e alta. A tabela (01), apresenta esses resultados. Ressaltamos que há, em média, 30 a 40 orações analisadas em cada grupo de traços. Por exemplo, as orações com grau 7 de transitividade totalizaram 32 orações.

Tabela 1: Marcação dos parâmetros e escala de transitividade

Parâmetros	Transitividade baixa				Transitividade média			Transitividade alta		
	Quantidade de traços				Quantidade de traços			Quantidade de traços		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Participantes	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
2. Cinese	0	0	0	(+)	+	+	+	+	+	+
3. Aspecto do verbo	0	0	0	0	(+)	(+)	(+)	+	+	+
4. Pontualidade do verbo	0	0	0	0	0	(+)	(+)	(+)	(+)	+
5. Intencionalidade	0	0	0	0	+	+	+	+	+	+
6. Polaridade da oração	0	+	+	(+)	(+)	+	+	+	+	+
7. Modalidade da oração	0	0	+	+	0	(+)	+	+	+	+
8. Agentividade do suj.	0	0	0	0	+	+	+	+	+	+
9. Afetamento do objeto	0	0	0	0	0	0	0	(+)	+	+
10. Individuação do obj.	0	0	0	(+)	(+)	(+)	(+)	(+)	(+)	+

Fonte: Autoria própria

Como se pode ver, organizamos a escala de transitividade em baixa - orações que ocorreram com um a quatro traços, média - orações com cinco a sete traços, e alta - orações com oito

a dez traços, em que o grau 10 representa a oração transitiva prototípica.

As orações que apresentaram transitividade baixa (1 a 4 traços), tiveram dois participantes, o sujeito e o objeto, compondo a estrutura SVO, mas o verbo não foi marcado para cinese, exceto nas orações codificadas com grau 4 de transitividade. Por não conceitualizar uma ação, mas, sim, estados e processos, esses verbos não apresentaram os parâmetros que se correlacionam a cinese: sujeito agentivo, intencional, e o objeto afetado, além daqueles relacionados ao próprio verbo, como perfectividade e pontualidade. Foram constatados apenas os traços relacionados à realização do evento codificado pela oração, como polaridade e modalidade e, com menor frequência, a individuação do objeto. Agrupamos esses casos em transitividade baixa, por apresentarem resultados semelhantes.

(16) e a empregada e o motorista *sofreu* só escoriações leves né ... foram medicados e liberados né ... pra casa né ... né ... [3 traços]

Nas orações com transitividade média (5 a 7 traços), orações com grau 5 de transitividade é resultado da marcação negativa do traço modalidade, que se correlaciona com a marcação negativa de perfectividade, afetamento e pontualidade. Já a marcação das orações com grau 6 resultam da marcação negativa do traço perfectividade, que implica a marcação negativa do parâmetro afetamento. Do mesmo modo, as orações com grau 7 de transitividade mantiveram os parâmetros das orações com grau 6, com o acréscimo da ocorrência de mais um parâmetro positivo, que pode ser perfectividade, pontualidade ou individuação do objeto.

Nesse grupo, as orações apresentaram dois participantes, o sujeito e o objeto. Apresentaram sujeito agente, intencional; porém, tiveram marcação negativa do parâmetro afetamento do objeto. Os outros parâmetros relacionados ao verbo, como perfectividade e pontualidade, e os relacionados à realização do evento codificado pela oração, como polaridade e modalidade foram marcados ora positivo ora negativo.

(17) num campo bem grande assim () bem grande onde os índios *fazia* os negócios dele lá ... a ... as reza dele lá... aí ficaram muito assustados... que era um negócio bem diferente assim... [7 traços]

Nas orações que apresentaram transitividade alta (8 a 10 traços), as orações com grau 8 e 9 de transitividade tiveram quase todos os parâmetros marcados positivamente. Nessas orações, os parâmetros marcados negativamente foram: pontualidade, individuação do objeto e/ou afetamento do objeto.

(18) aí como eu tinha uma hora ... *comprei* a passagem e ... deixei minhas malas num lugar seguro lá na rodoviária ... no porta-malas ... [9 traços]

Em nossos dados, as orações com transitividade baixa apresentaram verbos do tipo semântico de estado e processo, enquanto a transitividade média e a alta foram registradas em orações com verbos do tipo semântico de ação e ação-processo.

Comprovamos também que o parâmetro individuação do objeto pode ocorrer nas orações que apresentam transitividade baixa, média e alta. A sua marcação confere maior transitividade às orações.

4 A Correlação dos traços do complexo de transitividade

Após análise dos dez traços das orações, verificamos que alguns parâmetros têm uma correlação estreita como outros parâmetros. Ou seja, a marcação negativa de um parâmetro pode implicar a marcação negativa de outro que com ele se relaciona. Do mesmo modo, quando marcado positivamente, outros também o foram.

Em nossos dados, por exemplo, a marcação negativa do traço cinese implicou a marcação negativa de mais cinco traços - os traços relacionados ao verbo (aspecto e pontualidade), ao sujeito (agentividade e intencionalidade) e ao objeto (afetamento). Cabe ressaltar, que o aspecto perfectivo implica necessariamente que o fato que se expressa seja visto como um todo no qual se inclui o ponto terminal, acabado. Porém, isso não implica dizer que todo perfectivo refere-se a fatos pontuais. A combinação [+ perfectivo, - pontual] também é possível.

Essa correlação entre cinese e os parâmetros mencionados só se efetua, portanto, do lado negativo da escala de transitividade, pois, quando marcado positivamente, esse parâmetro não implicou a marcação positiva de todos os outros. Em nossos dados, por exemplo, observa-se que a marcação positiva do traço cinese se correlaciona a um sujeito agentivo e intencional.

Observamos co-ocorrência entre os traços perfectividade do verbo e afetamento do objeto. Isso nos faz crer que há uma correlação em certo grau. Em nossos dados, as orações marcadas como imperfectivas apresentaram o objeto não afetado. Isto é, não evidenciamos a transformação no estado ou na condição do paciente, conforme (19). Nesse exemplo, podemos entender que o objeto possa ser parcialmente afetado. Por esse motivo,

a perfectividade foi marcada negativamente, pois não houve afetamento total do paciente. Porém, quando o traço perfectividade for marcado positivamente, o afetamento do objeto tanto pode ser positivo quanto negativo, como em (20) e (21), respectivamente.

(19) onde o fornecedor *distribuía* o material pra construção ... [verbo imperfectivo – ação não concluída, durativa], [objeto não afetado ou parcialmente afetado].

(20) e aí ele *empurrou* ele pra fora né ... [verbo perfectivo], [objeto afetado]

(21) ... *aceitou* o convite e foi junto né ... [verbo perfectivo], [objeto não afetado]

Do mesmo modo, constatamos forte correlação entre os parâmetros modalidade da oração e afetamento do objeto quando estes são marcados negativamente. Assim, se a oração é vista como incerta, duvidosa, hipotética, ou seja, se o evento designado pela oração não ocorreu, não houve afetamento do objeto. Assim, as orações transitivas marcadas com modalidade negativa (*irrealis*) tiveram o traço afetamento também marcado negativamente, conforme (22). No entanto, a marcação positiva do traço modalidade não implicou a marcação positiva de afetamento, conforme (23). Nesse caso, o afetamento do objeto tanto pode ser positivo quanto negativo, uma vez que esse parâmetro não depende apenas da co-ocorrência com o traço modalidade, mas também da co-ocorrência com a marcação positiva de perfectividade.

(22) ...*imagine se eu colocasse mais ...*(cloreto de sódio pastoso). [irrealis – pretérito imperfeito do subjuntivo], [objeto não afetado]

(23) ... *aceitou o convite e foi junto né...* [realis], [não afetado].

A correlação entre polaridade da oração e afetamento do verbo mostrou-se absoluta nas orações marcadas como negativas para aquele parâmetro, pois, nos dados, toda oração negativa favoreceu o não afetamento do objeto (24). A oração com polaridade negativa implica que a ação não ocorreu. Desse modo, não é possível observar mudança no estado ou na condição do objeto.

(24) *num atropelou* ninguém não ... [-polaridade], [-afetado]

Outros traços, como é o caso de pontualidade do verbo, apresentam correlação mais fraca com outros parâmetros do complexo da transitividade no sentido de transferência da ação. O traço pontualidade co-ocorre apenas com o traço cinesico e perfectividade. No entanto, a sua marcação negativa não compromete a marcação positiva desses parâmetros. Mas, em termos gerais, a marcação positiva da pontualidade do verbo fornece maior transitividade à oração.

(25) *aí eu vi ... uma cidade linda* Marcos ...

Esses dados nos mostram que há parâmetros que co-ocorrem. A marcação positiva de um traço pode implicar a

marcação positiva de outros. Do mesmo modo, a marcação negativa de um, pode implicar a marcação negativa de vários. Esses resultados evidenciam que alguns parâmetros tendem a atuar juntos, numa mesma direção, enquanto outros parecem atuar independentemente. Nas orações afirmativas, por exemplo, o traço agentividade pressupõe intencionalidade. Assim, os dois traços poderiam ser marcados como um só e não dois. Todavia, nas orações negativas, o traço intencionalidade é fraco, uma vez que a negação do evento pode não representar a intenção do sujeito agentivo.

5 Considerações finais

Neste artigo, discutimos os parâmetros sintáticos e semânticos que compõem o complexo de transitividade formulado por Hopper e Thompson (1980). Nessa abordagem, é toda a oração que é classificada como transitiva, e não apenas o verbo.

A análise dos dados mostrou os traços mais recorrentes responsáveis por codificar transitividade baixa (1 a 4 traços), média (5 a 7 traços) e alta/prototípica (8 a 10 traços). Com base nesses resultados, foi possível verificar que os verbos do tipo semântico de estado e de processo correspondem à transitividade baixa e os verbos do tipo semântico de ação e ação-processo correspondem à transitividade média e alta. Podemos representá-los na seguinte ordem: orações com verbos do tipo semântico de estado -> processo -> ação -> ação-processo.

Convém observar que as orações que apresentaram transitividade baixa, codificaram apenas o componente sintático, apresentando a estrutura SVO. Já as orações com transitividade média e alta codificaram também o componente semântico

– envolvendo as propriedades semânticas do agente, paciente e verbo na oração, se aproximando, portanto, do evento transitivo prototípico.

No *corpus* analisado, constatamos também que há correlação entre os parâmetros da transitividade. Por exemplo, a marcação negativa dos parâmetros modalidade da oração e perfectividade, implica a marcação negativa de vários outros parâmetros que com ele se correlaciona, afastando, assim, do evento transitivo prototípico. O afetamento do objeto, por exemplo, tem grande importância na codificação da oração transitiva prototípica, mas ele só ocorre se outros ocorrerem, evidenciando a importância de cada um nessa cadeia.

REFERÊNCIAS

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*.

Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

BORBA, F.S. *Uma Gramática de valências do português*. São Paulo, Ática, 1996.

_____. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.

CANÇADO, M. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2005.

COSTA, S. B. B. *O aspecto em português*. 2 ed. São Paulo, Contexto, 1997.

CHAFE, W. L. *Significado e estrutura linguística*. Tradução de Moura Neves, Odette Gertrudes, Luiza Campos, Sonia Rodrigues. Rio de Janeiro: Livro Técnico e científico, 1979.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FURTADO DA CUNHA, M. *Corpus Discurso & Gramática – a língua falada e escrita na cidade do Natal*. Natal: EDUFRN, 1998.

_____. *Estrutura argumental e valência: a relação gramatical objeto direto*. In Gragoatá, Niterói, n.21, p. 115-131, 2006.

_____.; SOUZA, M. M. *Transitividade e seus contextos de uso*. São Paulo: Cortez, 2011.

FORD, FOX, THOMPSON. Social Interaction and Grammar. In: Tomasello, M. (ed.). *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. v. 2. Mahwah, NJ/London: LEA, 2003. p. 119-143.

GIVÓN, T. *Syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

HOPPER, Paul; THOMPSON, Sandra. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, v. 56, p. 251-299, 1980.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 44 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

TOMASELLO, M. Introduction: A Cognitive-Functional Perspective on Language Structure. In: Michael Tomasello (ed.). *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. New Jersey: LEA, 1998. p. vii-xxiii.

_____. *Constructing a Language: A Usage-Based Theory of Language Acquisition*. Harvard University Press. 2003.

Aspectos semântico-discursivos das construções *vai que* e *vá lá*

*Semantic-discursive aspects of the constructions *vai que* and *vá lá**

Maria Aparecida da Silva Andrade

Resumo

Neste trabalho, investigamos aspectos semântico-discursivos das construções *vai que* e *vá lá* em textos de língua escrita. Temos como objetivos descrever e explicar a diversidade de significados e a multifuncionalidade comunicativa dessas construções considerando fatores semânticos e discursivos que motivam seus diferentes usos. A pesquisa fundamenta-se teórica e metodologicamente nos pressupostos da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), cujo princípio básico é que a estrutura linguística emerge à medida que é usada nas práticas discursivas do cotidiano social (BARLOW; KEMMER, 2000; BYBEE, 2010, 2011). Além disso, respalda-se nos conceitos de objetividade e (inter)subjetividade, conforme postulados em Traugott e Dasher (2002). Os dados que compõem a análise foram selecionados em textos coletados da ferramenta de busca *Google*. Exames preliminares apontam que *ir* não apresenta identidade semântica particular nessas construções, devendo o sentido ser considerado em conjunto com outro item. Ademais, apontam que essas construções, por um lado, manifestam um teor mais objetivo, em asserções declarativas sobre fatos/situações

vinculadas à concretude; por outro lado, assumem um caráter mais (inter)subjetivo, associado ao discurso argumentativo, sendo, portanto de natureza mais abstrata (metafórica).

Palavras-chave: Construções *vai que* e *vá lá*. Gramática de Construções. Extensão Semântica. (Inter)subjatividade.

Abstract

In this paper, we investigate semantic-discursive aspects of constructions *vai que* and *vá lá* in written language texts. We aim to describe and explain the diversity of meanings and the communicative multifunctionality of these constructions considering semantic and discursive factors that motivate their different uses. The research is based theoretically and methodologically on the assumptions of Usage-Based Linguistics, whose basic principle is that the linguistic structure emerges as it is used in the discursive practices of everyday social (BARLOW; KEMMER, 2000; BYBEE, 2010, 2011). In addition, it is supported by the concepts of objectivity and (inter)subjectivity, as postulated in Traugott and Dasher (2002). The data that compose the analysis were selected in texts collected from the Google search tool. Preliminary tests point out that *ir* does not present particular semantic identity in these constructions, and the meaning must be considered in conjunction with another item. Moreover, they point out that these constructions, on the one hand, manifest a more objective content, in declarative assertions about facts/situations linked to concreteness; on the other hand, assume a more (inter)subjective character,

associated with argumentative discourse, being therefore of a more abstract (metaphorical) nature.

Keywords: Contractions *vai que* and *vá lá*. Construction Grammar. Semantic Extension. (Inter)subjectivity.

1 Introdução

Temos observado, tanto na modalidade oral como escrita da língua, a produtividade de *ir* em diferentes contextos discursivos, como *vai que* e *vá lá*, por exemplo, os quais representam um variado leque de construções diferentes dos demais usos já consagrados de que esse verbo participa, quer como deslocamento espacial ou na codificação do futuro em português.

Na verdade, essas construções parecem estar mais vinculadas à progressão/organização do discurso bem como a estratégias de manifestação da subjetividade do falante/escrevente e/ou de negociação intersubjetiva de crenças/julgamentos a respeito de algum conteúdo informado.

Assim, buscamos compreender que fatores influenciam o locutor na multifuncionalidade comunicativa no uso das construções gramaticais *vai que* e *vá lá* no Português Brasileiro – PB contemporâneo.

Os dados que compõem a análise foram coletados de revistas e jornais identificados na ferramenta de busca *Google*, da qual selecionamos 217 (duzentos e dezessete) ocorrências na modalidade escrita da língua, sendo 117 (cento e dezessete) com *vai que* e 100 (cem) com *vá lá*.

Respaldamo-nos teórica e metodologicamente na Linguística Funcional Centrada no Uso. O termo, que é uma

modificação do que se tem denominado como *Usage-based Linguistics*, vem sendo utilizado por pesquisadores brasileiros vinculados ao grupo de estudos Discurso & Gramática para designar um paradigma de investigação linguística que, de certo modo, dá continuidade à tradição funcionalista norte-americana e, ao mesmo tempo, incorpora contribuições da Linguística Cognitiva a suas análises, mais particularmente da Gramática de Construções.

Essa vertente funcionalista mantém o pressuposto de que a língua emerge, regulariza-se e se modifica a partir dos usos a que serve nas diversas situações de interação comunicativa. Decorre da presente compreensão, a ideia de que o estudo dos fenômenos linguísticos devem estar, necessariamente, ancorados nesses usos (BARLOW; KEMMER, 2000; BYBEE, 2010).

Selecionamos, para este trabalho, conceitos semânticos como metáfora e metonímia, (cf. LAKOFF e JOHNSON (1980, 1999), SILVA (1997), KÖVECSES (2014), entre outros) e conceitos discursivos, dentre os quais, informatividade e perspectivização (cf. TOMASELLO (1998), CHAFE (1987), VERHAGEN (2005)), bem como objetividade e (inter)subjetividade (cf. TALMY, 2000; TRAUGOTT E DASHER (2002), OLIVEIRA (2013) e outros).

O presente artigo encontra-se dividido em quatro sessões assim distribuídas: esta introdução, na qual apresentamos o objeto, a justificativa, a metodologia e o referencial teórico que embasa a pesquisa. Na segunda, discorreremos, amparados no referencial teórico, sobre os conceitos semânticos e discursivos que respaldam nossa investigação. Na terceira sessão, desenvolveremos a análise de *vai que* e *vá lá*, e apresentamos a conclusão na última sessão.

2 Fundamentação Teórica

A Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) é um termo que identifica uma visão funcionalista de estudo das línguas, de acordo com Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013). Esse modelo teórico correlaciona-se ao que se conhece como *Usage-Based Linguistics* (literalmente, *Linguística Baseada no Uso*), também denominada *Linguística Cognitivo-Funcional*, conforme Tomasello (1998).

Tal enfoque congrega duas correntes teóricas: a Linguística Funcional norte-americana, com expoentes como Talmy Givón, Paul Hopper, Sandra Thompson, Wallace Chafe, Joan Bybee, Elizabeth Traugott, entre outros, e a Linguística Cognitiva, dentre cujos representantes destacamos, por exemplo, George Lakoff, Mark Johnson, Ronald Langacker, Gilles Fauconnier, Adele Goldberg, John Taylor, William Croft, Michel Tomasello.

As duas correntes compartilham alguns pressupostos teórico-metodológicos afins. Destes, citamos, por exemplo, não distinção estrita entre léxico e gramática, rejeição à autonomia da sintaxe, incorporação da semântica e da pragmática, relação estreita entre a estrutura da língua e o uso que os falantes fazem no contexto de comunicação, entre outros. (FURTADO DA CUNHA et al, 2013).

A LFCU defende, como princípio básico, o fato de que a estrutura da língua emerge à medida que é usada. Portanto, as práticas discursivas no cotidiano social é que motivam e delineiam a aparente regularidade e instabilidade da língua. Nessa perspectiva, gramática é compreendida como resultado da configuração de fatores de ordem cognitiva e comunicativa da língua (TRAUGOTT, 2004).

Para a Linguística Funcional Centrada no Uso, a língua é dinâmica, pois atende às necessidades comunicativas dos

usuários. Assim, a gramática de uma língua não é estática, pronta, acabada, imutável, indiferente às pressões de uso, cabendo aos usuários tão somente apreendê-la. Ao contrário, pelo fato de a gramática codificar o sistema linguístico em uso, nenhum nível apresenta-se autônomo; há uma integração entre fonologia, semântica, morfossintaxe e pragmática, as quais funcionam juntas na interação comunicativa.

Selecionamos, para este artigo, alguns conceitos operacionais da LFCU para descrição e interpretação do presente objeto de estudo. Trata-se de mecanismos e/ou processos de natureza semântica e discursiva utilizados aqui como categorias explanatórias para explicar os usos das construções gramaticais *vai que* e *vá lá*.

2.1 Extensão semântica: metonímia e metáfora

Há dois mecanismos cognitivos importantes no processamento da linguagem que merecem destaque: metonímia e metáfora. Tradicionalmente, ambas têm sido relacionadas a figuras de estilo, mais precisamente como expedientes retóricos principalmente da linguagem literária. Podemos afirmar que tanto a metonímia como a metáfora estão presentes na linguagem cotidiana compondo itens lexicais, atuam como fenômenos conceptuais e promovem, assim, a extensão semântica.

A *metonímia* é um desses mecanismos atuantes no processamento de determinadas formações conceituais, sendo entendida por Taylor (1989) e Palmer (1986) como o processo em que significados são associados com base na contiguidade devido à função referencial da linguagem. Na concepção de

Taylor (1989), citado por Gonçalves et al. (2007), tal como a metáfora, a metonímia é entendida como uma categoria de extensão de significados. Para o autor,

O léxico exhibe inúmeros exemplos da extensão metonímica que se instancia quando se perspectiviza algum componente de uma estrutura conceptual unitária, e esse conceito perspectivizado aparece associado a outra entidade (GONÇALVES et al, 2007, p. 47).

A metonímia, na ótica da LFCU, pode ser entendida tanto do ponto de vista cognitivo, quando se analisa a transferência semântica ocorrida pela “relação de contiguidade conceitual entre os elementos do mundo biofísico e social” (FURTADO DA CUNHA et al., 2013, p. 34), como linguisticamente, em que se analisa, sintaticamente, a contiguidade e a associação conceituais entre os componentes linguísticos da cadeia linear.

Kövecses (2014) afirma que a metonímia pode motivar o surgimento de formas novas no discurso. Na metonímia, um elemento de um domínio, ou frame, fornece acesso mental a outro elemento dentro do mesmo domínio ou frame.

Tanto para esse autor como para Lakoff & Johnson (1980), existe um princípio metonímico geral do tipo causa-efeito que funciona na conceptualização de emoções e sentimentos em que conceitos como ira, tristeza, medo, alegria, amor entre outras emoções podem ser referidos

[...] por sintomas fisiológicos correspondentes (tais como aumento/ abaixamento da temperatura do corpo, rosto corado/pálido, gritos e lágrimas, abraços, suor, alteração das pulsações e do ritmo cardíaco), e várias metáforas conceptuais desencadeadas por estas metonímias fisiológicas (por exemplo, a ira como calor, como

calor de um fluido num contentor, como fogo, como um animal perigoso; o medo como um opressor; a alegria como luz, como em cima; a tristeza como escuridão, como embaixo; o amor como nutriente, como alimento saboroso, como fogo). (SILVA, 1997, p. 15)

Assim, partindo de suas experiências físicas vivenciadas ou mesmo imagens mentais que têm sobre determinados eventos, o locutor estabelece uma relação de contiguidade com conceitos mais abstratos, perspectivizando-os.

A metáfora é outro recurso linguístico e para a LFCU é muito mais que uma figura da retórica, tradicionalmente vista como característica da linguagem literária e que depois passou a ser tratada como um processo fundamental no uso cotidiano da linguagem. Lakoff e Johnson (1980) afirmam que processos metafóricos rotineiramente estão presentes não apenas na linguagem, mas também no pensamento e na ação. Os autores criaram a teoria da metáfora conceptual, na qual eles defendem que a metáfora é um fenômeno cognitivo (mental) acima de tudo.

Para Lakoff e Johnson (1999), esse mecanismo refere-se a uma operação cognitivo-conceitual em que noções de um domínio são projetadas em outro pelo fato de compartilharem semelhanças conceituais. Esse fenômeno se constitui num mecanismo imprescindível no processamento mental de informações.

No tocante à língua, a metáfora é um mecanismo bastante produtivo na comunicação humana. De acordo com Silva (1997), fundamentado em Reddy (1993), uma das formas de que dispomos para nos expressar figurativamente é a metáfora do conduto, em que podemos conceptualizar expressões linguísticas como contentores em que depositamos ideias e informações (cf. LAKOFF & JOHNSON (1980), LAKOFF & TURNER (1989); KÖVECSES (1986, 1988, 1990); SWEETSER (1990); GIBBS

(1994)). Assim, ideias e significados seriam objetos ou coisas, e a comunicação linguística como envio e recepção de pacotes de informação. Segundo Silva (1997, p. 11),

[...] conceptualizamos o tempo em termos de espaço (como um objecto que se move) e como dinheiro, o sentimento e a emoção como força, o amor como fogo e como guerra, a ira como fogo ou como um animal perigoso, o corpo como um recipiente para sentimentos e emoções, a intimidade como proximidade e ligação físicas, a vida como um jogo (de azar), o mundo como um teatro, as teorias como construções (edifícios), a mente como uma máquina, o conhecimento e a compreensão como visão, os problemas como “puzzles”, o bom, a felicidade e a virtude como em cima e o mau, a tristeza e o vício como embaixo, etc.

Nessa ótica, a metáfora não se restringe apenas à extensão semântica de um domínio para outro. Envolve uma analogia sistemática e coerente entre a estrutura interna entre dois domínios e todo o conhecimento associado aos conceitos e domínios envolvidos (SILVA, 1997).

Há também exemplos de metáforas criadas, segundo Lakoff e Johnson (1980), com base em nossas experiências sensorio-motoras, ou esquemas imagéticos, a partir dos quais conceptualizamos situações ou eventos mais abstratos. Por exemplo: ‘percurso’: a vida é uma viagem; ‘em cima’ e ‘embaixo’ para conceptualizar o bom e o mal: altos/baixos valores, espírito elevado, entrar em declínio, cair em desgraça, subir ao céu, descer ao inferno; ‘proximidade-distância’ e/ou ‘ligação-separação’: relação estreita, pessoas chegadas, deixar/abandonar alguém, ou mesmo conceptualizar expressões metalinguísticas por meio do esquema imagético

tridimensional do contendor como em: conteúdo da palavra, da frase; palavras vazias (SILVA, 1997).

Podemos dizer que isso acontece com as construções *vai que*, para expressar suposição bem como com *vá lá*, na expressão de concordância. O usuário já tem, na memória, o esquema cognitivo representativo desses eventos, proveniente de suas experiências com esses episódios. Assim, “ocorre uma transferência do mundo das experiências sensório-motoras, dos objetos visíveis, dos processos cinéticos, das relações espaciais e temporais para o mundo do discurso” (MARTELOTTA, 2011, p. 84).

2.2 Aspectos discursivos

Informatividade e perspectivização

Informatividade diz respeito ao conteúdo informacional que interlocutores compartilham, ou supõem compartilhar, numa interação verbal. Uma pessoa, ao se comunicar com outra, procura de alguma forma não somente informar-lhe sobre o mundo externo, ou sobre seu mundo interior, mas o faz com a intenção de alterar o conhecimento, atitudes e/ou ações do interlocutor. Assim, o locutor procura controlar o conteúdo informacional supondo o que o ouvinte já conheça ou não, bem como monitorar o ponto de vista com a intenção de atingir determinados propósitos.

Diversos autores abordam a informatividade sob variados pontos de vista. Chafe (1987), citado por Furtado da Cunha et al. (2013), por exemplo, relaciona-a ao fluxo da informação, o qual diz respeito à organização do conteúdo do discurso pelo falante, considerando a acessibilidade do interlocutor à informação

veiculada. Assim, a ordenação dos elementos na cláusula e a sua codificação vão depender da avaliação do falante/escrivente acerca da ativação do conhecimento na mente do interlocutor.

Já numa perspectiva clássica, a informatividade abrange o estatuto informacional do SN, classificando-o em dado ou novo e categorias intermediárias como inferíveis e disponíveis, as quais correspondem à avaliação do locutor em relação à ativação dos elementos referenciais na memória do interlocutor.

Tomasello (1998), com enfoque na cláusula, defende que uma circunstância comunicativa específica influencia na estruturação sintática de um conteúdo proposicional. Por exemplo, uma sequência informativa sobre um dado evento como “alguém abriu uma porta com uma chave”, pode ser codificado, dependendo da perspectiva adotada pelo falante, sob diversas formas: 1) Pete abriu a porta com esta chave; 2) Esta chave abriu a porta; 3) Foi com esta chave que Pete abriu a porta; 4) Foi Pete que abriu a porta; 5) A porta foi aberta com esta chave; 6) A porta abriu; entre outras alternativas possíveis (cf. FURTADO DA CUNHA, 2013).

A perspectivização, associada à informatividade, diz respeito à focalização de aspectos específicos de uma cena (TOMASELLO, 1998), a partir da qual o falante elege um elemento como o ponto de vista pelo qual comunicará o evento ou situação. Assim, em uma cena de compra e venda, a atenção focal pode estar voltada para o vendedor ou para o comprador, enquanto o restante fica menos saliente em termos cognitivos (TALMY, 2000).

Nesse sentido, a perspectivização deve ser vista como um fenômeno também vinculado, necessariamente, à (inter) subjetividade, conforme Verhagen (2005). Isso porque tem a ver com o modo como a informação é focalizada, a partir de

um determinado ângulo de visão do falante/escrevente, com impacto na conceitualização do ouvinte/ escrevente, em seu conhecimento pragmático e mundo de crenças.

Portanto, a categoria informatividade não se reduz meramente ao conteúdo informacional, acrescente-se a isso a participação ativa do locutor tanto no monitoramento da informação a ser veiculada ao interlocutor bem como na organização sequencial e na forma com que a informação será perspectivizada.

Isso acontece com as construções que estamos investigando, pelas quais percebemos a participação ativa do falante/escrevente, pois ele não somente se atém a informar, mas também monitora o seu dizer, visto que considera o contexto comunicativo no qual veicula o conteúdo informacional.

Objetividade e (inter)subjetividade

Ao pensar na língua(gem) numa perspectiva discursiva, na interação entre os usuários, não podemos deixar de considerá-la como mecanismo que possibilita a manifestação da objetividade e da (inter)subjetividade entre um eu e um tu que se manifestam enquanto sujeitos. Portanto, em uma situação comunicativa, é necessária a existência do outro para que assim as trocas interativas possam se efetivar entre falante/ escrevente e ouvinte/leitor.

Segundo Traugott e Dasher (2002), falante/escrevente e ouvinte/leitor estão sempre em processo de negociação de sentidos, por isso há diversas formas de se dizer algo para atender as demandas do contexto interacional. Existem estratégias discursivas para que os interlocutores se manifestem perante o discurso que enunciam, assim, o falante dispõe de duas formas,

a objetividade e a (inter)subjetividade. A linguagem objetiva, na acepção de Traugott e Dasher (2002), tem sido frequentemente associada a enunciados declarativos, nos quais o ponto de vista do falante não é explicitamente codificado.

Desde o século XVII, a escrita veio sendo associada com nominalizações, passivos e outros dispositivos sintáticos que “objetivam” a tarefa de executar experimentos e interpretá-los. [...] Nas tradições lógicas, filosóficas e computacionais que não só influenciaram a retórica, mas também sustentam grande parte do trabalho linguístico sobre a semântica, a objetividade foi ligada à verdade e à estrutura da informação. (TRAUGOTT e DASHER, 2002, p. 21) [Tradução nossa]¹

Tais autores também destacam que as escolhas ao longo do contínuo objetivo-subjetivo são frequentemente correlacionáveis com posições de autoridade, e que nas tradições euro-americanas, aqueles que desejam chamar a atenção para sua autoridade tendem a fazê-lo usando a linguagem objetiva, enquanto aqueles que não têm poder ou não querem chamar a atenção para o seu poder, tendem a usar uma linguagem mais subjetiva. Mas isso não é uma regra para todas as sociedades, pois existem línguas que utilizam outros mecanismos para marcar tais posições (TRAUGOTT & DASHER, 2002).

Pelo exposto, podemos supor que as formas de uso da língua(gem) por parte do falante/escritor para codificar sua

1 Scientific writing has come since the seventeenth century to be associated with nominalizations, passives, and other syntactic devices that “objectivize” the task of running experiments and interpreting them.[...] In the logical, philosophical, and computational traditions that have not only influenced rhetoric but also underlie much of linguistic work on semantics, objectivity has been linked to truth and information structure.

experiência no mundo pode conduzir a uma nova codificação do significado a depender da perspectiva adotada.

Outra estratégia discursiva utilizada pelo falante é a (inter)subjetividade, mecanismo que tem forte dependência do contexto discursivo-pragmático. Vale destacar que a codificação de expressões subjetivas, portanto, mais abstratas, se dá a partir do repertório linguístico do usuário com forte dependência do contexto biossocial, ou seja, a seleção para a codificação da comunicação está diretamente relacionada à experiência que o usuário tem com a língua pautando-se em seu mundo objetivo. Concordamos com Oliveira (2013, p. 180), quando diz que

[...] os sentidos, primariamente lexicais e objetivos, voltados para a expressão do contexto biossocial, cumprem trajetória do tipo objetividade > subjetividade nas interações cotidianas. Tal trajetória resulta do uso de antigas ou primárias formas linguísticas, como nomes e verbos, para a articulação de sentidos mais “leves”, voltados para articulação de relações lógicas, de marcação textual, de modalização, entre outras.

Portanto, o usuário vale-se do mundo objetivo, tomando-o como parâmetro, codificando-o por itens lexicais, para efetivar a (inter)subjetividade, por meio de arranjos semânticos, os quais têm o contexto pragmático-discursivo como motivação. Por meio da inferência sugerida, termo utilizado por Traugott e Dasher (2002), o falante/escritor procura obter a adesão do ouvinte/leitor, de forma consciente ou não, “na expressão de crenças, valores, o grau de comprometimento, entre outras noções abstratas e pessoais” (OLIVEIRA, 2013, p. 181).

Por outro lado, a intersubjetividade, segundo Traugott e Dasher (2002) envolve significados interpessoais e surgem

diretamente da interação entre falante/escrevente e ouvinte/leitor. Os significados intersubjetivos, na opinião desses autores, envolvem dêixis social (atitude em relação ao status que o locutor impõe ao interlocutor, as quais influenciam diretamente na autoimagem do falante/escrevente em relação ao ouvinte/leitor.

Portanto, na intersubjetividade, o falante/escrevente lança mão de formas linguísticas que codificam suas crenças e atitudes com foco no ouvinte/leitor para influenciá-lo, com vistas a obter uma adesão como, por exemplo, na expressão por favor. Mas, por outro lado, podemos dizer também que o fato de nos comunicarmos com outra pessoa já implica intersubjetividade, pois o sucesso na comunicação só será obtido se houver gerenciamento mútuo da informação bem como dos papéis exercidos pelo falante/escrevente e ouvinte/leitor no contexto comunicativo.

Como as línguas não são dissociadas de seus falantes e, por isso, não se pode pensar numa polarização extrema, em que possa haver uma neutralidade do falante em seu discurso, é coerente que expressões linguísticas sejam estudadas considerando-se um *continuum* que as aproxime do polo +objetivo ou do polo +subjetivo. Na concepção de autores como Traugott e Dasher (2002), objetividade/subjetividade devem ser analisadas em termos gradientes. Nessa ótica, proposições objetivas requerem um menor número de inferências, enquanto que as mais subjetivas apresentam dêixis espacial e temporal explícitas bem como outros elementos linguísticos que marcam a atitude do falante/escritor em relação à sua proposição.

Um ponto importante a se destacar é a relação entre a codificação da subjetividade e o padrão discursivo que licencia tal uso. Verificamos que é muito frequente a manifestação da

subjetividade em padrões discursivos argumentativos, pelos quais o falante/escritor produz suas estratégias argumentativas. É pela subjetividade que o usuário faz uma avaliação acerca daquilo que enuncia, sustentando um ponto de vista, usando para isso o recurso da modalização que, em muitos contextos, representa uma estratégia de preservação da face. Aliás, a argumentação constitui-se como o ato linguístico fundamental e, a esse respeito, vale destacar o que diz Koch (2002, p.19):

Como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente, avalia, julga, critica, isto é, forma juízos de valor. Por outro lado, por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade – tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões. É por esta razão que se pode afirmar que **o ato de argumentar** constitui o ato linguístico fundamental, pois **a todo e qualquer momento subjaz uma ideologia**, na acepção mais ampla do termo. (GRIFOS DA AUTORA)

É na argumentação que o homem manifesta a subjetividade, avalia situações ou eventos sobre os quais manifesta um ponto de vista. Afinal, compreendendo-se a linguagem como atividade discursiva, portanto interacional, os interlocutores constroem o seu mundo atuando na e pela linguagem, situada em um determinado tempo e espaço.

De acordo com Traugott & Dasher (2002), o fato de se comunicar com outra pessoa implica intersubjetividade e essa, por sua vez, é enfatizada “pelos inferências convidadas”, termo usado por Traugott para “eliminar as complexidades de comunicação em que o falante / escritor evoca implicaturas e convida o ouvinte / leitor a inferi-las” (TRAUGOTT & DASHER, idem, p. 05).

Segundo ainda esses autores, a intersubjetividade envolve a atenção do falante ao ouvinte enquanto participante do evento de fala, portanto existem determinadas características que estão presentes como “a) dêixis social explícita e b) marcadores explícitos da atenção do falante ao ouvinte, como marcadores de polidez, títulos honoríficos, hedges.” (FERRARI, 2011, p. 74).

3 Análise dos dados

Aspectos semânticos

Nas construções sob estudo, observa-se que *ir* não tem identidade semântica particular. Em todas elas, esse verbo só faz sentido se considerado em conjunto com outro item. Assim, diferentemente de construções de que *ir* participa como verbo pleno, o significado de cada uma das construções, a seguir, é não composicional, isto é, não decorre do sentido de seus respectivos itens individuais. Vejamos os exemplares, a seguir:

(01) [...] Aliás, em qualquer via de trânsito, não medir o peso do pé no acelerador já reflete uma inconsciência total. É assumir o risco de provocar uma tragédia. O que deixa de ser um mero acidente, por definição. Passa a quase proposital. Claro, cada caso é um caso, e nem se quer acusar o caminhoneiro da BR 116. **Vai que** ele passou mal. Mas está comum demais a irresponsabilidade despreocupada com a vida. Entra aí, também, uma necessidade de consciência dos responsáveis pelos transportes. Prazo é prazo, mas deve haver segurança, não apenas pressa. (Disponível em: <http://correiodopovo>. Acesso em: 12 mar. 2014).

(02) Uma moça que está sendo perseguida e tenta retornar a seu território surge na piscina. Se topasse com um poeta, **vá lá**. Mas um zelador? É um pouco prosaico. E daí? Pode haver beleza no trivial, e este é o desafio e o encanto do longa.

(Disponível em: www.imdb.com. Acesso em: 11 abr. 2017)

As amostras 01 e 02 exprimem as seguintes acepções: probabilidade/possibilidade, mais ou menos equivalente a provavelmente/pode ser que (vai que) e aceitação, relativamente similar à é admissível (vá lá).

Um traço semântico comum a essas construções é o fato de veicularem informação relativa ao mundo da crença subjetiva do locutor, descrevendo eventos ou situações hipotéticas/supostas (irrealis). Sendo assim, todas elas situam-se no domínio da contrafactualidade.

Um ponto a ser examinado quanto ao traço semântico comum é a presença do verbo ir em tais construções. Por esse ângulo, cabe identificar a motivação cognitiva subjacente que, possivelmente, licenciou o uso do presente verbo na formação de cada construção. A esse respeito, defendemos a ocorrência do processo de extensão semântica, mais especificamente, da metonimização, pelo fato de se estabelecerem relações cognitivas de contiguidade, podendo ocorrer por meio da relação causa-efeito ou da relação parte-todo, só para citar os dois esquemas mais comuns, entre outros existentes (KÖVECSSES, 2014).

Tomando tal princípio como base, entendemos haver um conjunto de relações metonímicas subjacentes à conceitualização de ir, em razão da contiguidade de conceitos envolvidos no frame de deslocamento espacial. Uma das relações de contiguidade

refere-se ao fato de que deslocar-se de um ponto a outro mais adiante no espaço inclui, necessariamente, tempo. A noção de tempo, nesse caso, considera a duração do trajeto e, principalmente, o final deste, que corresponde a um tempo posterior.

Assim, o deslocamento espacial é perspectivizado tendo como figura seu ponto de chegada (que é, na verdade, o objetivo principal do trajeto). Pensamos, então, que essa conceitualização, de base metonímica, favoreceu o estabelecimento da metáfora de ir como tempo futuro (TEMPO FUTURO É DESLOCAMENTO ESPACIAL PARA ADIANTE). Tal raciocínio é coerente com o que é defendido, por exemplo, em Taylor (1995) e em Díez Velasco (2001/ 2002) quanto ao fundamento metonímico de metáforas.

Cumpre esclarecer que, embora haja dois domínios distintos – como espaço e tempo –, entendemos que existe um imbricamento semântico entre metonímia e metáfora, pois o tempo implicado no trajeto espacial é pensado metaforicamente seguindo o raciocínio do esquema imagético origem > caminho > meta, na acepção de Johnson (2007).

Outra relação de contiguidade que consideramos estar implicada na conceitualização de ir é que se dirigir a um local envolve intenção (por parte do agente), a criação de uma expectativa – a chegada (que constitui o sucesso da ação) – e uma hipótese, posto que o final do percurso é apenas suposto/esperado, consistindo num evento ainda não realizado (contrafactual). Advogamos, portanto, que há boas razões para supor que a formação das construções com ir aqui examinadas tenham como motivação subjacente essa noção contígua com algo que é hipotético/suposto, não factual, implicada na conceitualização do verbo ir.

Aspectos discursivos

No que tange à informatividade em relação às construções gramaticais com *ir*, percebemos que a noção contrafactual dessas construções exerce alguma influência na configuração do conteúdo informacional bem como na organização textual. Observemos os exemplares, a seguir:

(03)“O que eu posso afirmar é que não estamos procurando nenhum jogador. Só que trancar as portas do clube não é a minha praia. **Vai que** amanhã aparece uma oportunidade de um jogador que cabe no clube. Uma daquelas promoções que você passa o dia todo na frente da loja esperando”, aponta Dado Cavalcanti, antes de brincar com o assunto.(<http://www.pe.suportesportes.com.br>. Acesso em 25 fev. 2017)

(04) Só me resta, para começo de conversa, ser duplamente sócrático nesta madrugada insone. Só sei que nada sei, me sopra o Sócrates grego, diante da nossa incapacidade de explicar as coisas pelo futebolês -3×1, **vá lá**, 7 não se explica nem pela teoria mais decadentista da crise técnica e administrativa do futiba canarinho. (<http://xicosa.blogfolha.uol.com.br>. Acesso em 16 out. 2014)

No exemplar (03), selecionado de uma notícia de jornal, a informação velha se encontra na negativa do técnico de futebol pela busca de novos atletas. Porém o locutor vale-se da contrafactualidade (a possibilidade de surgir um jogador que se adeque ao clube), introduzida pela construção *vai que*, para apresentar uma informação nova, inferível a partir da metáfora de aproveitar uma promoção vantajosa, sinalizando que não descartará a aquisição de um jogador vantajoso para o clube.

Do mesmo modo, nessa amostra, a construção (no caso, *vai que*) estabelece um nexos entre a informação factual anterior e o comentário/a avaliação contrafactual que ela introduz.

No excerto (04), o locutor recorre à contrafactualidade para expressar um fato supostamente admissível (sinalizado por *vá lá*) – a admissibilidade de se perder um jogo pelo placar de 3x1 – e, assim, contrapor-se a um fato real mencionado em seguida: a perda da seleção brasileira no futebol para a Alemanha pelo placar de 7x1. Aqui, novamente, à semelhança dos casos anteriores, a construção gramatical com *ir* funciona como um elo coesivo crucial para o estabelecimento de relações informacionais entre um evento dado como certo e outro apenas susposto/possível (*irrealis*). Da mesma maneira, também, a construção compõe um conteúdo informacional do mundo comentado (ou seja, de fundo), em que o locutor manifesta um ponto de vista sobre a informação em foco.

Em vista do que foi discutido sobre informatividade, podemos dizer que o locutor, intencionalmente ou não, monitora o foco de atenção do interlocutor para o que deseja chamar atenção, qual seja, expressar seu ponto de vista ou sua impressão sobre o conteúdo proposicional do discurso sob enfoque. Esse olhar do falante/escrevente a respeito do que o ouvinte/leitor supõe ou não compartilhar interfere diretamente na estruturação sintática desse conteúdo informacional (TOMASELLO, 1998).

No tocante à perspectivização, podemos dizer que o locutor manifesta um olhar particular sobre o conteúdo dito, perspectivizando-o de forma hipotética. Assim, considerando os exemplares (03) e (04), com base em Tomasello (1998), observamos que os respectivos locutores elegem a contrafactualidade (introduzida pelas construções sob análise) como estratégia

discursiva pela qual indicia seu ponto de vista no intento de conseguir a adesão do leitor.

Em (03), a suposição introduzida pela construção *vai que*, leva à ideia de que o técnico do clube pode(rá) agregar mais um jogador competente ao plantel, embora não seja a intenção no momento, vem corroborar seu discurso quanto a “não fechar as portas do clube” para uma oportunidade de aquisição.

No excerto (04), a contrafactualidade, manifesta pelo auxílio de *vá lá*, vem ratificar a posição assumida pelo escrevente, qual seja, admitir a possibilidade de a seleção brasileira perder para a Alemanha pelo placar de 3x1.

Essa visão hipotética adotada pelo escrevente situa seu discurso no modo *irrealis*, perspectivizando-o no âmbito conjectural, pois assinala eventos supostos como probabilidade/possibilidade, necessidade, desejo, os quais expressam a contrafactualidade.

Considerando o processo de negociação entre falante/escrevente e ouvinte/leitor, advogamos que as construções em estudo apresentam maior dependência do contexto discursivo-pragmático, intimamente relacionadas ao fenômeno da (inter) subjetividade (TRAUGOTT & DASHER, 2002).

No uso de *vai que*, o falante/escrevente não somente manifesta uma visão subjetiva ao exprimir uma suposição ou probabilidade de que sua proposição pode ser verdadeira ou não, mas também, direta ou indiretamente, exerce alguma influência sobre o ponto de vista do ouvinte/leitor, de modo a concordar com o pensamento do falante/escrevente como uma espécie de justificativa para sua tomada de decisão. Já no uso de *vá lá*, percebemos que tal construção denota um sentido de permissão, de aceitação, por parte do falante/escrevente acerca do que ele enuncia.

Verificamos, nos usos das construções em foco, a manifestação da (inter)subjetividade do falante, característica que está presente praticamente em todas as atividades humanas, visto que o falante/escrivente procura manifestar suas crenças, seus valores sobre o que o cerca. Outro fator determinante para que tais construções sejam consideradas como representantes da (inter)subjetividade é o contexto, e nesses usos com *ir*, cujo entorno é especulativo, notamos que as instanciações são diferentes, o que motiva a diferenciação na escolha dos elementos que compõem as construções.

4 Conclusão

O estudo aqui empreendido a respeito de construções gramaticais com *ir* no PB contemporâneo confirma a maleabilidade do sistema linguístico, cujos elementos permanecem em contínuo processo de reagrupamentos sintáticos a partir de novas atribuições funcionais (semântico-discursivas) que passam a assumir. No tocante aos aspectos semânticos, verificamos, conforme já explicitado, que as construções investigadas situam-se no domínio funcional da contrafactualidade, exprimindo noções vinculadas à probabilidade/possibilidade (*vai ver*, *vai que*), aceitação provável/possível (*vá lá e ainda vai*) e condição suposta (*vai SP*). Tais construções veiculam informação referente à crença subjetiva do falante/escrivente, descrevendo eventos ou situações irrealis.

Do ponto de vista cognitivo, entendemos que o fato de *ir* já estar gramaticalizado como marcador de futuro, portanto, vinculado a eventos ou estados de coisas prováveis/possíveis/supostos/esperados, tenha favorecido sua entrada

nas construções aqui examinadas para compor significados hipotéticos. Vemos, então, que esse verbo tornou-se bastante versátil, expandindo suas possibilidades de uso para outros domínios funcionais (cf. LEFEBVRE, 2004). Nesse processo, consideram-se mecanismos de natureza metonímica e metafórica (na acepção de KÖVECSÉS, 2014), os quais, possivelmente, serviram de suporte.

Nesses processos de extensão semântica e de reconfiguração sintática, os componentes dessas construções são recategorizados, passando a assumir funções mais textuais, relacionadas à coesão sequencial, e discursivo-pragmáticas, associadas à manifestação de (inter)subjetividade e à orientação argumentativa (cf. TRAUGOTT, 1999).

Na esteira desses aspectos discursivo-pragmáticos, observamos que as construções gramaticais com *ir* examinadas relacionam-se ao gerenciamento da informatividade. Nessa perspectiva, verificamos que tais construções ancoram informação nova, representando uma observação/avaliação de fundo sobre uma informação (nova ou dada) que está em foco; portanto, têm a ver com a progressão discursivo-textual.

Os comentários de fundo ancorados por essas construções revelam julgamentos/posicionamentos do locutor frente a um dado conteúdo informado. Essa postura discursiva vincula-se à perspectivização, no sentido de que tais comentários representam tentativas do falante/escrevente em focalizar a informação a partir de um(a) determinado(a) ângulo/ótica de conceitualização e, com isso, impor uma certa visão de mundo (cf. TOMASELLO, 1998; VERHAGEN, 2005).

Tal estratégia pode ser associada à relação intersubjetiva estabelecida entre os parceiros de interação. Ou seja, ao recorrer às construções em foco para veicular uma informação de valor

hipotético, como forma de avaliação epistêmica sobre algo informado, o locutor procura, como já foi explicitado, monitorar o conhecimento pragmático do interlocutor e orientar sua visão de mundo. Entretanto, por esses recursos, o escrevente cerca-se de cuidado quanto ao fato de seu comentário não ser tomado como uma informação dada como certa. Assim, busca não apenas preservar sua própria face mas também a de seu(s) leitor(es), na medida em que este(s) pode(m) aferir o grau de certeza/veracidade da informação.

REFERÊNCIAS

BARLOW, M.; KEMMER, S. (Eds.). *Usage based models of language*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

_____. Usage-based theory and grammaticalization
In: NARROG, Heiko; HEINE, Bernd (Eds.). *The Oxford handbook of grammaticalization*. New York: OUP, 2011.

CHAFE, W. L. Cognitive constraints on information.
In: TOMLIN, R. *Coherence and grounding in discourse*.
Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1987.

DÍEZ VELASCO, O. I. Metaphor, metonymy and image-schemas: an analysis of conceptual interaction patterns. In: *Journal of Studies*, v. 3, 2001-2, p. 47-63.

FERRARI, L. *Introdução à Linguística cognitiva*.
São Paulo: Contexto, 2011.

FURTADO DA CUNHA, M. A. et al. *Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas*.
In: CESARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Orgs.).
Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2013.

GIBBS, R. *The poetics of mind*. Figurative thought, language, and understanding. Cambridge University Press, 1994.

GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C; CASSEB-GALVÃO, V.C. (Orgs.). *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola, 2007.

JOHNSON, M. *The Meaning of the Body*. Chicago: Chicago University Press, 2007.

KEMMER, S. Human cognition and the elaboration of events: some universal conceptual categories. In: TOMASELLO, M. (Ed.). *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. v. 2. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 2003.

KOCH, I. V. *Argumentação e linguagem*. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2002.

KÖVECSES, Z. *Metaphors of anger, pride, and love*. A Lexical Approach to the Structure of Concepts, Amsterdam, John Benjamins, 1986.

_____. *The Language of Love*. The semantics of passion in conversational English. London and Toronto. Associated University Presses, 1988.

_____. *Emotion concepts*. New York, Springer, 1990.

_____. Metaphor and metonymy in the conceptual system. In: POLZENHAGEN, F. et al. (Eds.). *Cognitive explorations into metaphor and metonymy*. Frankfurt: Peter Lang Edition, 2014, p. 15-34.

LAKOFF, G. *Women, fire, and dangerous things*. What categories reveal about the mind. Chicago. The University of Chicago Press, 1987.

_____.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. London: The University of Chicago Press, 1980.

_____.; _____. *Philosophy in the flesh*. New York: Basic Books, 1999.

_____.; TURNER, M. *More than cool reason: A field guide to poetic metaphor*, Chicago. The University of Chicago Press, 1989.

MARTELOTTA, M. E. *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011. (Col. Leituras Introdutórias em Linguagem; v. 1).

OLIVEIRA, M. R. de.; DIAS, N. B.; WILSON, V. Subjetividade, mudança linguística e ensino de Língua Portuguesa. In: CEZÁRIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2013.

PALMER, R. *Mood and Modality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

REDDY, M.J. The conduit metaphor: a case of frame conflict in our language about language. In: ORTONY, A. (Ed.) *Metaphor and Thought*, 2nd edn, Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 164-201.

SILVA, A. S. da. A linguística cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. In: *Revista Portuguesa de Humanidades*. v. 1. Braga: Faculdade de Filosofia da UCB, 1997. p. 59-101.

SWEETSER, E. *From Etymology to Pragmatics: Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure*, V. 54, Cambridge University Press, 1990.

TALMY, L. *Toward a cognitive semantics: concepts structuring systems v. I*. Cambridge/London: MIT Press, 2000.

TAYLOR, J. R. *Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory*. 2. ed. Oxford: Clarendon Press; Oxford University Press, 1995.

TOMASELLO, M. (Ed.). *The new psychology of language*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

_____. Exaptation and grammaticalization. In.: AKIMOTO, M. (Ed.). *Linguistics studies bases in corpora*. Tokyo: Hituzi Syobo Publishing Company, 2004.

VERHAGEN, A. *Constructions of intersubjectivity: discourse, syntax, and cognition*. Oxford: OUP, 2005.

Marcadores discursivos [X_RLoc] em debates parlamentares: uma análise cognitivo-funcional

[XRLoc] discourse markers in parliamentary
debates: a cognitive-functional analysis

Flávia Saboya da Luz Rosa

Resumo

Este artigo é um recorte da pesquisa, ainda em desenvolvimento, sobre a produtividade da macroconstrução [XRLoc] e a instanciação de marcadores discursivos refreador-argumentativos, tendo como base a abordagem da construcionalização e mudança construcional (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). Apresentamos aqui duas expressões formadas por termos refreadores seguidos de pronomes locativos, *aguenta aí e espera aí*, e apontamos os níveis de gramaticalidade observados. Consideramos que as formações mais avançadas no *cline* léxico-gramática constituem pareamentos de forma-função, isto é, são construções, que atuam no discurso. O *corpus* é constituído por dados das publicações do Congresso Nacional (acervo digital). A razão dessa escolha é por considerarmos que as deliberações parlamentares são intrinsecamente argumentativas, o que, por suposição, favorece a frequência de uso dos marcadores discursivos refreador-argumentativos.

Palavras-chave: Construção. Marcador discursivo. Argumentação.

Abstract

This paper is part of the research, still under development, on [X_RLoc] macroconstruction productivity and restraining argumentative discourse markers instantiation, based on the constructionalization and constructional changes approach (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). We present here two expressions formed by restraining terms followed by locative pronouns, *aguenta aí* (hold there) and *espera aí* (wait there), and we point out the grammaticality levels that we noticed. We consider that the most advanced formations in the lexical-grammatical cline constitute form-function pairs, i.e., they are constructions, which act in discourse. The *corpus* is constituted by the National Congress publications data (digital collection). The reason of this choice is that we consider parliamentary deliberations intrinsically argumentative, which, by supposition, favors the frequency of use of the restraining argumentative discourse markers.

Keywords: Construction. Discourse marker. Argumentation.

1 Introdução

Ao nos debruçarmos sobre a recente abordagem da construcionalização e mudança construcional (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013), fomos impulsionados a retomar a pesquisa realizada em nível de mestrado – que resultou na dissertação *As expressões espera aí e espera lá na perspectiva da gramaticalização* (2012) – na defesa de que há, na língua portuguesa, uma construção marca-dora discursiva cuja função é refrear a fala do interlocutor e

apoiar a argumentação do enunciador. Portanto, apresentamos aqui um breve estudo, ainda em desenvolvimento, sobre expressões que exercem marcação discursiva, por nós denominada *refreador-argumentativa*.

Este trabalho, que resultará em tese de doutorado, está incluído em projeto maior do grupo de pesquisa *Discurso & Gramática*¹ com sede na Universidade Federal Fluminense. Atualmente, o grupo D&G UFF desenvolve um projeto², financiado pelo CNPq, voltado para identificação, levantamento, descrição e análise de rotas de construcionalização (surgimento de novo padrão construcional, de nova convencionalização forma x sentido) e de mudança construcional (alteração de subpartes de uma construção) na trajetória histórica de expressões compostas pelos locativos *aí, ali, aqui, cá e lá*. Inserido nesse âmbito, acreditamos que o presente estudo convirja para o alcance do objetivo geral dessa comunidade de pesquisa.

Para tratarmos da construcionalização e da mudança construcional, consideramos as construções, a exemplo de Traugott (2008), em três níveis hierárquicos: macroconstrução, mesoconstrução e microconstrução. Na obra de 2013, Traugott e Trousdale assumem que esquemas linguísticos são instanciados por subesquemas e, em nível mais baixo, por microconstruções. Em nota, os autores explicam que esquemas são, grosso modo, equivalentes a macroconstruções, e subesquemas são equivalentes a mesoconstruções, mas optam pelas primeiras nomenclaturas. Neste estudo, optamos por trabalhar com as

1 <http://discursoegramaticauff.blogspot.com.br/>

2 A Professora Doutora Mariangela Rios de Oliveira, líder do D&G UFF, está à frente do projeto intitulado *Construcionalização e mudança construcional em expressões verbais compostas por pronomes locativos no português*.

ideias de macro e mesoconstruções, conforme está postulado em Traugott (2008), por entendermos que estas dão conta do pareamento forma-função definidor das construções. A nosso ver, esquemas e subesquemas, do modo como é exemplificado pelos autores, corresponderia a apontamentos de domínios linguísticos, sem necessariamente expressar o componente formal do pareamento. Por essa razão, adotamos as seguintes definições de Traugott (2008):

Macroconstruções: pareamentos de forma-significado que são definidos por estrutura e função. Em nosso estudo, é representada pela construção marcadora discursiva, formada por termo refreador seguido de locativo: [XRLoc]MD.

Mesoconstruções: conjuntos de construções específicas de comportamento similar, a exemplo da marcação discursiva refreador-argumentativa: [XRLoc]RA.

Microconstruções: tipos individuais de construção. São elas *aguenta aí, alto lá, calma aí, calma lá, escuta aqui, espera aí, espera lá e segura aí*.

Construtos: *tokens* empiricamente atestados, que são o *locus* da mudança, como no seguinte exemplo:

1) “O Presidente da República não pode fazer todo e qualquer tipo de bagunça. Só pode fazer com a aprovação do Congresso, Inclusive até o Fundo Social de Emergência. Cabe-nos aprovar ou rejeitar. **Calma lá**, Sr. Presidente. **calma lá!**”.

Em nossas análises, a primeira instância, mais abstrata e com maior grau de generalização, é caracterizada por [X_RLoc] MD, construção marcadora-discursiva, em que XR é um termo refreador de origem verbal, e Loc é um pronome locativo. A segunda instância apresenta a mesoconstrução, caracterizada por [XRLoc]RA, com função refreadora-argumentativa. A terceira instância, de nível mais baixo, é ocupada por construções preenchidas e fonologicamente específicas: *aguenta aí, alto lá, calma aí, calma lá, escuta aqui, espera aí, espera lá e segura aí*.

Embora a tese de doutorado deva contemplar os estudos de todas as microconstruções supracitadas, neste trabalho, mostramos os resultados parciais das análises de *aguenta aí* e *espera aí*, obtidas em transcrições de debates parlamentares. Essa investigação no recorte sincrônico cumpre-se por meio da coleta de dados no acervo digital de publicações dos diários do Congresso Nacional³. A escolha dessa fonte de dados deu-se por entendermos que os debates parlamentares são intrinsecamente argumentativos, o que, por hipótese, favorece a frequência de uso dos marcadores discursivos refreador-argumentativos.

Sendo assim, nossa tese principal é que, no português brasileiro, no domínio da marcação discursiva, existe uma mesoconstrução específica, de função refreadora-argumentativa, formada por termos refreadores (XR) e pronomes locativos (Loc): [X_RLoc]RA.

3 <https://www.congressonacional.leg.br/portal/>

2 Fundamentação teórica

No que se refere aos estudos linguísticos mais recentes, conforme Martelotta e Alonso (2012), a tendência adotada por alguns pesquisadores, tanto brasileiros como estrangeiros, tem sido unir propostas do funcionalismo praticado por autores como Givón, Hopper, Bybee e Traugott com algumas tradições teóricas da linguística cognitiva, de autores como Lakoff, Langacker e Goldberg. Tal tendência tem sido chamada de Linguística Cognitivo-Funcional (TOMASELLO, 1998, 2003) ou Linguística Centrada no Uso (BYBEE, 2010).

Com o desenvolvimento da teoria da gramática de construções, e o posterior refinamento de Traugott e Trousdale (2013) na abordagem da construcionalização e mudança construcional, a agenda de pesquisa da Linguística Funcional passa a abarcar temas relacionados à emergência e à regularização de padrões construcionais no nível da proposição e do discurso multiproposicional. Para isso, são considerados fatores fonológicos, morfológicos e sintáticos assim como aspectos linguísticos relativos à organização do texto. Tendo em vista que nossa pesquisa é fundamentalmente pautada nessa abordagem, expomos a seguir algumas de suas especificações, apontando as relações com o desenvolvimento de nossos estudos.

Para realizar as análises das expressões formadas por termo refreador seguido de locativo, observadas nas falas de parlamentares, lançamos mão da abordagem construcionalista da mudança linguística, tratada, sobretudo, por Traugott e Trousdale (2013). Na visão dos autores e de vários pesquisadores cognitivistas, como Goldberg (2006) e Langacker (2008), em um modelo construcionalista, a língua é composta por pareamentos forma-significado, também chamados de construções, organizados em rede.

Sendo assim, entendemos que as expressões em foco neste artigo – *aguenta aí* e *espera aí* – representam microconstruções, consideradas unidades simbólicas convencionais. As construções são unidades no sentido de que algum aspecto do signo é tão idiossincrático ou tão frequente que o signo é arraigado como um pareamento forma-significado na mente do usuário da língua. Elas são simbólicas, pois são signos, associações tipicamente arbitrárias de forma e significado. E são convencionais, por serem compartilhadas por um grupo de falantes.

Conforme explicam Furtado da Cunha e Cunha Lacerda (no prelo), “estamos diante de uma construção sempre que há evidência de que os falantes não podem prever algum aspecto da forma, da função ou do uso desse elemento com base em outro conhecimento da língua, isto é, em outra construção pré-existente”. Tomando como exemplo um fragmento retirado do *corpus* aqui em estudo, notamos que a microconstrução *espera aí* já não mantém o significado do verbo pleno *esperar*, pois não há o pedido/ordem de que se aguarde algo durante determinado tempo, nem tampouco carrega o sentido de circunstanciador espacial do locativo *aí*, já que não ocorre qualquer referência ao local em que se encontra o interlocutor. O que temos é um pareamento de forma nova, fixa e interdependente, e significado novo, com função pragmático-discursiva relacionada à argumentação, não antes prevista pelo somatório de suas partes, conforme podemos atestar no exemplo abaixo.

2) SR. RELATOR (João Gilberto) - Sim, mas 10% de parlamentares federais, me desculpe agora sim? Aí vai parecer que os filiados tem que ter 10%. Mas tem que ser em um quorum determinado, parlamentares federais não é um quorum, Congresso é um quorum, a gente sabe de quantos membros é constituído o Congresso Nacional. Por isso que eu peço uma redação mais clara nesse ponto.

[...]

SR. EGIDIO FERREIRA LIMA - A intenção não é ficar suspensa toda exigência, inclusive essa?

[...]

R. RELATOR (João Gilberto) - Essa não é uma exigência. Essa é uma vantagem.

SR. EGIDIO FERREIRA LIMA - Uma exigência, é uma exigência que eu vou falar ...

SR. JOSÉ GENOINO - Não, **espera aí...** [...] A manutenção do parágrafo de 10% para registro definitivo me parece que colide com a parte anterior já resolvida.

Calcados nessa abordagem, pretendemos analisar as mudanças linguísticas sofridas pelas expressões em foco. Para isso, devemos levar em conta os dois principais tipos de mudanças apontados pelos autores:

Mudanças construcionais: mudanças que afetam características – semânticas, morfofonêmicas etc. – de uma construção já existente e que não acarretam necessariamente uma nova construção.

Construcionalização: criação de uma associação forma nova-significado novo.

Em seu capítulo introdutório, Traugott e Trousdale (2013) apresentam alguns diferentes modelos de gramática propostos

por estudiosos da perspectiva construcionalista. Apesar das consideráveis diferenças entre esses modelos, Goldberg (2013) identificou quatro princípios comuns a todos eles e um quinto preceito compartilhado pela maioria:

1. A unidade básica da gramática é a construção, que é um pareamento convencional de forma e significado.
2. A estrutura semântica é mapeada diretamente para a superfície sintática, sem derivações.
3. A língua, como outros sistemas cognitivos, é uma rede de nós e links entre nós; associações entre alguns desses nós tomam a forma de hierarquias de herança (relações taxonômicas que capturam em que grau as propriedades de construções de nível mais baixo são previsíveis a partir de construções mais gerais).
4. A variação translinguística (e dialetal) pode ser tratada de várias maneiras, incluindo os processos cognitivos de domínio geral.
5. A estrutura da língua é modelada pelo uso.

Dos modelos de gramática descritos pelos autores, interessa-nos, em particular, o enquadre apontado na *Radical Construction Grammar*, em que Croft (2001) faz a representação para a estrutura simbólica de uma construção, mostrando a relação entre forma e significado:

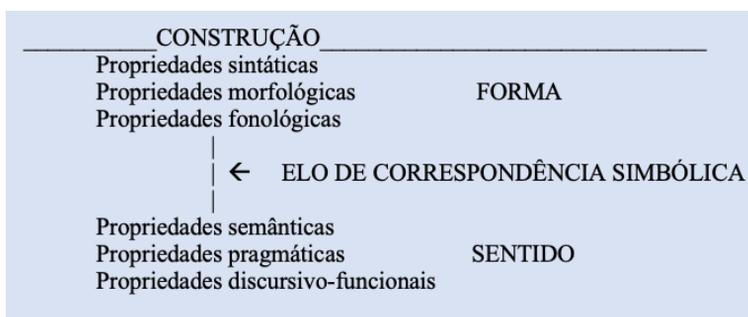


Figura 1: Modelo para a estrutura simbólica de uma construção. Fonte: Croft, 2001, p.18.

A partir desse modelo, Traugott e Trousdale (2013) apresentam a seguinte representação: [[Forma] < --- > [Significado]]. Sendo a seta de duas pontas um especificador da relação de mão dupla entre forma e significado, e os colchetes externos, um indicador de que o pareamento forma-significado é uma unidade convencionalizada.

Para Traugott e Trousdale (2013), os pareamentos de forma-significado podem ser pensados em termos de várias dimensões, todas gradientes. Entre elas estão a extensão, o grau de especificidade fonológica e o tipo de conceito. No que se refere à extensão, as construções podem ser atômicas (monomorfêmicas), intermediárias (formadas por partes parcialmente analisáveis) ou complexas (formadas por partes analisáveis). A dimensão da especificidade fonológica diz respeito ao preenchimento da construção, que pode ser considerada preenchida (fonologicamente especificada em sua totalidade), esquemática (totalmente abstrata) ou parcialmente esquemática (com partes preenchidas e partes esquemáticas). A dimensão do tipo de conceito relaciona-se ao fato de a construção ser de conteúdo (lexical) ou procedural (gramatical). O elemento

de conteúdo pode ser usado referencialmente; formalmente, pode ser associado às seguintes categorias esquemáticas: N (nomes/substantivos), V (verbos) e ADJ (adjetivos). O elemento procedural tem significado mais abstrato, marcando relações linguísticas, perspectivas e orientações dêiticas.

As microconstruções mencionadas anteriormente apresentam estrutura complexa, isto é, são formadas por partes analisáveis - *aguenta aí, alto lá, calma aí, calma lá, escuta aqui, espera aí, espera lá e segura aí* -, e algumas delas também exibem extensão intermediária - *perai (espera aí), peralá (espera lá) e guentaí (aguenta aí)* -, formadas por partes parcialmente analisáveis. No que se refere à dimensão da especificidade fonológica, a macroconstrução [XRLoc]MD e a mesoconstrução [XRLoc]RA são totalmente esquemáticas, em que o *slot* XR pode ser preenchido por termos refreadores (*aguenta, calma, espera* etc.) e o *slot* Loc pode ser ocupado por pronomes locativos (*aí, lá, aqui*); e as microconstruções mencionadas são substanciais, totalmente preenchidas. Em se tratando do tipo de conceito, a construção em estudo, analisada em três níveis hierárquicos, é considerada procedural/gramatical, sendo empregada no discurso para marcar posicionamento, de modo geral, adverso ou crítico, em relação à fala do interlocutor (marcação refreadora-argumentativa).

Os autores acrescentam que a distinção entre elementos de conteúdo e procedurais não é apenas gradiente, mas está também sujeita à mudança, conforme estabelece a literatura da gramaticalização, em que se afirma que termos lexicais podem, ao longo do tempo, passar a ter funções gramaticais. A gramática de construções não apresenta divisão limítrofe entre expressões lexicais e gramaticais, e a abordagem construcionista amplia as formas de se pensar na transição de expressões

que vão do mais lexical ao mais gramatical. Trabalha-se, então, com a ideia de *cline*, ou seja, um *continuum* com um número infinito de gradações de um extremo a outro. A partir da análise dos dados, sobretudo, no que se refere às funções da expressão *espera aí*, encontramos alguns pontos marcantes desse *cline*, que podem ser projetados (apesar de algumas inserções a serem discutidas) sobre a chamada metáfora “espaço > tempo > discurso”, que se encontra na base da gramaticalização de alguns conectivos do português. A explanação sobre tais funções será desenvolvida no capítulo de análise dos dados, porém, aqui nos serve para ilustrar a trajetória da expressão que vai do mais lexical ao mais gramatical:

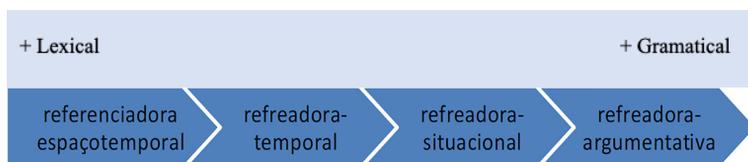


Figura 2: Cline de transição da expressão *espera aí* do mais lexical ao mais gramatical.



Figura 3: Metáfora “espaço > tempo > discurso”, base da gramaticalização de conectivos do português.

Traugott e Trousdale (2013) apresentam três fatores bastante relevantes para análise da arquitetura das construções: esquematicidade, produtividade e composicionalidade. A esquematicidade é a propriedade de categorização que envolve necessariamente abstração. Um esquema é uma generalização

taxonômica de categorias, seja linguística ou não. Para Kemmer (2003), esquemas são padrões da experiência essencialmente rotinizados, ou fixados, cognitivamente. A nossa ótica de análise, assim como ocorre nos trabalhos de Traugott e Trousdale, Langacker, Bybee e Croft, é principalmente linguística. Sendo assim, entendemos que esquemas são abstrações por meio das quais grupos de construções (inconscientemente) percebidas pelos usuários da língua relacionam-se estreitamente em uma rede construcional.

O segundo fator considerado importante para a análise construcional é a produtividade. Segundo os autores, a produtividade de uma construção é gradiente, está relacionada a esquemas e diz respeito a 1) sua extensibilidade, isto é, em que medida sancionam outras construções menos esquemáticas, e 2) em que medida elas são formadas. Consideramos que a macroconstrução $[X_R \text{Loc}]_{MD}$ é produtiva, pois além de sancionar mesoconstruções (até o presente momento de pesquisa, encontramos $[X_R \text{Loc}]RA$ e $[X_R \text{Loc}]_{Int}$), sanciona várias microconstruções. Embora, tenhamos observado oito diferentes tipos de microconstrução no *corpus* analisado, outras micro também foram percebidas em pesquisa piloto em *sites* de busca, tais como *para aí, desacelera aí, (fica) quieto aí*. Identificamos que novas formações, sejam inovações ou uso de expressões não convencionalizadas, tendem a instanciar um segundo nível de mesoconstruções, parcialmente esquemáticas, do tipo $[X_R \text{Aí}]$, com fixação do locativo *aí*.

Tratando da relação entre produtividade e frequência, Bybee (2003) distingue frequência *type* (o número de diferentes expressões apresentadas por um padrão particular) e frequência *token* (o número de vezes que a mesma unidade ocorre no texto). Traugott e Trousdale (2013) equiparam frequência

da construção à frequência *type* e frequência do construto à frequência *token*. Estando esta pesquisa ainda em andamento, apresentamos, neste momento, resultados parciais no que se refere à frequência *token* das expressões no *corpus*, no entanto, podemos observar que a microconstrução *espera aí* já se mostra muito mais frequente que as demais.

O terceiro fator de grande relevância no estudo de construções é a composicionalidade, que diz respeito à transparência entre forma e sentido. A composicionalidade é geralmente pensada em termos de uma dupla semântica (o significado das partes e do todo) e das propriedades combinatórias do componente sintático. Do ponto de vista construcionalista, a composicionalidade é pensada em termos de correspondência ou incompatibilidade (*mismatch*) entre aspectos da forma e aspectos do sentido. Se um construto é semanticamente composicional, o entendimento do significado de cada item individual decodifica o significado do todo. Porém, se o construto não é composicional, haverá divergência entre o significado dos elementos individuais e o significado do todo. Observemos as expressões em destaque nos exemplos abaixo que representam, respectivamente, construto composicional e não composicional.

3. o Governo do Estado apelou para o Governo Federal e ele disse: **Agüenta aí** na brocha que eu vou tirar a escada e tu te viras, mas não põe a polícia.
4. E logo ao chegar no Rio de Janeiro, Dr. Celso começou a demonstrar que ele tinha uma linha de procedimentos diferente da minha. Ele, por exemplo, me telefonou em Belém, dizendo: “Olha. Eu vou reunir aqui a gerência e vou tomar”... Celso, **agüenta aí**. Eu sou Diretor Regional.

Eu fui designado Diretor Regional. Então, eu gostaria que você aguardasse porque nós temos que traçar um plano de trabalho conjunto.

No primeiro exemplo, embora todo o trecho “Aguenta aí na brocha que eu vou tirar a escada e tu te viras” represente uma expressão metafórica para “deixar alguém vivenciar situação extremamente difícil sem qualquer ajuda”, nossa atenção está voltada exclusivamente para o sentido do domínio fonte em prol da análise da sequência destacada. O verbo *aguentar* tem o significado de suportar, e o pronome *aí* exerce função de circunstanciador espacial, de referência catafórica, formando com “na brocha” um adjunto adverbial de lugar. Logo, o construto é composicional, pois o somatório do significado de cada uma das partes corresponde ao significado do todo: suportar o próprio peso, pendurado na brocha (prego curto de cabeça achatada, tacha). Já no segundo exemplo, temos um construto não composicional, ocorrendo o que chamamos de *mismatch*, isto é, divergência entre o significado dos elementos individuais e o significado do todo, que, nesse caso, exerce função discursivo-pragmática, como marcador refreador-argumentativo.

3 Análise dos dados

Nesta fase, apresentamos, no capítulo de análise, os estudos iniciais de *espera aí*, por ser, entre as construções analisadas, o elemento mais frequente com transições categoriais mais bem definidas. Também observamos e apontamos resultados significativos com relação a *aguenta aí*.

Espera aí

Por ser a construção de maior frequência no *corpus* e apresentar transições categoriais aparentemente mais definidas que as outras, entendemos que *espera aí* tenha servido de base analógica ao uso de *espera lá* e, posteriormente, a outras microconstruções associadas à mesoconstrução [XRLoc]RA. Sendo assim, nesta seção, nos valeremos da construção *espera aí* como modelo para apontar diferentes níveis de integração sintático-semântica.

No acervo digital de publicações do Congresso Nacional, buscamos as expressões tentando prever as variadas grafias – envolvendo aglutinação, redução, hipercorreção etc. – que, porventura, pudessem ser utilizadas pelos transcritores das sessões parlamentares. Encontramos no *corpus*, até então, as seguintes grafias: *espera aí*, *esperaí*, *pera aí*, *peraí* e *espere aí*. Até o momento foram analisados 21 dados, referentes a *espera aí*, do total de 1059 ocorrências para essa grafia específica. A seguir, está a tabela com os resultados parciais dessa microconstrução:

Tabela 1: Frequência *token* parcial de *espera aí*.

	Resultados parciais				
	Referência				Total de ocorrências
	Espaço-temporal	Temporal	Situacional	Argumentativa	
Espera aí	1/21	2/21	4/21	14/21	1059

Fonte: autoria própria.

Nos arranjos lexicais encontrados no corpus, o verbo *esperar* indica estar à espera de algo/alguém, aguardar, durante período de tempo, e o locativo *aí* aponta o lugar em que se encontra o ouvinte. No exemplo apresentado a seguir, é possível constatar que o verbo *esperar* é empregado como verbo lexical, ou pleno. David Crystal (2008) define o verbo pleno como aquele que expressa uma ação, um evento ou um estado, e o contrasta com o verbo auxiliar, que expressa significados gramaticais. No que se refere ao verbo *esperar*, interessam-nos as seguintes acepções encontradas no dicionário Houaiss (2009): “não agir, não tomar decisões, não desistir de algo, até a efetuação de um evento que se tem por certo, ou provável, ou desejável; estar ou ficar à espera de; aguardar”.

A análise dos dados em que ocorre a construção *espera aí* em uso lexical aponta para a ideia de não ação, de não continuidade, de estatismo e, sobretudo, de aguardo durante um período de tempo até que outra ação aconteça. O locativo *aí*, nessas expressões, também exerce papel de referenciador do mundo biofísico e social, atuando como adjunto circunstanciador de lugar, em relação aos participantes do ato comunicativo. Observamos, referente ao pronome locativo, ou advérbio, *aí*, conforme consta nas gramáticas normativas e dicionários, as acepções que seguem: “Nesse lugar, em posição próxima da pessoa a quem se fala; lugar perto do ouvinte, esse lugar”. (HOUAISS, 2009).

A seguir, analisemos alguns exemplos retirados do *corpus*, com grifos nossos, que pontuam as classificações propostas na metodologia:

5. Nessas conversas amenas com José Bonifácio, ele me deu lições curiosas. Com aquele espírito de humor que tinha, me disse certa feita: “Gastão, quando você tem um amigo

chato que telefona dizendo que o vai visitar se esquece da hora de sair, você fala o seguinte: estou com minha mulher saindo para te visitar. **Espera aí** na sua casa, porque vou aí. Aí, você sai à hora que quiser, e não fica aturando o sujeito até 1 hora, 2 horas da manhã”.

Pode-se perceber que os itens do arranjo analisado - *espera* e *aí* - apresentam certa independência sintática, semântica e morfológica. Em relação às construções gramaticais, é mais composicional, menos esquemática e menos produtiva. No trecho acima, o verbo em destaque é lexical, expressando um pedido de aguardo do locutor para seu interlocutor. Apesar de não haver um objeto direto sintaticamente explícito na oração, podemos inferir pelo contexto que o pedido é para que o anfitrião espere por ele e por sua mulher, o que corresponderia a “espere-nos/me aí na sua casa”.

O locativo *aí*, posposto ao termo *espera*, funciona como reforço na orientação espacial, formando, inclusive, um sintagma com os termos subsequentes: *aí na sua casa*, caracterizando, nos termos da gramática tradicional, uma locução adverbial de lugar. Em seguida, o mesmo locativo é novamente utilizado, porém, posposto ao verbo *ir*, o que corrobora a ideia de que não há forte relação de dependência com o termo *espera*. Focando na oração em que o arranjo foi destacado em negrito, pode-se dizer que o *aí* atua como reforço catafórico da orientação espacial. Passemos agora ao próximo exemplo:

6. JOSE PAULO DE ANDRADE – Muito bem, Ministro. Então nós perguntaríamos, já no final do programa ao senhor - e é uma pergunta sugerida por um ouvinte

da Bandeirantes - quando é que termina essa dívida externa brasileira. Ele está preocupado com isso. Ele acha que está pegando empréstimo para pagar juros. Quando é que os juros deixarão de aumentar o principal?

JOELMIR BETING - Não, um momentinho. **Espera aí**. Hoje, o Ministro embarca para Nova Iorque, e a gente vai colocar primeiramente esta questão: o que o senhor vai fazer em Nova Iorque?

Conforme dito anteriormente, a passagem de uma forma lexical para gramatical não ocorre de forma abrupta, mas sim percorrendo estágios que pertencem a um *continuum* de mudança. Embora, na expressão destacada acima, ainda esteja bastante presente o sentido do verbo pleno *esperar*, isto é, com o significado de aguardar, já não ocorre a expectativa por alguém ou algo. O intuito do jornalista Joelmir Beting foi refrear a fala de seu colega, José Paulo de Andrade, durante um período de tempo, o suficiente para que ele formulasse a pergunta considerada mais importante, e o entrevistado a respondesse. A referência temporal é confirmada pelo uso da expressão “um momentinho”, que antecede “espera aí”.

Nesse estágio, é possível notar que já não há referência espacial por parte do *aí*, ocorrendo dependência sintática e semântica entre verbo e locativo, o que leva à formação de uma unidade que caminha para o *status* construcional. Comparada com as formações lexicais, é considerada menos composicional, mais esquemática e mais produtiva. Porém, ainda não se trata de uma construção propriamente dita, pois não há surgimento de um pareamento de forma nova e significado novo, já que a

expressão ainda carrega bastante do sentido do verbo *esperar*. Convencionamos denominá-la expressão refreadora-temporal.

É interessante atentar para o seguinte exercício como uma das formas de comprovar o início do *status* construcional. Em (5), podemos passar a oração exemplificada, em que consta a sequência do verbo *espera* seguido do locativo *aí* para o discurso indireto fazendo a correspondência de cada um dos termos de forma independente: “Disse que estava com sua mulher saindo para visitá-lo. Que esperasse ali na casa dele, porque iria ali”. No entanto, ao tentarmos repetir o feito com o trecho do exemplo (6), nos deparamos com certa dificuldade, pois percebemos que não é possível pensar em independência dos itens, e sim em uma vinculação sintático-semântica. Avançando no *cline* léxico-gramática, observemos o seguinte exemplo:

7. O SR. RELATOR (Ronan Tito) – [...] O art. 12 continua, é aquele *in extremis*, em que, inclusive, a classe trabalhadora concorda, acha que está ok, o art. 13 está ok, o art. 14 aqui vamos colocar - pediria a atenção, inclusive, do Dr. Ulisses Ridel para esta redação.

“Constitui abuso do direito de greve a inobservância das normas contidas na presente lei e com a manutenção da paralisação, após a celebração de acordo, convenção...”

Não, não, perdão, outra vez. Isso aqui está tudo remendado.

“Constitui abuso do direito de greve a inobservância das normas contidas da presente lei, bem como a manutenção da paralisação, após a celebração de acordo, convenção ou em flagrante desrespeito à decisão da justiça.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica em caso de descumprimento por parte do empregador de cláusulas ou condições estabelecidas no acordo ou em convenção coletiva, bem como na ocorrência de fato novo”

Está certo? Este parágrafo único que existe aí corta tudo.

O SR. GERSON PERES - **Espera aí**, vamos com calma. Qual é o artigo?

No fragmento acima, todavia ainda haja resquício da ideia de pedido de tempo, a expressão *espera aí* exerce função refreadora da fala do interlocutor, sobretudo, com o objetivo de conter a sequência de informações em grande volume e um tanto confusas proferidas pelo relator. A expressão “vamos com calma”, logo após o emprego do termo analisado, contribui para esse entendimento. Nos demais exemplos de usos de *espera aí* semelhantes a esse encontrados no *corpus*, observamos, em geral, a necessidade de abrandar a fala alheia, seja pelo ritmo acelerado, grande quantidade ou qualidade ineficaz da informação recebida. Esses problemas tendem a atrapalhar o raciocínio lógico do receptor e, por essa razão, faz-se necessário um pedido de contenção.

Além disso, a expressão referida também pode ser empregada como um pedido de refrear de ânimos; em meio a proferimentos mais exaltados, foram encontrados usos de *espera aí* seguidos de expressões como “fique calmo, vamos ouvir”. Sendo assim, por referir-se a particularidades que envolvem características da informação e, mais precisamente, o modo como o emissor a veicula, convencionamos chamar esse tipo de expressão de *refreadora-situacional*. Em comparação com as

expressões anteriormente analisadas, ela está em estágio ainda mais avançado no cline léxico-gramática, sendo considerada menos composicional, mais esquemática e mais produtiva, porém, sem ainda formar a vinculação forma nova - significado novo. Sigamos ao próximo estágio por meio da análise do seguinte fragmento:

8. O SR. JOSÉ LUÍS ESCANHOELA – [...] Os municípios têm muita dificuldade em obter, por falta de informações, de obter recursos de como fazer. Então, quando se tem um escritório que faça isso, ou pessoas especializadas para isso, eles se socorrem deles. Porque há dificuldade de vir um prefeito à Brasília, pedir a um Deputado ou coisa assim; é muito difícil.

O SR. ITAMAR FRANCO - Não. Espera aí. V. S^a. diz que nunca veio à Brasília. Então, qual é a dificuldade? O escritório de V. S^a.nunca veio à Brasília; tinha aqui apenas um intermediador; uma hora era o Dr. Paulo, outra hora foi o Dr. Boni?

O SR. JOSÉ LUÍS ESCANHOELA - Boni.

O SR. ITAMAR FRANCO - Então, qual a dificuldade que restaria ao Prefeito em encaminhar o seu projeto ao Demec e dar seguimento através dele mesmo? V.S^a diz que - aqui o depoimento numa resposta ao nobre orador - em nome da Prefeitura V. S^a.teria falado ao MEC. Mas não sabe qual a repartição, a quem falava, porque falava.

Nesse exemplo, é possível notar o surgimento de um pareamento de forma nova e significado novo, muito menos

composicional, ainda mais esquemática e produtiva que as expressões anteriores. A microconstrução *espera aí* é utilizada pelo parlamentar Itamar Franco no intuito de refrear a fala do seu interlocutor, José Luís Escanhoela, não só por considerá-la equivocada, como também, e principalmente, por pretender apresentar o seu argumento. Frequentemente, o entorno dos construtos instanciados pela mesoconstrução [XRLoc]RA em sequências tipológicas argumentativas é marcado pela presença de advérbios de negação, conjunções adversativas, conclusivas, consecutivas etc. No trecho (8), notamos também o uso de perguntas retóricas, que, diferentemente das perguntas comuns, não têm como objetivo obter uma resposta, e sim reforçar uma ideia em que se acredita, isto é, provocar no interlocutor a reflexão e conseqüente compreensão de um dado argumento. Nas linhas acima, a crença de Itamar Franco é de que não há dificuldade em obter recursos.

Esses arranjos, com status construcional mais avançado nos níveis de gramaticalidade, atuam no universo do discurso, exercendo função de marcadores discursivos. A exemplo da construção destacada em (8), os arranjos gramaticais considerados marcadores argumentativos atuam no apoio de fatos, ideias, provas, entre outros, em objeção ou complementação restritiva do conteúdo de enunciados precedentes. Em geral, nas interações desse tipo, ao articular a expressão *espera aí*, o usuário não só refreia a formulação discursiva de seu interlocutor – a sua própria ou ainda uma ideia veiculada por algum tipo de mídia – como também, e principalmente, posiciona-se diante do que foi colocado, acrescentando novas informações, que denotam geralmente oposição ou restrição ao que foi dito. Sendo assim, denominamos esses tipos de marcadores discursivos de *refreador-argumentativos*.

Aguenta aí

Em nossa busca de diferentes transcrições para a expressão, não foram encontrados registros de *aguentaí*, *guentaí* e *aguenta aí*, apenas *aguenta aí* e *guenta aí*. A seguir, apresentamos, de forma discriminada por referência funcional e tipos de grafia, o número de ocorrências em que esse verbo e locativo aparecem sequenciados, seja como itens independentes seja como unidade sintático-semântica.

Tabela 2: Frequência token de *aguenta aí*.

	Referência				Total de ocorrências
	Espaço-temporal	Temporal	Situacional	Argumentativa	
aguenta aí	02	01	-	01	04
guenta aí	-	03	-	-	03
Total de ocorrências	02	04	-	01	07

Fonte: autoria própria.

As sequências lexicais formadas pelo verbo *aguentar* seguido do locativo *aí* denotam a ideia de suportar determinada situação em algum lugar ou esperar/aguardar algo ou alguém em local especificado. Observemos o exemplo a seguir:

9. CARLINHOS: oh Geovani.

GEOVANI: ta perguntando se é um cheque só ou se você consegue fazer desse total vários cheques?

CARLINHOS: um só. Um só, ta aqui comigo, se você quiser mandar pegar to aqui no Troya.

GEOVANI: ah, porque ele já ta na mão já. É daí de Goiânia mesmo? Ele ta perguntando.

CARLINHOS: é, daqui de Goiania. É de um dono do hospital.

GEOVANI: ah, entendi. Então ta, **agüenta aí**.

No exemplo acima, podemos observar certa independência sintático-semântica entre os elementos sequenciados, *aguenta* e *aí*, resultando em contexto de referência espaçotemporal. Comparada com aquelas de referência temporal, mais avançadas no *cline* léxico-gramática, a expressão indicadora de espaço e tempo é mais composicional, menos esquemática e menos produtiva. O uso de *aguenta* no presente do indicativo (em substituição ao imperativo afirmativo) refere-se a um pedido de espera, realizado em sequência tipológica injuntiva. A espera pressupõe passagem de tempo do início ao fim da ação de aguardar. O locativo *aí* atua como circunstanciador espacial anafórico, fazendo referência ao restaurante Troya, anteriormente citado pelo interlocutor Carlinhos. Na oração em que aparecem os termos em foco, há a ideia implícita de uma locução adverbial de lugar: “Então ta, aguenta aí (no Troya)”. Por essas razões, consideramos que a expressão apresenta referência espaçotemporal. Passemos ao próximo fragmento a ser analisado:

10. LENINE: Oi Wesley!

WESLEY: É... Vou lá ver o negócio...pode dar o dinheiro pro Edivaldo aqui.

LENINE: Peraí um poquinho. **Guenta aí.** Eu tô fechando esses caixa aqui pra mim ver como é que tá.

WESLEY: Então tá. Ele tá aqui em Anapólis, aí já resolve logo esse trem. Eu dou um cheque pra ele logo. Dá três cheques, né!

LENINE: Tá bom.

No trecho acima, observamos que os termos *aguenta* e *aí* estão mais vinculados, já não há referência espacial por parte do locativo, mas a expressão como um todo – *guenta aí* – aponta para um reforço do pedido de espera, iniciado pelo emprego de “peraí um pouquinho”. Já não são dois itens independentes sequenciados, e sim uma unidade sintático-semântica, menos composicional, mais esquemática e mais produtiva que a anterior. A expressão *aguenta aí* parece avançar para o *status* construcional, contudo, ainda não constitui um pareamento de forma nova e função nova, pois mantém o sentido do verbo pleno *aguardar*. É interessante notar que o profissional transcritor das falas dessa sessão parlamentar optou por grafar o verbo na forma como foi pronunciada: “guenta”, no entanto, não ousou unir verbo e locativo, conforme realizou em “peraí”. Tal fato contribui para o entendimento de que a microconstrução *espera*

aí (*perai*) é mais convencionalizada no português brasileiro do que as demais aqui estudadas. Sigamos para o próximo exemplo:

11. SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: O Presidente me disse o seguinte: “Eu já escolhi o Diretor Adjunto”. Presidente, o Diretor Adjunto nos CORREIOS, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, ele faz coisas em nome do titular. Então, se eu me ausento para um evento ele pode estar assinando coisas...Então essa pessoa tem que ser da íntima confiança e eu jamais escolheria uma pessoa que não fosse qualificada em condições. Foi escolhido então para essa função o ex-adjunto de Santa Catarina, Dr. Celso.

SR. RELATOR DEPUTADO JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP):
Celso?

SR. WALDEMIR FREIRE CARDOSO: Celso, falta-me aqui nesse momento o nome do colega. Tenho conhecimento de que um profissional que se destacou lá. Mas ele não era pessoa da minha escolha. Eu tinha preocupações. E logo ao chegar no Rio de Janeiro, Dr. Celso começou a demonstrar que ele tinha uma linha de procedimentos diferente da minha. Ele, por exemplo, me telefonou em Belém, dizendo: “Olha. Eu vou reunir aqui a gerência e vou tomar”...Celso, **agüenta aí**. Eu sou Diretor Regional. Eu fui designado Diretor Regional. Então, eu gostaria que você aguardasse porque nós temos que traçar um plano de trabalho conjunto. E efetivamente o Dr. Celso começou a ter atitudes que eram atitudes sempre chocantes e que me preocupavam bastante. Eu vim, então, a descobrir que o Dr. Celso estava devidamente orientado sabe, por pessoas da Administração Central notadamente do

senhor Gebrin, que mantinha relacionamentos constantes com ele. Então eu fiquei extremamente preocupado com isso. Em junho o Presidente então, me disse: “Eu já escolhi”.

No fragmento acima, observamos a emergência do pareamento forma nova-significado novo, cuja função é refrescadora-argumentativa. Cientes de que argumentos são utilizados para convencer alguém ou para chegar a alguma conclusão, identificamos, no entorno da expressão, alguns elementos que compõem a tessitura argumentativa: afirmações como “eu sou”, “eu fui”; conjunção conclusiva “então”; conjunção explicativa “porque”. Essa microconstrução é muito menos composicional e mais esquemática do que aquelas consideradas mais lexicais. No entanto, apresenta baixa frequência *token*, o que nos leva a pensar que se trata de uma microconstrução menos convencionalizada do que *espera aí*.

4 Considerações finais

Por meio da coleta e análise de dados realizados até o momento, observamos que *espera aí* é a mais frequente entre as microconstruções estudadas e, além disso, apresenta transições categoriais mais definidas que as demais. Sendo assim, a consideramos o exemplar da categoria e entendemos que tenha servido de base analógica ao uso de outras microconstruções associadas à mesoconstrução [XRLoc]RA.

Embora o sentido das construções não seja o somatório dos sentidos de cada um dos itens que a formam, compreendemos que estes últimos contribuem para o surgimento do novo significado. O pronome locativo *aí* é, sem dúvida, o mais

produtivo na formação de novas construções; *aí* indica o lugar em que está a pessoa com quem se fala, e, não por acaso, os marcadores discursivos refreador-argumentativos exercem a função de apontar para o interlocutor em tom crítico e refrear a sua fala. Portanto, além de apresentarmos um panorama dos termos refreadores, também faremos um estudo da representação dos locativos nos pareamentos que se formam.

Tendo em vista que esta pesquisa ainda está em desenvolvimento, nossos próximos passos estão relacionados à continuidade da coleta de dados, tanto no plano sincrônico quanto diacrônico; ampliação e refinamento da fundamentação teórica, metodologia e análise de dados.

REFERÊNCIAS

BYBEE, Joan. *Language, usage and cognition*.

Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

_____. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In: JOSEPH, B.; JANDA, R. (ed.). *A handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackweel, 2003, p. 602-623.

_____. *Radical Construction Grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

Crystal, David. *A Dictionary of Linguistics and Phonetics*.

6th ed. Blackwell Publishing Ltd, 2008.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; CUNHA LACERDA, Patrícia Fabiane Amaral. Gramática de construções: princípios básicos e contribuições. In: OLIVEIRA, Mariangela Rios de; CEZARIO, Maria Maura. (Org.). *Funcionalismo Linguístico: vertentes e diálogos*. Niterói: UFF, 2017. No prelo.

GOLDBERG, Adele E. *Constructions: a new theoretical approach to language*. Trends in Cognitive Sciences 7, 2003. p. 219-224.

_____. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

_____. Constructionist approaches. In: HOFFMANN, T.; Trousdale, G. (eds.). *The Oxford Handbook of Construction Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 15-31

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

KEMMER, Suzanne. *Schemas and lexical blends*.
University of Duisburg-Essen: LAUD, 2000.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; ALONSO, Karen Sampaio.
Funcionalismo, cognitivismo e a dinamicidade da língua. In:
SOUZA, Edson Rosa de. (Org.). *Funcionalismo linguístico: novas
tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, p. 87-106, 2012.

ROSA, Flávia Saboya da Luz. *As expressões espera aí e
espera lá na perspectiva da gramaticalização*. 2012. 108 f.
Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) –
Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

TOMASELLO, Michael. Introduction: a cognitive-functional
perspective on language structure. In: _____. (ed.). *The new
psychology of language: cognitive and functional approaches
to language structure*. New Jersey: LEA, 1998, p. 7-23.

_____. *Constructing a language: a usage-based theory of language
acquisition*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003.

TRAUGOTT, Elizabeth-Closs. Grammaticalization, constructions
and the incremental development of language: Suggestions from
the development of degree modifiers in English. In: ECKARDT,
Regine; JÄGER, Gerhard; VEENSTRA, Tonjes (eds.). *Variation,
selection, development: probing the evolutionary model of language
change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2008. p. 219-250.

_____; TROUSDALE, Graeme. *Constructionalization and
constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

Marcadores discursivos formados pelos verbos perceptivo-visuais *olhar* e *ver*: virtualidade e contexto de uso

Discourse markers formed by visual perceptive verbs to *look* and to *see*: virtuality and usage context

Vânia Rosana Mattos Sambrana

Resumo

O presente trabalho objetiva apresentar os marcadores discursivos formados pelos verbos perceptivo-visuais *olhar* e *ver* em seus contextos de uso, licenciando seu padrão construcional, virtualmente representado por $Vpv(x)md$. Nossa hipótese é de que os 23 exemplares levantados de marcadores discursivos situam-se em uma rede linguística funcional interligada e, por especificidades muito próprias, se agregam ou se afastam um dos outros, mas mantêm-se integrados ao padrão construcional. Alegamos que essas especificidades são associações entre configurações morfossintáticas e papéis discursivo-pragmáticos específicos, podendo ser captados em contextos de uso. Para este fim, utilizamos o aporte teórico da Linguística Funcional Centrada no Uso (MARTELOTTA, 2011; BISPO, FURTADO DA CUNHA e SILVA, 2013; OLIVEIRA e ROSÁRIO, 2015) norteada pelo modelo da Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995, 2006; CROFT, 2001; TRAUOGOTT, 2008; TRAUOGOTT e TROUSDALE, 2013; BYBEE, 2010, 2015). Nosso corpus é sincrônico, extraído do português brasileiro do século XX. Como parte de nossos resultados, constatamos que o padrão

construcional Vpv(x)md consiste em uma macroconstrução que sanciona níveis menos virtuais e níveis mais virtuais deste padrão.

Palavras-chave: Marcador discursivo. Padrão construcional. Contextos de uso. Funcionalidade.

Abstract

This paper aims to introduce the discourse markers formed by visual perceptive verbs *to look* and *to see* at their usage contexts, and what licenciate their constructional pattern, represented by Vpv(x)md virtualityly. Our hypothesis is that the twenty-three exemplars appointed as discourse markers are in a linked functional linguistic network, and, for restrictive specifications, can themself aggregate or move away, but ever have integrated to the constructional pattern. We assert that these specifications are fulfilment among morphosyntactic and specific discursive-pragmatic roles, what can be caught in usage contexts. For this aim, we use as theoretical base the Usage-Based Functional Linguistics (MARTELOTTA, 2011; BISPO, FURTADO DA CUNHA e SILVA, 2013; OLIVEIRA e ROSÁRIO, 2015) and the model of Construction Grammar (GOLDBERG, 1995, 2006; CROFT, 2001; TRAUOGOTT, 2008; TRAUOGOTT e TROUSDALE, 2013; BYBEE, 2010, 2015). We selected as synchronic *corpus* the brasilian portuguese from 20th century. As some of our results, we found out that the constructional pattern Vpv(x)md consists in a macro-construction that sanctions less virtual levels, and more virtual levels.

Keywords: Discourse markers. Constructional pattern. Usage contexts. Functionality.

1 Introdução

Este trabalho faz parte de uma pesquisa desenvolvida no curso de mestrado, cujo foco recai sobre o padrão construcional dos marcadores discursivos de base verbal perceptivo-visual. A semântica da percepção-visual leva-nos aos verbos *ver* e *olhar* em função gramatical de marcar o discurso. Diante de um universo de terminologias e conceituações, decidimos selecionar um conceito de marcador discursivo (MD) próximo de nossa perspectiva teórico-metodológica, a Linguística Funcional Centrada no Uso com ênfase na Gramática de Construção. Sendo assim, selecionamos o conceito de Risso, Silva e Urbano (2002):

Trata-se de amplo grupo de elementos de constituição bastante diversificada, envolvendo, no plano verbal, sons não lexicalizados, palavras, locuções, e sintagmas mais desenvolvidos, aos quais se pode atribuir homogeneamente a condição de uma categoria pragmática bem consolidada no funcionamento da linguagem. Por seu intermédio, a instância da enunciação marca presença forte no enunciado, ao mesmo tempo em que se manifestam importantes aspectos que definem sua relação com a construção textual-interativa. (RISSO; SILVA; URBANO; 2002, p. 21)

Risso *et al*, acima citados, consideram os MDs uma categoria pragmática, com exemplares heterogêneos constitutivos de uma classe ampla e difusa, entretanto, é na ‘instância da enunciação’ que se molda seu funcionamento. Sob essa alegação, reafirmamos a importância de que os MDs formados por verbos perceptivo-visuais estão à disposição dos falantes e sua variabilidade só pode ser captada e justificada pelos seus contextos de uso e não pela formalização única de uma categoria gramatical.

Autores como: Marcuschi (1986; 1989); Traugott (1995); Jucker e Ziv (1998); Risso (1999; 2015); Schifffrin (2001); Risso, Silva e Urbano (2002; 2015); e Urgelles-Coll (2010) tratam da classe dos MDs como polifuncional. A polifuncionalidade é a atuação de um “mesmo item em mais de uma função” (CASTILHO; 2014, p. 229) dentro de um mesmo domínio ou de vários domínios distintos.

A macrofunção que se estende a todos os membros dessa categoria é a função geral da marcação discursiva. Do ponto de vista funcional, constitui-se no chamamento de atenção do ouvinte, e ainda, no apontamento das posições do falante e do ouvinte, em referência ao discurso. O MD é proferido pelo falante enquanto condutor da negociação de sentido, mas suas funções são compartilhadas com o ouvinte. Uma vez que consideramos limites difusos entre os membros da categoria, essa função gramatical de marcar o discurso se dilui na medida em que as formas, dentro do contexto de uso interativo, ganham sentidos ora mais subjetivos (centrados no falante) ora mais intersubjetivos (centrados no interlocutor/ouvinte).

O tratamento dado à classe dos MDs pelo modelo de análise da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) possibilita o entendimento, de forma dinâmica, dessa classe gramatical considerada, até então, heterogênea e de difícil categorização. A dinamicidade advém de um modelo holístico de análise em que não se privilegia um único nível da língua. A sintaxe, ora privilegiada pelos gerativistas e formalistas como base de modelo para a descrição da língua, dá lugar a visão de léxico e de gramática sem uma “distinção rígida” (BISPO, FURTADO DA CUNHA e SILVA, 2016) entre eles, implicando em uma aglutinação de fatores de análises fonológicos, morfossintáticos, semânticos, textuais, discursivo-pragmáticos e cognitivos.

Nossa hipótese é de que os MDs *olha, olhe, olhem, olha aqui, olhe aqui, olha lá, olhe lá, olha aí, olha bem, olha só, vê, veja, vejamos, viu, vê lá, veja lá, vê só, veja só, vejamos só, vê bem, veja bem, e vejamos bem* situam-se em uma rede linguística funcional e compartilham especificidades próprias, demonstrando a regularidade de seu padrão construcional em face do esquema maior, com generalizações mais abrangentes, da marcação discursiva.

Diante dessas colocações, destacamos que nosso objeto de estudo é a construção marcadora discursiva perceptivo-visual. Essa construção é, virtualmente, nomeada de $V_{pv}(x)_{md}$. Nosso objetivo geral é identificar, levantar e descrever o padrão construcional de $V_{pv}(x)_{md}$.

Ao padrão construcional dos marcadores discursivos de base verbal perceptivo-visual, rotulamos de macroconstrução, em termos virtuais de $V_{pv}(x)_{md}$, nos moldes de Traugott (2008). Sendo assim, esse grupo de MDs pode constituir uma subclasse dentro de uma classe maior de marcadores de base verbal, uma vez que pertence ao esquema $[(v)(x)]_{md}$, nos moldes de Traugott e Trousdale (2013).

O presente trabalho parte da comparação dos contextos de uso como meio de confirmar que a construção marcadora discursiva perceptivo-visual, $V_{pv}(x)_{md}$, agrega membros que se enlaçam na rede linguística funcional por *links* de configuração morfossintática, base semântica e extensão metafórica. Há, assim, uma regularidade prevista em termos de extensibilidade não só de membros, mas de funcionalidade de um padrão.

Esta pesquisa é sincrônica, representativa do português brasileiro do século XX. Para tal fim, utilizamos os *corpora*: *Corpus Discurso e Gramática*, Projeto Norma Linguística Urbana Culta, *Corpus do Português* e Programa de Estudos do Uso da Língua.

Na próxima seção, trataremos das questões teórico-metodológicas e do *corpus*.

2 Pressupostos teórico-metodológicos

Assumimos uma postura cognitivo-funcional ao selecionarmos a Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) (MARTELOTTA, 2011; BISPO, FURTADO DA CUNHA e SILVA, 2013; OLIVEIRA e ROSÁRIO, 2015) com ênfase na Gramática de Construção (GOLDBERG, 1995, 2006; CROFT, 2001; TRAUGOTT, 2008; TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013; BYBEE, 2010, 2015) para nortear nossa pesquisa.

A LFCU descreve os usos linguísticos como realizações concretas da língua no momento da interação, os constructos, e sustenta que a gramática é moldada no discurso, e a língua, por pressões cognitivas e motivações discursivo-pragmáticas, sofre mudanças. Dessa forma, a tríade uso, língua e discurso coloca o contexto como figura central das análises. Nessa perspectiva, nosso objeto de estudo se materializa através do levantamento e da descrição dos contextos de uso.

Dois contribuições importantes sustentam a base teórico-metodológica da LFCU, uma de vertente funcionalista e outra de cunho cognitivista. As contribuições funcionalistas caracterizam o tratamento dos dados no contexto de seu uso efetivo. Em acréscimo, as contribuições cognitivistas projetam os usos linguísticos como extensões de processos conceptuais de caracterizações do mundo físico e social.

Bispo, Furtado da Cunha e Silva (2013), apoiados em Bybee (2010), definem língua como “um sistema adaptativo complexo, uma estrutura fluida constituída, ao mesmo tempo, de padrões mais ou menos regulares e de outros que estão em

permanente emergência, mercê de necessidades cognitivas e/ou intercomunicativas. (BISPO, FURTADO DA CUNHA e SILVA, 2013, p. 20). Como conceitos caros, língua é entendida como passível de constantes adequações, e gramática trata-se de um “sistema de conhecimento linguístico hipotético incluindo não apenas morfossintaxe, semântica, e fonologia, mas também pragmatismo e funções discursivas” [tradução nossa] (TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013, p.95)¹. Apoiados nessa abordagem holística, Bispo *et al* (2013) propõem um conceito de gramática:

(...) um conjunto de esquemas/processos simbólicos utilizado na produção e organização de discurso coerente. Desse modo, configura-se em categorias morfossintáticas rotinizadas, exibindo padrões funcionais mais regulares e formas alternativas em processo de mudança motivada por fatores cognitivo-interacionais. Nesse sentido, gramática e discurso estão intrinsecamente entrelaçados e coatuam em mútua dependência, sendo um (re)modelado pelo outro. (BISPO, FURTADO DA CUNHA e SILVA, 2013, p.20)

Pela leitura do conceito acima, percebemos que a gramática é tratada como processo representacional, ‘simbólico’, cuja padronização não é estável e a regularidade desses processos permite, por inúmeras motivações, uma instabilidade controlada por normas instauradas no próprio uso linguístico.

A Gramática de construção traz, à LFCU, o conceito de signo como construção. Construção é considerada um pareamento indissociável de forma-sentido (cf. GOLDBERG, 1995, p. 4). O léxico,

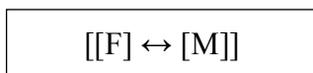
1 Grammar refers to the hypothesized linguistic knowledge system and includes not only morphosyntax, semantics, and phonology but also pragmatics, and discourse functions. (TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013, p.95). [Tradução nossa].

conforme Bybee (2010) descreve, é “um léxico como um inventário de construções” [tradução nossa] (BYBEE, 2010, p. 73)². Sendo assim, o conjunto de construções forma o inventário da língua, criado coletivamente para cumprir objetivos sociocomunicativos.

Croft (2001) identifica construções como unidades simbólicas, descrevendo-as como atômicas (composta de um elemento) ou complexas (composta por mais de um elemento sintático), desde totalmente substantivas, quando fonologicamente especificadas, até totalmente esquemáticas, as abstratas. Para Croft (2001), todas as construções possuem elementos sintáticos, morfológicos e fonológicos no polo da forma; e também, componentes semânticos, pragmáticos e discursivo-funcionais no polo do sentido.

Seguindo a mesma vertente, Traugott e Trousdale (2013) apresentam, de forma simplificada, sua representação de construção:

Figura 01: Representação da construção para Traugott e Trousdale (2013).



Fonte: Traugott e Trousdale (2013, p. 8)

Nessa representação de construção, “F” significa forma e contém as propriedades específicas da sintaxe, “M” significa sentido e contém as propriedades do sentido. A correspondência entre forma e sentido é representada pela seta (↔).

² (a lexicon with an inventory of constructions) (BYBEE, 2010, p. 73). [tradução nossa].

O modelo de análise das construções proposto por Traugott e Trousdale (2013) segue a descrição dos fatores construcionais de esquematicidade, produtividade e composicionalidade.

“Esquematicidade é uma propriedade de caracterização que, crucialmente, envolve abstração” [tradução nossa] (TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013, p. 13)³. Por razões teórico-metodológicas decidimos utilizar os dois trabalhos publicados sobre a questão da esquematização: o de Traugott (2008); e o de Traugott e Trousdale (2013).

Sintetizamos os conceitos sobre níveis de esquematicidade, utilizados pelos autores nos dois diferentes trabalhos, no quadro abaixo:

Quadro 01: Níveis de esquematicidade.

TRAUGOTT (2008)	TRAUGOTT e TROUSDALE (2013)
Macroconstrução – pareamento de forma-sentido que são definidos por estrutura e função; são esquemas altamente abstratos.	Esquemas – são abstrações de grupos de construções semanticamente gerais.
Mesoconstrução – agrupamento de construções específicas com comportamento semelhante.	Subesquemas – um nível intermediário.
Microconstruções – construção tipo individual.	Microconstruções – membros <i>types</i> específicos de esquemas mais abstratos.
Constructo – <i>token</i> empiricamente atestado.	Constructos – são <i>tokens</i> empiricamente atestados

Fonte: autoria própria

³ “Schematicity is a property of categorization wich crucially involves abstraction.” (TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013, p. 13). [tradução nossa].

A produtividade de uma construção, ou de um padrão construcional, diz respeito à possibilidade de variabilidade das formas de apresentação do padrão quanto à composição de suas partes e subpartes - a frequência *type*; e ainda, a produtividade diz respeito à ocorrência dos usos - a frequência *token*.

“Composicionalidade diz respeito à extensão da transparência dos *links* entre forma e sentido” [tradução nossa] (TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013, p. 19)⁴. No fator de composicionalidade, considera-se o quanto de compatibilidade e incompatibilidade se detecta entre o significado das partes e a correlação do significado do todo semântico.

A composição do *corpus*

A decisão pela sincronia do século XX deve-se ao fato de que nossa intenção recai sobre o português contemporâneo, uma vez que, em análise preliminar, notamos uma maior ocorrência do fenômeno estudado nesse período. Com a intenção de estender nosso campo de captação, decidimos utilizar quatro *corpora*: *Corpus* Discurso e Gramática (D&G), Projeto Norma Linguística Urbana Culta (NURC), *Corpus* do Português (CP) e Programa de Estudos do Uso da Língua (PEUL). O número de palavras por fonte pode ser visualizado na tabela abaixo:

4 “Compositionality is concerned with the extent to which the link between form and meaning is transparent.” (TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013, p.19). [tradução nossa].

Tabela 01: Distribuição do número de palavras por *corpora* fontes.

<i>Corpora</i> fontes	Número de palavras
D&G	448.930
NURC-RJ	1.415.900
CP	7.454.220
PEUL	1.140.700
Total	10.459.750

Fonte: autoria própria

A tabela 01 demonstra que não tomamos como critério metodológico o uniformitarismo do número de palavras por fonte. Nossa intenção é ampliar a detecção de um maior número possível de exemplares de MDs de base verbal perceptivo-visual, para desta forma, captarmos a variabilidade de formas em que o padrão se apresenta, em determinada sincronia proposta do português brasileiro do século XX. Em um quantitativo de dez milhões quatrocentas e cinquenta e nove mil setecentos e cinquenta (10.459.750) palavras extraídas das fontes, captamos um total de 2.610 dados para análise.

Procedimentos de análise

Com base na perspectiva teórica apresentada e na escolha dos *corpora* fontes, procedemos ao levantamento dos dados, extraíndo, conforme orientação da LFCU, uma porção maior do entorno onde o dado de ocorrência do objeto de estudo está

inserido. Agrupamos os dados por base verbal e por formação de suas partes e subpartes. Esses agrupamentos são demonstrados por meio de quadros que especificam as frequências *token* e *type*. Pela análise dos contextos captados e dos quadros de frequência, é possível traçar o grau de esquematicidade entre as formas/níveis do padrão construcional.

Em seguida, procedemos à análise dos contextos de uso por ocorrência dos exemplares. Os resultados são demonstrados por meio de observações a cerca dos aspectos que demonstram a motivação dos falantes para o recrutamento de determinado MD. Essas motivações são tomadas como negociações de sentido durante a interação e interpretadas como funções discursivo-pragmáticas. Levamos em consideração que a funcionalidade especificada dos MDs, que formam o padrão construcional de base verbal perceptivo-visual, é captada em termos de prototipicidade. Sendo assim, assumimos que as funções do padrão, aqui apresentado, não são excludentes, mas sim acumulativas.

Na análise dos contextos de uso, quando há necessidade de repetição de algum trecho extraído do exemplo, o fazemos entre aspas ‘simples’.

3 Análise do objeto

Pelo modelo de análise da LFCU, podemos descrever a construção marcadora discursiva perceptivo-visual, virtualmente representada por $V_{pv}(x)^{md}$, sob duas perspectivas: (i) como construção; e (ii) como padrão construcional.

Nos moldes de Traugott e Trousdale (2013) e Croft (2001), a construção $V_{pv}(x)^{md}$ pode ser caracterizada quanto ao tamanho – complexa; quanto à especificidade

fonológica – esquemática; quanto à dimensão do tipo de conceito – procedural. Assim, temos uma construção complexa, esquemática e procedural. Ainda como construção, nosso objeto de pesquisa pode ser especificado por sua composição forma-sentido. Diante de nossas análises, estabelecemos que o pareamento de nossa construção $V_{pv}(x)^{md}$ pode ser assim descrito: [[verbo _{perceptivo-visual} (advérbio)] ↔ [marca a regulação da interação através da manutenção do espaço de atenção]].

Na medida em que nossa abordagem, em conformidade com Bybee (2010), vê a língua como um inventário de construções, possibilita-nos a considerar a construção $V_{pv}(x)^{md}$ como integrante da rede de construções marcadoras discursivas, constituindo assim, parte de um esquema mais geral. Dessa forma, podemos analisar nossa construção pelos fatores construcionais, nos moldes de Traugott (2008) e Traugott e Trousdale (2013).

O primeiro fator construcional que destacamos é o da esquematicidade. Na hierarquização da nossa construção, consideramos dois níveis virtuais acima de $V_{pv}(x)^{md}$ e três níveis virtuais abaixo. Abaixo, segue quadro com o tratamento dado à questão:

Quadro 02: Distribuição dos níveis de esquematicidade da construção $V_{pv}(x)^{md}$.

Esquema	[(V)(X)]marcador discursivo					
Macroconstrução'	Verbo perceptivomarcador discursivo = [(Vperc)(x)]md					
Macroconstrução''	Verbo perceptivo-visualmarcador discursivo = [(Vpv)(x)]md					
Mesoconstrução'	olhar(x)			ver(x)		
Mesoconstrução''	olhar(☉)	olhar(loc)	olhar(foc)	ver(☉)	ver(loc)	ver(foc)
Microconstrução	olha olhe olhem	olha aqui olhe aqui olha lá olhe lá olha aí	olha só olha bem	vê veja vejam vejamos viu	vê lá veja lá	vê só veja só vejam só vê bem veja bem vejam bem

Fonte: autoria própria

A construção $V_{pv}(x)^{md}$ encontra-se no nível macroconstrucional''. O nível esquema [(V)(x)] agrega todos os MDs formados por base verbal. O nível macroconstrução' agrega todos os MDs de base verbal perceptiva. O nível macroconstrução'' engloba todos os MDs de base verbal perceptiva do tipo visual. Há um afastamento na taxonomia devido à semântica verbal, a partir daí, as bases verbais *olhar* e *ver* são identificadas em grupos (famílias) separados, o nível mesoconstrucional'. Mais especificadamente, o nível mesoconstrucional'' se organiza por base verbal e por preenchimento da segunda subparte da construção, um afixóide de base adverbial.

Tanto na captação quanto na organização e análise dos dados, procedemos separadamente pela base verbal de formação da construção $V_{pv}(x)^{md}$. Sendo assim, a produtividade é

averiguada separadamente. Em quadro, abaixo, demonstramos a frequência *token* e a frequência *type* da base verbal *olhar*.

Quadro 03: Distribuição das frequências *token* e *type* da base verbal *olhar*, séc.XX.

MICROCONSTRUÇÃO		TOKENS	PARCIAL de TOKENS	TYPE VIRTUAL
uma parte	olha	1.719	1.953	olhar(☉)
	olhe	227		
	olhem	7		
duas subpartes	olha aqui	29	97	olhar(loc)
	olhe aqui	19		
	olha aí	16		
	olha lá	11		
	olhe lá	22		
	olha bem	4	84	olhar(foc)
	olha só	80		
TOTAL GERAL	10 microconstruções	2.134 tokens		3 conjuntos de formas

Fonte: autoria própria

O levantamento das frequências *token* e *type* demonstra que a forma *olha* é mais frequente em termos de recrutamento de uso, mas o padrão *olhar(loc)* é mais produtivo em termos de criação de formas. Notamos que a base verbal *olhar*, em termos

de variabilidade, tem preferência por recrutamento de sua segunda subparte por elementos de base adverbial com função locativa (*aqui, aí e lá*).

Vejamos alguns contextos de uso:

1. E: E o que que você achou da tentativa dos CIEPS?

F: **Olha** a idéia, em tese, eu acho maravilhoso só que eu acho que na prática num funcionou, eu era do Estado nessa época, eu era do município, eles criaram uma rede pra...Eu acho que o que tinha que ter sido: aproveitar a rede de ensino que havia nos cursos que havia e criar e usar essa verba que tá ao ensino fundamental obrigatório e não fazer outros... outros prédios sem um grupo de professores, entende? [...]

E: E você acha que o governo de hoje tá fazendo alguma coisa nesse sentido?

F: **Olha** eu...eu voltei agora né? pro governo, eu acho que se esse projeto que tá arrasando funcionar realmente, pode sê uma coisa muito bonita, eu acho, são oito agora atividades como essa que tão sendo reunidas, então são várias são várias siglazinhas, são vários projetinhos eh e “Bom de bola bom na escola” então é...é uma...uma preocupação com a Educação, com a parte de esportes, então se isso realmente vier a funcionar, vai sê maravilhoso, [...]
(PEUL/RJ, falante 31, 2000)

Em (01), há uma interação do tipo entrevista, em que o diálogo é organizado pelo par pergunta e resposta (P-R). Na negociação de sentidos em (01), os falantes não demonstram

necessidade de intensificar suas estratégias textual-discursivas para que os significados, por eles atribuídos, sejam aceitos. Então, o contexto de interação como em (1) é considerado assertivo. Podemos observar que o falante faz dois usos do MD *olha* (linhas 2 e 8). Nas duas ocorrências, para sustentar seus argumentos, o falante marca seu discurso com o MD *olha*, primeiramente, chamando a atenção do seu interlocutor e sinalizando o início da resposta. Como o falante negocia sentidos baseados em sua própria opinião, o que pode ser comprovado com o uso da expressão ‘eu acho’, desse modo, o MD *olha* confere legitimidade aos significados atribuídos. Em nossos dados, verificamos que o uso do MD *olha* traz clareza e positividade ao contexto assertivo.

2. L2: ... mas você tem outras coisas pra você localizar uma indústria...

L1: Mas seria o próprio governo que faria...

L2: ... você tem muito mais outros fatores.

L1: Mas seria o próprio governo que faria, seria o próprio governo que faria essas indústrias, justo?

L2: Não, mas não é só eletricidade. **Olha aqui**, você, você precisa... antes de mais nada vou te dar um exemplo.

L1: Transporte e eletricidade. O Brasil se resume nisso, em duas coisas.

L2: Não. Eu vou te dar... eu vou te dar um exemplo.

Olha aqui, a Companhia Racional de Álcalis. Foi criada aqui no Estado do Rio, quando as maiores salinas que nós temos e o sal aonde é mais barato é no nordeste.

Então seria lógico, você diria, por quê? Agora digo eu...

(NURC/RJ, D2, Inq.64, informantes 74, 1972)

Em (02), o exemplo retrata uma interação entre depoentes. Na negociação de sentidos, o escopo da interação recai sobre a credibilidade que os falantes atribuem às suas palavras. Cada falante busca, através de estratégias textual-discursivas, defender seu ponto de vista sobre benefícios para o processo da industrialização brasileira. O falante L2 utiliza-se do MD *olha aqui* em duas sequências argumentativas (linhas 6 e 9). O falante L2 recruta o MD *olha aqui* para apoiar o contexto asseverativo da interação, encurtar o espaço de atenção entre os interlocutores e direcionar a atenção de seu ouvinte (L1) para os seus argumentos. O uso do MD *olha aqui* traz sentido de veracidade às proposições. O que pode ser comprovado, em contexto, pela insistência do falante L2 ao dizer ‘vou te dar um exemplo’, demonstrando uma estratégia textual-discursiva de tentativa de convencimento. A segunda subparte da microconstrução *olha aqui*, o afixóide de base adverbial *aqui*, acrescenta, na negociação de sentidos, que a chamada de atenção se direciona para o falante, ou discursivamente, para os seus argumentos. Verificamos que os contextos de uso em que ocorrem os MDs de base verbal perceptivo-visual *olhar* requerem uma apreensão maior de seus interlocutores, em termos de que a chamada de atenção se dirige aos modos de compreensão daquilo que o falante quer.

Agora, vejamos um quadro com a produtividade da base verbal *ver*.

Quadro 04: Distribuição das frequências *token* e *type* da base verbal *ver*, séc. XX.

MICROCONSTRUÇÃO		TOKENS	PARCIAL de TOKENS	TYPE VIRTUAL
uma parte	vê	11	373	ver(ς)
	veja	32		
	vejam	5		
	vejamos	5		
	viu	320		
duas subpartes	vê lá	5	12	ver(loc)
	veja lá	7		
	vê só	2	91	ver(foc)
	veja só	25		
	vejam só	6		
	vê bem	2		
	veja bem	50		
vejam bem	6			
TOTAL GERAL	13 Microconstruções	476 <i>tokens</i>		3 conjuntos de formas

Fonte: autoria própria

O levantamento da frequência da base verbal *ver* demonstra que a microconstrução *viu* é a mais frequente das recrutadas pelos usuários. O padrão *ver(foc)* é o mais produtivo em termos de geração de formas, isto é, de *types* virtuais. Pela

comparação do quadro 04, entendemos que o padrão construcional de base verbal *ver* tem preferência por gerar formas em que o segundo elemento é de base adverbial com função focalizadora (*só e bem*).

Vejamos um contexto de uso de base verbal *ver*:

3. Informante: você acha que uma empresa de pequeno porte... tem condições de competir com a de grande porte? você acha que o armazém consegue derrubar o supermercado?

Aluno: mas aí... mas... aí... você vai... você vai de encontro... ter que ir toda uma filosofia de administração... **veja bem**... você tem a multinacional... até que ele comece a implantar uma... uma empresa... mesmo com os maiores recursos que ele tem e a tecnologia e tudo... essa pequena empresa de pequeno porte... se ela... se ela aceitar a briga... entendeu... e pegar recurso e tudo... ela vai tá na frente e... ao passo que essa que vai começando... entende... vai... fica na posição provocativa e não tá por cima [...]

(NURC-RJ, Inquérito 364, EF, 1977)

Em (03), o exemplo retrata uma aula expositiva em que o informante/professor propõe uma discussão sobre armazém e supermercado. O falante/aluno articula sequências descritivas e argumentativas para expor suas ideias. No início de sua fala, ele propõe um tema geral ‘toda uma filosofia de administração’. Logo após, o falante/aluno insere o MD *veja bem*, marcando a condução do ouvinte na negociação de significados. O que pode ser comprovado pela estratégia do falante ao inserir o ouvinte

na proposição do exemplo, como em: ‘você tem uma multinacional’. Em termos contextuais, qualificamos o contexto, como em (03), de asseverativo.

Verificamos que os contextos de uso em que ocorrem os MDs de base verbal perceptivo-visual *ver* requerem uma apreensão maior, de seus interlocutores, da chamada de atenção em termos dos modos de compreensão de como o falante requer que seus sentidos sejam interpretados.

Na questão da composicionalidade, as três formas apresentadas: no exemplo (01), a microconstrução *olha*; no exemplo (02), a microconstrução *olha aqui*; e no exemplo (03), a microconstrução *veja bem* apresentam diferentes graus de composicionalidade. Entre as três formas, consideramos que em *olha aqui* há uma perda maior de valor semântico do que seria sua forma de origem, em que a soma das partes não é mais o sentido da percepção da visão acrescido ao sentido do advérbio de localização referente à posição perto de quem fala. Com essa nova configuração, a microconstrução *olha aqui* assume um valor discursivo-pragmático intersubjetivo, atuando no sentido do convencimento de seu interlocutor. Uma vez que o sentido de direcionamento no espaço ganha uma reconfiguração de indução da interpretação do interlocutor. Neste sentido, a microconstrução *olha aqui* é a menos composicional.

4. Conclusão

Na questão da virtualidade e contextos de uso, sugeridos em nosso título, um resultado notório é que a descrição do padrão construcional pode ser visto como uma relação direta entre esquematicidade e produtividade. Isso é comprovado quando

comparamos o nível mesoconstrucional”, de nossa taxonomia, com a frequência *type* gerada pelo levantamento das formas de apresentação. Dessa forma, o nível mesoconstrucional” composto por *olha(☉)*, *olhar(loc)*, *olhar(foc)*, *ver(☉)*, *ver(loc)* e *ver(foc)* (cf. quadro 02) reflete a frequência *type* do padrão construcional, o que é gerada nas formas dos arranjos *olha(☉)*, *olhar(loc)*, *olhar(foc)*, *ver(☉)*, *ver(loc)* e *ver(foc)* (cf. quadros 03 e 04).

Relação que podemos atribuir ao fator de extensibilidade do padrão. Porquanto, é um padrão construcional com uma base ampla de membros no nível microconstrucional. Sendo assim, no que concerne à extensibilidade, observamos uma “interação entre produtividade e esquematicidade” (conf. TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013, p. 116). Os membros do padrão se diversificam tanto em termos de arranjos morfossintáticos quanto no desempenho de funções discursivo-pragmáticas, o que recai na comparação dos contextos de uso.

Dessa maneira, formas como *olha*, *olha aqui* e *veja bem* são recrutadas, em seus contextos de uso, para auxiliar na regulação da interação através da manutenção do espaço de atenção requerido pelo marcador. E nesse espaço de atenção reforçada, o falante faz uso dos MDs para apoiar suas estratégias textual-interativas e alcançar seus objetivos comunicativos, o que em contexto ganha funções discursivo-pragmáticas.

REFERÊNCIAS

BISPO, Edvaldo Balduino; FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; SILVA, José Romerito. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In CEZARIO, Maria Maura; FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica (orgs.). *Linguística centrada no uso*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2013, p. 13-39.

BISPO, Edivaldo Balduino; FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; SILVA, José Romerito. O pareamento forma-função nas construções: questões teóricas e operacionais. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, volume especial, dezembro, p. 55-66, 2016. Disponível em: < <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/5438/4030>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

BYBEE, Joan. *Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency*. In JOSEPH, B.; JANDA, R. (orgs.). *A handbook of historical linguistics*. Blackweel, 2003.

_____. *Language, usage and cognition*. New York: Cambridge University Press, 2010.

_____. *Language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

CASTILHO, Atalíba Teixeira de. Para o estudo das unidades discursivas no português falado. In CASTILHO, Atalíba Teixeira de (org.). *Português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989, p. 249-279.

_____. *Nova gramática do português brasileiro*.

São Paulo: Contexto, 2014.

CROFT, Willian. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. New York: Oxford University Press, 2001.

DASHER, Richard B; TRAUGOTT, Elizabeth C. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

FERRARI, Lilian. *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2014.

GOLDBERG, Adele. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

_____. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

JUBRAN, Clélia Spinardi (org.). *A construção do texto falado*. São Paulo: Contexto, 2015.

JUCKER, Andreas H.; ZIV, Yael. Discourse markers: introduction. In JUCKER, Andreas H.; ZIV, Yael (orgs.). *Discourse markers*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1998, p. 1-12.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. Marcadores conversacionais do português brasileiro: formas, posições e funções. In CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.). *Português culto falado no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1989, p. 281-321.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Mariangela Rios de; ROSÁRIO, Ivo da Costa do (orgs.). *Linguística centrada no uso: teoria e método*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2015.

RISSE, Mercedes Sanfelice. Aspectos textuais-iterativos dos marcadores discursivos de abertura bom, bem, olha, ah, no português culto falado. In NEVES, M^a. Helena de Moura. *Gramática do português falado*. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: UNICAMP, v. VII, 1999, p.259-298.

_____. Marcadores discursivos. In JUBRAN, Clélia Spinardi (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: a construção do texto falado*. São Paulo: Contexto, v. 1, 2015, p. 371-481.

_____; SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; URBANO, Hudinilson. Marcadores discursivos: traços definidores. In KOCH, Ingedore V. (org.). *Gramática do português falado*. 2. ed. São Paulo: Unicamp, v. VI, 2002, p. 21-57.

SCHIFFRIN, Deborah. *Discourse markers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

_____. Discourse markers: language, meaning and context. In SCHIFFRIN, Deborah; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi E. *The handbook of discourse analysis*. Oxford: Blackwell, 2001, p. 54-75.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization. In: *I CHL XII MANCHESTER*, Stanford University, CA 94305-2150, USA, 1995, p.1-23. Disponível em: < https://www.researchgate.net/profile/Elizabbeth_Traugott/publication/228691469_The_role_of_discourse_markers_in_a_theory_of_grammaticalization/links/543c0a650cf204cab1db6504/The-role-of-discourse-markers-in-a-theory-of-grammaticalization.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.

_____. Grammaticalization, constructions and incremental development of language: suggestions from the development of degree modifiers in English. In CKARDT, R. et al. (orgs.). *Variations, selection, development: probing the evolutionary model of language change*. Berlim: Mouton de Gruyter, 2008, p. 219-250.

_____; TROUSDALE, Graeme. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

URBANO, Hudinilson. Aspectos basicamente interacionais dos marcadores discursivos. In NEVES, M^a Helena de Moura (org.). *Gramática do português falado*. 2. ed. São Paulo: Unicamp, v. VII, 1999, p. 195-258.

URGELLES-COLL, Miriam. *The syntax and semantics of discourse markers*. Great Britain: MPG Books Group, 2010.

Gradualidade de traços semânticos na parentetização dos verbos cognitivos do português brasileiro.

Graduality of semantic features in the parentetization
of cognitive verbs in brazilian portuguese

Letícia de Almeida Barbosa

Resumo

Este trabalho apresenta uma análise da gradualidade dos traços semânticos na parentetização dos verbos cognitivos do português brasileiro. Os verbos cognitivos são os que atuam no âmbito do pensamento dando origem a percepções, conhecimentos, crenças ou julgamentos. São verbos como *pensar*, *supor*, *calcular*, e outros, que marcam, além disso, o posicionamento do falante diante do que é dito. Ao observar a natureza e a classe semântica de tais verbos, foi possível notar que, alguns, por serem menos ligados a uma atividade mental específica, tendem a se parentetizar com mais frequência, em relação aos que estão mais ligados ao eixo da cognição. Para tanto, a pesquisa tomou por base estudos como os de Thompson; Mulac (1991) e Gonçalves (2007). Para a análise de dados, optou-se por uma pesquisa diacrônica dos séculos XVIII ao XX, no *Corpus do Português*, a fim de detectar quais verbos estariam mais suscetíveis a estas mudanças. Desta forma, constatou-se que os verbos *achar* e *pensar* estão sendo parentetizados com mais frequência, pelo fato de, semanticamente, estarem mais próximos do eixo epistêmico, enquanto verbos como *deduzir*,

e *calcular*, embora já estejam também ligados à modalidade, se parentetizam com menos frequência.

Palavras-chave: Gradualidade de traços semânticos. Verbos cognitivos. Parentéticos.

Abstract

This work presents an analysis of the graduality of semantic features in the parentetization of cognitive verbs in Brazilian Portuguese. Cognitive verbs are those ones which act in the field of thought, giving origin to perceptions, knowledge, beliefs or judgments. They're verbs like *pensar*, *supor*, *calcular*, and others, that mark the speaker's positioning before what is said. By the observation of the nature and the semantic class of such verbs, it was possible to note that some, due to a less connected specific mental activity, tend to become more often parenthesized, in relation to those which are more connected to the axis of cognition. To do so, the research used as bases some studies such as Thompson's; Mulac (1991), Gonçalves (2007) and Fortilli (2013). For a data analysis, it was chosen a diachronic research from the XVIII to XX centuries, at *Corpus do Português*, in order to detect which verbs would be more susceptible to these changes. Thus, it was found that the verbs *achar* and *pensar* are being more frequently parenthesized, because, semantically, they are closer to the epistemic axis, while verbs such as *deduzir* and *calcular*, though related to the modality, they are parenthesized in a lower frequency.

Keywords: Graduality of semantic features. Cognitive verbs. Parentheticals.

1 Introdução

Os verbos cognitivos, ou de atividade mental, são caracterizados por apresentarem processos mentais que envolvem o conhecimento, crença e julgamento do falante. São verbos como *admitir, achar, pensar, supor, entender, calcular* e outros, que, prototipicamente, encaixam orações na condição de argumento interno. Para Halliday (1985), estes verbos, que expressam processos mentais, estão intimamente ligados ao planejamento da comunicação, compreensão e memória. Abaixo, alguns usos prototípicos, com o verbo cognitivo *imaginar*:

1. Eu **imagino** que ele quis sair da Seleção, porque se o Brasil vencesse, não queria compactuar, ser usado como fomas pela ditadura. 19N:Br:Cur¹
2. **Imagino** que ninguém tenha estacionado com o propósito de desrespeitar o próximo. 19N:Br:Cur

Observa-se em (1) que o verbo *imaginar* apresenta seu comportamento típico, encaixando um argumento na posição de objeto direto, assim como em (2).

Alguns estudos acerca dos verbos de cognição vêm mostrando uma possível mudança no que diz respeito ao funcionamento sintático, semântico e pragmático de alguns desses elementos, pois de predicador verbal pleno o verbo cognitivo passa a funcionar como um advérbio modalizador parentético. Casseb-Galvão (1999; 2000), ao analisar o verbo *achar*, constatou que, de verbo pleno, com expressão semântica

1 Estes dados foram obtidos no Corpus do Português, base *online* que serviu de fonte de ocorrências para o trabalho.

X encontrou Y, passou a funcionar como advérbio modalizador epistêmico quase asseverativo, e exercendo função de advérbio parentético. Assim, partindo de um sentido mais concreto, para um sentido mais abstrato, via processo de “abstratização de significados, os quais são estendidos para mapear conceitos de domínios mais gramaticais” (GONÇALVES; LIMA-HERNANDES; CASSEB-GALVÃO, 2007, p. 42).

Tendo em vista tais considerações, este trabalho busca apresentar uma investigação relacionada à parentetização dos verbos cognitivos no português brasileiro. A hipótese é a de que há nesses verbos características semânticas que viabilizam ou não sua parentetização, processo pelo qual ocorrem mudanças de ordem sintática, semântica e pragmática, pois o verbo cognitivo se distancia de seu comportamento como encaixador e passa a ter estatuto de parêntese, suspendendo momentaneamente o tópico que vinha se desenvolvendo.

Supondo que há uma gradualidade de traços semânticos entre os verbos cognitivos, este trabalho buscou investigar os traços semânticos responsáveis pela maior ou menor identidade de cada verbo como o eixo da cognição. A ideia é que quanto menos representativos de uma atividade mental específica, mais tenderão a se enveredar para o campo da modalidade epistêmica, sentido que favorece a configuração parentética. Em relação à parentetização, a concepção que se assume sobre o termo é semelhante à de Jubran (2006), que considera parênteses como uma breve suspensão do tópico discursivo, por não constituir uma nova centração tópica e não afetar, portanto, a coesão do tópico dentro do qual ocorrem.

Para Neves (2012, p. 145), “atravessando-se em algum ponto do desenvolvimento do tópico discursivo e criando um desvio desse tópico por alguns instantes, o parêntese acaba

incorporando-se ao que vinha sendo dito”. Sendo assim, o termo parentético é utilizado no sentido de que o verbo passa de intraoracional para extraoracional, visto que a proposição, antes encaixada, passa a ser a oração absoluta.

2 Pressupostos teórico-metodológicos

2.1 Gramaticalização e modalidade epistêmica

Entende-se, por Gramaticalização (doravante, GR), um processo pelo qual itens lexicais passam a assumir funções gramaticais e itens gramaticais aumentam ainda mais a sua gramaticalidade (HOPPER; TRAUGOTT, 1993). Embora esta seja a definição clássica para o processo de GR, para explicar a abstratização dos verbos cognitivos achar, pensar, deduzir e calcular, optou-se por uma definição mais ampla, como defende Himmelmann (2004, *apud* TRAUGOTT; BRINTON, 2005), para quem o processo de GR é definido como uma expansão contextual, que pode ocorrer na classe hospedeira, na sintaxe ou na semântica e pragmática.²

Ao conceber a parentetização como um processo ligado à mudança por gramaticalização no sentido mais amplo, aos moldes de Thompson e Mulac (1991), Traugott e Dasher (2001) e Traugott (2010, 2012), é possível entender que o elemento linguístico não passa, necessariamente, por mudança de categoria, é possível notar que ocorrem mudanças de ordem

² A somewhat different understanding is encapsulated in Himmelmann's definition of grammaticalization as context-expansion of all three types: host-class, syntactic, and semantic-pragmatic (HIMMELMANN, 2004, *apud* (BRINTON; TRAUGOTT, 2005)

semântica e pragmática, fazendo com que os itens apresentem ganhos em termos de aumento da subjetividade.

Considerando que o verbo cognitivo tem também natureza epistêmica (THOMPSON; MULAC, 1991; GONÇALVES, 2003; TRAUGOTT; DASHER, 2001; BYBEE, 2016), observamos a relação entre o eixo da cognição e o da modalidade epistêmica, sob a hipótese de que quanto menos representativo de um processo mais específico, há maior possibilidade de o verbo ser usado no âmbito da modalidade epistêmica. Neste sentido, o verbo interage com a força assertiva da frase em que ocorre, pois possui propriedades modais epistêmicas relacionadas à codificação da atitude do falante acerca da informação proposicional da oração, podendo ser de probabilidade, certeza, crença, evidência, ou verdade (PALMER, 1986).

Segundo Gonçalves (2007), os verbos *crer* e *achar* são predicados verbais que passam por alterações de categoria, pois mudam o funcionamento, passando a se comportar como um advérbio modalizador. Ao ocorrer este processo, a oração matriz tem uma forte tendência a se desvincular e se tornar um modalizador da oração encaixada, funcionando como uma oração independente, conforme vemos no exemplo abaixo:

3. Apenas eu e o Couto *achamos* a não inclusão do pneumatorax “escandalosa”, como você fala. Indispensável, *achamos*. (19-20, MA, p.340) (GONÇALVES, 2007, p.15)

O verbo *achar*, ao funcionar como um modalizador mostra o posicionamento do falante acerca do que foi afirmado. Ao perder o complementarizador *que*, ocorre independência da oração subordinada, demonstrando, portanto, um fraco elo entre a oração matriz e a encaixada. Ainda segundo Gonçalves

(2007), ao comprovar esta fraca integração entre as orações, alguns critérios devem ser considerados, como a referência temporal independente; o escopo de negação restrito ao conteúdo da oração encaixada e a perda de complementizador e posição sintática, com conseqüente redução de estrutura argumental. Gonçalves (2003) propõe o seguinte *cline*:

Verbo pleno > performativo modalizador >
verbo de atitude proposicional > modalizador.

De acordo com Traugott (1989) e Hengeveld (1988), a modalidade epistêmica pode ser distinguida entre mais objetiva ou mais subjetiva, nuances que se definem pelo fato de o falante se colocar em maior ou menor grau como fonte da informação. Por modalidade epistêmica mais objetiva, depreende-se uma avaliação conforme as possibilidades de acontecimento, enquanto por modalidade epistêmica mais subjetiva compreende-se o posicionamento do falante diante de determinado conteúdo, o que pode ser observado em ocorrências em que o verbo cognitivo aparece parentetizado, uma vez que o falante apresenta uma afirmação e, em seguida, uma ressalva, no sentido de que o conteúdo não é um fato, mas um pressuposto.

De acordo com Neves (1996, p. 179), no extremo da certeza, o enunciador avalia como verdadeiro o seu enunciado, apresentando uma asseveração (afirmação ou negação), sem dar espaço para dúvida e sem relativização. Por outro lado, o falante pode utilizar os chamados “elementos de relativização”, por apresentar, ao lado de elementos que expressam certezas (asseveração), elementos que expressam a não-certeza (relativização), fazendo ressalvas e não perdendo, portanto, a credibilidade (NEVES, 1996, p. 174). Ao avaliar subjetivamente,

o falante toma como base o conjunto de crenças e conhecimentos que possui a respeito do assunto.

Traugott; Dasher (2001) mostram o uso da expressão *I promise you*, considerando que, quando parentetizada, há aumento de subjetivização. Para os autores, o uso desta expressão evidencia a preocupação do falante com a imagem que circula entre ele e o interlocutor, visto que este pode concordar ou não com sua afirmação.

Assumir a gramaticalização como um fenômeno mais amplo, que pode alterar não apenas a categoria de um elemento, mas, sobretudo, sua funcionalidade, legitima tratar a parentetização de verbos cognitivos como ligada ao fenômeno em questão. Nas análises que seguem, pretendemos esclarecer essa relação.

2.2 Metodologia

Para fortalecer a hipótese da gradualidade dos traços semânticos nos verbos cognitivos, optou-se pelo levantamento e análise de dados, nos séculos XIX e XX, bem como alguns dados do século XXI. Uma vez que o objetivo da análise não consiste em uma comparação da frequência por séculos, mas em uma observação da gradualidade de alguns traços semânticos, optamos por abarcar dados dos três séculos apenas para esclarecer pontos do comportamento dos verbos. O banco de dados selecionado, *Corpus do Português* (DAVIES; FERREIRA, 2006) disponível online em <http://www.corpusdoportugues.org/x.asp>, é composto por mais de 45 milhões de palavras, apresentadas em milhares de enunciados de diferentes falantes do português. Este corpus apresenta dados do século XIV ao XX, disponibilizando ao

usuário a comparação da frequência das palavras; sua distribuição; registros de fala oral, jornalística e outros.

Neste sentido, ainda que não tenha sido empreendida uma análise quantitativa exaustiva, foi possível observar a frequência das ocorrências e a carga semântica de alguns verbos mais recorrentes. Para a observação e análise, optou-se pela coleta de todos os casos de *achar* e *acreditar*, porque eles aparentemente estão entre os mais disseminados no uso parentético. Coletamos também as ocorrências de *deduzir* e *calcular*, por terem se apresentado menos recorrentes na configuração parentética. Para tanto, o presente texto organiza-se da seguinte forma: na seção I, apresentamos nossos pressupostos teórico-metodológicos, para, em ii, tecermos nossas análises. Em seguida, apresentamos as considerações finais.

3 Análise dos dados

Como discutido até aqui, os verbos que expressam processos cognitivos estão relacionados ao pensamento, memória e compreensão de um estado de coisas, estando intimamente ligados à compreensão do mundo. Para Hengeveld e Mackenzie (2008), os verbos de cognição possuem, como segundo argumento, conteúdos proposicionais, que são compostos por suposições do falante diante do contexto, fato que está relacionado a modalidade epistêmica, no que diz respeito a crenças, opiniões e posicionamentos que o falante assume no momento da comunicação.

Retomando a hipótese mencionada anteriormente, alguns verbos, como *achar* e *acreditar*, são mais suscetíveis a tornarem-se um adendo do conteúdo da proposição, pelo fato de apresentarem processos cognitivos mais fluidos, não sendo tão

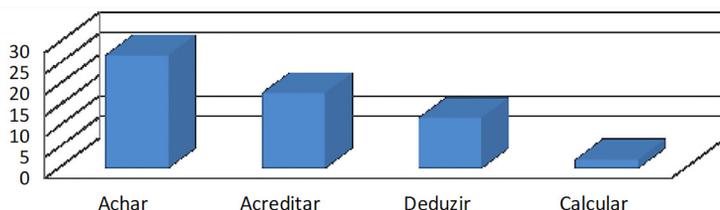
representativos de uma atividade mental elaborada. Ao analisar a semântica do verbo *acreditar*, que é tipicamente rotulado como cognitivo, percebe-se que o seu significado faz referência ao ato de aceitar como verdadeiro ou estar convencido da verdade. Tais acepções mostram uma aproximação maior ao eixo da modalidade epistêmica, uma vez que, para convencer-se de algo, é necessário posicionar-se subjetivamente.

Já o verbo *achar*, embora surja com o significado de encontrar, atingiu que se chama de generalização de significado, tornando-se muito frequente no funcionamento como verbo modalizador epistêmico (cf. Gonçalves, 2007)

Com outros verbos, como *deduzir* e *calcular*, a situação não se dá de forma semelhante, pois os traços semânticos de origem não influenciam, de forma significativa, o elo entre o eixo cognitivo e eixo epistêmico, o que justifica o fato de serem poucos frequentes na configuração parentética. Um exemplo contrário aos verbos citados acima (*achar* e *acreditar*), pode ser dado por meio do verbo *deduzir*, que está bastante ligado a uma atividade mental específica de concluir algo por raciocínio e inferência do falante, mostrando-se bastante ligado ao eixo da cognição. Esse perfil limita o seu recrutamento para o campo epistêmico, pela manutenção dos traços semânticos do processo de origem.

Para esta análise, foram coletados ao todo 59 dados entre os séculos XVIII, XIX e XX. Dentre as ocorrências analisadas, notou-se um alto índice de frequência do verbo *achar* e *acreditar*, totalizando 27 ocorrências com o primeiro, e 18 ocorrências com o segundo, fato que os difere dos demais verbos, pois com o verbo *deduzir* foram encontradas 12 ocorrências, e com o verbo *calcular* apenas 2 ocorrências:

Tabela 1: Frequência dos dados analisados



Diante do quadro acima, é possível observar uma gradualidade semântica no processo da parentetização, pois verbos cognitivos que apresentam traços semânticos com ligação mais nítida com o eixo epistêmico se parentetizam com mais frequência, quando comparados aos que estão mais distantes.

Observando as ocorrências encontradas no corpus, notou-se que o uso do verbo parentetizado reforça a subjetividade do falante, pois apresenta a sua preocupação com o interlocutor, fato que o torna mais subjetivo, visto que “a interrupção do tópico revela mecanismos de negociação entre os falantes, em relação a situação comunicativa, de seus papéis, e do discurso que vai se construindo dialogicamente” (FORTILLI, 2013, p. 49). Ao assumir a forma parentetizada, o verbo cognitivo passa a se comportar como um advérbio modalizador, que, de acordo com Neves (2011, p.244), tem como característica básica expressar alguma intervenção do falante na definição da validade e do valor de seu enunciado. Ainda segundo a autora, outras estratégias são adotadas, tais como os recursos prosódicos e comentários marginais, que podem ser associados aos verbos parentéticos.

Para Traugott (1989), os parentéticos epistêmicos vão além da subjetividade, pois o falante não está comprometido apenas

com a verdade da proposição, mas com o ouvinte, por pressupor que ele concorde, fato que comprova a intersubjetivização.

Abaixo, mais uma ocorrência com o verbo *achar*:

4. Ele passa de uma forma simples, direta, um discurso que aparentemente é muito complexo, mas dito com tal emoção, com tal simplicidade, que, **acho**, todo mundo pode entender. 19Or:Br:Intrv:ISP

A ocorrência acima demonstra que o falante, ao afirmar que o discurso é complexo, porém, dito com simplicidade, sente a necessidade de fazer uma ressalva, utilizando o *achar* parêntico, pois, caso o ouvinte não concorde com a veracidade da afirmação, compreenderá que ela passou pelos conhecimentos do locutor, embora ele tenha um alto grau de certeza em relação ao que diz. O mesmo ocorre na ocorrência abaixo, em que o *acreditar* deixa o estatuto de encaixador da proposição, e passa a parêntese, isto é, uma informação extra que, embora forneça um reforço para a veracidade da informação, atua como um modalizador epistêmico que escopa a informação como um todo:

5. Estou partindo para captar recursos pela Lei do Audiovisual. O projeto, **acredito**, está muito bonito e aborda apenas um ano da vida de Castro Alves, 1868, interligado com vários outros acontecimentos importantes da política brasileira, como a Guerra do Paraguai. 19Or:Br:Intrv:ISP

Por outro lado, existem alguns verbos que, como discutido anteriormente, ocorrem com menos frequência, pelo fato de serem típicos de uma atividade mental mais específica.

Explicitamos, assim, o caso de *calcular*, que expressa, inicialmente, a ideia de fazer cálculos, estando bastante ligado ao raciocínio lógico. Assim, o conteúdo que pode ser mais subjetivo do falante é mais enfraquecido, porque o processo parece mais exato e específico.

6. Dentre as pensativas circunstantes, **calculo** eu, não haverá uma só, que, da sua varanda, não tenha muita vez festejado, a sorrir de inconsciente admiração, a hora do despertar no céu e na terra. 18:Barbosa:Obras

Na sentença acima, o falante utiliza o mesmo recurso das demais ocorrências, visto que se trata de uma expressão parentetizada. No entanto, o fenômeno se dá com um verbo incomum, “calcular”, o qual remete a um raciocínio lógico que, embora não seja matemático, expressa a profundidade de certeza que o falante tem, devido aos seus conhecimentos e análise da proposição.

Outro ponto observado refere-se ao fato de que estes verbos menos frequentes estão sendo recrutados para o eixo semântico da subjetividade, assim, por meio do mecanismo de generalização de significados. Contemplando mais traços de significação, o elemento pode ter aumento na frequência do uso. Dessa maneira, o verbo *calcular* passa a ser utilizado em um maior número de contextos, não remetendo apenas à expressão de quantificação, mas de posicionamento do falante, que está ligada à subjetividade, devido a preocupação do falante com a reação do interlocutor.

Além dele, verbos como *entender*, que se refere ao ato de compreender ou valer-se da inteligência, e *deduzir*, que é bastante ligado ao ato de concluir por meio de um raciocínio,

parecem seguir a mesma direção, visto que são, semanticamente, mais ligados ao eixo cognitivo.

Na sentença abaixo, percebe-se, também, um alto grau de certeza em relação a sua fala, pois, além de apresentar a afirmação, o falante recorre ao verbo *entender*, como expressão parentética, a fim de demonstrar o seu nível de comprometimento com o que está sendo dito:

7. Por mais difícil que seja para nós entendê-los, é só isso que te peço, que percebas por trás das aparências morais de nossa pequena sociedade e das regras que, eu **entendo**, precisam ser respeitadas, a impetuosidade desses jovens como um erro inocente. 19:Fic:Br:Carvalho:Bebedos

Por meio da ocorrência acima, observa-se que, ao ser utilizado como parentético, o falante demonstra não apenas o conhecimento/cognição, mas a subjetividade do falante no sentido de se posicionar diante do conteúdo afirmado.

O mesmo se vê na ocorrência abaixo, com o verbo *deduzir*, em que, embora não tenha perdido muitos traços da cognição, quando parentetizado, permite acentuar atitude e, consequentemente, subjetividade diante do conteúdo:

8. Por fim o álbum encerra com a sinistramente evocativa “« Birth “» que, **deduzo**, acompanha a conclusão de o filme e que provavelmente fará um gancho para uma continuação. scifibr.wordpress.com

Outros dados mostram que há uma forte tendência de verbos que possuem uma carga semântica mais ligada ao eixo da cognição apresentarem menos ocorrências na sua

configuração parentética. Dentre as ocorrências, foi analisado o verbo *reconhecer* que é bastante ligado à atividade mental que expressa a ideia de rever algo que já havia sido esquecido, sendo, portanto, menos freqüente. Quando assume uma outra acepção, a de admitir algo, sua configuração parentética torna-se mais facilitada:

9. Perdoa a minha crise de choro de há pouco. Nunca fui assim, Sempre soube me controlar. Sabes disso perfeitamente. Mas, hoje, **reconheço**, as emoções foram intensas demais.19:Fic:Br:Montello:Silencio

10. Já vêes que me embaraçam dificuldades insuperáveis para atender à gentileza das tuas interrogações, e entre aquelas não são as menores o Método e o Alfarrábio, sem os quais, **reconheço**, nada de mérito se pode fazer em questões de alta literatura.19:Fic:Br:Rio:Momento

Corroborando as questões pontuadas até aqui, ou seja, o fato de existirem verbos que estão mais ligados ao eixo da modalidade epistêmica e outros, pelas especificidades dos traços semânticos que expressam, mais ligados ao eixo da cognição, propomos um *continuum* entre verbos cognitivos e verbos modais, no sentido de que os traços semânticos expressos por tais verbos, dentro do escopo da cognição são pólos em uma mesma trajetória. Alguns são mais ligados a processos que são mais próprios da opinião do falante, isto é, mais subjetivos, e outros, menos subjetivos, por estarem mais relacionados a um processo mais real/concreto.

Em Bybee (2016) notamos que a autora, ao tratar de verbos *can, think, believe, imagine, understand* e outros, ora considera-os

cognitivos, ora epistêmicos. Algo semelhante ocorre em Sperança-Crisuolo (2011), que, ao classificar os predicados que ocorrem com as orações subordinadas substantivas objetivas diretas e indiretas, apresenta os verbos de atividade mental *aceitar, achar, acreditar, admitir, calcular, crer, entender, imaginar, pensar, reconhecer, supor* e outros, englobando-os em um rótulo de julgamento, opinião e crença, sem distinguir as nuances semânticas de cada verbo, visto que nem todos revelam, integralmente, apenas o posicionamento do falante.

Ao observar que estes e outros estudos, ao tratar dos verbos de atividade mental, não distinguem verbos cognitivos de verbos cognitivos epistêmicos, consideramos adequado apresentar um *cline*, que expõe um continuum entre as nuances de significado envolvidas nesse processo de parentetização:

Eixo cognitivo	Eixo epistêmico	
<i>Calcular deduzir entender</i>	<i>achar</i>	<i>acreditar</i>
[Processos mentais específicos]	[Processos subjetivos e intersubjetivos]	[Processos mentais mais fluidos e abstratos]

Por meio do *continuum* acima, observa-se que todos os verbos cognitivos possuem traços de subjetividade, pois os processos desenvolvidos por eles se dão na esfera mental e passam pelo conhecimento do falante. No entanto, cada verbo cognitivo possui mais ou menos traços epistêmicos, ou seja, são mais ou menos expressivos de uma crença quanto à verdade da proposição. Observa-se que o eixo cognitivo e o eixo epistêmico

são limítrofes, no sentido de que apenas alguns traços semânticos são capazes de diferenciá-los, fato que pode ser observado em Bybee (2010), pois, ao apresentar algumas construções com os verbos *poder*, *achar*, *pensar*, *crer*, *acreditar*, não estabelece distinção entre o eixo cognitivo e o eixo modal epistêmico, uma vez que os caracterizam como “verbos cognitivos/epistêmicos”.

Apesar de não ter perdido alguns dos seus traços primitivos de verbo, semanticamente, ocorrem alterações no que diz respeito ao funcionamento de tais itens no uso da língua. O verbo *calcular*, embora represente um processo mental específico, permite usos ambíguos, visto que em alguns contextos, metaforicamente, o verbo passa a apresentar nuances, ora de raciocínio lógico matemático, ora de opinião. Quando parentetizado, o verbo passa a expressar mais fortemente processos subjetivos e intersubjetivos, com predominância do posicionamento e opinião do falante. Processo semelhante se observa em *deduzir* e *entender*.

Achar e *acreditar*, portadores de sentido cognitivo mais esvaziado e abstrato, estão mais próximos da modalidade epistêmica, sendo típicos de contextos subjetivos, em que há alto grau de atitude, crença e posicionamento do falante. Esse perfil confirma que tais verbos passam por fenômeno de gramaticalização. É possível entender assim, pois, segundo Himmelmann

(2004) *apud* Brington e Traugott (2005)³, a gramaticalização pode ser compreendida como expansão, visto que se expandem os contextos semântico-pragmáticos, causando polissemias semânticas e aumento de possibilidades pragmáticas, fato que pode ser observado em usos com verbos cognitivos parentéticos, uma vez que, por meio da abstratização de significados, verbos como *achar*, *acreditar*, *deduzir* e *calcular* assumem um comportamento de advérbio modalizador epistêmico, com consequente aumento de subjetividade.

4 Considerações finais

Em relação à hipótese discutida neste trabalho, pode-se depreender que o uso do verbo parentetizado reforça a subjetividade do falante, ao privilegiar, dentre os vários traços semânticos dos verbos, seus sentidos epistêmicos. Por meio das análises, foi possível notar que verbos menos ligados a um processamento mental específico tendem a apresentarem uma configuração parentética mais recorrente, como é o caso do verbo *achar*, que se apresenta, semanticamente, bastante independente em relação ao sentido inicial: encontrar algo que se procura.

3 Himmelmann (2004) *apud* Brington e Traugott (2005) “proposes that in grammaticalization all three contexts expand: a) “Host-class expansion” involves elements that collocate in terms of parts of speech, grammaticalizing form will increase its range of collocations with members of the relevant category; b) “Syntactic expansion” pertains to larger contexts such as argument positions (subject, object), or clause final/medial/initial position. As grammaticalization proceeds, syntactic contexts may change; c) “Semantic-pragmatic expansion” pertains to semantic polysemies and increase in pragmatic contexts”.

Com *acreditar*, pode-se notar que o sentido inicial já se mostra bastante ligado ao eixo modal epistêmico, visto que faz referência à crença e posicionamento do falante, fato que atesta a hipótese de que, quanto menos ligado ao eixo cognitivo, mais possibilidades há de o verbo se parentetizar. Por outro lado, verbos como *deduzir* e *calcular*, que são mais representativos de uma elaboração mental específica, apresentam-se mais distantes do eixo da modalidade epistêmica.

Neste sentido, é possível observar uma gradualidade no processo da parentetização, pois verbos cognitivos mais próximos do eixo epistêmico se parentetizam com mais frequência, quando comparados aos que estão mais distantes. Quando o verbo se torna um mecanismo de marcação de posicionamento do falante, estes últimos os utilizam mais frequentemente, no intuito de modalizar os conteúdos proposicionais e, estipulando a si mesmo como fonte da informação, mostrar o quanto se compromete com o que diz.

REFERÊNCIAS

BRINTON, L. J.; TRAUGOTT, E. C. *Lexicalization and Language Change*. Cambridge: Cambridge University Press, New York, 2005.

BYBEE, J. *Language, usage, and cognition*. Cambridge, Cambridge University Press, 2010.

CASSEB-GALVÃO, V. *O achar no português do Brasil: um caso de gramaticalização*. Dissertação (Mestrado em Lingüística). Campinas: Unicamp, 1999

CASSEB-GALVÃO, V. A atuação de mecanismos desencadeadores de processos de gramaticalização. In: _____. Dissertação de Mestrado “O achar no português do Brasil: um caso de gramaticalização”. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v.4 n.7, p.44-59, 2º sem. 2000.

COSTA, S. P. T.S.; CUNHA; M. A. F. A construção com verbos de cognição no português brasileiro: um estudo preliminar. *Gragoatá*, Niterói, n. 40, p. 250-272, 1. sem. 2016.

CRISCUOLA, A. C. S. *Orações subordinadas substantivas sob uma perspectiva funcionalista-cognitivista: uma proposta de descrição e ensino*. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

DALL'AGLIO-HATTNER, M.M., BASTOS, S. D. G. GONÇALVES, S.C.L., GALVAO, V. C. C. Uma investigação funcionalista da modalidade epistêmica. In: NEVES, M. H. M. *Descrição do Português: definindo rumos de pesquisa*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001.

DAVIES, M.; FERREIRA, M. *Corpus do Português: 45 milhões de palavras, 1300-1900*. Disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org/>>. Acesso em: 15 de abril 2017.

FORTILLI, S. de C. *Predicados matrizes adjetivais de orações subjetivas no português brasileiro: gramaticalização e dessentencialização*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). UNESP/IBILCE. São José do Rio Preto. 2013.

GIVÓN, T. *Historical Syntax an Synchronic Morfology: an archaeologist's field trip*. Papers from the 7th. Regional Meeting. Chicago: Chicago Linguist Society, 1971.

GONÇALVES, S. C. L. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

GONÇALVES, S. C. L. Gramaticalização de predicados matrizes. In: *Revista Estudos Linguísticos*. São Paulo. Vol. 35, p. 1108-1117. 2006.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB- CASSEB-GALVÃO, V. (org.). *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GONÇALVES, S. C. L. Gramaticalização de construções com o verbo 'parecer' no português brasileiro: de verbo pleno a satélite atitudinal. *Veredas* (UFJF), Juiz de Fora, v. 8, n.1/2, p. 195-214, 2004.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

HEINE, B. Grammaticalization. In: JOSEF, B.; JANDA, R. (eds.). *The hand book of historical linguistics*. Oxford: Black well Publishing, 2003. p.575-599.

HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality. In: BOOIJ, G., LEHMANN, C., MUGDAN, J. (eds.). *Morphology*. v. II. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, L. *Functional Discourse Grammar*. a typologically-based theory of language structure. Oxford, New York: Oxford University Press, 2008.

HOPPER, P. & TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1993.

HOPPER, P.J. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (eds.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins.

MARTELOTTA, Mário E. Unidirecionalidade na gramaticalização. In: VITRAL, Lorenzo; COELHO, Sueli (org). *Estudos de Processos de Gramaticalização em Português: metodologias e aplicações*. ed. 1. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

NEVES, M. H. M. In: KOCH, I. G. V. (org.). *Gramática do Português Falado IV – Desenvolvimentos*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

NEVES, M.H.M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes. 1997.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*.
2.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NEVES, M. H. M. *A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. p.145.

PALMER, F. R. *Mood and modality*. London:
Cambridge University Press, 1986.

THOMPSON, S. MULAC. A. A quantitative perspective on the grammaticalization of epistemic parenteticals in English. In: E. Traugott, B. Heine. (orgs.). *Approaches to grammaticalization*. v. 1. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. B. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press: 2001.

TRAUGOTT, E. From subjectification to intersubjectification. In: HICKEY, R. *Motives for Language Change*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003. p. 124-139.

TRAUGOTT, E. C. (Inter)subjectivity and intersubjectification: a reassessment. In: CUYCKENS, H; DAVIDSE, K.; VANDELANOTTE, L. (ed.). *Subjectification, intersubjectification and grammaticalization*. Berlin: Walter de Gruyter, 2010. p.29-71.

TRAUGOTT, E. C. Intersubjectification and clause periphery. In: BREMS, L.; GHESQUIÈRE, L. et al. (eds.). *Intersections of intersubjectivity: special issue of English Text Construction*. v. 5, 2012. p.7-28.

O estatuto sintático-semântico da expressão mêmica no português brasileiro: perspectivas funcionais

The syntactic-semantic status of the memica expression in Brazilian Portuguese: functional perspectives

Wilquer Quadros dos Santos

Resumo

A partir da segunda década do século XXI, os memes de internet assomam como um gênero digital de tom humorístico, combativo e crítico, em que se coadunam fatores sócio-históricos e linguagem(ns). Conforme Richard Dawkins, os memes são replicadores comportamentais, unidades de transmissão e de imitação cultural, responsáveis pela propagação de fatos, reprodução de pensamento e comportamento (DAWKINS:1979). Sendo assim, este trabalho objetiva mapear e analisar os aspectos sintático-semânticos da constituinte verbo-visual dos memes de internet do português brasileiro, tendo por base a coleta e descrição de textos mêmicos que se propagam no ciberespaço, a saber, sites e repositórios on-line. Em termos teóricos, esta pesquisa fundamenta-se em Cabral e Fuzer (2014), Dawkins (1979), Blackmore (1999, 2000), Recuero (2007), Gouveia (2009), Heylighen (1994), Halliday (1994, 2004, 2014), Kress e van Leeuwen (2000, 2006), Neves (1994, 1997, 2001, 2012), entre outros. Por fim, entende-se que os memes são compostos

por frases simples e até mesmo por orações mais complexas. Entretanto, tais configurações linguísticas sofrem supressões, variações e mudanças construcionais, característica do contexto de produção e da forma de interação na internet, sendo essas lacunas ou variações plenamente recuperáveis no contexto de produção, recepção e circulação.

Palavras-chave: Sintaxe funcional. Memética. Memes. Linguística sistêmico-funcional. Gramática do Design Visual.

Abstract

Since the second decade of the twenty-first century, Internet Memes appear as a digital genre of humorous, combative and critical tone that consist socio-historical factors and language(s). According to Richard Dawkins, memes are behavioral replicators, transmission units and cultural imitation that are responsible for the propagation of facts, reproduction of thought and behavior (DAWKINS: 1976). Therefore, this work aims to analyze and map the syntactic-semantic aspects of the constituent of the Brazilian-Portuguese Internet Memes, based on the collection and description of cyberspace texts that are propagated in online sites and repositories. The theoretical framework of this research is based on Cabral and Fuzer (2014), Dawkins (1979), Blackmore (1999, 2000), Recuero (2007), Gouveia (2009), Heylighen (1994), Halliday (1994, 2004, 2014), Kress and van Leeuwen (2000, 2006), Neves (1994, 1997, 2001, 2012), among others. Finally, it is understood that Memes consist even of simple phrases or more complex statements. However, such linguistic configurations suffer from deletions, variations and

constructional changes, which is a characteristic of the context of production and of the form of interaction in the internet, being these gaps or variations fully recoverable in the context of production, reception and circulation.

Keywords: functional Syntax. Memetics. Memes. Systemic-Functional Linguistics. Grammar of Visual Design.

1. Introdução

Na segunda década do século XXI, mais de vinte anos após a popularização da Internet, as pessoas não só estão conectadas em rede, como também produzem e consomem conteúdo nos processos de interação on-line. Nas múltiplas plataformas de acesso à Web 2.0, desde o mais simples smartphone ao mais avançado computador, o usuário, além de receber inúmeros conteúdos, também gera e repercute informação. Obviamente, essa capacidade de compartilhamento de informação com intensa velocidade quebra barreiras que intensificam as relações sociais (DUARTE, 2014), produzindo práticas textuais comunicativas de repercussão instantânea e de absorção imediata.

Exemplo disso é o advento das redes sociais, fenômeno intensificado nas últimas décadas. Além de aproximar pessoas distantes, as redes emergem como um espaço que recebe, observa, analisa, reverbera e reelabora informações, dialogando com os fatos da vida cotidiana do mundo e do país. De fato, é justamente das redes sociais que advêm grande parte dos conteúdos, comentários e gêneros textuais diversos da rede de computadores, especialmente, o chamado Meme de

Internet¹, que, em sentido restrito, pode ser reconhecido como uma ideia, uma frase e até imagens que surgem no ambiente virtual e alastram-se rapidamente, de modo viral.

Nesse caso, por meio das redes sociais, os Memes ganham força na sua característica de replicante cultural (DUARTE, 2014). Dessa maneira, podem ser concebidos como manifestações, sobretudo humorísticas, de cunho político, social, cultural, econômico e comportamental, que, em uma teoria de amplo espectro, são denominados de replicadores comportamentais (DAWKINS, 1979), aquilo que, neste trabalho, intenta-se descrever e denominar de *replicadores linguístico-comportamentais*, uma vez que se constituem a partir de um fato da esfera do cotidiano, podem ser compostos por imagens, sons, vídeos e mesmo *gifs* animados, mas se concretizam, de fato, na inserção de frases críticas, irônicas, humorísticas e/ou analíticas, ou seja, de textos ou fragmentos de textos.

O termo meme foi criado pelo zoólogo da Universidade de Oxford Richard Dawkins, em 1976, no seu célebre livro *O Gene Egoísta*. Esse neologismo – meme – foi elaborado a partir da raiz palavra grega *Mimema* (imitação), reduzido por Richard Dawkins a apenas duas sílabas com sonoridade parecida à do vocábulo gene, uma vez que, para o autor, o meme é o gene replicador da cultura (SOUZA, 2013), o que evidencia seu caráter emulativo. Tomando por base essa terminologia e a partir de uma redução simplista da teoria desenvolvida por Dawkins, os usuários de internet começam, metonimicamente, a classificar como Meme toda manifestação viral de tom humorístico que se replica em grande profusão pela Web.

1. Reservamos a inicial maiúscula para o uso corrente do termo nas redes sócias; para aludir ao conceito de meme dentro da teoria Memética, em amplo aspecto, a minúscula.

Como exemplo dessa profusão de replicadores linguístico-comportamentais e dessa ampla presença de Memes no contexto sociocultural brasileiro, é válido apontar o grande número de sites destinados à elaboração, ao armazenamento e à replicação de Memes de Internet, como exemplo: *Como eu me sinto quando...*, *Criador de Memes*, *Jornal do Meme*, *Memepedia*, *Memetizando*, *South America Memes*, *Tecmundo*, entre outros.

Portanto, mediante os fatores acima explicitados, torna-se relevante a proposta apresentada neste estudo em que se pretende analisar a sintaxe verbo-visual e o estatuto semântico dos Memes de Internet do português brasileiro a partir da observação e descrição de alguns componentes da dimensão verbal e visual desse gênero textual. Nesse propósito, na seção 1, centramos breves comentários no tocante ao conceito e às características do meme à luz dos teóricos da Memética; bem como, na segunda seção, no concernente aos pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Sistêmico-funcional e da Gramática do Design Visual, doravante, LSF e GDV, intentando mapear e analisar aspectos da constituinte verbo-visual no escopo da multiplicidade funcional da expressão mêmica brasileira, o que será desenvolvido na parte 3 deste trabalho.

Conforme proposta por Michael A. K. Halliday (1985, 1994), a LSF, uma abordagem centrada no uso da linguagem natural, é concebida como um modelo de descrição teórico-metodológico que toma como base os usos reais da língua em contextos específicos, correspondendo, acima de tudo, a uma “teoria geral do funcionamento da linguagem humana para além de ser uma teoria de descrição gramatical” (GOUVEIA, 2009, p. 14). Com uma metalinguagem própria, e contrapondo-se ao estatuto das abordagens descritivas de cunho tradicional, além de um mecanismo de observação e descrição do sistema

da língua, ela conta também com instrumentos de descrição e uma técnica apropriados para a análise textual (GOUVEIA, 2009), o que também justifica sua escolha como eixo teórico de observação do fenômeno mêmico, conforme será observado mais à frente. Do mesmo modo, como os Memes de Internet se constituem a partir da dupla articulação da dimensão verbal e visual, esse trabalho se inscreve no referencial teórico da GDV, uma abordagem de análise funcional das imagens proposta por Kress e van Leeuwen (2006). Sendo assim, ao empreender uma discussão sobre a expressão multitessimiótica mêmica no português brasileiro, mobilizaremos aportes teóricos da Linguística, da Sociosemiótica e da Memética.

2. Meme de internet: conceito, classificação e replicação

Como mencionado, o termo meme foi cunhado por Richard Dawkins, em 1976, no seu livro *O Gene Egoísta*. Para Dawkins, de formação darwiniana, os memes são replicadores comportamentais, unidades de transmissão e de imitação cultural, responsáveis pela propagação de fatos, reprodução de pensamento e comportamento (DAWKINS, 1979). O escritor britânico concebe a figura do meme, no campo das ideias, de modo análogo àquilo que o gene é para a Genética. Nos séculos de evolução e seleção natural, conforme os preceitos da teoria de Charles Darwin explicitada por Dawkins (1979), os genes são descartados ou preservados. Aqueles genes preservados são responsáveis pela transmissão e replicação, ou seja, fazer cópias de si mesmo, perpassando às gerações ulteriores toda a carga genética contida nos DNAs (DAWKINS, 1979). Segundo Richard

Dawkins (1979), de modo semelhante ao que acontece com os genes, esse conceito de transmissão/replicação pode ser estendido a outras esferas da vida do homem, em especial, ao processo de transmissão cultural, ou seja, o autor defende a existência de genes de replicação de cultura e de informação, os chamados memes. Todavia, o zoólogo, ao conceber o conceito de meme, não se restringiu a uma forma de manifestação mêmica ou mesmo a um único suporte de replicação, mas, para Dawkins, os memes podem ser ideias, músicas e comportamentos transmitidos através de um processo que pode ser envolvido pela imitação (DUARTE, 2014). Como pode ser visto, o ponto fundamental é: “se a ideia pegar, pode-se dizer que ela propaga a si própria, espalhando-se de cérebro a cérebro”, delineando, desse modo, sua peculiaridade mêmica (DAWKINS, 1979, p.112).

Na mesma linha de Richard Dawkins e ampliando os conceitos postulados pelo autor, Susan Blackmore (1999, 2000) intenta definir com mais precisão o conceito de memes, entendendo-lhes amplamente como histórias, canções, hábitos, habilidades, invenções e maneiras de fazer coisas que copiamos de uma pessoa para outra através da imitação (BLACKMORE, 2000 *apud* SOUZA, 2013). Para a Blackmore (1999 *apud* SOUZA, 2013) os memes são uma força poderosa que moldam nossa evolução, reduzindo o ser humano a uma simples máquina portadora de genes biológicos e de memes culturais, um veículo de disseminação, um ente de quem os replicadores fazem uso para se perpetuarem pelas gerações.

Filiado às concepções mêmicas de Dawkins (1979) e Blackmore (1999, 2000), Heylighen (1994 *apud* RECUERO, 2007) intenta produzir aquilo que podemos denominar como um esboço de uma classificação, já que os estudos formais do meme – a Memética – ainda são recentes, controversos e em fase de

delimitação de objeto. Para o autor, dentro outras características, os memes podem ser classificados em duas categorias estruturais: os metamórficos, que, sintaticamente, são alterados e reinterpretados enquanto passados adiante; e os miméticos, que apesar de sofrerem mutações e recombinações, sua estrutura sintática permanece a mesma, facilmente referenciáveis como imitação (HEYLIGHEN, 1994 *apud* RECUERO, 2007). Portanto, resguardadas as devidas diferenças, são justamente tais preceitos taxionômicos que nortearão parte dos critérios de análise desse trabalho, conforme será explicitado na terceira seção.

Por fim, sendo a seleção, variação e replicação o cerne da discussão empreendida por Dawkins, para a realização de uma ideia, pensamento, informação ou unidade cultural enquanto texto mêmico, ou melhor, como replicador comportamental, Castelfranchi (2001 *apud* SOUZA, 2013) preconiza a obediência a alguns princípios de transmissão e elaboração, a saber: recepção da informação, observação do texto, interpretação e compreensão dos dados, adoção das ideias passadas e replicação do conteúdo, o que reinsere a informação em um novo cérebro, validando-o como meme ou replicador comportamental, cultural e/ou informacional.

Como visto, consoante Dawkins (1979) e Blackmore (1999, 2000), a definição a respeito do meme abarca uma gama de realizações ideológicas e linguísticas que podem ser vistas como expressões mêmicas. Contudo, partindo da nomenclatura criada por Dawkins, os usuários da Internet, especialmente os participantes das redes sociais, começaram a utilizar a palavra Meme para aludir a tudo que se propaga ou mesmo se espalha aleatoriamente na Grande Rede (Souza:2013). Nas redes sociais de relacionamento e compartilhamento, como *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e *Tumblr*, nos

blogs especializados, enfim, no ciberespaço, os Memes relacionam-se com comentários, montagens, postagens de fotos e vídeos, todos permeados por construções textuais.

De fato, atualmente, devido à intensa produção dessa forma textual na cibercultura, percebe-se uma certa consciência mêmica nos usuários das redes sociais, ou seja, o conhecimento de determinadas características de uso e produção desse gênero textual, o que legou à expressão mêmica de internet um espaço definitivo como uma nova forma de entretenimento social, bem como uma expressão textual (linguística e imagética) de profunda penetração em diversos contextos e camadas sociais.

Além de replicadores comportamentais, informacionais e culturais, os Memes desvelam-se como profícuos e efetivos meios de exercício de linguagem, pois, baseados nos fatos que acontecem na sociedade e que, muitas vezes, ganham grande repercussão na mídia, encerram em si uma efetiva realização linguística em que avultam fatores e construções de cunho lexical, fonético, morfológico e sintático. Sendo assim, na perspectiva desse estudo, entende-se o Meme de Internet como uma categoria de gênero digital, e as próprias ferramentas de produção ou replicação do Meme de algum modo já nos apontam para uma demanda social dessa manifestação linguística e também nos indicam a funcionalidade, bem como o plano composicional dessas formas textuais: imagem e texto sob determinada forma organizacional, significado e função social. Tais parâmetros composicionais e funcionais sustentam a linha de pensamento dessa pesquisa, que estende a classificação dessas unidades de transmissão de ideia e cultura, replicadores comportamentais, conforme definição de Dawkins (1979), para *replicadores linguístico-comportamentais*, uma vez que

usam processos de variação, seleção e replicação, no entanto, se realizam e consomem de fato a partir de seu poder de palavra.

Tais considerações gerais a respeito do conceito e classificação do fenômeno mêmico, da disseminação dos Memes de Internet e das características organizacionais peculiares dessas ocorrências na rede pavimentam o caminho para a discussão dos pressupostos teórico-metodológico da LSF e da GDV desenvolvidos nas seções seguintes.

3. Pressupostos teórico-metodológicos

3.1 A LSF de Michael Alexander Kirkwood Halliday

No que diz respeito ao encaminhamento das nossas análises, tomamos como base de descrição não apenas a cláusula isoladamente, mas o texto, por entendermos que, funcionalmente, ele é a unidade de comunicação de qualquer evento discursivo, ou seja, em qualquer instância de comunicação nos comunicamos e construímos significação através de textos, conforme já apontara Gouveia no tocante ao papel fundamental do texto na Língua Sistêmico-Funcional:

De orientação social, portanto, o quadro teórico-metodológico que tem vindo a ser descrito elege o texto como unidade fundamental, a partir da constatação facilmente verificável, de que este é a unidade de comunicação em qualquer evento discursivo. Ou seja, encarado, na sua dimensão comunicativa, como linguagem que é funcional, o texto é o resultado de toda e qualquer situação de interação, isto é, é ele

próprio a forma linguística de interação social, uma unidade de uso linguístico. De extensão variável, falado ou escrito, individual ou colectivo, composto de apenas uma frase ou de várias (a extensão não é relevante), o texto é o que produzimos quando comunicamos. É ainda uma colecção harmoniosa de significados apropriados ao seu contexto, com um objectivo comunicativo (GOUVEIA, 2009, p. 18).

Dessa forma, numa perspectiva topo-base, partindo do contexto e do texto, intentamos mapear e conhecer os princípios léxico-gramáticos (processos e modos oracionais) reguladores, funcionalmente constituídos, dessa expressão linguística, entendendo que a “forma particular assumida pelo sistema gramatical de uma língua está intimamente relacionada com as necessidades sociais e pessoais que a língua é chamada a servir” (HALLIDAY, 1970, p. 142 *apud* GOUVEIA, 2009, p. 15).

A LSF, diferentemente das abordagens tradicionais, centra suas preocupações na linguagem em uso, entendendo que “a linguagem é um recurso para fazer e trocar significados, utilizada no meio social de modo que o indivíduo possa desempenhar papéis sociais” (CABRAL; FUZER, 2014, p. 21), o que também pondera Zaira Bomfante dos Santos:

Essa proposta, iniciada nos estudos de Halliday nas décadas de 1960 e 1970, é sistêmico-funcional porque concebe a língua como uma rede de sistemas interligados que o falante faz uso (base funcional) para produzir significados (base semântica) em situações de comunicação. Nessa perspectiva, a língua deixa de ser um mero sistema regulado por regras e passa a ser estudada de um ponto de vista sócio-semiótico, considerando-a como um sistema de produção de significados (2014, p. 166).

Nessa concepção, a língua “se organiza em torno de redes relativamente independentes de escolhas e que tais redes correspondem a certas funções básicas da linguagem” (GOUVEIA, 2009, p. 15), ou seja, a linguagem, tomando por base a gramática e a diversidade funcional, como sistema, se materializa em textos (CABRAL; FUZER, 2014) e desempenha funções fundamentais, denominadas *Metafunções* no âmbito da LSF, a saber, materializa os conteúdos de nossa experiência no mundo (*Metafunção Ideacional*), estabelece relação entre os interactantes sociais (*Metafunção Interpessoal*) e, por fim, organiza tais experiências e interação no nível do discurso (*Metafunção Textual*) (HALLIDAY, 2014).

A partir de uma adaptação da descrição do modelo teórico-metodológico da LSF ao português, conforme proposta por Gouveia (2009) e Cabral e Fuzer (2014), tais elucidações podem ser, resumidamente, explicitadas consoante o quadro a seguir:

Quadro 1: Modelo teórico-metodológico da LSF aplicado ao Português

Variáveis do contexto de situação	Sistema léxico-gramatical	Metafunção	Definição
Campo: Atividade, objetivo, finalidade	Transitividade	Ideacional	Codificar os significados de nossa experiência
Relações: participantes e distância social	Modalidade	Interpessoal	Codificar as interações sociais
Modo: linguagem; escrito e/ou não verbal; canal	Estrutura/ Progressão temática	Textual	Codificar a organização temática e textual

Fonte: adaptado de Gouveia (2009) e Cabral e Fuzer (2014)

Como demonstrado no Quadro 1, a Metafunção Ideacional se realiza no sistema da transitividade, escopando, na oração, o processo, os participantes e as circunstâncias, isto é, codifica a representação do mundo interior (consciência) e exterior do falante (ações e eventos). A Metafunção Interpessoal, por sua vez, se materializa no sistema do modo, codificando a interação, ou melhor, as trocas linguísticas dos usuários. Por fim, a Metafunção Textual se realiza no sistema da informação, codificando a mensagem, isto é, a progressão temática dentro do texto (dado/novo e tema/rema). Dentro dos parâmetros de análise pertinentes a este trabalho, avancemos um pouco mais nas definições acerca das Metafunções Ideacional e Interpessoal.

A Metafunção Ideacional se subdivide em duas outras funções: lógica e experiencial (HALLIDAY: 2014). A primeira dá conta da organização dos grupos lexicais e oracionais, tomando como base de análise o complexo oracional; e a segunda tem a oração como sua unidade de análise, ou melhor, o sistema léxico-gramatical de transitividade, que, diferentemente do que ocorre na gramática normativa tradicional, vai além da tradicional relação entre o verbo e seus argumentos, mas abarca o processo (grupos verbais), bem como os participantes (grupos nominais) e as circunstâncias (grupos adverbiais) oracionais, ou seja, se encarrega da construção de um modelo de representação do mundo (CABRAL; FUZER: 2014). Entendendo que os participantes são as pessoas, seres ou coisas que desenvolvem o processo ou que por ele são afetadas, e a circunstância contempla o tempo, modo, causa e o espaço em que o processo vem a ocorrer, detenhamo-nos, em linhas gerais, no processo, que pode ser concebido da seguinte forma:

Processos representam eventos que constituem experiências, atividades humanas realizadas no mundo; representam aspectos do mundo físico, mental e social. Como os processos são realizados tipicamente por verbos, a ideia de mudança perpassa a noção de processo – o falante ou escritor escolhe marcar a ideia de mudança ou não (CABRAL; FUZER, 2014, p. 41).

Ainda em relação à caracterização da Metafunção Ideacional, na perspectiva da oração como representação, a materialização das experiências do ser humano se dá a partir de seis tipos de processos nas orações (CABRAL; FUZER: 2014), a saber, processos materiais: ações e eventos (fazer, construir, acontecer); processos comportamentais: atividades psicológicas ou fisiológicas (dormir, bocejar, tossir); processos mentais: lembranças, reações, reflexões, estados de espírito (lembrar, pensar, imaginar, gostar, querer); processos verbais: atividades linguísticas dos participantes (dizer, responder, afirmar); processos relacionais: identificação e caracterização (ser, estar, parecer, ter); processos existenciais: existência, estar no mundo (existir, haver).

No tocante à Metafunção Interpessoal, é válido ressaltar que, nesse âmbito, a oração é vista como uma forma de trocar informações e bens e serviços, não apenas como forma de representação da experiência do ser humano no mundo, mas como uma forma de codificação da interação entre os interactantes, ou seja, como o falante desempenha funções de fala (HALLIDAY; HASAN 1989 *apud* CABRAL; FUZER, 2014). Dentro do modelo teórico da LSF, especialmente no que se refere à Metafunção Interpessoal, há dois aspectos a serem considerados: os papéis fundamentais da fala e os valores trocados na interação. Quanto ao primeiro, os participantes

podem exercer, fundamentalmente, os papéis de dar (convidar a receber algo) e solicitar (convidar a dar algo). Quanto aos valores, podem envolver troca de Informação (fornecer uma resposta puramente linguística) ou de bens e serviços (influenciar o comportamento de alguém para a execução de uma ação) (HALLIDAY, 1994 *apud* CABRAL; FUZER, 2014).

Semanticamente, na troca de informações, a oração se conforma em Proposição (algo que pode se argumentar ou mesmo refutar); na troca de bens e serviços, Proposta (do tipo sim ou não). Ainda sobre a análise do componente interpessoal, no referente às trocas linguísticas, Halliday (1989 *apud* CABRAL; FUZER, 2014, p. 105) considera que “a análise das trocas linguísticas dá conta, assim, do tipo de proposta ou proposição que está ocorrendo, das atitudes e dos julgamentos encapsulados na camada verbal e dos traços retóricos que a constituem como um ato simbólico interpessoal”. As funções de fala se realizam, na oração, dentro do sistema léxico-gramatical de Modo, e a cada uma delas se associa um modo oracional em que tais funções se conformam. Vale ressaltar que, a cada um desses movimentos interativos, relaciona-se uma determinada resposta do interactante (CABRAL; FUZER: 2014). Tais considerações, em linhas gerais, podem ser vistas abaixo:

Quadro 2: papéis fundamentais, funções de fala, reações do interactante e modos oracionais.

Papeis fundamentais	Valores trocados: Oferta ou Bens e serviços	Troca linguística: função semântica	Reação do ouvinte: Apoio ou Confronto	Modos oracionais
Dar	Oferta (Bens e serviços)	Proposta	Aceitação Rejeição	Interrogativo
Dar	Declarações (Informações)	Proposição	Reconhecimento Contradição	Declarativo
Solicitar	Pergunta (Informação)	Proposição	Resposta Desconsideração/ Desaprovação	Interrogativo
Solicitar	Comando (Bens e serviços)	Proposta	Empreendimento Recusa	Imperativo

Fonte: adaptado de Cabral e Fuzer (2014) e Gouveia (2009).

A partir da consideração da existência de Metafunções, é possível verificar, por meio de descrição, como as línguas naturais, e os textos, se estruturam e se organizam com base em tais princípios funcionais de caracterização da linguagem humana.

Cabe ressaltar uma vez mais que não é intenção deste breve estudo, nem seria possível fazê-lo neste instante, abarcar a totalidade dos aspectos teórico-metodológicos da LSF, o que seria uma empreitada para alongadas páginas devido à riqueza e à multiplicidade desta proposta funcional.

3.2 O modelo de descrição teórico-metodológico da GDV de Gunther Kress e Theo van Leeuwen

Como visto na seção anterior, para além de objetivos comunicativos, a linguagem existe como a função de “fazer e trocar significados” (CABRAL; FUZER, 2014, p. 21), o que se realiza a partir de estruturas léxico-gramaticais e semânticas. Da mesma forma, a linguagem visual, um outro meio particular de significação semiótica, estabelece sentidos a partir de princípios teórico-metodológicos próprios. Tomando como base a teoria desenvolvida pelo linguista Michael Halliday, os autores Kress e van Leeuwen (2006) elaboram uma proposta de análise do discurso visual, a saber, organizam a leitura de imagens à similitude das três Metafunções de Halliday, só que aplicadas à leitura e descrição da sintaxe visual, são elas: Metafunções Representacional, Interativa e Composicional, respectivamente, Ideacional, Interpessoal e Textual do modelo da LSF. Para os objetivos estabelecidos neste trabalho, avançaremos dentro de alguns aspectos da Metafunção Representacional.

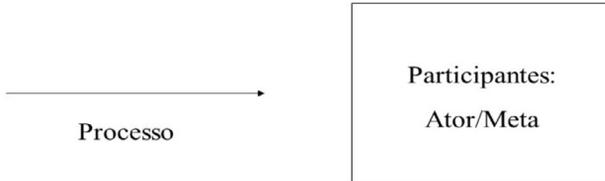
Conforme proposta da GDV (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006), a Metafunção Representacional é responsável pelas estruturas dos eventos, logo dá conta dos processos, dos participantes e das circunstâncias envolvidas na ação. Nessa medida, estabelece um diálogo com o sistema da transitividade descrito na função ideacional da LSF. Em relação à análise da sintaxe visual, da mesma forma que acontece na constituinte verbal, há estruturas que constroem as experiências do indivíduo no mundo (NOVELLINO, 2007). Tal função Representacional, fundada nas relações espaciais dos indivíduos representados nos processos

imagéticos, pode se realizar a partir de representações narrativas, que representam participantes envolvidos em ações e eventos, bem como em representações conceituais, em que os participantes envolvidos não expressam ações, mas são representações de grupos, conceitos, categorias ou significados maiores (JEWITT; OYAMA, 2004 *apud* NOVELLINO, 2007).

Dentro das funções narrativas, distintamente dos processos propostos por Halliday para a linguagem verbal, Kress e van Leeuwen (2000 *apud* NOVELLINO, 2007) propõem os seguintes processos para a leitura de imagens: ação não-transacional, ação transacional unidirecional e bidirecional, reacional não-transacional e transacional, mental, verbal e de conversão. Nessa revisão teórica, por conta do escopo do trabalho, abordaremos apenas os processos de ação não-transacional, transacional unidirecional e bidirecional.

Na linguagem verbal, no referente aos processos materiais expressos nas orações, temos a representação das experiências externas (ações e eventos) que indicam fazer, construir e acontecer (CABRAL; FUZER, 2014, p. 43). Na semiótica visual (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006), os processos de ação são representados através de vetores que indicam a direção dos movimentos dos participantes, a saber, quem (Ator) faz o quê (vetor/linhas) em relação a quem (Meta). Visualmente, os processos e os participantes podem ser descritos conforme a ilustração seguinte:

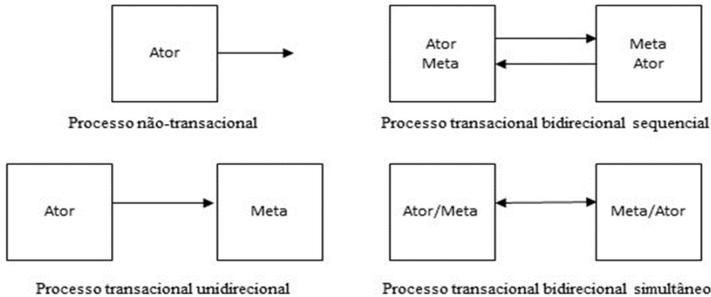
Ilustração 1: Representação visual do Processo (Vetor/setas) e Participantes (Caixa).



Fonte: adaptado de Novellino (2007).

Como mencionado, os processos de ação podem ser (KRESS; VAN LEEUWEN: 2000 *apud* NOVELLINO, 2007): não-transacional, em que o Ator executa uma ação, mas não fica explícito a quem esta ação é dirigida; transacional unidirecional, em que um participante, o Ator, dirige uma ação em relação a outro participante, Meta; bidirecional, em que os participantes assumem o papel tanto de Ator quanto de Meta, em um processo que pode ser sequencial (uma ação é seguida de outra ação) ou simultâneo (as ações ocorrem concomitantemente). De maneira geral, na sintaxe visual, os processos de ação podem ser representados do seguinte modo:

Ilustração 2: Representação da descrição visual dos processos narrativos de ação.



Fonte: adaptado de Novellino (2007).

Como visto, dentro do escopo da Metafunção Representacional, os participantes interagem entre si dentro dos processos estabelecidos na imagem, podendo representar relações em níveis diversos ou mesmo serem demonstrativos de conceitos ou classificações.

4. Discussão/Análise do objeto

Este trabalho, metodologicamente, partiu da coleta dos mais expressivos memplexos² da internet no contexto sociocultural brasileiro no ano de 2016. Como mencionado,

2 Na perspectiva adotada neste estudo, memplexo corresponde ao conjunto de Memes de Internet ligados ao mesmo tema/assunto, isto é, um complexo de textos mêmicos motivados por fatores sociais, culturais, históricos, políticos, econômicos, entre outros.

a investigação intenta mapear e analisar a constituinte do Meme de Internet do português brasileiro. Dessa forma, mesmo que em número reduzido, foram selecionados textos que possam indicar um demonstrativo funcional do processamento lexicogramatical e visual da expressão linguística mêmica.

Ao findar o ano de 2016, vários sites que se dedicam, entre outras coisas, à produção, ao armazenamento e à reprodução de Memes de Internet (*Midiamax*, *Minimundo*, *Tecmundo* e *Twitter*, por exemplo) promoveram um levantamento dos principais Memes do ano, elaborando a Memetrospectiva 2016. Dentre os sites que realizaram tal levantamento, e tomando por base o critério do alcance do Meme, o site que, originalmente, abarcou os Memes mais profícuos de 2016 foi o Tecmundo. Todavia, da seleção de memeplexos empreendida pelo site, arrolamos apenas dois grupos principais, que também apareceram no levantamento de outros sites e que tiveram longevidade para além do ano de 2016, legando-nos contribuições ainda em de 2017, a saber, os memeplexos “Diferentona” (25 textos) e “Poderia ser a gente, mas você não colabora” (11 textos). Ademais, como o site fez o levantamento dos Memes, mas não disponibilizou muitos textos exemplificativos, selecionamos os exemplos disponibilizados no repositório *Museu de Memes*³. A observação de tais complexos mêmicos orientou-se segundo os seguintes critérios:

- a. variação e replicação: semelhanças (miméticos sintaticamente) ou diferenças (metamórficos sintaticamente);

3 Desde 2011, A Universidade Federal Fluminense desenvolve um projeto intitulado *Museu de Memes*, um webmuseu de iniciativa do curso em Estudos de Mídia e da Pós-graduação em Comunicação, que cataloga as ocorrências dos Memes no Brasil, gerencia acervos, promove debates interdisciplinares e reúne publicações variadas no campo de pesquisa da Memética.

- b. composição: padronização na criação dos replicadores (processos e modos oracionais);
- c. multimodalidade: meio verbal e/ou visual.

No tocante ao memeplexo “Diferentona”, um conjunto de textos essencialmente verbais, estruturam-se sintaticamente de modo mimético, ou seja, obedecem a um mesmo padrão sintático, ocorrendo apenas variações no eixo paradigmático, consoante o exemplo ilustrativo a seguir:

Figura 1: Meme Diferentona.



Diferentona
@diferentonabr

"Só eu q prefiro o livro do que o filme?"

sim

só você

única

renascentista

vanguardista

estagiária de Machado de Assis

diferentona

barroca

Fonte: Museu do meme.

Nas trocas linguísticas, como é estruturado o memeplexo “Diferentona”, é solicitado ao interlocutor desempenhar um papel verbal – afirmar, negar ou fornecer informação

ausente (CABRAL; FUZER: 2014). Por sua vez, cada uma das funções de fala (Oferta, comando, declaração e pergunta) se associa com determinada reação do ouvinte: Oferta (aceitação/rejeição), Comando (Empreendimento/recusa), Declaração (Reconhecimento/ Contradição), Pergunta (Resposta/desconsideração/desaprovação) (CABRAL; FUZER, 2014). Logo, no tocante ao aspecto interpessoal, temos uma estrutura oracional proposicional, em que alguém (eu) solicita, em forma de Pergunta, uma informação de seu interlocutor. As orações no modo oracional interrogativo (perguntas e ofertas) podem realizar-se através de perguntas ou de questões que suscitam respostas do tipo Sim/Não. É o caso do memplexo em questão, uma vez que o interagente solicita uma resposta do tipo sim/não a seu interlocutor.

Nesse caso, embora aparentemente termos uma reação, por parte do interlocutor, que parece ser uma simples resposta esperada (apoio), podemos notar que, semanticamente, a resposta é confrontativa. Dessa forma, o interlocutor reage de duas maneiras. Ainda que as respostas sempre comecem com enunciados que suscitam respostas do tipo Sim/Não, ao enumerar uma série de respostas à informação solicitada, o que, de fato, o interlocutor faz é predicar aquele que lhe dirige o questionamento. A cada expressão predicativa (única, renascentista, vanguardista, estagiária do Machado de Assis, Diferentona, barroca) reforça-se, no entender de quem responde, a vileza da pergunta e a percepção negativa em relação ao interlocutor, ou seja, uma desaprovação. Claramente, o tom de humor e confronto neste Meme de Internet surge dessa imbricação entre predição exacerbada e os dois tipos de respostas fornecidas pelo interlocutor. Apesar da série de itens lexicais atributivos, fica evidente que, mesmo que os termos estejam suprimidos, o que está em jogo é um processo relacional do tipo “X é Diferentona”,

e, para isso, se enumera, não linearmente (uma das características do contexto de produção), atributos do participante do processo relacional (você).

Em relação aos padrões de composição, no aspecto ideacional das frases interrogativas, mapeamos a presença de processos materiais (tirar, acordar e fazer), relacionais (ser, ficar e ter), comportamentais (beijar) e o predomínio do processo mental (conhecer, gostar, ver, sofrer, amar, odiar, preferir e apaixonar-se). Nas frases declarativas, mesmo que de maneira enumerativa, sem uma conexão explícita, evidencia-se, como já mencionado, um processo relacional em que são elencados diversos atributos do interactante.

Em relação ao segundo Memplexo, “Poderia ser a gente, mas você não colabora”, a construção da significação se faz pela articulação das dimensões verbal e visual em todos os textos arrolados. Quanto ao aspecto verbal, as variações também se concentram no eixo paradigmático, pois, sintaticamente, o Meme estrutura-se do mesmo modo, a saber, a partir de um complexo oracional quase sempre com o mesmo plano composicional:

Figura 2: Meme “Poderia ser a gente, mas você não colabora”



Os Cretinos

@OsCretinos

poderia ser a gente mas você
não colabora...

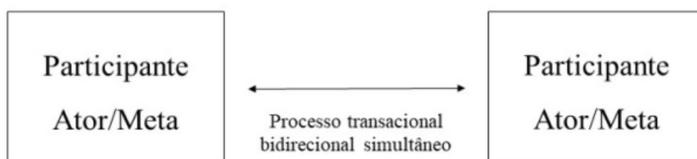


Fonte: Tecmundo

A oração introduzida pela conjunção adversativa estrutura-se em um processo material intransitivo (colaborar) e um participante (você). Todavia, a primeira oração (poderia ser a gente) apresenta, aparentemente, uma lacuna sintática, não podendo ser identificados claramente todos os componentes léxico-gramaticais da constituinte ideacional, isto é, participantes, processos e circunstâncias do sistema de transitividade. Num primeiro momento, se observado apenas o aspecto verbal, um leitor em potencial poderia ter dificuldades em compreender o estatuto semântico dessa forma textual. A primeira oração, se analisada apenas em sua imanência, poderia suscitar os seguintes questionamentos: “poderia ser a gente fazendo

o quê, de que maneira ou em que circunstâncias?”. Portanto, para garantir a ampla inteligibilidade desse Meme de Internet, precisamos avançar para além da leitura do componente verbal, e mapear também sua sintaxe visual. Nesse intuito, utilizando a representação com caixas e vetores como modelo de descrição dos processos de ação da sintaxe visual construída nas imagens, a análise e representação visual do Meme de Internet em questão, no âmbito da Metafunção Representacional, seria:

Quadro 3: Descrição funcional do Meme “Poderia ser a gente, mas você não colabora”.



Fonte: Autoria própria.

A maioria dos textos desse memplexo se estruturam a partir de processos narrativos transacionais, nos quais nos detemos para análise. A imagem representa o processo de ação sob determinadas circunstâncias e poderia ser, verbalmente, assim expressado: poderia ser a gente [dando um beijo] [intenso, engraçado, desesperado], mas você não colabora. Dessa forma, os participantes envolvidos no processo narrativo de ação que envolve o evento “beijar” são, simultaneamente, Ator e Meta, uma vez que não é possível a ocorrência de determinada ação

sem que haja um processo em que dois ao mesmo tempo empreendam a ação e sejam por ela afetados.

Ao mesmo tempo, semanticamente, o tom jocoso do texto reside justamente no aspecto circunstancial, ou melhor, na maneira inusitada (com muita voracidade e sem beleza estética) em que tal processo (beijar) acontece. O que fica notório também é que as lacunas sintáticas (processos e circunstâncias) detectadas na constituinte verbal se realizam plenamente na dimensão visual, pois o processo material e as circunstâncias suprimidas na primeira parte do período coordenado se materializam nos processos de ação e nas circunstâncias representadas na imagem, garantindo a perfeita inteligibilidade dos signos verbais e não verbais, logo a completude semântica do texto mêmico.

5. Conclusão

Num primeiro momento, os exemplos arrolados nos mostram que, aliados às imagens, os Memes de internet configuram-se a partir de uma seleção de palavras, de jogos de linguagem e, principalmente, de estruturas linguísticas que podem ser constituídas de uma ou mais orações (da cláusula única ao complexo oracional). Entretanto, a análise das configurações linguísticas, funcionalmente, deve levar em conta também as condições de produção dos textos mêmicos, uma vez que, adotando a perspectiva de Neves:

Assim como a sentença é uma unidade sintática, o texto é a unidade operacional, e a função textual não se limita simplesmente ao estabelecimento de relações entre as frases, referindo-se, antes, à organização

interna da frase, ao seu significado como mensagem, tanto em si mesma como na sua relação com o contexto (NEVES, 1994, p. 111).

Acrescenta ainda Maria de Helena de Moura Neves (1994, p. 113), em suas considerações a respeito dos parâmetros funcionais para os estudos linguísticos, que:

Na perspectiva funcionalista, porém, não se considera que uma descrição da estrutura da sentença seja suficiente para determinar o som e o significado da expressão linguística, entendendo-se que a descrição completa precisa incluir referência ao falante, ao ouvinte e a seus papéis e estatuto dentro da situação de interação determinada socioculturalmente.

Logo, tentando elaborar o estatuto da expressão linguística mêmica, é preciso pensar sua composição sintático-semântica a partir de um contexto em que a escrita, de alguma forma, divida seu espaço com a dinamicidade, informalidade e a multiplicidade semiótica próprias da Internet, especificamente, das redes de relacionamento e compartilhamento, afinal:

(...) todo processo comunicativo está sujeito a especificidades que variam, entre outros fatores, de acordo com a modalidade (escrita ou oral), o contexto, a mídia, o suporte, o nível de formalidade/informalidade, os propósitos e, conseqüentemente, com os gêneros discursivos que viabilizam as práticas discursivas. Em síntese, isto significa que precisamos estar atentos às características das práticas discursivas em contextos online (VILAÇA; ARAÚJO, 2012, p. 63).

Nesse ambiente, os Memes não escapam à velocidade e às características inerentes da interação, bem como às marcas de informalidade e à multimodalidade presentes nos textos produzidos pela cultura virtual. A composição dos textos ou fragmentos de textos dos Memes de Internet, devido ao ambiente de rede e aos fenômenos ligados à multimodalidade, pode ser elaborado a partir de constituintes mais complexos, de realizações mais perfiladas à forma de uso da gramática tradicional, mas também são compostos de frases e orações subtendidas, sintaxe fragmentada e elíptica, supressão de componentes léxico-gramaticais, todos pragmaticamente recuperáveis contextualmente e no diálogo com o elemento visual. Tais considerações encontram respaldo ao nos reportarmos ao discurso sintático não linear, entrecortado e verticalizado que permeia o memplexo “Diferentona”, bem como às lacunas no sistema de transitividade (processo e circunstâncias) do conjunto “Poderia ser a gente, mas você não colabora”.

À guisa de conclusão, basilado pelo princípio de fidelização sintática (Dawkins:1979), este estudo entende as ocorrências mêmicas a partir de modelos de realização sintática socialmente cristalizados, em que termos podem vir suprimidos, pois, pragmaticamente, tais inserções de estruturas textuais são dispensáveis. Essas lacunas sintáticas são preenchidas por fatores sociocognitivos internacionalmente constituídos, o que também justifica a abordagem funcional deste estudo. Ademais, o próprio ambiente dinâmico, veloz e informal do contexto digital tratou de conceber práticas discursivas mais objetivas, concisas, seletivas e elípticas (VILAÇA; ARAÚJO, 2012), em que as implicaturas sintáticas, em diálogo com o discurso imagético, são conservadas ao mínimo possível para garantir a inteligibilidade do processo interativo.

Logicamente, isso só se realiza por um acordo implícito de uso entre os usuários, que, acostumados aos padrões de interação e à constituinte linguística e multimodal dos Memes de Internet, inferem a partir do contexto, preenchendo as possíveis lacunas deixadas pela elisão de termos e componentes léxico-gramaticais. Embora essa constituição seja desvinculada das formas de uso da gramática tradicional, contextual e semanticamente, esses usos de linguagem se sustentam.

REFERÊNCIAS

BLACKMORE, S. *The Meme Machine*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

_____. *The Power of Memes*. Scientific American, New York, v. 283, p. 64-73, October, 2000.

CABRAL, S. R. S.; FUZER, C. *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua Portuguesa*. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2014.

DAWKINS, R. *O gene egoísta*. São Paulo: Itatiaia, 1979.

DIFERENTONA. In: Museu do Meme. Online. Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, 2011-2017. Disponível em: <http://www.museudememes.com.br/sermons/diferentona/> . Acesso em: 16 de Abril de 2017.

DUARTE, G. A. *No universo especulativo dos memes da copa: a expressão social, consumo e entretenimento na trajetória da seleção brasileira*. 4 Encontro de GTS. São Paulo: COMUNICON, 2014.

GOUVEIA, C. A. M. *Texto e Gramática: uma introdução à linguística sistêmico-funcional*. Matranga, Rio de Janeiro, v.16, n.24, jan./jun. 2009.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 2a ed. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 3a ed. Revisada por C. M. I. M. Matthiessen. London: Edward Arnold, 2004.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. 4a ed. Revisada por C. M. I. M. Matthiessen. London e New York: Routledge, 2014.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading Images: The Grammar of Visual Design*. 2nd. London: Routledge, 2006.

MEME. In: Dicionário Priberam de Língua portuguesa [online], 2008-2013. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/meme>. Acesso em: 09/05/17.

NEVES, M. H. M. *Uma visão geral da gramática funcional*. São Paulo: Alfa, 38: 109-127, 1994.

NOVELLINO, M. O. *Fotografias em livro didático de inglês como língua estrangeira: Análise de suas funções e significados*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2007.

PAYÃO, F. *Memetrospectiva: os melhores memes das redes sociais brasileiras em 2016*. Tecmundo. Cultura Geek, 16 de dezembro. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/memes/112803-memetrospectiva-melhores-memes-redes-sociais-brasileiras-2016.htm>. Acesso em: 16 abril de 2017.

PODIA SER A GENTE, MAS. In: Museu do Meme. Online. Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, 2011-2017. Disponível em: <http://www.museudememes.com.br/sermons/podia-ser-gente-mas/> . Acesso em: 16 de abril de 2017.

RECUERO, R. C. *Memes em weblogs: proposta de uma taxonomia. Conexões nas Redes Midiáticas. Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 32, p. 23-31, abr. 2007.

SANTOS, Z. B. *A Linguística sistêmico-funcional: algumas considerações. SOLETRAS – Revista do Departamento de Letras da FFP/UERJ, número 28, jul.-dez 2014.*

SILVA, S. L. Explorações da linguagem na aula de comunicação: o chat educacional. In: RIBEIRO, A. E. et al (orgs.) *Linguagem, Tecnologia e Educação*. Minas Gerais: Peirópolis, 2010.

SOUZA, C. F. *Memes: formações discursivas que ecoam no ciberespaço VÉRTICES*, Campos dos Goytacazes/RJ, v.15, n. 1, p. 127-148, jan.-abr. 2013.

VILAÇA, M. L. C.; ARAÚJO, E. V. F. *Questões de comunicação na era digital: tecnologia, cibercultura e linguagem. E-escrita/Revista do Curso de Letras da UNIABEU Nilópolis, v.3, Número 2, mai.-ago. 2012.*

Mudança linguística: o item linguístico *feito* em função de conector comparativo e os princípios de Hopper (1991)

Linguistic change: the linguistic item *feito* in function of the comparative connector and the principles of Hopper (1991)

Aymmée Silveira Santos¹
Camilo Rosa Silva²

Resumo

Durante o processo de mudança linguística, os falantes utilizam mecanismos e princípios que colaboram para que haja a gramaticalização. Este fenômeno possibilita que itens ou construções linguísticas passem de uma categoria lexical para gramatical ou, de uma categoria menos gramatical para mais gramatical. Levando em consideração que o item *feito* vem passando por um processo de gramaticalização ao exercer, dentre outras funções, a de conector comparativo, o presente estudo objetiva analisar o comportamento do item *feito* com a função supramencionada ancorado aos princípios desenvolvidos por Hopper (1991). Para isso, foram selecionados recortes de

1 Mestra em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, email: aymmeesst@gmail.com

2 Doutor em Letras, Professor do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, email: camilorosa@gmail.com.

entrevistas disponibilizadas pelo Projeto Variação Linguística – VALPB (1993), em que os informantes fazem uso de *feito* com a função de conector comparativo. Os aportes teóricos utilizados durante o trabalho foram, dentre outros autores, Hopper (1991), Castilho (2010) e Martelotta (2011). Os resultados demonstraram que, através dos princípios desenvolvidos por Hopper (1991), podemos melhor compreender o processo de gramaticalização do item, embora tenhamos verificado que a conseqüente cristalização de *feito* em função de conector comparativo não nos deixou perceptível o princípio de persistência, em que, ao passar de lexical para gramatical, alguns traços do sentido original do item linguístico tendem a permanecer ativos.

Palavras-chave: Funcionalismo. Gramaticalização. Feito.

Abstract

During the linguistic change process, the speakers are using mechanisms and principles that contribute to the grammaticalization phenomenon. This phenomenon makes it possible for items or linguistic constructions to move from a lexical to a grammatical category or even from a less grammatical to a grammatical category. Considering that the item *feito* has been undergoing a grammaticalization process, by performing, among other functions, as a comparative connector, this study aims at analyzing the item's behavior with the above-mentioned function, anchored in the principles developed by Hopper (1991). For this, it was selected parts of interviews provided by the 'Projeto Variação Linguística – VALPB (1993)' (Linguistics Variation Project - VALPB from 1993), in which the participants

use the item *feito* as a comparative connector. Contributions from Hopper (1991), Castilho (2010), Martelotta (2011), among others, were used during this research. Results showed that, through the principles developed by Hopper (1991), we can better understand the grammaticalization process of the item *feito*, although it was verified the consequent crystallization of the *feito* as a comparative connector function did not leave us to percept the ‘persistence principle’, when perpassing from lexical to grammatical, some characteristics of the original meaning of the linguistic item tend to remain active.

Keywords: Functional linguistics. Grammaticalization. Item *feito*.

1. Introdução

Desde o surgimento e o desenvolvimento de estudos da Linguística Funcionalista, sabe-se que gramática e discurso³ não são entidades isoladas. Esses dois domínios do universo linguístico existem em função das necessidades de interação entre os indivíduos, com vistas a materializar o processo comunicacional, tornando-o produtivo e eficaz.

Um dos fenômenos que tornam o processo comunicacional mais produtivo é o de *gramaticalização*, pois possibilita aos usuários da língua a construção de novas funções ou sentidos no discurso, a partir da mudança sintático-semântica de um item ou construção linguística. A *gramaticalização* é inicialmente

3 Para Oliveira e Votre (2009) o conceito de discurso, modernamente, faz referência “às estratégias criativas dos usuários na organização de sua produção linguística aos modos individuais com que cada membro da comunidade elabora suas formas de expressão”.

descrita como o fenômeno pelo qual palavras de valor lexical, representando ações do mundo, tornam-se instrumentos gramaticais (HOPPER e TRAUGOTT, 1993).

Nesse contexto e amparado ao fenômeno da gramaticalização, o presente trabalho tem como objetivo geral de descrever o comportamento do item *feito* em contexto oral relativamente monitorado, enfatizando seu funcionamento como conector comparativo, através dos princípios desenvolvidos por Hopper (1991). Daí, desdobram-se os seguintes objetivos específicos: i) demonstrar o comportamento de *feito* com função de conector comparativo em contextos orais e relativamente monitorados de uso, nos quais os falantes verbalizam informações comparativas em suas elocuições e, ii) verificar o fenômeno de gramaticalização de *feito* com função de conector comparativo ancorado aos princípios de Hopper (1991).

O *corpus* VALPB – Projeto Variação Linguística do Estado da Paraíba, cujos dados servem à análise, é constituído por entrevistas. Nesse *corpus*, foram selecionadas entrevistas coletadas de falantes originários de João Pessoa – Paraíba, abrangendo um total de 48 (quarenta e oito) informantes.

A temática ora enfocada se faz relevante ao verificarmos que há poucos estudos sobre gramaticalização do item *feito*. Os estudos até então desenvolvidos sobre o item advêm de regiões do Sudeste do país⁴, o que torna oportuno se fazer uma análise do comportamento local deste item, para se identificar se os falantes de João Pessoa (região onde não há identificação de registro de pesquisas sobre *feito*) também fazem uso de *feito* com

4 Lima-Hernandes (2005), em sua tese de doutorado, evidenciou o fenômeno de gramaticalização do item *feito* em algumas revistas de circulação nacional. A autora identificou tanto a função tradicional de substantivo, como também funções exemplificativas e comparativas-aproximativas.

função de conector comparativo, demonstrando (ou não) a manifestação do processo de gramaticalização do item nesta região do país. Além disso, é interessante analisarmos, de maneira mais detida, o comportamento do item *feito* com a função de conector comparativo através dos princípios de Hopper (1991), que colaboram para uma melhor compreensão da mudança linguística.

Este trabalho organiza-se em três seções. A primeira seção discorre sobre o funcionalismo norte-americano e as concepções de gramática/gramaticalização provenientes desta perspectiva teórica. A segunda seção explana algumas considerações acerca dos princípios de mudança linguística desenvolvidos por Hopper (1991). Por fim, a terceira seção é dedicada à análise do item *feito* no *corpus* VALPB, contemplando o seu comportamento com a função de conector comparativo à luz dos princípios de Hopper (1991).

2. O funcionalismo norte-americano: gramática e gramaticalização

Considerando o indivíduo o elemento central para as discussões linguísticas, o Funcionalismo Norte-americano surge nos Estados Unidos, a partir da década de 1970, dando destaque para o trabalho de linguistas como Sandra Thompson, Paul Hopper e Talmy Givón. O funcionalismo leva em conta que a sintaxe de uma língua possui estruturas em constante mutação, originadas do discurso e das estratégias de organização das informações elaboradas pelos falantes durante a atividade comunicativa. Nesse sentido, a contextualização da língua na situação interacional a que as estruturas se correlacionam também confere grande relevância à pragmática.

Conforme destaca Pezatti (2004), o paradigma funcional, ao conceber a linguagem como instrumento de comunicação e interação social, tem como objeto de estudo o seu uso real:

O princípio de que toda a explicação linguística deve ser buscada na relação entre linguagem e uso, ou na linguagem em uso no contexto social, torna obrigatória a tarefa de explicar o fenômeno linguístico com base nas relações que, no contexto sócio-interacional, contraem falante, ouvinte e a pressuposta informação pragmática entre ambos. (p. 168)

Vemos, assim, que o uso das expressões linguísticas na interação verbal é fundamental aos estudos do funcionalismo, pois é nela que se estabelecem as relações comunicativas entre os sujeitos, sendo resultado dos seus propósitos e intenções no momento da enunciação. Logo, as expressões linguísticas só serão compreendidas quando estão funcionando no contexto. Estudiosos como Givón (1979) e Hopper (1993) defendem que esse dinamismo da língua é explicado pelo seu uso diário, manifestando repetições de experiências passadas. Tais experiências contribuem para incrementar a regularização e a sistematização de formas e funções, e com o ajuste de formas gramaticais para buscar a convergência entre a emissão pelo falante e a interpretação do ouvinte.

Neste viés funcionalista, surge a noção de *gramática emergente*, desenvolvida por Hopper (1993), entendida como uma gramática passível de mudança e substancialmente afetada por seu uso constante, em que novas estruturas gramaticais se desenvolvem. De acordo com Givón (2012), a língua não pode ser descrita como um sistema autônomo, uma vez que a gramática não é um sistema de conhecimento estável, mas é continuamente constituído.

A noção de gramática adotada pela corrente funcionalista é a de sistema adaptativo, estando em constante reformulação num processo nunca totalmente completado. Gramática, portanto, não se desmembra de discurso, uma vez que ambos interferem um no outro a partir dos usos que os falantes fazem das estruturas linguísticas, quando novas estruturas vão surgindo nas interações diversas.

O fenômeno denominado *gramaticalização*, por sua vez, teve seu desenvolvimento de maneira mais expressiva na Linguística Funcionalista norte- americana, durante os anos de 1970. Essa abordagem estuda as mudanças linguísticas, considerando o(s) objetivo(s) da interação durante a atividade comunicativa, os participantes e o contexto discursivo.

Neves (2002) afirma que a gramaticalização, no campo da Linguística Funcionalista, se preocupa com a função como centro condutor da reflexão, entendendo função como a união entre o estrutural e o funcional, e não apenas como uma entidade sintática. Assim, as diversas funções dos itens e suas diferentes significações no enunciado estão em consonância com a eficiência da comunicação entre os usuários de uma língua.

Conforme os estudos de Martelotta (2011), é através da gramaticalização que os falantes fazem o uso de certas palavras em contextos que não são os seus de origem, criando novas expressões ou adotando novos sentidos para expressões já existentes, com vistas a tornar mais eficiente e eficaz o processo comunicacional. Ao longo do tempo, uma nova construção gramatical resultante pode continuar a receber novas funções gramaticais e, nesse sentido, a mudança, conforme defendem os funcionalistas, tenderá sempre a se desenvolver de uma função mais concreta para outra mais abstrata.

3. Princípios e mecanismos funcionalistas

De acordo com Hopper (1991), a gradação de abstraticidade por que passa o processo de mudança linguística envolve a relação entre aspectos sincrônicos e diacrônicos com processos pragmático-discursivos. Isso ocorre porque, segundo o estudioso, a realização da fala é manifestada a partir dos propósitos comunicativos do falante, com a expressão de ideias novas para representar conceitos concretos e conhecidos, o que visa à facilitação da compreensão do ouvinte. Nesse sentido, o linguista propõe cinco princípios que conduzem a gramaticalização, e que são aplicáveis a qualquer processo de mudança linguística.

O princípio denominado *estratificação* ocorre quando novas camadas emergem continuamente dentro de um domínio funcional e, quando isso acontece, as camadas velhas não são necessariamente descartadas, mas podem coexistir e interagir com camadas novas. Em outras palavras, a *estratificação* é a competição entre diversas formas, decorrente da inserção de elementos que antes pertenciam a uma categoria em uma nova categoria, esta que já possuía elementos os quais tenderão a desaparecer por serem mais desgastados que os recentemente inseridos. Para melhor esclarecer, o item *agora*, classificado pelas Gramáticas Tradicionais como um advérbio de tempo, atualmente vem exercendo função de conector adversativo, passando a competir com outros conectores adversativos da GT, a exemplo do *mas*, *porém*, *contudo* etc.

A competição entre diversas formas gerada pela *estratificação* se aproxima do que Martelotta (2011) denomina de *mecanismo de extensão ou generalização de contextos*, uma vez que abarca aspectos de natureza sociolinguística, discursivo-pragmática e semântica, que dão ênfase à habilidade que o falante

possui de utilizar palavras já existentes na língua para criar novos significados e, assim, essas palavras com seus novos significados irão competir com as palavras que já existiam associadas a esses significados.

Para Heine e Kuteva (2007), é a extensão que geralmente dá início ao processo de gramaticalização. Segundo eles, dentre os mecanismos de gramaticalização, a extensão é o mais complexo por apresentar componentes sociolinguísticos, pragmático-textuais e semânticos. Os componentes sociolinguísticos advêm da proposição de um novo uso por um falante de uma forma ou construção já existente. Tal uso, posteriormente, é adotado por outros falantes, difundindo-se por toda uma comunidade de fala. O componente pragmático-textual está relacionado com a extensão de um contexto usual para um novo contexto, e o componente semântico leva a forma linguística de um sentido já existente para outro sentido que é evocado pelo novo contexto.

O segundo princípio apresentado por Hopper (1991) é a *divergência*, que ocorre quando uma forma lexical se gramaticaliza e sua forma lexical original permanece suscetível a sofrer as mesmas mudanças que os itens lexicais comuns. Tal ocorrência traz como resultado o surgimento de múltiplas formas de mesma etimologia sem que desapareçam, mas que divergem funcionalmente. Assim, o item fonte-originário, possuindo sua função asseguradamente semântica e menos gramatical, pode gerar novos itens e novos processos de gramaticalização. Exemplificando com o item *agora*, já mencionado no primeiro princípio, apesar de funcionar atualmente como conector adversativo, o item não deixou de funcionar como advérbio de tempo.

O princípio da *especialização*, por sua vez, é percebido quando dentro de um domínio funcional, em um determinado

estágio, é possível coexistir uma variedade de formas com pequenas diferenças semânticas. Na gramaticalização, a possibilidade de escolha diminui, e um número menor de formas assume sentidos gramaticais mais gerais, já que passam a ser utilizadas em contextos específicos, diferente dos contextos em que passam a ser utilizadas as formas concorrentes. Esse princípio converge com a noção de obrigatoriedade e fixidez inerente à gramaticalização. Por exemplo, do ponto de vista diacrônico, a antiga forma temporal *em boa hora* foi cada vez mais sendo utilizada, dando espaço para a forma atual *embora*, atualmente utilizada com sentido concessivo e, conseqüentemente, a sua primeira forma foi perdendo espaço, mesmo que ainda seja utilizada na língua portuguesa, como vemos, por exemplo, na sentença “Você chegou *em boa hora*, vamos almoçar?”.

A *persistência*, quarto princípio apresentado por Hopper (1991), ocorre quando uma forma sofre gramaticalização, passando de lexical a gramatical, mas alguns traços de seu sentido original tendem a permanecer ativos, e detalhes da sua história lexical podem se refletir no condicionamento da sua distribuição gramatical. Na nova função adquirida, a gramatical, a permanência de traços de sua função original reflete no sentido gramatical da forma, podendo, por exemplo, a forma assumir várias posições na sentença, havendo, portanto, uma flutuação estrutural. Como exemplo desse princípio, o item *então* com função conclusiva sofre flutuação, já que pode ser utilizado tanto ao final da sentença, quanto em seu início, sem alterar o seu sentido.

A perda de parte do sentido original de um elemento é denominada por Martelotta (2011) *dessemantização*, pois o elemento passa a ser utilizado em novos contextos, perdendo sua “expressividade”, e adquirindo funções de natureza

pragmático-discursiva. Associada a esse processo, uma motivação recorrente dos falantes na criação de novas expressões está no fato de que há uma necessidade da utilização de formas linguísticas com sentido mais concreto para expressar novos significados de caráter mais abstrato.

Para Heine e Kuteva (2007), a dessemantização ocorre como consequência imediata da extensão e pode ser basicamente entendida como a perda de conteúdo semântico. Ocorre, quando uma expressão linguística E é usada em um novo contexto C, a perda de parte de seu significado que é incompatível com C é requerida. Tanto para Martelotta (2011) quanto para estes estudiosos, os processos metafóricos, a serem discutidos na próxima seção, geralmente, são responsáveis por ocasionarem a dessemantização.

Por fim, o princípio da *decategorização* acontece quando a partir da gramaticalização de uma forma, esta perde ou neutraliza as marcas de categorias plenas (nome e verbo) e passa a assumir características de categorias secundárias, como participípio, conjunções etc., havendo a migração de uma categoria menos gramatical para outra, mais gramatical. Esse princípio também é levado em conta por Martelotta (2011), explicado como um mecanismo que constitui uma mudança de classe gramatical, isto é, um item linguístico, ao mudar de sua categoria original para outra, aos poucos, vai se fixando na língua novamente, deixando de ser uma categoria livre. A passagem de *em boa hora* para *embora*, já mencionada anteriormente, demonstra este princípio.

Heine e Kuteva (2007) ressaltam que quanto mais iniciante for o processo de mudança na decategorização, menor será a quantidade de perda categorial da forma. A decategorização tende a ser acompanhada pela perda gradual da independência

morfológica e sintática da forma linguística. De acordo com os autores, nomes que passam pelo processo de decategorização, por exemplo, tendem a perder distinções morfológicas de número, gênero, caso; a habilidade de se combinarem com adjetivos e determinantes; a liberdade sintática característica dos substantivos lexicais; a habilidade de atuarem como unidades referenciais do discurso. Sendo assim, a decategorização de uma forma linguística não se dá de uma hora para outra, mas leva um determinado tempo para ser concretizada.

Quanto à erosão, Heine e Kuteva (2007) asseveram que o componente constitui-se da perda de substância fonética por parte de uma forma linguística em processo de gramaticalização, mas que este não é componente obrigatório do processo, podendo haver casos em que este não alcança tal estágio. Os autores apresentam dois tipos de erosão, a erosão morfológica, que envolve unidades morfológicas inteiras, e a erosão fonética, que se restringe à perda de unidade fonética. Vale ressaltar que, em muitos casos, as formas linguísticas que sofrem erosão envolvem tanto erosão morfológica quanto fonética.

Para melhor adentrarmos no estudo da gramaticalização de *feito*, na próxima seção, passaremos a analisar o comportamento do item *feito* com a função de conector comparativo ancorado aos princípios desenvolvidos por Hopper (1991).

4. O item *feito* com a função de conector comparativo e os princípios de Hopper (1991)

Com base em recortes de entrevistas disponibilizadas pelo Projeto Variação Linguística – VALPB, analisaremos o comportamento do item *feito* ancorado aos princípios desenvolvidos por Hopper (1991). Antes disso, julgamos relevante apresentar como o item em questão é tratado por lexicógrafos, com vistas a observar a categoria original da qual faz parte. Para isso, selecionamos o dicionário Houaiss (2001) e Aurélio (2000), por serem no Brasil, provavelmente, os compêndios mais utilizados por usuários em geral. Os dicionários apresentaram os seguintes significados:

¹feito (fei.to) s.m. 1. Ato de fazer ou aquilo que se fez. 2. Ato de heroísmo; façanha <os heróis e seus f.>. 3. Propósito, objetivo, intento <nosso f.é ser feliz> origem do latim factum; feito, ação, façanha

²feito (fei.to) adj. 1. que se treinou; adestrado <espírito f. nas lutas políticas> 2. Amadurecido, maduro <um homem f. > 3. Pronto para ser utilizado ou consumido <prato f.> 4. REL. iniciado (no candomblé, umbanda e seitas afins) 5. Conj. Comp. Como, tal qual <trabalha f. burro de carga> ORIGEM do lat. Factus a um ‘feito, executado, criado, produzido bem f. expressa satisfação com uma penalização, um insucesso, um mal, contra-tempo, ou suas consequências, sofridos por alguém que realizou algo que se julga errado, perigoso ou insensato <zero? Bem f., não estudou!> (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2001)

fei.to¹ sm 1. V. fato¹ (1). 2. Ato (1). 3. Ato heroico; façanha (1).

fei.to² adj. 1. Afeito. 2. Adulto. 3. Decidido, resolvido. 4. Constituído, formado. 5. Pronto para ser usado ou consumido. (Dicionário Aurélio, 2000)

Nos dois dicionários, vê-se que o item *feito* pode ser definido como um ato heroico, e, nesse contexto, sendo classificado como um substantivo masculino. Ao mesmo tempo, o dicionário *Aurélio* adiciona que a definição desse item como um ato também pode ser classificada em verbo. Nesse caso, um ato que ocorreu no passado, funcionando como particípio passado do verbo *fazer*, por exemplo, em *tinha feito*.

Quanto ao funcionamento de *feito* como um adjetivo, os dicionários classificam o item de modo a significar algo *constituído*, *acabado* ou *pronto para ser consumido*. Vale destacar que os dicionários *Aurélio* e *Houaiss* apresentam uma definição que funciona como adjetivo, mas que ao mesmo tempo se aproxima de uma expressão popular, pois quando dizemos, por exemplo, *homem feito*, estamos enfatizando que trata-se de um homem *adulto*.

O dicionário *Houaiss* também apresenta *feito* atrelado à expressão *bem-feito*, que é utilizada para demonstrar satisfação em relação a algo negativo e uma expressão religiosa, oriunda da umbanda.

Por fim, o *Houaiss* traz a classificação de *feito* como conjunção comparativa, enfoque de nosso estudo. Isso demonstra uma adaptabilidade ao uso corrente da língua, atentando para os usos informais, além de comprovar que o significado do item com essa função já está sendo aceito pelo dicionário e poderá vir a ser aceito por outros dicionários e também pelas gramáticas.

Passemos, agora, à análise de *feito* no corpus VALPB. A ocorrência (01), a seguir, ilustra o *feito* com função de conector comparativo:

01. Aí mãe disse: “Tu: aí avisou, né? Fosse avisar a Deman que o menino nasceu, que é uma menina e que Vânia tá bem, a menina tá bem, fosse?” Saiu **feito** louco foi pro bairro do Novais, pensanøo que ele tava lá, mays ele tava na casa do pai. Tava chovenøo tanto, tanto nesse dia, menina, que eu num sei como eu. Sei não visse, tava chovendo demais.

Na ocorrência (01), observamos que durante a narração de como foi o dia do seu parto, a informante utiliza o *feito* para expressar a aflição do irmão no momento em que está procurando o marido para avisar que o bebê já havia nascido. Sendo assim, o irmão da informante saiu “feito louco” até o bairro dos Novais e, ao ver que o marido da irmã não estava lá, foi até a casa do pai do marido da informante para dar o aviso. O termo *louco* auxilia na ideia de aflição do irmão que a informante quis demonstrar e o item *feito* funciona como um conector que compara o sentimento do irmão a algo que de algum modo está fora do que se considera normal a um louco.

Com base nesse primeiro dado, observamos que o termo *feito*, ao atuar como conector comparativo, sofre uma mudança de categoria lexical, autônoma e com bastante expressividade semântica, pois antes funcionava apenas, conforme pudemos ver nos dicionários, como adjetivo, substantivo ou verbo no particípio, para uma categoria gramatical, mais dependente dos outros elementos presentes na sentença, sendo constituída de um valor textual e discursivo mais forte. Ou seja, há uma transição

semântica do item *feito* através da trajetória léxico> sintaxe> texto, passando de sentido mais concreto para mais abstrato.

Essa transição semântica, em que *feito* passa a se enquadrar em uma categoria mais gramatical, atuando no nível sintático-semântico como um conector comparativo, também pode ser verificada em outras ocorrências, conforme vemos a seguir:

02. I* Logo quando fiquei maióø um pouco assim, comparação, olhe primeiro uma coisa, até dezessete anoø, <a gente> eu ainda não tive essa liberdade todinha que eu queria teø, não tive. A gente queria i:ø pro cinema, a gente não podia + i:ø uma praia, a gente também não podia + Aí, eu vim conheceø um cinema, depois de dezessete anoø foi que eu vim conheceø um cinema, puøque ele não deøxava i:ø, ele queria prendeø a gente de casa **feito** umas (risos) mocinhaø. Aí não dá. Eu tive raiva e saí dentøo de casa, com dezessete anoø eu saí de dentøo de casa.

Na ocorrência (02), o entrevistado faz uso do termo *feito* ao relembrar fatos de sua infância relacionados à maneira como o pai o tratava quando pequeno. Ao mencionar que aos dezessete anos saiu de casa, o informante explica que durante a sua infância o pai o prendia e a seus demais irmãos dentro de casa e os impedia de fazer coisas que meninos com a mesma faixa-etária deles, normalmente, poderiam fazer, como ir ao cinema ou ir à praia. Nesse contexto, o informante faz uso de *feito* para comparar a forma de seu pai o tratar à forma que moças são tratadas pelos pais, sem a mesma liberdade que os rapazes possuem, já que a ideia de que as meninas precisam de mais zelo e cuidado em relação aos meninos é geralmente ainda considerada normal em nossa sociedade.

Observemos o princípio de *estratificação* proposto por Hopper na ocorrência (03), a seguir:

03. I* Eu não. Até pouco tempo se pensava que o jovem tinha medo da morte, mais nós não temos medo da morte, queremos é viver muito, enquanto a morte não chega, e ficar **feito** como Raul Seixas disse, né? Ficar sentado, com a boca cheia de dente esperando a morte chegar, não é boa, nós temos que viver.

Em (03), o item *feito* é utilizado no momento em que o informante manifesta a opinião de que todos nós devemos viver e não esperar a morte chegar. Desse modo, o *feito* utilizado funciona como um conector que compara o modo como não devemos nos comportar (o de esperar a morte chegar), ao que consta na composição musical do cantor Raul Seixas intitulada “Ouro de Tolo”, em que se diz “Eu que não me sento/No trono de um apartamento/Com a boca escancarada cheia de dentes / Esperando a morte chegar”.

Com base nos dados evidenciados na ocorrência, podemos verificar o princípio de *estratificação*, proposto por Hopper (1991), já que uma nova camada (*feito*) emergiu dentro do domínio funcional das conjunções comparativas, mas as camadas velhas, ou seja, as conjunções comparativas que já existiam na língua, como sabemos, não foram descartadas, coexistindo com a camada nova. Essa coexistência fica ainda mais evidente na ocorrência, pois o informante parece ter utilizado o *feito* comparativo de modo não-planejado e, logo em seguida, utiliza a conjunção comparativa *como*, provavelmente, por ser mais aceita na língua portuguesa culta.

Através dos dados expostos, também verificamos que houve o que Martelotta (2011) define como *mecanismo de extensão ou generalização de contextos*, pois o falante criou um novo significado, com função de conjunção comparativa, através da utilização de uma palavra já existente na língua, o *feito*. O termo, com este novo significado, passa, então, a competir com itens que já existiam associados a esses significados, as conjunções comparativas tradicionais.

A partir da ocorrência (04), a seguir, podemos identificar o princípio da *divergência* proposto por Hopper (1991):

04. I* Eu gosto do do filme que eu disse que era destrutivo. Eu gosto de filme de violência. Por incrível que pareça, eu eu acho que o filme de violência é aquele que mais me atrai, aquele que eu mais fico fixo lá na tela, é aquele que eu fico paranø, parado lá. Paro, olhanø assim, **feito** um abobalhado, olhanø um cara i:ø e matáø o ôøtro, o cara i:ø e esfaquiáø o ôøtro cara e jogáø ácido em ôøtro.

Na ocorrência (04), o *feito* é utilizado no momento em que o informante compara a sua reação ao ver as cenas de filmes de violência ao ato de se tornar bobo. Tal comparação é feita para enfatizar a sua preferência e atração por filmes desse gênero, o que faz com que seu semblante e modo de assistir ao filme, segundo o próprio informante, faça-o parecer um bobo.

Com base nos dados expostos em (04), verificamos o princípio da *divergência*, uma vez que a forma lexical *feito* se gramaticaliza e, mesmo assim, seu uso lexical permanece autônomo, resultando no surgimento de múltiplas formas de mesma etimologia que convivem numa mesma sincronia, embora divirjam funcionalmente. Logo, as funções substantivas,

adjetivas e verbais de *feito*, convivem com a função conectiva comparativa numa mesma sincronia, embora possuam diferentes funções sintático-semânticas.

A ocorrência (05), a seguir, ilustra o princípio de *decategorização*, por Hopper (1991) defendido:

05. I* (...) *Olhe, eu num me dou em casa assim é lajeada.
*Agora, aqueles pobreø ali, né? *(gaguejo) o povo devia ser mais humano, sabe? Porque o rico {inint} o rico (hes) róøba televisor, é num sei o que, e aquele pobre fica ali **feito** um uns bichoø.

Na ocorrência (05), a entrevistada, ao opinar sobre o tratamento desumano que é dado às pessoas mais pobres quando comparado ao tratamento dado aos mais ricos, mesmo aqueles que cometem algum ato de roubo, utiliza o *feito* com função conectiva. Essa função é expressa no momento em que a informante compara o tratamento que é dado ao pobre ao tratamento dado a bichos que não têm donos.

Tal ocorrência demonstra a neutralização das marcas de *feito* como categoria plena e passa a assumir características de categoria secundária, de conjunções, havendo a migração de uma categoria menos gramatical para outra, mais gramatical. Esse fenômeno é denominado por Hopper (1991) de *decategorização*, que ocorre a partir da gramaticalização, embora os sentidos de *feito* (substantivo, adjetivo e verbo) não tenham desaparecido, conforme vimos através do princípio de *divergência* em ocorrência anterior.

Em (06), observamos que há uma semelhança de uso com o que foi evidenciado na ocorrência (01), já analisada:

06. I* Mulher, + olha, era tão boa, num sabe? Minha vida era tão boa:, que eu me arrependo tanto, tanto tanto de teø deixado aquilo ali, sabe? Porque se num fosse aquela chefe:, aquela aquela imbecil que aquela aquela mulher é, sabe? Uma grossa, se num fosse ela ainda hoje eu tava lá, porque minha vida era maravilhosa quando eu trabalhava. + Apesar dos conflitoø, né? Que eu tinha a as meninaø, eu às vezes, as meninaø adoeciaø e eu ficava **feito** louca no trabalho pensanøo nelas duas e, sabenøo que tava danøo trabalho aos outroø, que num podia fazer nada e chegava em casa tinha que fazer tudo, mays eu fazia tudo com tanto gosto num sabe? Eu nem ligava, eu num num. + Acho que num sentia nem cansaço, + naquele tempo, + sentia nem cansaço, era bom demais.

Na ocorrência (06), vemos a utilização de *feito* comparativo juntamente ao adjetivo *louca*, assim como vimos em (01). A informante relembra como era no tempo em que trabalhava em determinado lugar. Segundo a informante, o trabalho era muito bom, mas a sua chefe não a tratava bem, além disso, quando suas filhas adoeciam, ela ficava no ambiente de trabalho preocupada com elas. Nesse contexto, a informante, assim como ocorreu em (01), utiliza o termo *louca* para enfatizar a ideia de aflição durante o tempo em que tinha que estar no trabalho sem poder estar com as filhas. O item *feito* funciona como um conector que compara o sentimento da informante a algo que de algum modo está fora do que se considera racional, pois a sua emoção prevalece diante da situação em que se encontrava.

Não apenas essa ocorrência, mas todas as que estão sendo analisadas ratificam a ideia de unidirecionalidade defendida por diversos autores, segundo a qual, no processo de gramaticalização, a mudança tenderá a se desenvolver de

um conteúdo mais concreto para outro mais abstrato, já que o *feito* com função de conectivo é mais abstrato em relação ao *feito* com função adjetiva, substantiva ou verbal. Também, percebe-se que, conforme Hopper (1991) assevera em seu princípio de *estratificação*, o item *feito* com função conectiva comparativa tenderá a ser utilizado em contextos cada vez mais específicos, deixando clara a sua função gramatical ao conectar orações de modo comparativo.

Podemos discutir acerca do princípio da *persistência*, proposto por Hopper (1991), no processo de gramaticalização do item linguístico *feito*, analisado com base na ocorrência (07), a seguir:

07. I* Lá, comø é que se diø, lá é um negóçøo bem grande, **feito** um sítio, uma føoresta, acho bem pra gravaø alguma coisa, filmaø alguma coisa, feito uma praça também, um bucado de banco pros pessoal se sentaø, conversanøo.

A ocorrência (07) demonstra mais uma utilização de *feito* com função de conector comparativo. O informante faz essa utilização ao desenvolver a descrição de um local e compará-lo a um sítio, devido à extensão de seu tamanho.

Através dessa ocorrência, podemos discutir sobre o princípio da *persistência*. Conforme Hopper (1991), um item, ao passar de lexical a gramatical, tende a permanecer com traços de seu sentido original.

No entanto, com base em (07), podemos perceber que essa relação não fica evidente, pois não conseguimos observar uma relação entre o *feito* em função de conector comparativo e suas funções lexicais de adjetivo, substantivo ou verbo, uma vez que nenhum destes deixa uma noção clara de igualdade,

superioridade e inferioridade, muito embora, ao fazermos a substituição de *feito* por alguma conjunção comparativa sem que haja alterações sintático-semânticas, é possível fazê-la apenas com conjunções que são classificadas tradicionalmente como comparativas de igualdade.

Ao mesmo tempo, outra consequência do princípio de *persistência* é o fato de que na nova função adquirida, a gramatical, de acordo com Givón (1979), o item, ao ser utilizado com determinada forma e função, vai se tornando cada vez mais regular e se fixando na língua.

Devido a essa cristalização, não é possível haver, por exemplo, ocorrência de inversões de elementos, como fica evidente em (07), já que não é possível movermos o elemento *feito* para outra posição na sentença. Se fizermos isso, a sentença passa a não ter mais o sentido desejado ou fica em desacordo com a sintaxe da língua portuguesa: “(...) um negócio bem grande, um *feito* sítio”; “(...) um negócio bem grande, um sítio *feito*”. Através dessas inversões, vemos que a primeira ocorrência não é comum na sintaxe da língua portuguesa, já a segunda, apesar de comum, apresenta um sentido diferente do original, pois passa a funcionar como verbo, “um sítio que foi feito”.

Com base nisso, o que se observa é o fato de que, apesar de sabermos que, segundo o princípio da iconicidade, defendido pelos funcionalistas, não ocorre uma invenção arbitrária de sequências novas de sons, no processo de gramaticalização de *feito* com função conectiva comparativa, a motivação icônica existente se perdeu no decorrer da mudança semântica. É perceptível que o item *feito* se distanciou de suas origens, não sendo possível identificarmos uma correlação natural entre forma e função (expressão e conteúdo), o que gerou uma opacidade e aparência de arbitrariedade.

5. Considerações finais

O presente estudo evidenciou, no que diz respeito ao uso de *feito* com função de conector comparativo, que o item vem sendo utilizado não somente em contextos orais informais de uso do português brasileiro, mas também está presente em contextos mais formais, a exemplo das entrevistas que foram objeto de análise.

Apesar de os falantes do português brasileiro fazerem uso do item em questão com sua função morfossintática de origem inserida na categoria lexical identificada nos dicionários, foi justamente o uso constante e criativo do item pelos falantes que o fez adquirir funções gramaticais com vistas a uma maior produtividade e eficácia da comunicação, tornando-o mais abstrato.

A gramaticalização deste item ainda pôde ser comprovada através de seu enquadramento aos princípios elencados por Hopper (1991), funcionando de modo eficiente na atividade comunicacional. Os resultados demonstraram que, a partir destes princípios, podemos melhor compreender o processo de gramaticalização do item *feito*, embora tenhamos verificado que a consequente cristalização de *feito* em função de conector comparativo não nos deixou perceptível o princípio de persistência, em que, ao passar de lexical para gramatical, alguns traços do sentido original do item linguístico tendem a permanecer ativos.

Como havíamos enfatizado em nossa introdução, os estudos até então desenvolvidos sobre o item *feito* advinham de regiões do Sudeste do país, o que tornava oportuno se fazer uma análise e registro do comportamento deste item na cidade de João Pessoa, Paraíba. Nesse sentido, nossa pesquisa pôde contribuir com uma análise do comportamento local do item *feito*, através da qual identificamos que os falantes de João Pessoa demonstraram a manifestação do processo de gramaticalização do referido item em suas falas.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio*. 4.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

GIVÓN, Talmy. *A compreensão da gramática*. São Paulo: Cortez; Natal, Rio Grande do Norte: EDUFRN, 2012. Tradução: CUNHA, Maria Angélica Furtado da; MARTELOTTA, Mário Eduardo; ALBANI, Filipe.

_____. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.

HEINE, Bernd; KUTEVA, Tania. *The Genesis of Grammar: A Reconstruction*. Inglaterra: Oxford University Press, 2007.

HOUAISS, Antonio.; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOPPER, Paul J. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs & HEINE, Bernd (eds.) *Approaches to grammaticalization*. v. 1: Focus on theoretical and methodological issues. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1991.

HOPPER, Paul. TRAUGOTT, Elizabeth C. *Grammaticalization*. Cambridge: University Press, 1993.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Mudança Linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, Maria Helena Moura. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: UNESP, 2002.

PEZATTI, Erotilde Goreti. O funcionalismo em linguística. In: Anna Cristina Bentes; Fernanda Mussalim (org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004, vol.3.

O item TIPO em gramaticalização na fala de jovens natalenses: funções morfossintáticas e interacionais

The item TIPO in grammaticalization in the speech of youth
from Natal: morphosyntactic and interactional functions

Josele Julião Laurentino

Resumo

Este trabalho é fundamentado no funcionalismo linguístico norte-americano (GIVÓN, 1995, 2001; HOPPER, 2011; ROMAINE; LANGE, 1991) e tem como objetivo discutir tendências de mudança por gramaticalização do elemento TIPO na fala jovem de Natal/RN, o qual parece seguir em direção a usos de natureza interacional. Foi analisado um corpus composto de 194 dados do elemento em questão, coletados de quatro entrevistas sociolinguísticas integrantes do Banco de Dados FALA-Natal, realizadas com falantes de idades entre 15 a 21 anos. Os resultados apontam doze funções desempenhadas pelo item TIPO, sendo quatro delas classificadas como morfossintáticas, em que o item exerce papéis mais textuais, quais sejam: *exemplificação, comparação, explicação e conclusão*; e oito, classificadas como discursivas, em que exerce papéis mais interacionais, a saber: *introdução fática, introdução de diálogo interno, marcação de imprecisão informacional, marcação de elaboração, marcação de reaboração, marcação de ênfase, marcação de sequenciação e delimitação*

aproximativa. A função morfossintática que apresentou maior taxa de ocorrências de TIPO foi a de *exemplificação*, enquanto a que apresentou menor taxa foi a de *conclusão*. Em relação às funções interacionais, a que apresentou maior frequência de uso, inclusive no quadro geral das funções controladas, foi a de *marcação de elaboração*.

Palavras-chave: TIPO. Funções morfossintáticas. Funções interacionais. Abordagem funcionalista.

Abstract

This work is based on the American linguistic functionalism (GIVÓN, 1995, 2001; ROMAINE; LANGE, 1991) and aims to discuss trends of grammaticalization of the element TIPO in the speech of the youth from Natal/ RN, which seems towards interactional uses. The analyzed *corpus* is compounded by four sociolinguistic interviews which come from the database named Banco de Dados FALA-Natal (TAVARES; MARTINS, 2014). In these interviews, which were conducted with speakers between 15 and 21 years old, I collected 194 occurrences of the subject of study. The results obtained indicate twelve functions performed by TIPO. Four of these functions were classified as morphosyntactic – in which TIPO plays more textual roles like: *exemplification*, *comparison*, *explanation* and *conclusion*; and eight functions were classified as discursive ones, in which TIPO plays more interactional roles, namely: *factual introduction*, *introduction of internal dialogue*, *informational inaccuracy marking*, *elaboration marking*, *reworking marking*, *emphasis marking*, *sequencing marking*

and *approximate delimitation*. The morphosyntactic function that has presented a major number of occurrences of the item was the *exemplification*, in contrast, *conclusion* has been the one with the lesser number of occurrences. Regarding the interactional functions, the one with a bigger average of usage was the *elaborating marking*, including within the general framework of the controlled functions.

Keywords: TIPO. Morphosyntactic functions. Interactional functions. Functional approach.

1. Introdução

Fundamentados nos estudos do funcionalismo linguístico norte-americano (cf. GIVÓN, 1981, 1995, 2001; HOPPER, 1991), realizamos uma pesquisa qualitativa e quantitativa com o item linguístico TIPO, em que identificamos diferentes funções desse elemento na fala de jovens da cidade de Natal/RN. O *corpus* utilizado foram quatro entrevistas sociolinguísticas, integrantes do Banco de Dados FALA-Natal (cf. TAVARES; MARTINS; 2014), realizadas com falantes de idade entre 15 a 21 anos, das quais coletamos 194 dados de ocorrência do nosso objeto de análise.

Nessa pesquisa, identificaremos 12 variadas funções do elemento sob enfoque, que serão exemplificadas posteriormente, as quais classificamos entre morfossintáticas, quando ele opera semelhante às preposições ou conjunções, quais sejam: *exemplificação*, *comparação*, *explicação* e *conclusão*, e discursivas, quando se comporta como marcador discursivo, a saber: *introdução fática*, *introdução*

de diálogo interno, marcação de imprecisão informacional, marcação de elaboração, marcação de reelaboração, marcação de ênfase, marcação de sequenciação e delimitação aproximativa.

Na ótica funcionalista norte-americana, a gramática da língua é dinâmica e suscetível a contínuas modificações na interação. Não se trata de um sistema fechado, acabado, mas em constante emergência e, nesse sentido, sempre em constituição (cf. HOPPER, 1987, 1998).

É nessa perspectiva que surge o conceito de gramaticalização, cuja definição básica é a de que se trata do processo de mudança linguística em que itens lexicais, palavras que possuem significação plena (nomes e verbos), adquirem significado(s) funcional(ais) (preposições, conjunções, verbos auxiliares etc.), exercendo função(ões) gramatical(ais) (cf. HOPPER; TRAUGOTT, 1993). Esse processo pode fazer com que um elemento mude de categoria sintática, sofra alterações semânticas e fonológicas, deixe de ser uma forma livre e até desapareça (quando chega a um nível de abstração muito alto). Tavares (2012, p. 5) explica que

para tentar chegar a um mútuo entendimento, os indivíduos envolvidos em uma situação de interação precisam negociar e adaptar formas linguísticas para diferentes funções. Em razão dessas adaptações, é possível que surja uma estratégia linguística inovadora para a realização de uma dada função gramatical. Se tal estratégia passar a ser repetidamente utilizada por vários indivíduos na indicação dessa função, pode acabar se tornando parte da gramática da língua.

O elemento TIPO, no português brasileiro (PB), originalmente exerce função lexical comum à categoria substantiva, conforme podemos notar nos exemplos abaixo, retirados da internet:

- a. “[...] Ele também tinha medo. Ainda tem. ‘Tenho medo que se concretize o que ela teme. Eu sou um **tipo** todo torto que insiste em ter uma vida normal, o mais normal possível, num país que não está feito para isso [...]’”. (Disponível em <<http://www.publico.pt/sociedade/noticia/um-tipo-todo-torto-que-insiste-em-ter-uma-vida-normal-1673713>> Acesso: 05/07/2015).
- b. “Para uma aparência mais suave, os caracteres do alfabeto devem ter a largura semelhante, para uma leitura com um ritmo natural; **tipos** como Futura Light que tem variação considerável da largura dos caracteres deixam seu texto visualmente desconfortável.” (disponível em <<http://logobr.org/typografia/qual-tipografia-certa-texto-longo/>>. Acesso: 05/07/2015).
- c. “Este robô simula todo **tipo** de arranhão que pode deformar ou danificar a traseira do LG G Flex.” (disponível em <www.tecmundo.com.br/celular/82710-conheca-maquinas-tipo-testes-smartphone.htm>. Acesso: 05/07/2015).

Percebemos que, em todos os casos acima, o TIPO denota conceitos mais concretos, referenciando em a “um indivíduo esquisito”, em b “a letra impressa da máquina de tipografia” e em c “um modelo, espécie, ou exemplar” de alguma coisa.

No dicionário Houaiss (HOUAISS; VILLAR, 2009), temos as seguintes acepções para o vocábulo TIPO:

Ti.po s. m. 1 objeto ou coisa us. para produzir outro igual; modelo

2 categoria de seres ou objetos agrupados segundo algumas características; espécie <carros desse t. são caros>

3 conjunto de características de uma família, povo ou região etc. <t. eslavo>

4 GRÁF bloco de metal fundido ou de madeira, que traz em uma das faces, gravação em relevo de um sinal de escrita

5 GRÁF caráter ('sinal'), letra 6 inform. Qualquer indivíduo; sujeito <era um t. gozador>

No entanto, com o passar do tempo, o item passou a desempenhar funções típicas de preposições, conjunções e marcadores discursivos, em que veiculam significados funcionais, de acordo com os exemplos a seguir:

- d. Só se fosse **tipo** crime cruéis mesmo, assim. (Natal/RN)
- e. Mas nós teve que levar ele pro canil. **Tipo**, se ele morreu, nós num sabe. (Natal/RN)
- f. Eu acho que na minha cabeça passou horas, mas passou **tipo** cinco minutos. (Natal/RN)
- g. É, tipo... **tipo** a guerra no Iraque. (Natal/RN)

Usos como esses últimos de d) a g), acima ilustrados, são típicos da fala jovem, em situação de comunicação informal, embora também apareçam, com menos frequência, na fala de pessoas mais velhas (cf. LIMA-HERNANDES, 2005). Ocorrências

do TIPO em papéis morfossintáticos e discursivos/interacionais podem ser encontradas até mesmo na escrita, especialmente em textos que buscam retratar a fala diária ou que tenham algum traço de maior informalidade. Entretanto, não sendo previstos pela norma-padrão da língua, muitas vezes essas ocorrências são consideradas “assistêmáticas”, “vícios de linguagem” ou “modinha” passageira.

Há uma corrente de estudos funcionalistas de natureza tipológica, cujo foco é, considerando a relação entre forma e função e por meio trabalhos comparativos, identificar aspectos universais entre as línguas. Nesse campo de estudo, as investigações sobre gramaticalização permitiram entender como as línguas mudam e delimitar universais linguísticos relacionados a trajetórias de mudança (cf. HEINE; KUTEVA, 2002).

O que pudemos perceber em nossa análise foi que o TIPO parece estar seguindo uma trajetória de gramaticalização condizente ao que propõe Romaine e Lange (1991), com relação ao LIKE, no inglês, em consonância a Traugott (1982): parte do componente proposicional/ideacional via componente textual para o componente interpessoal/expressivo. Dessa forma, com fundamento nessas referências, objetivamos, neste artigo, discutir esse “caminho” possível de gramaticalização, o qual se aplica a elementos de línguas distintas, corroborando a ideia de universais linguísticos.

Desse modo, este trabalho se constitui relevante por investigar os diversos papéis morfossintáticos e discursivos/interacionais em que o item em análise tem sido usado na língua, desmistificando ideias acerca desses usos e mostrando, assim, sua importância na gramática. Além disso, observa como as mudanças em relação a essa forma podem estar se processando. Esse tipo de investigação, contribui para a descrição do

português brasileiro e pode contribuir com pesquisas futuras que comparem diferentes amostras sobre o mesmo fenômeno, seja sincronicamente, seja diacronicamente, bem como para um ensino de português mais abrangente, produtivo e eficaz.

2. As funções morfossintáticas e discursivas do item TIPO

Nesta seção, exporemos uma breve descrição e exemplificação de cada função do TIPO encontrada em nosso corpus. A seguir, em 1, 2, 3 e 4, veremos as funções morfossintáticas, em que ele atua respectivamente na *exemplificação*, *comparação*, *explicação* e *conclusão*; e, em 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12, as funções discursivas, em que ele atua respectivamente na *introdução fática*, *introdução de diálogo interno*, *marcação de imprecisão informacional*, *marcação de elaboração*, *marcação de reelaboração*, *marcação de ênfase*, *marcação de sequenciação* e *delimitação aproximativa*.

Na função morfossintática da *exemplificação*, TIPO introduz exemplo(s) e pode substituir a construção prepositiva *por exemplo*:

1. Em relação a mim, são legais comigo. Eles faz de tudo que eu peço, assim, faz algumas coisas. **Tipo**, se eu pedir alguma coisa, mesmo se eles não tiver dinheiro naquele dia, mas tentam comprar alguma coisa. (Natal/RN)

Na função morfossintática da *comparação*, TIPO estabelece relação de similaridade entre dois elementos e pode substituir formas a exemplo de *como*, *feito* e *igual* (cf. LIMA-HERNANDES, 2005):

2. E.: Conta pra mim, assim esse filme, né, que você disse que achou legal... Assim, a história, né, porque eu não conheço.
I.: É, tipo... **tipo** a guerra no Iraque. Alguns cara vão pra lá, são dois exércitos americanos, eles têm que ajudar esse povo, e nesse lugar onde eles estão está tendo muitas guerras civis tal... E bombas... Alguns do grupo morre também. Poucos sobrevivem. (Natal/RN)

Na função morfossintática da *explicação*, TIPO serve para introduzir uma justificativa, explanação ou esclarecimento em relação ao que foi dito antes e parece ser, em muitos casos, substituível pelo conector *porque* explicativo:

3. E.: E como é que ela é assim? Personalidade...
I.: Legal, **tipo** conta todos os segredo pra mim, eu conto tudo pra ela... desde pequeno nós é amigo, desde que nós estudamos aqui de manhã tal. (Natal/RN)

Na função morfossintática da *conclusão*, TIPO serve para concluir uma ideia, podendo indicar traços semânticos de consequência e de resumo (exerce, neste caso, função similar ao conector *enfim*):

4. Do respeito entre os professores, os amigos, respeito em casa, na rua, assim, **tipo** foi bem legal essa oficina. (Natal/RN)

Na função discursiva da *introdução fática*, TIPO opera como uma espécie de gatilho que aciona um novo turno de fala na conversação e pode substituir expressões como *É, ..., Bem..., Bom..., etc.:*

5. (5) E.: Cê sabe fazer pipa... alguma coisa...? I.: Sei, sei. E.: Como é que faz? Me- me diz como é que é?

I.: **Tipo**, você pega cinco ou seis palitos de coqueiro, linha... aí, papel de seda e algumas sacolas, aí depois que cobre ela toda, faz o- bota as cordas e... só ir pra algum lugar que não tenha muito fio e... e soltar lá. (Natal/RN)

Na função discursiva de *Introdução de diálogo interno*, TIPO introduz um discurso direto de diálogo interno, ou seja, um pensamento não verbalizado, que pode ser hipotético, como no exemplo abaixo:

6. (6) E.: E quando você arrumar um namorado como você acha que vai ser a relação do seu pai?

I.: Acho que, quando eu tiver um namorado, meu pai vai primeiro dizer: “Tudo bem, vamos ter senso... é uma relação normal”. Mas, depois, acho que vai ficar se roendo, **tipo**: “Meu Deus, por quê? Isso tá acontecendo mesmo?”.

Na função discursiva da *marcação de imprecisão informacional*, TIPO indica traços de incerteza ou falta de convicção e imprecisão em relação ao que está sendo dito, ocorrendo em contextos em que aparecem expressões como *eu acho*:

7. As salas eram grandes, mas eram- tinha muita gente numa sala só assim, tipo, uma sala do tamanho de agora, **tipo**... acho que era umas quarenta e poucas pessoas numa sala. Acho que hoje é umas trinta, umas quaren-... Não tem nenhuma sala hoje que ti- quarenta alunos. (Natal/RN)

Na função discursiva da *marcação de elaboração*, TIPO é usado como um recurso para a manutenção do discurso à medida que o falante planeja e elabora seu texto:

8. Tem que planejar tudo... até agora, novo prefeito... vai ter que fazer alguma coisa, porque a antiga prefeita assim não fez nada pra, **tipo**... melhoras pra Natal mesmo. (Natal/RN)

Na função discursiva da *marcação de reelaboração*, TIPO tem o papel de retificar a ideia anterior:

9. Tentaria... mudar o Brasil, tipo corrupção que tá muito... **Tipo**, não tentar mudar tudo, que eu sei que num vai tentar mudar tudo. Mas, tipo, tirar... deixar pelo menos alguns políticos Ficha Limpa. (Natal/RN)

Na função discursiva da *marcação de ênfase*, TIPO sinaliza e dá realce ao que se diz em seguida; nesse caso, o material que se segue ao TIPO geralmente apresenta uma entoação enfática:

10. Só se fosse **tipo** crime cruéis mesmo, assim. (Natal/RN)

Na função discursiva da *sequenciação*, TIPO indica a continuidade do discurso, sequenciando partes do texto e mantendo um elo entre elas, e pode substituir conectores como *e* e *aí*.

11. (11) Mas nós teve que levar ele pro canil. **Tipo**, se ele morreu, nós num sabe. (Natal/RN)

Na função discursiva da *delimitação aproximativa*, TIPO aponta para inexatidão daquilo que se diz, geralmente diante de expressões numerais, podendo ser substituído por termos como “aproximadamente” e “cerca de”:

12. (12) E.: Conte algum momento que marcou a sua vida, em que você tenha sentido medo ou tenha se sentido feliz.

I.: ... E quando eu me perdi da minha tia no Via Direta! ...Aí, eu encontrei minha vizinha, me agarrei nas pernas dela e eu fiz: “Me salva!”. E ela fez: “Calma.”. Aí, minha tia apareceu logo em seguida. Eu acho que na minha cabeça passou horas, mas passou **tipo** cinco minutos. Mas foi um desespero.

3. Uma breve discussão

Romaine e Lange (1991), em estudo sobre o LIKE, no inglês, delineiam uma proposta de percurso de gramaticalização, com base em uma trajetória de mudança mais geral apresentada por Traugott (1982), que ressalta etapas de subjetivização crescente:

IDEACIONAL > (TEXTUAL) > INTERPESSOAL

Partindo da distinção tripartida das funções da linguagem de Halliday e Hasan (1976), Traugott (1982) propõe que, no processo de gramaticalização, a principal mudança provocada nos itens linguísticos é a passagem do componente proposicional/ideacional via o componente textual para o componente interpessoal/expressivo, podendo ocorrer também casos de passagem diretamente do componente proposicional/ideacional para o expressivo.

Tendo como âncora a proposta de Traugott (1982), Romaine e Lange (1991) delineiam o percurso de gramaticalização que, de acordo com os indícios por elas obtidos, foi seguido pelo LIKE em seu processo de expansão funcional. Esse percurso, cujo esquema pode ser conferido no quadro a seguir, possivelmente é válido para itens que desempenham funções similares em diferentes línguas, como o TIPO no português, tendo, portanto, caráter universal.

Quadro 1: Percurso para o LIKE proposto por Romaine e Lange (1991).

PREPOSICIONAL	TEXTUAL	INTERPESSOAL
<i>preposição</i>	<i>Conjunção</i>	<i>marcador discursivo</i>
He looks like my father <i>Ele parece tipo o meu pai</i>	Winston tastes good like a cigarette should <i>Winston tem um gosto bom tipo um cigarro deve ter</i>	They were like people blocking <i>Eles eram tipo pessoas bloqueando</i>

Fonte: Romaine e Lange (1991) (adaptado).

Romaine e Lange (1991) defendem que o LIKE adquiriu a função de introdução de discurso direto (como em “Maya’s **like** “Kim come over here and be with...”/Maya *tipo*: “Kim vem aqui e está com...”) a partir de seu emprego no plano textual, como conjunção.

Em nossa análise, que foi qualitativa e quantitativa, ao quantificarmos os dados por função percebemos que a função morfossintática que apresentou maior número de ocorrências do item TIPO foi a de *exemplificação*, provavelmente pelo fato de ser aquela em que o elemento está atuando por mais tempo.

Por outro lado, a que apresentou menor número de ocorrências foi a de *conclusão*, talvez por ser a mais nova entre as funções morfossintáticas do TIPO. Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 1: Distribuição quantitativa dos usos do TIPO em funções morfossintáticas.

FUNÇÕES MORFOSSINTÁTICAS	Freq.	%
<i>Exemplificação</i>	32	53
<i>Comparação</i>	10	17
<i>Explicação</i>	12	20
<i>Conclusão</i>	6	10
Total	60	100

Fonte: Autoria própria.

Entretanto, no âmbito das funções discursivas e no quadro geral das funções controladas, a função da *marcação de elaboração* foi a que teve taxa mais expressiva, fato que possivelmente está relacionado à faixa etária dos usuários e ao favorecimento do uso pela situação comunicativa da entrevista sociolinguística, tendo em vista que os empregos mais interacionais do TIPO são os mais inovadores, conforme já percebido em pesquisas anteriores de natureza sincrônica e diacrônica (cf. LIMA-HERNANDES, 2005; THOMPSON, 2013). Confirmamos a próxima tabela:

Tabela 2: Distribuição quantitativa dos usos do TIPO em funções discursivas.

FUNÇÕES DISCURSIVAS	Freq.	%
<i>Introdução fática</i>	13	10
<i>Introdução de diálogo interno</i>	1	0,9
<i>Marcação de imprecisão informacional</i>	7	5
<i>Marcação de elaboração</i>	78	58
<i>Marcação de reelaboração</i>	2	1
<i>Marcação de ênfase</i>	25	19
<i>Marcação de sequenciação</i>	7	5
<i>Delimitação aproximativa</i>	1	0,9
Total	134	100

Fonte: Autoria própria.

Na ocasião de uma entrevista sociolinguística, que é uma situação de comunicação face a face, o entrevistado geralmente precisa narrar, descrever e opinar, de acordo com o que propõe o entrevistador, de forma imediata, o que favorece a utilização de recursos de manutenção do discurso enquanto se elabora a resposta *online* e de modalização, para que não haja muito comprometimento com aquilo que está sendo dito diante de um gravador.

No que diz respeito à influência da faixa etária dos indivíduos, consideramos que os jovens tem uma enorme

importância na disseminação de inovações e difusão de mudanças na língua (cf. LABOV, 2001), premissa que já tem sido bastante discutida nos estudos sobre variação e mudança linguística. No entanto, para uma pesquisa posterior, propomos que se faça um controle de diversas faixas etárias a fim de que se investigue melhor esse aspecto.

Diante disso, inferimos que o item TIPO, na fala de jovens natalenses, pode estar seguindo um percurso de gramaticalização semelhante ao apresentado no início desta seção, apontado por Romaine e Lange (1991), no qual se estende funcionalmente do campo ideacional em direção ao campo interpessoal/interacional.

Enfim, consideramos que a inferência advinda dos resultados provenientes de nossa pesquisa, a qual aponta para determinada tendência de gramaticalização do TIPO, pode contribuir para avanços nos estudos tocantes ao processo de mudança o qual envolve essa forma linguística ou outra(s) que se comporte(m) semelhantemente.

4. Considerações finais

Com esta pesquisa, contribuímos para a descrição do português brasileiro e esperamos cooperar com investigações futuras que estabeleçam paralelo entre os usos morfossintáticos e interacionais do TIPO em diferentes lugares do país, bem como com pesquisas diacrônicas, que comparem usos desse item em diversos momentos históricos. Além do mais, corroboramos um percurso de gramaticalização já delineado anteriormente, presente na literatura, o proposto por Romaine e Lange (1991), com inspiração em Traugott (1982), que acreditamos

se aplicar ao fenômeno analisado, e que pode ser testado em análises posteriores com o mesmo objeto. Fornecemos, ainda, subsídios para a abordagem do TIPO nas aulas de Língua Portuguesa no nível básico, espaço em que esse item, normalmente, é pouco ou nunca tratado.

REFERÊNCIAS

HOPPER, P. *Emergent Grammar*. *BLS*, v. 13, 1987, p. 139-157.

_____. TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*.
Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

_____. The paradigm at the end of the universe. In: RAMAT, A. G.; HOPPER, P. (eds.). *The limits of grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1998. p. 147-158.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LABOV, W. *Principles of linguistic change: social factors*. Oxford: Blackwell, 2001.

LIMA-HERNANDES, M. C. *A interface sociolinguística/gramaticalização: estratificação de usos de tipo, feito, igual e como*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2005.

ROMAINE, S.; LANGE, D. The use of 'like' as a marker of reported speech and thought: A case of grammaticalization in progress. *American Speech* 66, 1991, p. 227-279.

TAVARES, M. A. Variação e gramaticalização na indicação de aspecto global através da perífrase [V1auxiliar (PEGAR, CHEGAR, IR etc.) (E) + V2 principal]: um estudo sociofuncionalista comparativo. *Relatório Técnico Final de Pesquisa*, 2012. (impresso)

_____.; MARTINS, M. A. O banco de dados Fala-Natal: uma agenda de trabalho. In: FREITAG, R. M. (org.). *Metodologia de coleta e manipulação de dados em sociolinguística*. São Paulo: Blucher, 2014, p. 63-70.

THOMPSON, H. V. G. *Do léxico à gramática: os diferentes usos de TIPO*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

TRAUGOTT, E. C. From propositional to textual and expressive meanings: Some semanticpragmatic aspects of grammaticalization. In: W. LEHMANN; Y. MALKIEL (eds.). *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1982, p. 245-271.

A representatividade do *selfie* na perspectiva da Semiótica Social: análise de imagens publicitárias

The representativeness of selfie in the perspective of Social Semiotics: analysis of publicity images

Rosana Cardoso Gondim

Resumo

A evolução tecnológica e a grande atração das pessoas pela conectividade fizeram surgir nas redes sociais a imagem com formato *selfie*, também conhecida como “autorretrato”. A partir do momento em que a prática da *selfie* começou a ser propagada por políticos e celebridade, despertou-se a atenção da mídia e de empresas para esse termo que já faz parte do cotidiano social. As imagens *selfie* são ricas em modos semióticos e contribuem para expor expressões e emoções, motivo pelo qual serve como um interessante objeto de análise e aplicação das abordagens semióticas. A presente pesquisa objetivou examinar os modos de construção da interatividade e da multimodalidade das imagens em *selfie*, propagadas nas práticas midiáticas, através da aplicação dos conceitos da metafunção interativa, da Gramática do *Design Visual*, sob a ótica de Kress (2006) e van Leeuwen (2006). Explorou os apontamentos teóricos da Semiótica Social e buscou sentidos nas imagens nesse formato, exibidas em 2015, em campanhas publicitárias da empresa de

Telefonia Tim e da rede de lojas C&A. Como resultado de análise constatou-se que, o poder da interatividade, da dominação e da sedução apresentado nas imagem em formato *selfie*, gerou um grande interesse comercial por parte da indústria publicitária.

Palavras-chave: Semiótica. Multimodalidade. Interatividade. *Selfie*.

Abstract

Technological evolution and the great attraction of people for connectivity have made the self-image image, also known as “self-portrait”, appear on social networks. From the moment in which the practice of selfie began to be propagated by politicians and celebrity, the attention of the media and of companies was awakened for that term that is already part of the daily social. Selfie images are rich in semiotic modes and contribute to express expressions and emotions, which is why it serves as an interesting object of analysis and application of semiotic approaches. The present research aimed to examine the ways of constructing interactivity and multimodality of images in selfie, propagated in media practices, through the application of the concepts of interactive metafunction, Visual Design Grammar, from the perspective of Kress (2006) and van Leeuwen (2006). He explored the theoretical notes of Social Semiotics and sought meanings in the images in this format, exhibited in 2015, in advertising campaigns of the Telephony company Tim and the C & A stores network. As a result of analysis, it was found that the power of interactivity, domination and seduction presented in the image in selfie

format, generated a great commercial interest on the part of the advertising industry.

Keywords: Semiotics. Multimodality. Interactivity. Selfie.

1. Introdução

Com a evolução dos meios tecnológicos, os participantes da vida social ampliaram os meios pelos quais se comunicam e também as formas como interagem. Nesse contexto, emerge a ciência da Semiótica Social, com o objetivo de compreender como as pessoas se comunicam por essa variedade de meios, nas diferentes práticas sociais e quais os significados das suas escolhas.

As abordagens da Semiótica Social foram influenciadas pelos trabalhos de Hodge (1998) e Kress (1998), em Semiótica Social, e por Kress (2006) e van Leeuwen (2006), através da *Reading Images: the grammar of design visual*. O foco dessa pesquisa está em explorar as ideias prolatadas por esses autores nesta gramática, especificamente, a metafunção interativa, e aplicá-las nas imagens comerciais selecionadas.

Um dos pontos interessantes da Semiótica Social é que ela reconhece a importância dos sistemas semióticos que moldam as relações sociais. Desta forma, como opção semiótica de estudo, foi escolhida a prática midiática propagada em *selfie*. Isto porque esse fenômeno contemporâneo, conhecido também como “autorretrato”, é um artefato cultural moderno carregado de significados e de representações que podem servir a um interesse ideológico. No caso em tela, buscar-se-á examinar os modos de construção da interatividade e da multimodalidade,

em práticas midiáticas interativas, propagadas pelas *selfies*. Para tanto, serão analisadas três imagens em formato de *selfie*. As duas primeiras referem-se a uma propaganda da rede de telefonia TIM e a terceira diz respeito ao lançamento da coleção outono/inverno das lojas C&A. Todas essas imagens têm pontos em comum: elas apresentam imagens em *selfie*, e foram utilizadas para fins comerciais, veiculadas nos meios de comunicação no ano de 2015, motivo pela qual foram objetos de escolha para a análise.

Para uma melhor compreensão da aplicação das teorias supramencionadas, faz-se necessária uma discussão sobre alguns dos aportes teóricos que trazem os significados do termo “semiótica”, o que é a Gramática do *Design* Visual, como funciona a metafunção interativa e, por fim, mostrar um breve desenho desse tipo de imagem que se tornou viral na contemporaneidade, a *selfie*.

2. Delineando a Semiótica

O termo “semiótica” vem sendo utilizado pela Linguística para identificar a ciência dos signos. A teoria dos signos foi estudada, concomitantemente, pelos linguistas Saussure (1969) e Peirce (1969). Assim, a Associação Internacional para Estudos Semióticos decidiu que o termo “semiótica” poderia ser alternado com “semiologia”. Nesse sentido, a Semiologia de Saussure está no fato de ver a relação significante e significado e a noção de sistema não restritas à linguagem verbal, mas podendo ser usadas também para outros sistemas sígnicos; por sua vez, a semiótica de Peirce analisa a natureza do signo e estuda um código com relação a outro e o produto dessa relação (RECTOR; YUNES, 1980).

Na verdade, essas ciências se confundem, uma vez que ambas têm como objeto cultural a relação entre códigos, ou seja, a relação em que é geradora de interpretantes.

Consoante Peirce (1972, *apud* RECTOR; YUNES, 1980, p. 29),

o signo é entendido como algo que, sob certo aspecto ou de algum modo, representa alguma coisa para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente ou talvez um signo melhor desenvolvido. Ao signo, assim criado, denomina interpretante do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu objeto

Nesse sentido, o signo ou sinal comunica alguma coisa a alguém, tendo como base uma referência de interpretantes. Estes interpretantes podem ter múltiplas significações, ou seja, cada indivíduo poderá atribuir significados diferentes a um mesmo objeto, pois cada interpretação vai depender de suas referências, de seu repertório cultural. Nesse sentido, o signo se define sempre dentro de uma relação triádica entre signo – objeto – interpretante.

Eco (2009) preleciona que o processo de significação só se verifica quando existe um código. Para ele, o código

é um sistema de significação que une entidades presentes e entidades ausentes. Sempre que, com base em regras subjacentes, algo materialmente presente a percepção do destinatário está para qualquer outra coisa, verifica-se a significação. [...] o ato perceptivo do destinatário e seu comportamento interpretativo não são condições necessárias da relação de significação: basta que o código estabeleça uma correspondência entre o que está para e seu correlato, correspondência válida para todo

destinatário possível, ainda que não exista ou não possa existir nunca um destinatário. (ECO, 2009, p. 6)

Destarte, o sistema de significação é independente de qualquer ato de comunicação, contudo o sistema de comunicação humana pressupõe a significação para que esta se torne de fato efetiva. Assim, é possível estabelecer uma semiótica da significação que seja independente da semiótica da comunicação, entretanto é impossível estabelecer uma semiótica da comunicação, sem uma semiótica da significação.

Van Leeuwen (2005) aborda a semiótica não necessariamente conceituando-a, mas questionando-a, como por exemplo: “Que tipo de atividade é semiótica?” e “O que a Semiótica faz?” O autor alega que,

a atividade semiótica implica em coletar, documentar e catalogar sistematicamente recursos semióticos – incluindo sua história – investiga como esses recursos são usados em contextos históricos, culturais e institucionais específicos, e como as pessoas falam sobre eles nestes contextos. Como planejam, ensinam, justificam, criticam e também como contribuem para a descoberta e desenvolvimento de novos recursos semióticos e novos usos de recursos semióticos existentes (LEEUVEN, 2005, p. 3) [tradução minha]¹

1 “(...) collect, document and systematically catalogue semiotic resources – including their history - investigate how these resources are used in specific historical, cultural and institutional contexts, and how people talk about them in these contexts – plan them, teach them, justify them, critique them, etc. - contribute to the discovery and development of new semiotic resources and new uses of existing semiotic resources.”

Nesse sentido, Hodge e Kress (1995) afirmam que a corrente principal de semioticistas enfatizam estruturas e códigos em detrimento de funções e usos sociais dos sistemas semióticos em práticas sociais, todos os fatores que proporcionam a sua motivação, suas origens e destinos, a sua forma e substância. Assim, esses autores salientam que não são considerados todos os participantes da atividade semiótica como conectados e que também interagem de diferentes formas, nos diversos contextos sociais; destarte, percebem a necessidade de tentar uma reconstituição da Semiótica. Segundo Hodge e Kress (1995), a Semiótica

deve fornecer possibilidade de análise prática, para as muitas pessoas, em diferentes disciplinas que lidam com diferentes problemas de significado social e precisam de formas para descrever e explicar os processos e estruturas através das quais o significado é constituído. Grande parte da semiótica não foi concebida com esse ponto de vista. Mas continua a ser o local mais óbvio para tal empreendimento (HODGE; KRESS, 1995, p. 2). [tradução minha]²

Neste contexto, a fim de ampliar a visão restrita de Semiótica, pautada apenas em estruturas e códigos, puramente descritiva, Hodge e Kress (1995) preocuparam-se em explicar

2 “(...) must provid the possibility of analytic practice, for the many people in different disciplines who deal with different problems of social meaning and need ways of describing and explaining the processes and structure through which meaning is constituted. Much of semiotics has not been conceived with this kind of use in view. But is remains the most obvious site for such an enterprise.”

os significados que podem ser construídos nas práticas sociais e assim articularam uma Semiótica Social.

Segundo van Leeuwen (2011) a denominada Semiótica Social concebe as regras como socialmente produzidas e mutáveis por meio da interação social. Para esse autor, o termo “*semiotic resource*” é o termo chave na Semiótica Social.. Este termo originou-se no trabalho de Halliday (1978), que arguiu que “a gramática da linguagem não é um código e não é um conjunto de regras para produzir sentenças corretas, mas um recurso para construir significados” (HALLIDAY, 1978, *apud* LEEUWEN, 2005, p. 3). Em seu trabalho *Introducing Social Semiotics*, van Leeuwen (2005), também estende o conceito de gramática para outros modos semióticos; acrescenta que recursos semióticos, bem como as ações e artefatos são usados para nos comunicarmos.

Partindo dessa premissa, Kress e van Leeuwen (2006) reconhecem a necessidade de elaborar um método que contemple a análise de todos os recursos semióticos apresentados em um texto de forma conjunta, de modo a verificar como esses recursos constroem significados sociais, e assim projetaram a *Grammar of Visual Design*.

2.1 A Semiótica Social e a Gramática do Design Visual

O termo “Gramática” geralmente remete-se à ideia de “regras”, e, por conta disso, houve uma certa hesitação por parte dos linguistas e semioticistas Kress e van Leeuwen (2006), em adotar a terminologia “Gramática” do *Design Visual*. Na verdade, a proposta desses autores pauta-se na ideia de descrever de

que forma os elementos retratados – pessoas, lugares, coisas – combinam dentro de um todo significativo. (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006). Isso significa uma maior atenção para os significados de regularidades na forma como os elementos representados na imagem são utilizados e quais as intenções dos produtores de imagens.

A Gramática do *Design Visual* de Kress e van Leeuwen foi inspirada nos trabalhos de Michael Halliday (1968; 1985, 2004), que percebe as formas gramaticais como recursos para codificar interpretações de experiências e como meio de interação social. Nesse sentido, ele percebe a linguagem numa perspectiva social, cultural e humana que alcança um *status* muito mais abrangente do que simplesmente um aglomerado de regras da gramática normativa. Segundo Halliday (2004), citado por Rodrigues e Loiola,

as orações são como unidades gramaticais ou construções multifuncionais em que os significados ou metafunções são combinados. As três dimensões de um texto produzido expressam significados cujos componentes semânticos desse sistema linguístico são identificados nas orações como: ideacionais (a linguagem como reflexão), interpessoais (a linguagem como ação) e textuais (a linguagem como texto em relação ao ambiente). Numa oração, as escolhas feitas têm relação com identidades sociais e as constroem, com relações sociais, conhecimentos e crenças. (RODRIGUES; LOIOLA, 2009, p. 63).

Inspirados em Halliday (1968,1985,2004), Kress e van Leeuwen (2006) adotaram a noção teórica de “metafunção” para a construção da Gramática do *Design Visual* (GDV), uma vez que as metafunções propostas por Halliday (1978) podiam

também ser aplicadas a outros modos semióticos e ser usadas para pensar todos os modos de representação, a exemplo da linguagem não-verbal, em que o conteúdo pode ser expresso por diferentes elementos composicionais como as cores, os ângulos ou a própria estruturação. Assim, essa gramática analisa os “textos-objeto” de vários tipos, como obras de arte, mapas, cartazes, páginas de livros e/ou *websites*, de diferentes tipos. (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p. 15).

Ao adotar a noção teórica de metafunção proposta por Halliday (1978), Kress e van Leeuwen (2006) fazem uma correlação dos termos empregados, estabelecendo as seguintes terminologias: a *Ideacional*, ele chamou de Metafunção Representacional; a *Interpessoal*, ele designou de Interativa e a *Composicional*, de Textual. Neste trabalho, será dado um enfoque maior nas representações interativas por estas estarem mais impregnadas no formato de texto escolhido para objeto de análise, a *selfie*.

3. A Metafunção Interativa

Além dos recursos para a representação de interações e relações conceituais entre as pessoas, lugares e coisas retratadas nas imagens, Kress e van Leeuwen (2006) aduzem que a comunicação visual também apresenta recursos para constituir e manter outros tipos de interação, como, por exemplo, a interação entre o produtor e o observador da imagem. Essa interação envolve dois tipos de participantes: o participante representado (PR), que pode ser a pessoa, o lugar ou a coisa retratada na imagem, ou ainda, o participante interativo (PI), que é a pessoa que comunica um com o outro por meio da imagem (produtores e espectadores).

Nesse processo de interatividade, os indivíduos produzem e atribuem significados às imagens em diferentes contextos sociais e conforme as relações entre os participantes. Consoante Kress e van Leeuwen (2006), há três tipos de relações entre os participantes, a saber: relação entre participantes representados; relação entre participantes representados e interativos e relação entre participantes interativos. Destarte, esse processo de significações é construído através de representações visuais que envolvem o contato, a distância social, a perspectiva e a modalidade ou valor da realidade.

O contato visual é um dos importantes aspectos apontados por Kress e van Leeuwen (2006), para retratar as relações entre os participantes. Assim, para esses semioticistas, os produtores usam as imagens para fazer alguma coisa para o espectador, por isso eles denominaram os “atos de imagem” como “*demand*”; é como se o observador mantivesse algum tipo de relação imaginária com o produtor.

Assim, uma imagem de demanda é aquela em que o participante representado coloca-se olhando diretamente para o leitor. Ao fazer isso, o produtor dessa imagem quer criar um vínculo direto com o leitor, endereçando-lhe um “você” visual. Desta forma, o participante representado quer algo desse leitor; quer que ele entre em algum tipo de relação imaginária com o participante representado, seja de afinidade, de sedução ou mesmo de dominação. A imagem de “*demand*”, na verdade, sugere um convite ao participante interativo, de modo que este se aproxime ou se distancie (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p. 117-118).

Por outro lado, a imagem de “*offer*” não está endereçada diretamente ao público, ou seja, o leitor não é o objeto de olhar, mas sim o sujeito desta. O espectador tem o papel de “visualizador” invisível. Esse tipo de imagem oferece ao participante

ou ao público itens de informação ou objetos de contemplação, de maneira impessoal (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p. 118-119).

O enquadramento e distância social são também aspectos importantes para a construção de sentido das imagens, considerados por Kress e van Leeuwen (2006). Assim, segundo esses semioticistas, a escolha dos planos na produção da imagem define o tipo de relação entre participantes interativos e os participantes representados; assim, quanto maior for a aproximação, maior a interação entre os envolvidos. A distância pode ser estabelecida por meio de fatores sociais ou de intimidade, e ela está relacionada com a mensagem pretendida pelo produtor da imagem. Assim, há diferentes tipos de enquadramento como o “*close up*” ou “*close shot*”, *plano fechado*, que denota uma maior proximidade entre os participantes, mostrando a cabeça e o ombro do participante representado; o “*medium close*”, em que a imagem retrata o participante representado do joelho para cima; e o “*long shot*”, ou *plano aberto*, quando mostra o corpo inteiro do participante representado (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p. 124).

Kress e van Leeuwen (2006) argumentam que a construção de uma imagem envolve não só “a escolha entre *demanda* e *oferta* e a escolha do tamanho do enquadre, mas também a seleção do ângulo, ou seja, do ponto de vista, e isso implica na possibilidade de expressar subjetivamente atitudes em relação ao participante representado, seja ele humano ou não” (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p. 129). O fato de essas atitudes serem subjetivas não significam que são necessariamente atitudes individuais. Kress e van Leeuwen (2006, p.129) afirmam que frequentemente elas são “determinadas socialmente”. Apesar de se apresentarem como subjetivas e únicas, o ponto de vista com que os participantes nas imagens são mostrados é que vai conferir-lhes a subjetividade.

A cultura ocidental apresenta dois tipos de imagens: as subjetivas e objetivas. As primeiras apresentam uma perspectiva central, um ponto de vista, no qual o observador está apto a ver o participante representado na imagem apenas do ponto de vista em que a imagem foi construída. As imagens objetivas, por sua vez, não apresentam perspectiva alguma, nenhum ponto de vista, elas mostram tudo o que o produtor da imagem acredita que há para ser mostrado, não se importando com a relação estabelecida com o observador (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p. 130).

As imagens subjetivas podem estabelecer relações de aproximação ou distanciamento com o observador a depender do ângulo em que foi retratada. Assim, considerando a perspectiva horizontal, o ângulo “frontal” institui um caráter de envolvimento entre o participante constituinte da imagem e o leitor. Dessa forma, o participante convoca o leitor a imergir no universo da imagem. Numa posição de ângulo “oblíquo”, a imagem do participante, representado sob a forma de perfil, provoca no espectador um sentido de desprendimento da cena observada (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p. 136-139).

Em uma perspectiva vertical, as imagens podem apontar relações de poder entre os participantes representado e observador e o ângulo possui suas variantes em *alto*, *baixo* ou de *nível ocular*. No “*high angle*”, por exemplo, se um participante é apresentado através de um ângulo alto, que o captura de *cima para baixo*, estamos diante de uma aparência do poder do observador da cena; o “*low angle*”, por sua vez, indica que, se o participante representado tem a sua imagem apanhada de *baixo para cima*, em *ângulo baixo*, pode-se afirmar que o participante representado é o detentor de poder frente ao seu observador, enquanto no ângulo “*at eye level*”, há uma relação de poder igualitário estabelecido

entre o leitor e o participante, assim não há diferenças de poder entre ambos (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p. 140).

Essas relações de interatividade descritas aqui na ótica de Kress e van Leeuwen (2006) serão aqui melhor compreendidas através de sua aplicação na imagem em formato de *selfie*.

4. A Multimodalidade e o Fenômeno *Selfie*

A Semiótica Social e outras disciplinas se utilizam do termo “recurso semiótico” para definir as diferentes formas de representação construídas em um grupo social. No *Glossary of Multimodal Terms*, é apresentada uma definição por Van Leeuwen (2004) desse termo, a saber:

recursos semióticos são as ações, materiais e artefatos que usamos para fins comunicativos, quer sejam produzidos fisiologicamente – por exemplo, com o nosso aparelho vocal, ou os músculos que usamos para fazer expressões faciais e gestos – ou tecnologicamente – por exemplo, com a caneta e tinta, ou *hardware* de computador e *software* – em conjunto com as formas pelas quais estes recursos podem ser organizado, esses recursos semióticos têm um potencial significado, com base em suas utilizações anteriores, e um conjunto de potencialidades com base em seus usos possíveis, e estes irão ser realizados em contextos sociais concretos em que a sua utilização está sujeita a alguma forma de regime

semiótico (VAN LEEUWEN, 2004, p. 285). [tradução minha]³

Nesse sentido, os recursos semióticos contribuem para a noção de multimodalidade que compreende a comunicação de forma mais abrangente. Ela foi desenvolvida ao longo da última década para abordar sistematicamente questões muito debatidas sobre as mudanças na sociedade como, por exemplo, em relação às novas mídias e tecnologias. Segundo Jewitt (2009), abordagens multimodais forneceram conceitos, métodos e um quadro para a escolha e análise do visual, auditiva, encarnado a aspectos espaciais de interação e ambientes, e as relações entre estes.

O produtor de texto ao realizar qualquer tipo de representação ele o faz com uma intenção, e busca na comunidade interpretante, uma reação. Para tanto, ele recorre a uma gama de modos representacionais e comunicativos presentes no texto verbal ou nas imagens. No caso das imagens com formato “*Selfie*”, é possível verificar um potencial de modos semióticos interativos, a exemplo dos gestos, do olhar, do ângulo em que a imagem foi capturada, denotando as relações de poder, o envolvimento entre os participantes e até o *layout*, que conjuntamente configuram um texto multimodal. Consoante Senft e Baym (2015), enquanto a fotografia clássica enfatizava

3 “Semiotic resources are the actions, materials and artifacts we use for communicative purposes, whether produced physiologically – for example, with our vocal apparatus, the muscles we use to make facial expressions and gestures – or technologically – for example, with pen and ink, or computer hardware and software – together with the ways in which these resources can be organized. Semiotic resources have a meaning potential, based on their past uses, and a set of affordances based on their possible uses, and these will be actualized in concrete social contexts where their use is subject to some form of semiotic regime” (VAN LEEUWEN 2004, p.285).

um delimitado território, com fotógrafos enxotando objetos indesejados, fora do quadro, como potenciais interferências, as *selfies* sinalizam em primeiro lugar o corpo do fotógrafo, através do braço estendido ou do pescoço esticado de forma a obter o quadro a ser retratado, e assim se cria a “imagem gestual”, que significa, segundo os autores, que elas indicam não somente que a pessoa ver algo, aqui e agora, mas também que ela se vê mostrando-se para si própria. Assim, *selfies* convidam os espectadores a pensar identidade entre o “eu” como uma imagem e como um corpo, como um efeito construído de representação e como um objeto e agente de representação. Destarte, um dos principais componentes da *selfie* é o fato de que ela aponta para o que os referidos autores chamam de “sociabilidade corporal”. Como eles argumentam, “a *selfie* convida os espectadores a tornarem visíveis e comunicativas as respostas gestuais”, que implicam em ter reações ou responder através de gestos como o “like” e “retweet” e “comment”. (SENF; NANCY, 2015, p. 1595).

Conhecida como o autorretrato da era digital, a *Selfie* se mostra como um ascendente fenômeno mundial, segundo o dicionário Oxford (2013). Essa tendência mudou a forma das pessoas se relacionarem com os amigos e com a sociedade, pois essa espécie de “diário visual”, reflete também aspectos pessoais como a identidade, sob a forma digital, e a autoconfiança do produtor representado, pois existe uma preocupação em como o “eu” será representado perante os outros, “espectadores”. Espera-se também uma reação quando essas *selfies* são compartilhados em redes sociais, como *Instagram*, *Facebook*, *Snapshat*, *Tinder* ou *Twiter*. Assim, a satisfação pessoal ocorre pelo número de curtidas, comentários positivos e pelas *emotions* aplicadas. Nesse sentido, Senft e Baym (2015), conceituam a *selfie* como um

objeto fotográfico que inicia a transmissão do sentimento humano em forma de um relacionamento (entre fotógrafo e fotografado, entre imagem, entre observador e observado, entre a circulação de imagens de indivíduos, entre usuários e a arquitetura de aplicativos sociais, etc.). Uma *selfie* é também uma prática – um gesto que pode enviar (e normalmente tem a intenção de enviar) diferentes mensagens a diferentes indivíduos, comunidades e públicos (SENF; BAYM, 2015, p. 1588).[tradução minha]⁴

De acordo publicação do jornal inglês, o *The Guardian* (2013), para alguns, a *selfie* tornou-se o símbolo máximo da era narcisista. Sua natureza instantânea encoraja a superficialidade; desta forma, um dos possíveis efeitos colaterais dessa prática tem sido a preocupação, mais do que nunca, com a maneira como seremos representados, e, como consequência, a nossa aceitação social e o nosso empoderamento. Sem dúvida, o formato *selfie* vem carregado de *marketing* e de publicidade. Consoante Senft e Baym (2015), uma *selfie* é um jeito de falar e um objeto ao qual os atores (ambos humanos e não-humanos) respondem.

Pelo exposto nessa seção, constata-se que a imagem no formato *selfie* recorre a uma multiplicidade de modos semióticos, os quais contribuem para a construção do significado, e, portanto, estão impregnadas de multimodalidade. Conforme Jewit (2009), as pessoas orquestram significados através de uma seleção e configuração de modos, colocando em primeiro plano

4 “photographic object that initiates the transmission of human feeling in the form of a relationship (between photographer and photographed, between image and filtering software, between viewer and viewed, between individuals circulating images, between users and social software architectures, etc.). A selfie is also a practice— a *gesture* that can send (and is often intended to send) different messages to different individuals, communities, and audiences.”

a importância da interação entre esses modos; desta forma, todos os atos comunicacionais são moldados pelas normas e regras de funcionamento no momento da tomada de sinal, e influenciados pelas motivações e interesses das pessoas em um contexto social específico.

5. A representatividade da *selfie* em práticas midiáticas: uma análise multimodal dos processos interativos

A interatividade das *selfies* tornou-se tão viral que já é objeto de campanhas publicitárias, a exemplo dos comerciais usados pelas empresas de telefonia TIM e de vestuário C&A, difundidos no ano de 2015. A intenção é justamente criar relações de aproximação com o consumidor e isso implica em combinar a marca com as práticas sociais e culturais cotidianas.

Sob a ótica da interatividade proposta pela Gramática do *Design Visual* (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006), serão aqui analisadas a multimodalidade de alguns recursos semióticos como o contato visual, a distância social, a atitude do produtor em relação à seleção dos ângulos, bem como as suas prováveis intenções.

A propaganda da rede de telefonia TIM, na Figura 1, apresenta os atores Luciano Hulk e Daniele Suzuk, como participantes representados (PR).

Figura 1 - Luciano Hulk Daniele Suzuk em comercial da TIM.



Fonte: <http://vejasp.abril.com.br/blogs/pop/2015/03/23/luciano-huck-tim-comercial/>

O enfoque frontal remete-nos à ideia de “demanda” e as expressões dos olhos e da boca de ambos participantes transmitem uma impressão de convite e imprime uma intenção de sedução; ou seja, um maior envolvimento com o participante interativo (espectador), na figura do público consumidor. Observa-se que o enfoque da câmera está apenas nas cabeças e ombros dos PR, um plano íntimo e fechado de captura – o *close up* – o que sugere uma certa aproximação e intimidade com o PI. O braço do Luciano Hulk funciona como um vetor que revela tratar-se de uma *selfie*. A captura frontal da imagem sugere também uma posição de igualdade em relação ao PI, isto porque a intenção publicitária é envolver o espectador consumidor, de forma a mostrar uma relação íntima com ele. A interação na imagem proposta, na posição frontal, ângulo “*at eye level*”, aponta para uma relação de poder igualitário estabelecido

entre o leitor e o participante, assim não há diferenças de poder entre ambos, demonstrando uma relação de igualdade entre as celebridades e o consumidor; no caso, o comercial sugere que qualquer um pode ter um aparelho TIM, de alta *performance*, para se tirar uma excelente *selfie*, tanto as celebridades, como as pessoas comuns.

Na Figura 2 as mesmas celebridades retratadas na Figura 1 são posicionadas de forma distinta, e desta vez não em formato de uma *selfie*, mas em uma simulação de uma *selfie*.

Figura 2 - Luciano Hulk Daniele Suzuk em comercial da TIM.



Fonte: <http://www.publicitarioss.com/2015/04/publicidade-contemporanea-era-da-interatividade/>

Isso não significa falta de interação com o PR, mas apenas uma relação de impessoalidade, tendo em vista que a atitude objetiva na perspectiva do ângulo propõe deixar em destaque

apenas o que de fato foi retratado na imagem em questão. O enfoque está no objeto, o celular, produto da telefonia, proposto pela campanha. A imagem do produto, mais uma vez, é usada para reforçar a ideia da potencialidade da rede de telefonia para a propagação da *selfie*, formato de imagem sugerida pelo vetor, braço de Luciano Hulk. O quadro retratado emite a intenção de “oferta”, situação essa em que o PI é mero espectador e tem o papel de um visualizador invisível das informações explícitas no objeto de contemplação. A imagem apresenta-se também em “*close up*” ou plano fechado, sugerindo aproximação com o consumidor espectador, apesar da impessoalidade emitida no ângulo oblíquo pelos PR na figura das celebridades. A imagem desses PR, sob a forma de perfil, provoca no espectador um sentido de desprendimento da cena observada, levando o PR a focar no produto celular.

Já no comercial propagado pela C&A para a campanha outono/inverno no ano de 2015, os participantes representados estão nas figuras de Thaila Ayala junto à modelo Aline Weber como se ver na Figura 3.

Figura 3 - Thaila Ayala junto a modelo Aline Weber em campanha virada outono/inverno C&A/2015.



Fonte: <http://viroutendencia.com/2015/03/06/virada-cea-outono-inverno-2015/>

Apesar de não se tratar necessariamente de uma *selfie*, a imagem representa uma posição em que se retrata uma *selfie*. Aqui também fica clara a interatividade entre os participantes, bem como as intenções do produtor e da campanha publicitária.

No primeiro quadro, do lado esquerdo, a mesma celebridade é representada em duas posições: Na primeira, o PR sob a forma de objeto – espelho – explicita claramente tratar-se de uma *selfie* como meio de interagir o produto comercializado com essa prática tão constante na vida das pessoas na modernidade. O espelho reflete posições diferentes dos PR. No lado esquerdo, a artista, em uma perspectiva horizontal subjetiva, na posição *oblíqua*, revela uma certa impessoalidade e distanciamento do PR. Essa ideia é reforçada pelo ângulo “*long shot*” ou *plano aberto*, quando mostra o corpo inteiro do PR. Ao lado direito do primeiro

quadro. A imagem frontal denota uma atitude de demanda, no enquadramento “*medium close*”, em que a imagem retrata o PR do joelho para cima; é imprimida uma relação de maior distanciamento do que o plano fechado “*close up*”, mas uma intimidade maior do que no “*long shot*”. Os vetores retratados através do dedo e do olhar da PR indicam a atitude gestual convidativa e a proposta de demanda. A posição em evidência, na perspectiva vertical, sob o ângulo frontal “*at eye level*” denota uma relação de poder igualitário estabelecido entre o leitor, PI e o PR; ao mesmo tempo, na forma do contato visual, que retrata uma relação de aproximação e envolvimento entre os participantes.

Pode-se constatar na segunda parte do quadro imagético, presente na Figura 3, que, enquanto o PR refletido no espelho encontra-se na posição “*long shot*”, plano aberto, em que aparece todo o corpo de perfil, revelando distanciamento, impessoalidade e desprendimento da cena observada, o PR ao lado, sob a câmera na posição frontal convida o PI a interagir através do vetor gestual e expressivo, o “olhar”. A imagem também aponta a relação de igualdade entre PR e PI através do ângulo frontal “*at eye level*”, em uma perspectiva vertical; assim, busca-se uma relação de poder igualitário entre a celebridade e o PI consumidor.

6. Considerações Finais

Indubitavelmente, o enquadre teórico da Semiótica Social contribui para uma melhor compreensão das regras sociais, bem como dos significados emitidos pelos grupos através dos diferentes recursos semióticos empregados.

Aqui neste estudo foi mostrado o potencial da Semiótica Social através da análise das imagens publicitárias no formato

selfie que contempla a multimodalidade pelo conjunto de modos semióticos presentes como gestos, posições, enquadramento, entre outros. A escolha da imagem *Selfie* vem sendo usada de forma constante em propagandas publicitárias a exemplo das que foram aqui abordadas pela Telefonia Tim e pela Rede de Lojas C&A, ambas no ano de 2015.

A aplicação dos conceitos semióticos nas imagens de *selfie* mostrou que o ser humano busca constantemente influenciar o outro, como forma de sedução ou dominação. As propagandas é um exemplo dessa forma de persuasão. O que é novo aqui é a exploração dos modos semióticos para buscar uma maior aproximação e interação com os membros da sociedade na figura dos consumidores. Assim, a opção semiótica das empresas foi empregar um recurso que no momento é a “sensação” nas redes sociais, não somente em relação ao público adolescente, mas também entre adultos e entre celebridades. Percebe-se assim um caráter ideológico e intencional nessas escolhas.

O estudo dos processos interativos é muito amplo e empolgante, por isso merece ser estudado e aplicado em outros trabalhos, utilizando-se de novos objetos.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, F. F. *Semiótica Social e Gramática Visual: o sistema de significados interativos*. Revista Anglo Saxônica. Lisboa, ser.III, n.1, p. 263-281, 2010.

DAY, E. *How selfies became a global phenomenon*. The Guardian Journal. Jul. 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2013/jul/14/how-selfies-became-a-global-phenomenon>. Acesso em 25-26 jun. 2016.

ECO, U. *Tratado Geral de Semiótica*. Trad. Antônio de Pádua Danesi e Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2009.

HALLIDAY, M. A. K. *Language as social semiotics*. In: *The social interpretation of language and meaning*. London: Edward Arnold Publishers, 1978.

_____. *An introduction to functional grammar*. London: Edwar Arnold, 1985.

_____. *An introduction to functional grammar*. 3rd edition. Rev. by Christian M. I. M. Matthiessen. London: Hodder Arnold, 2004.

HODGE, R.; KRESS, G. *Social Semiotics*. Cambridge-Great Britain: Polity Press, 1995.

_____. *Social Semiotics*, Cambridge-Great Britain: Polity Press, 1988.

JEWIT C. Mode. The Routledge Handbook of Multimodal Analysis. In: *Glossary of multimodal terms*. London: Routledge 2009. Disponível em: <https://multimodalityglossary.wordpress.com/mode-2/>. Acesso em 22-26 jun. 2016.

_____. Multimodality. The Routledge Handbook of Multimodal Analysis. In: *Glossary of multimodal terms*. London: Routledge. 2009. Disponível em: <https://multimodalityglossary.wordpress.com/multimodality/>, Acesso em 22-26 jun. 2016.

KRESS, G.; VAN LEEWEN. *Reading images: the grammar of visual design*. 2 ed. London and New York: Routledge, 2006.

_____. *Reading images: the grammar of visual design*. London; New York: Routledge, 1996.

OXFORD advanced learner's dictionary.
Oxford: Oxford University Press, 2013.

PEIRCE, C. S. *Semiótica e Filosofia: introdução, seleção e tradução de Octanny Silveira Mota e Leônidas Hegenberg*. São Paulo: Cultriz, 1972.

RECTOR, M.; YUNES, E. *Manual de Semântica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

RODRIGUES, M. F. G.; LOIOLA, R. F. Gramática Sistêmico Funcional: a metafunção interpessoal. In: LIMA, C. H. P.; PIMENTA, S. M. de O.; AZEVEDO, A. M. T. de. (orgs.). *Incursões semióticas: Teoria e prática de Gramática Sistêmico-Funcional, multimodalidade, Semiótica Social e Análise Crítica do Discurso*. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2009, p. 63-73.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. 6 ed. Buenos Aires: Losada, 1967.

SENF, T. M.; BAYM, N. K. Selfies Introduction: what does the selfie say? Investigatin a global phenomenon. *International Journal of Communication*, v. 9, p. 1588-1606, maio. 2015. Disponível em: <http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/4067/1387>. Acesso em 22 jun., 2016.

SOUZA, F. *Publicidade contemporânea: a era da interatividade*. Publicitários Social Clube. Abr. 2015. Disponível em: <http://www.publicitariossoc.com/2015/04/publicidade-contemporanea-era-da-interatividade/>. Acesso em 25-26 jun. 2016.

VAN LEEUWEN, T. *Introducing Social Semiotics*. London; New York: Routledge, 2005.

_____. Semiotic resouces: introducing Social Semiotics. In: *Glossary of Multimodal Terms*. London: Routledge. 2004, p. 285. Disponível em: <https://multimodalityglossary.wordpress.com/semiotic-resources/>. Acesso em 22-26 jun. 2016.

TU e VOCÊ: Sociofuncionalismo e ensino de gramática

TU and VOCÊ: Sociofunctionalism and teaching grammar

Francielly Coelho da Silva

Resumo

Em geral, livros didáticos e gramáticas escolares de língua portuguesa, quando tratam do ensino dos pronomes pessoais, não consideram importantes fatores que condicionam seus usos não canônicos, deixando de citá-los ou reprimindo-os, sem tentar explicá-los. Diante disso, são apresentadas reflexões para uma proposta didática voltada para o ensino médio, focada na variação de uso dos pronomes TU e VOCÊ na função de sujeito, considerando o *continuum* de formalidade e informalidade em que eles estão inseridos, com base nos pressupostos teórico-metodológicos do sociofuncionalismo. Resultados de pesquisa de mestrado (PpgEL/ UFRN) sobre a variação entre os usos desses pronomes na conversação de Natal revelam: (i) o TU predomina na conversação envolvendo indivíduos em relação de amizade e no ambiente de conversação caracteristicamente informal; (ii) o VOCÊ predomina nas demais relações entre interlocutores observadas no *corpus* retirado do BANCO CONVERSACIONAL DE NATAL (CUNHA, 2010). Assim, são discutidos pressupostos teóricos a serem considerados no ensino de língua materna e apresentadas atividades que podem ser realizadas em sala de

aula, a fim de contribuir para o desenvolvimento da competência linguística dos alunos.

Palavras-chave: Sociofuncionalismo. Gramática. Ensino.

Abstract

In general, Portuguese textbooks and school grammars when dealing with the teaching of personal pronouns do not consider important factors that condition their non-canonical uses, failing to quote or repress them, without attempting to explain them. Therefore, reflections are presented for a didactic proposal focused on secondary education, focused on the variation of the use of TU and VOCÊ pronouns in the subject function, considering the continuum of formality and informality in which they are inserted, based on the based on a socio-functionalism perspective. Results of a master's research (PpgEL / UFRN) on the variation between the uses of these pronouns in Natal's conversation reveal: (i) TU predominates in the conversation involving individuals in relation of friendship and in the characteristically informal conversation environment; (ii) VOCÊ predominate in the other relationships between interlocutors observed in the corpus withdrawn from the BANCO CONVERSACIONAL DE NATAL (CUNHA, 2010). Thus, theoretical assumptions to be considered in the teaching of mother language are discussed and activities that can be carried out in the classroom are presented, in order to contribute to the development of the students' linguistic competence.

Keywords: Sociofuncionalism. Gramatic. Teaching.

1. Introdução

Nos últimos anos, tem-se percebido uma intensificação em torno da discussão da problemática do ensino de língua materna no Brasil. Tem-se promovido pesquisas, eventos acadêmicos e publicações que visam a reflexões sobre o tema. A preocupação tem sido não só investigação dos fenômenos linguísticos de nossa língua, mas também de que modo esses conhecimentos têm chegado (ou não) à escola. Muitos estudiosos têm tentando contribuir, para além dessas reflexões, com propostas. Não são “receitas prontas” de como trabalhar esse ou aquele conteúdo, são exemplos de como trabalhar. Isso tem ajudado a muitos professores da educação básica. Ainda assim, muitas vezes, ao se abordar a gramática nas escolas, se tende ao ensino de um modelo prescritivo e “engessado” de língua.

Martins (2015, p. 1535) nos diz que os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) indicam que os “chamados conteúdos gramaticais [...] passam a compor o conjunto de atividades de análise e reflexão sobre a língua, como suporte e subsídio das práticas de leitura, produção, revisão e reescrita de textos”. E o que seria isso? Seria não ensinar gramática? Não citar nomenclaturas gramaticais? Acreditar que o texto pode ser lido e entendido sem os conhecimentos linguísticos de uma língua? Não seria isso, porém tem sido assim que muitos professores têm entendido o que propõem os PCN. Nesse sentido, a autora realiza reflexões interessantes sobre ensino de duas classes gramaticais - advérbio e conjunção - numa abordagem socio-funcionalista, que podem ampliar a visão dos professores sobre o ensino de gramática em consonância com os PCN.

Embora percebamos uma maior preocupação com o ensino por parte de pesquisadores da língua, muitos dos livros

didáticos escolhidos pelos professores - que são, por diversos motivos, usados como material único, parâmetro para muitos professores - trabalham, no que se refere ao ensino de gramática, na “contramão” do que dizem as pesquisas. Muitos desses referidos livros tratam o ensino de língua como se esta fosse estática e homogênea.

No que tange aos pronomes de segunda pessoa, consoante Moura e Martins (2015, p. 4139), em artigo no qual discutem, entre outras questões, o modo como os pronomes TU/ VOCÊ são trabalhados em livros didáticos do ensino fundamental, afirmam que, embora os autores Cereja e Magalhães (2009) façam menção à variação entre esses pronomes, “espelhando-se nas GT, reforçam que não deve haver mistura de tratamento entre as duas formas”. Segundo os pesquisadores, os autores do livro analisado nada além disso discutem sobre essa “mistura de tratamento”, apenas prescreve-lhes o uso. O que, a nosso ver, pode confundir os alunos, incitando-lhes ou reforçando o preconceito linguístico em relação aos usos dessas formas, dificultando o aperfeiçoamento de sua competência linguística no que tange a esses usos.

Em relação a livro de Delmanto e Carvalho (2012), Moura e Martins (2015, p. 4141) afirmam que, embora as autoras apresentem “um quadro síntese com apresentação das pessoas do discurso e dos pronomes pessoais, espelhando-se nos postulados das GT analisadas”, observam que o pronome TU é utilizado em referência à segunda pessoa do discurso majoritariamente na regiões Sul e Nordeste, sendo mais comum em outras regiões o uso de VOCÊ. Entretanto, conforme os pesquisadores, “fica notório que as autoras esquivam-se de classificar o pronome pessoal você, ignorando o fato desse, conforme estudos anteriores, [...] ser utilizado nos mesmos domínios do pronome

canônico tu”. Em termos de variação entre esses pronomes, segundo os pesquisadores, as autoras citadas utilizam-se apenas “da expressão ‘palavra’, um rótulo vago e impreciso para um fato tão recorrente no PB” (cf. MOURA; MARTINS, 2015, p. 4141).

Sobre os livros analisados, Moura e Martins (2015, p. 4145) concluem: “A análise desses LDP mostra-nos que é indispensável uma revisão e atualização desses materiais didáticos [...] Entretanto, essa revisão não pode tolher o público alvo de conhecer as formas canônicas da nossa língua materna”.

Martins e Moura (2015, p. 4131) também analisam o tratamento dado aos pronomes pelas gramáticas normativas, que são tomadas como base de ensino de língua materna para muitos professores. Citam, por exemplo, Bechara (2010) e Cunha e Cintra (2008, 2013), afirmando que esses autores entendem que “os pronomes pessoais do caso reto são formas de pronomes que podem funcionar como sujeitos de uma sentença”, apresentando as seguintes pessoas do discurso:

a) 1ª pessoa -> quem fala-eu (singular); nós (plural);
b) 2ª pessoa -> com quem se fala-tu (singular); vós (plural); c) 3ª pessoa -> de quem se fala-ele/ ela (singular); eles/elas (plural). Os gramáticos Cunha e Cintra (2008, 2013 p. 290, 303, 305 respectivamente) assumem, ainda, que as pessoas com quem se fala, ou seja, a segunda pessoa pode ser expressa também pelos pronomes de tratamento. Essas formas de tratamento são palavras ou locuções que tem o valor de pronomes pessoais, todavia os verbos associados a esses pronomes de tratamento são realizadas na 3ª pessoa. Na seção destinada às discussões relacionadas aos pronomes de tratamento, os autores reservam um espaço exclusivo para tratar acerca do emprego dos pronomes de tratamento de segunda pessoa, tu e você. Nesse espaço, encontramos uma pequena explicação a respeito do

uso dessas formas tanto no Português Europeu (PE) como no PB, os autores chamam a atenção para o fato de, no PE, o pronome tu ser empregado como forma própria da intimidade, utilizado com bastante vagar nas relações parentais, maritais e fraternais descendentes (superior para inferior); eles observam, também, que esse uso tem se ampliado, podendo ser verificado nas relações profissionais simétricas. Paralelo a isso, os autores apresentam os usos do tu, no PB, e registram que no português do Brasil, o uso do tu restringe-se ao extremo sul do país e a alguns pontos da região Norte, ainda não suficientemente delimitados. Em quase todo o território brasileiro, foi ele substituído por você como forma de intimidade. Você também se emprega, fora do campo da intimidade, como tratamento de igual para igual ou de superior para inferior. É este último valor, de tratamento igualitário ou de superior para inferior (em idade, em classe social, em hierarquia), e apenas este, o que você possui no português normal europeu, onde só excepcionalmente – e em certas camadas sociais altas – apareceu usado como forma carinhosa de intimidade. No português de Portugal não é ainda possível, apesar de certo alargamento recente do seu emprego, usar você de inferior para superior, em idade, classe social ou hierarquia. (CUNHA; CINTRA, 2008, 2013, p. 306). (cf. MOURA; MARTINS, 2015, p.4134).

Sobre os usos de TU e de VOCÊ em Natal, Silva (2015) realizou pesquisa de mestrado, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Alice Tavares, pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A base teórico-metodológica de seu trabalho teve enfoque sociofuncionalista. Seu *corpus* de análise foi o *Banco Conversacional de Natal* (2010), organizado pela Profa. Dra. Maria Angélica Furtado da Cunha, com base em conversações gravadas na década de 1990. Como resultados da pesquisa, tem-se:

(i) o TU predomina na conversação envolvendo indivíduos em relação de amizade e no ambiente de conversação caracteristicamente informal; (ii) o VOCÊ predomina nas demais relações entre interlocutores observadas no corpus e no ambiente de conversação mais formal; (iii) em relação ao tipo de discurso, relatado (quando o falante dá voz a outros indivíduos); não relatado (quando o falante dirige-se diretamente a seu interlocutor ao dizer algo): o TU é favorecido no discurso não relatado em contraposição ao VOCÊ. Já no discurso relatado, o VOCÊ é favorecido, em contraposição ao tu, que foi desfavorecido nesse contexto (cf. SILVA, 2015).

Considerando: a “fragilidade” com que ainda se aborda, em livros didáticos e gramáticas normativas, o fenômeno de variação entre os pronomes TU e VOCÊ no Português Brasileiro, conforme bem demonstraram Moura e Martins (2015); a necessidade de se trabalhar a língua com base nos usos reais que os falantes fazem desta, seja em contextos escritos, seja em contextos orais, considerando o *continuum* de formalidade/ informalidade em que se inserem os falantes; a relevância de se trabalhar a língua em uso, conforme defendem os pesquisadores da língua que se preocupam com as questões de ensino e a importância de se adequar esse ensino às propostas dos documentos referenciais de ensino, no caso, com os PCN, elaboramos este artigo visando à discussão de conceitos que devem ser considerados nessa visão de ensino e à apresentação de exemplos de atividades a serem utilizadas em sala de aula sobre a variação entre os pronomes supracitados, a fim de promovermos um ensino reflexivo de língua materna com base no aperfeiçoamento da competência linguística de nossos alunos.

Para tanto, discutiremos – de modo breve, uma vez que nosso foco está nas propostas apresentadas – alguns conceitos,

que consideramos relevantes para a inserção do tema. Depois, explicitaremos a proposta por nós elaborada. Por fim, apresentaremos nossas considerações finais.

2. Refletindo sobre alguns conceitos

Se se deseja ensinar gramática em consonância com o que tem defendido os sociofuncionalistas, é preciso se comprometer com a defesa de um ensino que considera a língua em sua heterogeneidade, entendendo que “as variantes linguísticas possuem significado social e que a avaliação dos falantes em relação a essas formas interferem nos rumos da mudança”. É preciso considerar também “que a língua faz parte da identidade sociocultural de qualquer grupo/comunidade”, entendendo que há diferentes norma(s) linguística(s) e motivações políticas para a escolha de uma dada “norma padrão”. É preciso que se reconheçam as pesquisas que tratam dos fenômenos de variação e de mudança nos diferentes níveis, modalidades da língua e regiões do país, em diferentes épocas, entendendo as motivações intra e extralinguísticas que corroboram para a realização dos diversos fenômenos analisados em sala de aula (cf. GÖRSKI; FREITAG, 2013, p. 21 *apud* SILVA, 2015, p. 3).

É preciso dar prioridade, em sala de aula, como se dá nas pesquisas sociofuncionalistas, à língua em uso, cuja natureza, como já dito, é heterogênea, por isso mesmo, não estática. O fenômeno da mudança linguística deve receber destaque, uma vez que é contínuo e gradual. As atividades elaboradas e discutidas devem considerar isso.

É importante conscientizar os alunos para a mudança da língua, a partir de dados sincrônicos e diacrônicos, tomados

com o intuito de fazer os discentes entenderem a mudança como algo natural, além de considerar que as forças linguísticas e sociais que agem hoje sobre a variação e a mudança são em princípio as mesmas que atuaram em épocas passadas.

É preciso considerar, no ensino de língua, que diferentes variantes de um mesmo fenômeno devem ser analisados, considerando que a língua está e sempre esteve em constante processo de mudança. Portanto, as diferentes variantes utilizadas pelos alunos ou por outros falantes devem ser vistas como algo natural e não como erro. Aliás, defendemos que o ensino de gramática tenha por base e explicita as pesquisas dos diversos fenômenos variáveis existentes.

Tomando como parâmetro primeiro de análise a realidade linguística dos alunos, o professor deve pesquisar, com interesse, analisando, com “lentes científicas”, as variantes utilizadas pelos alunos, como forma de valorizar sua identidade e ampliar a competência linguística destes, partindo do conhecimento que já possuem diante dos usos que realizam.

Lembrando que, conforme Tarallo (1986, p. 8), se denominam variantes linguísticas as diferentes formas utilizadas “para se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes dá-se o nome de *variável linguística*”. Por exemplo, em relação às possibilidades de usos linguísticos para a indicação da segunda pessoa do singular em português, a depender do local e comunidade pesquisada no país: TU, VOCÊ, CÊ, OCÊ entre outras. A cada uma dessas formas chamamos variantes. Ao fenômeno a que elas se referem (segunda pessoa do singular) chamamos *variação*.

O professor deve ser aquele que se/os conscientiza para desmistificação do “falar errado”, combatendo, cientificamente, o preconceito linguístico e ensinando a adequação e

inadequação linguística de acordo com os diferentes contextos de fala e de escrita.

Quanto mais conscientes os discentes, melhor agirão em relação à diversidade de usos da língua, pois: “[...] quanto mais intensas e mais variadas forem as situações de uso a que for exposto o indivíduo, mais múltipla será sua gramática e maior será sua destreza em ajustá-la conforme demandarem as situações comunicativas de diversas ordens” (cf. TAVARES, 2007; TAVARES, GÖRSKI, 2006 *apud* SILVA, 2015, p.6).

Além disso, é preciso que o professor também apresente aos alunos as reflexões sobre como a língua funciona nos contextos de maior informalidade, pois lá também ocorre fenômeno linguístico, passível de entendimento e interessante descrição.

É preciso ser cuidadoso, como aponta Vieira (2013, p. 62 *apud* Silva, 2015, p. 7) para com as seguintes dicotomias:

as oposições entre culto e popular (centrada na ideia de que a variedade culta da língua pertence aos escolarizados de nível superior e a popular, aos sem nível superior, iletrados, não escolarizados); entre rural e urbano (referindo-se ao grau de isolamento dos meios rurais, em oposição à concentração das áreas urbanas); formal e informal (a ideia de que ou formal ou informal, não há meio-termo); oral e escrito (diferenças que dizem respeito apenas à expressão linguística nos meios orais ou escritos). Dividir a língua em a norma que é utilizada pelos letrados e a que é utilizada pelos não letrados, como sendo aquela a culta e esta a não-culta é apresentar uma visão reducionista do que seja essa norma. Como se, apenas adquirir um diploma universitário no Brasil, atualmente, diante do qualitativo de uma gama de cursos que se tem, fosse garantia de que um falante é realmente letrado. Há também o fato de que não existe uma única norma culta e, embora um falante possa ser

considerado letrado, este não é formado somente por um diploma, e sim, por uma rede de influências outras que o faz ser o que é.

O que defende Vieira (*op. cit.*) é algo bastante relevante, uma vez que o não entendimento desses conceitos pode levar a um ensino preconceituoso e excludente. O que visamos no ensino de língua, entre outras questões, é, de certa forma, à consciência linguística e autônoma dos indivíduos. É bastante importante refletir sobre as variações existentes dentro das diferentes normas (cultas e populares), como camadas diferentes de um mesmo continuum. Não havendo apenas uma norma culta ou popular, mas normas cultas e populares, a língua se torna mais fluída e o falante mais livre, caso esteja consciente disso, para transitar pelas diferentes “camadas” existentes. Não se tratando, portanto, de ensinar variação linguística, e sim, de tratar da gramática da língua a partir de suas variações. Assim, diferentemente do que comumente se faz na escola, a variação não seria um capítulo isolado e destoante do “resto” do conteúdo do componente curricular, a variação estaria imbricada em todas as discussões sobre a gramática da língua, sobre os estudos dos diversos gêneros discursivos (pois não há texto sem gramática). Enfim, desse ponto de vista, não seria possível isolar a variação do ensino dos fenômenos linguísticos, pois que ela é, em certa medida, responsável pela ocorrência dos próprios fenômenos linguísticos.

Considerando as diferentes normas existentes, é interessante que o professor entenda as diferenças conceituais que envolvem a ideia de normas cultas (diferentes normas possíveis para diferentes contextos formais de língua, em nosso entendimento) e norma padrão (como única forma possível para todos

os contextos de usos da língua, seguindo um padrão prescrito e idealizado), a fim de que não trate a ponta do *iceberg* (norma padrão) como única aceita, utilizada e ensinada.

Também é interessante considerar que não devemos entender a ideia de formalidade/ informalidade de forma dicotômica, polarizada. É preciso entender que há um *continuum* de formalidades e informalidades, como algo, por exemplo, extremamente formal ou informal, relativamente formal ou informal e assim por diante.

Com base nos preceitos sociofuncionalistas, consciente das possibilidades: de uma variante se sobrepôr a outra, causando sua eliminação; de assumir significados diferentes ou de ser controlada pragmaticamente de modo diverso (cf. TAVARES, 2013), o professor de língua materna poderá entender e avaliar como natural e sem alardes, na verdade, com interesse de pesquisa, os ditos “desvios” linguísticos de seus alunos, auxiliando-os a entender o processo e adequá-los aos diferentes contextos.

Após tratarmos de alguns conceitos relevantes, partamos para as propostas de ensino na próxima seção.

3. Propostas

As atividades têm por base fazer refletir, como forma de transposição didática, sobre as discussões apresentadas na seção anterior.

3.1. Atividade 1

1) Você conhece o site EGO? Sabe algo sobre ele? Caso não, vá até ego.globo.com e pesquisem: que temas são comumente abordados? Qual o possível perfil de leitores dessa revista? Quem, geralmente, é por ela entrevistado? Leia alguns textos e observe: a linguagem utilizada pelos jornalistas na escrita de seus textos tende a utilização de formas mais comuns a contextos de usos em que os falantes estão mais “relaxados” em relação ao modo como falam e escrevem ou tendem a contextos em que os falantes estão mais “preocupados” com o modo com que falam e escrevem? Explique citando exemplos dos textos analisados.

2) Considerando as informações explicitadas na questão anterior, podemos dizer que o contexto em que se inserem os textos analisados tende mais para a ideia de informalidade ou formalidade? Explique.

3) Leia o texto abaixo e respondam às questões que seguem.

Taís Araújo e Lázaro Ramos falam de empoderamento e igualdade racial

No teatro - com 'O Topo da Montanha' -, e na TV, com 'Mr Brau', casal festeja chance de exaltar o povo negro. 'Objetivo é sensibilizar as pessoas', diz a atriz

Laís Gomes

Do EGO, no Rio

[...] Na semana em que é festejado o dia consciência negra - comemorado em 20 de novembro - o EGO conversou com os atores, que falaram sobre os objetivos já alcançados, as metas que ainda têm pela frente e a relação delas com os dois trabalhos artísticos atuais. Para Taís Araújo, tanto 'Mr Brau' quanto 'O Topo da Montanha' faz com que as pessoas percebam que a história do negro foi distorcida ao longo dos anos.

“Sempre foi uma história mal contada, acho que a gente agora já entendeu que o objetivo das pessoas era quase a extinção de um povo, era não dar poder a esse povo. O que a gente está tentando fazer é reverter essa situação. Falar: ‘Ô, calma, a gente está aqui, a gente existe e merece respeito, amor, compaixão. Já fomos muito maltratados pelo mundo até, então e estamos aqui pra reverter essa situação. E mais do que isso, a gente não está aqui para lutar contra, queremos lutar com vocês por um mundo melhor para todos nós, inclusive para vocês, que sempre foram beneficiados’. Nosso objetivo maior é sensibilizar o outro e mostrar como nossa história foi mal contada, como nosso povo sofreu até então, como a gente tem uma história linda na construção desse país. O objetivo é sensibilizar todas as pessoas. Vivemos em sociedade, em elo, um é fundamental para a existência do outro”, diz.

Para Lázaro, que também é diretor da peça, é um privilégio trazer empoderamento através da alegria de Mr Brau e

do orgulho, presente no texto de ‘O topo’. “É uma satisfação enorme poder ser escutado, ainda mais depois de tanto tempo de experiência no trabalho, onde você vai só ampliando seus desejos. Poder falar nos tons e conteúdos que a gente fala é um privilégio. Através da comédia a gente sabe que transforma muitas coisas, o Mr Brau traz esse empoderamento através da alegria, que é também uma bandeira. E o orgulho que a gente tem de fazer o ‘Topo’ é inimaginável. Foi uma experiência muito importante dirigir esse espetáculo, a gente consegue levar esse assunto para que pessoas que nunca pensaram sobre isso se sintam motivadas e se identificam”, comemora. “É muito gratificante porque a gente acredita que a autoestima gera segurança, que a segurança gera poder e que o poder vai fazer com que as pessoas caminhem, acreditem em si e partam para as suas vidas com mais coragem e ousadia”, completa Tais. [...]

Fonte: <http://ego.globo.com/famosos/noticia/2016/11/tais-araujo-e-lazaro-ramos-falam-de-empoderamento-e-igualdade-racial.html> Acesso 20 jun 2017.

a) Qual(is) o(s) tema(s) foco(s) do texto? É/ São tema(s) importante(s) de ser(em) abordado(s)? Por quê?

b) É/ são tema(s) polêmico(s) em nossa sociedade ou não? As pessoas falam disso comumente e com propriedade? Por quê?

c) Pelo modo como os atores abordam o(s) tema(s), eles demonstram familiaridade com a discussão? Explique, transcrevendo elementos do texto que corroborem sua afirmação.

d) Identifique, na fala dos atores, os pronomes e verbos que utilizam para se referir à primeira pessoa do plural.

Pronomes sujeitos/ objetos	Formas verbais

e) Em relação à resposta da questão anterior, podemos dizer que há variação entre as formas pronominais utilizadas por eles? Justifique.

f) Causa estranhamento a você o fato de os atores ora se utilizarem de *nós*, ora de *a gente*? Ou para vocês são comuns esses usos? Por quê?

g) Em uma “produção de texto” narrativo, em que você tivesse de relatar um passeio, junto a um grupo, a algum ponto turístico de Natal, e se essa produção tivesse sido solicitada como tarefa da escola ou em um processo de seleção de estágio de trabalho, você daria preferência, no relato, ao uso de *nós*, de *a gente*, ou utilizaria os dois variavelmente? Por quê?

h) Para você, o uso de *a gente* em um contexto formal de uso da língua por uma falante de nível superior (Taís Araújo é jornalista) está adequado ou não à situação? Por quê?

i) Considerando o que dizem alguns livros didáticos e gramáticas normativas em relação à padronização de pronomes utilizados em um mesmo contexto, que justificativa você dá para que Laís Gomes, jornalista responsável pela escrita do texto, conserve a variação na fala dos atores?

j) Após o que respondeu: como relacionar variação e adequação linguísticas à ideia de um *continuum* de formalidade/informalidade?

k) Considerando o que se entende por norma padrão e norma culta, explique se o uso de *nós* e de *a gente* em um mesmo contexto (formal) de língua, como no texto lido, estaria de acordo com o que cada uma dessas normas conceituam.

l) Podemos dizer que só há variação na fala, na escrita ou nos dois? Podemos pensar que textos que tendem à formalidade também são passíveis de variação? Por quê?

3.2. Atividade 2

1) O diálogo a seguir foi retirado de uma gravação de uma conversa entre colegas de turma na Universidade. São estudantes de Letras. F1 e F2 é como as falantes são designadas. Os trechos foram citados por Silva (2015, p. 16-17), em sua dissertação de mestrado.

F2 (quando chego aqui...)
o quadro...
o aviso maior do que o quadro...
porque **tu sabe** né...
como ela é?
F1 (sim...)
(p. 13-14)

F2 qual o texto?
tu sabes?
F1 num sei...
mas deve ser o texto anterior a esse...
(p. 23-24)

a) As expressões destacadas em negrito são estranhas a você?
Por quê?

b) Podemos dizer que houve variação na fala da mesma informante? Explique

c) Que outros modos de se dirigir a outra pessoa F2 poderia ter utilizado? Do seu ponto de vista, essa substituição implicaria em alguma mudança? Por quê?

d) Considerando que as falantes são colegas de faculdade e estão conversando na biblioteca da Universidade sobre um dado aviso de uma professora,

*podemos dizer que o contexto de fala tende mais à formalidade ou informalidade? Explique.

*podemos dizer que a variação é algo que perpassa apenas a fala e a escrita das pessoas de classes sociais mais baixas e com baixa escolaridade ou que é um fenômeno natural da língua e que está presente na fala de qualquer falante? Explique.

e) Sobre o uso das variantes TU e VOCÊ,

*você utiliza as duas formas ou apenas uma delas ou outra? Se apenas uma delas, qual?

*em que contextos de fala e de escrita, você utiliza essas formas? Para se referir a quem?

*há algum contexto em que você não utiliza/ utilizaria de modo algum uma dessas formas? Por quê? Cite-os.

3.3. Atividade 3

1. O trecho a seguir é parte de uma obra de Carlos Fialho, escritor norterriograndese, intitulada *Contradições de Mano Celo*. Nele, há um diálogo entre este personagem – protagonista, filho da “elite”. Mano Celo nasceu e se criou em Natal. Deseja ser *rapper* – e um integrante do grupo *Abrigados do Rap*. Esse diálogo servirá de base para as questões 1-5 desta atividade que deverá ser realizada em dupla.

[...]

-Qual a tua, **mano**? **Tu tá achando** que o que **nóis faz** aqui é brincadeira? **Tá tirando onda** com nosso som?

-Qual é, mano? Eu faço música em defesa dos menos favorecidos, dos mais pobres, dos injustiçados.

-**Tu se acha** quem, rapá? O Eminem do litoral? **Todo branquelo** desse jeito!

-**Olhe só, não obstante** eu admire o **trabalho do senhor Eminem...**

-É o que?! **Que papo é esse? Não obstante?** Isso é jeito de rico falar!

-Eu não escolhi o berço em que nasci. Não tenho culpa de pertencer a uma classe social mais abastada.

-**Meu, tu tá invadindo um território** que não é teu, **tá sabendo?**

-**Data vênia**, temos que reconhecer que o *rap* é bastante democrático, **havendo assim espaço para tantos quantos** queiram participar.

-**Data vênia!? Meu**, não dá pra conversar com você, não!

[...]

(cf. FIALHO, 2011, p. 18-23)

1) Sobre a conversa entre os dois, é possível perceber diferenças em seus modos de falar. Tanto é que o integrante do grupo estranha expressões utilizadas pelo Mano. Quais são elas? E por que isso acontece?

2) No trecho acima transcrito, há enunciados em negrito. Releia-os e responda: será que o modo como falamos revela o local (região) onde nascemos e crescemos, nossa classe social e grau de escolaridade? Explique considerando os trechos destacados.

3) Que vocábulo é utilizado pelo *rapper*, integrante do grupo *Abrigaados do Rap*, para se dirigir a Mano Celso? Identifique que formas verbais se referem a essa palavra.

4) Em seu livro de português, pesquise sobre o assunto *pronomes pessoais do caso reto* e transcreva quais pronomes são apresentados como pessoais do caso reto nesse livro.

5) Pesquise na tabela de conjugação dos verbos como os verbos *Achar* e *Estar* se encontram conjugados no presente do indicativo, especialmente, em relação ao TU. Há diferenças entre o que está no livro e o modo como o personagem que conversa com Mano Celso fala? Se sim, aponte essa(s) diferença(s) e explique: por que você acha que ela existe? Ela é estranha a você?

6) No início da fala do *rapper* - “Tu tá achando que o que nós faz aqui é brincadeira” - há o uso do “nós” com a forma verbal “faz”,

a) esse uso está de acordo com o livro didático pesquisado por você na questão anterior? Por quê?

b) que explicação podemos dar para o fato de o autor ter escrito “nóis” em vez de “nós”?

c) Esse modo de falar o “nós” é comum entre os falantes de suas comunidades? O que você pensa sobre isso?

d) em vez de dizer “nóis faz” o *rapper* poderia ter dito “nós fazemos”, “a gente fazemos”, “a gente faz”. Quais desses usos são comuns entre você e seus colegas?

e) você encontrou o “a gente” no material que pesquisou? Se sim, o que se falou sobre ele?

f) a forma como o integrante do grupo fala com o Mano é estranha a você? Por quê?

g) Você fala como ele: “Tu tá”, “Nós faz”? Já foi repreendido pelo modo que falam em algum momento? Quem repreendeu? Em que situação?

h) você acredita que essa forma do rapaz falar estaria adequada a qualquer situação? Por quê?

i) O que você pensa sobre esse modo de falar do *rapper*? Justifique.

7) A tarefa agora é, junto com os colegas, produzirmos uma nova tabelinha de pronomes pessoais “do caso reto” ou sujeitos. Vamos lá?!

--

3.4. Atividade 4

Ai que saudade de ocê

Vital Farias

Não se admire se um dia
Um beija-flor invadir
A porta da tua casa
Te der um beijo e partir

Fui eu que mandei um beijo
Que é pra matar meu desejo
Faz tempo que eu não te vejo
Ai que saudade d'ocê

Ai que saudade d'ocê
Ai que saudade d'ocê

Se um dia ocê se lembrar
Escreva uma carta pra mim
Bote logo no correio
Com frases dizendo assim
Faz tempo que eu não te vejo

Quero matar meu desejo
Te mando um monte de beijo
Ai que saudade sem fim

Ai que saudade sem fim
Ai que saudade sem fim

E se quiser recordar
Aquele nosso namoro
Quando eu ia viajar
Você caía no choro
E eu chorando pela estranha
Mas o que posso fazer?
Trabalhar é minha sina
E eu gosto mesmo é d'ocê

E eu gosto mesmo é d'ocê
E eu gosto mesmo é d'ocê

Fonte: <http://www.vagalume.com.br/elba-ramalho//ai-que-saudade-de-ocê-html> Acesso 20 jun 2017.

1) Trabalhando essa música com outras turmas, alguns alunos estranharam em seu título *Ai que saudade de ocê*, o “ocê”. A você, seu uso também é estranho? Por quê?

2) Por que outras palavras de “mesmo” sentido o “ocê” poderia ter sido substituído no título?

3) De acordo com alguns estudiosos, não há sinônimo perfeito, ou seja, por mais que uma palavra tenha significado semelhante em um dado contexto, sua substituição implicará em alguma mudança. Por exemplo, há quem diga “acenda a luz”, mas estranhe que digam “acenda a televisão”, embora tenham sentidos equivalentes; ou ainda, “fulana morreu”, “fulana finalmente descansou”, “fulana foi pra cidade de pé junto”. Embora queiram dizer a “mesma” coisa, não dizem. Seguindo esse raciocínio, tentem perceber e explicar que diferenças poderiam ser ocasionadas no título pela mudança do vocábulo “ocê”, considerando os vocábulos possíveis de substituição que você citou na questão anterior.

4) Qual o significado das palavras ou expressões sublinhadas a seguir:

- a)** Que é pra matar meu desejo
- b)** Bote logo no correio
- c)** Te mando um monte de beijo
- d)** E se quiser recordar
- e)** Trabalhar é minha sina

5) Dos modos abaixo transcritos, qual você utilizaria para declarar a saudade do(a) amado(a)?

- a) tô com saudade de tu
- b) tô com saudade de você
- c) tô com saudade de ocê
- d) tô com saudade d'ocê
- e) tô com saudade de ti
- f) tô com saudade do(a) senhor(a)
- g) tô com saudade de cê
- h) nenhum dos casos anteriores. Qual então?

6) Qual a impressão que você teria de alguém falasse do modo como está na música? Por quê?

7) Considerando o que o seu livro didático ensina sobre pronomes pessoais do caso reto, pronomes pessoais do caso oblíquo e conjugação verbal, preencha o quadro de acordo com o que se pede.

Não se admire - da tua casa - Te der um beijo - que eu não te vejo - Ai que saudade d'ocê - Se um dia ocê se lembrar - Escreva - Bote - que eu não te vejo - Te mando - Você caía no choro - E eu gosto mesmo é d'ocê

Sujeito TU - Verbo	Objeto TU	Sujeito VOCÊ/ OCÊ - Verbo	Objeto VOCÊ/ OCÊ
-----------------------	-----------	------------------------------	---------------------

8) Considerando a ideia de uniformidade de tratamento que defendem alguns livros didáticos e gramáticas normativas, podemos dizer que, desse ponto de vista, o compositor da música utilizou-se dessa uniformidade? Por quê?

9) Considerando que o fenômeno da variação linguística em que há a “competição” entre duas ou mais formas linguísticas,

a) como podemos confirmar essa “competição” nos exemplos da questão 7?

b) em sua opinião, a não uniformidade de tratamento é errada?

3.5. Atividade 5

1. Leia o texto e responda o que se pede.

No latim, segundo Faraco (1996), o TU era utilizado para se referir a uma única pessoa de maneira menos formal e o VOS era utilizado para se referir uma só pessoa de maneira mais formal ou a mais de uma de modo formal e não formal. De todas as línguas neolatinas, conforme o autor, a única que preservou isso foi o francês.

Mais tarde, com a divisão do Império Romano, houve a necessidade de aperfeiçoar o tratamento para dois imperadores. Assim, o tratamento para qualquer autoridade passou a ser feito com VOS, ainda que se referisse a uma única pessoa. Outra forma de tratá-los era o UESTRAS MAIESTAS com verbo na terceira pessoa do singular.

Entre XV e XVI, surgiram o VOSSA ALTEZA e VOSSA MAJESTADE. Depois, XVI, XVII e XVII, o VOSSA EXCELÊNCIA e VOSSA SENHORIA.

O fato é que sempre que uma forma passava a ser utilizada para pessoas de classes baixas era substituída por outra que deixasse transparecer o status social do interlocutor. Até decretos foram publicados impondo o modo de tratar, inclusive, punindo os que não respeitasse isso. O VOSSA MERCÊ não aparecia nesses decretos, o que faz considerar que ele ainda mantinha marca de respeito.

Ampliaram-se os usos de VOSSA EXCELÊNCIA e VOSSA SENHORIA, reduziu-se o uso de VOS ao tratamento que não demandava cortesia e seu espaço foi preenchido por VOCÊ. O TU era utilizado na intimidade.

No Brasil, em termos históricos, consoante Lopes e Cavalcante (2011, p. 36), VOSMECÊ, MECÊA, VOSSE, VOCÊ e VOSSA MERCÊ, ao chegarem por aqui, não guardavam a mesma “cortesia” que nas terras de lá. Enquanto que, em Portugal, o VOCÊ era mais produtivo em relações assimétricas, podendo até ser utilizado de modo negativo em oposição a VOSSA MERCÊ; no Brasil, a partir do século XIX, essa concorrência tornou-se mais acentuada entre TU e VOCÊ, aquele utilizado para contextos mais informais e este para contextos mais formais.

Fonte: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/20149/1/FranciellyCoelhoDaSilva_DISSERT.pdf

Acesso 20 de jun 2017 (Texto adaptado)

A depender da região analisada, o TU pode ser mais utilizado em contextos informais do que o VOCÊ ou o contrário, e usos como “TU faz”, “TU foi” em vez de “TU fazes”, “TU foste”, como prega a gramática normativa, são considerados por muitos como errados. Com base nessa informação e no texto lido sobre a trajetória do VOCÊ, considerando que a língua muda, porém, ao fazê-lo, suas formas podem conservar traços de formas antigas, como podemos justificar que o verbo em TU seja conjugado desta forma: “TU pode”?

3.6. Atividade 6

Agora, você e seus colegas são os linguistas. Juntos, gravem uns 10 minutinhos de conversas de colegas e familiares. Avisem que os está gravando. Em seguida, tentem realizar a “transcrição” do que eles disseram. A seguir, vocês devem destacar os usos pronominais ao longo das conversas. Tragam os exemplos para a próxima aula, a fim de apresentá-los e discutirmos e analisarmos os usos encontrados.

4. Considerações Finais

Na seção 1, introdução, buscamos justificar a relevância de pensarmos em propostas práticas de atividades que discutam fenômenos da língua, uma vez que já há número relevante de textos de linguistas, que nos fazem refletir sobre o processo de ensino de língua materna que considere a variação e a mudança, diante da carência, de acordo com pesquisas realizadas, de livros didáticos e gramáticas normativas que considerem essas questões.

Na seção 2, tratamos, de modo sucinto, de algumas reflexões teóricas importantes, sobre as quais o professor de língua materna deve se debruçar.

Na seção 3, a mais extensa de nosso trabalho, tratamos de apresentar propostas de atividades de ensino de usos de pronomes sujeitos em diferentes gêneros discursivos, com base em um trabalho interativo, reflexivo e mais autônomo de língua.

Nesta seção, apresentamos nossas considerações finais sobre o trabalho, almejando que este possa servir a professores e estudantes de Letras em processo de estágio, como exemplos simples, é verdade, mas práticos de como abordar o ensino de gramática em sala de aula.

REFERÊNCIAS

FIALHO, Carlos. *Mano Celo de Bolso*. 1ª ed.

Natal (RN): Jovens Escribas, 2011.

GOMES, Laís. Taís Araújo e Lázaro Ramos falam de empoderamento e igualdade racial. *EGO*, Rio de Janeiro, 18 nov. 2016. Disponível em <http://ego.globo.com/famosos/noticia/2016/11/tais-araujo-e-lazaro-ramos-falam-de-empoderamento-e-igualdade-racial.html> Acesso 20 jun 2017.

MARTINS, Iara Ferreira de Melo. *Sobre gramática: análise e reflexão linguística*. In: VI ECLAE, 2015, Garanhuns, PE. Anais Eletrônicos VI ECLAE. Garanhuns, PE, 2015. Disponível em <http://www.gelne.com.br/arquivos/VI-ECLAE.pdf> Acesso 20 de junho de 2017.

MOURA, Kássia Kamilla; MARTINS, Marco Antônio. 'Padrão Real' versus 'Padrão Ideal': o que dizem as gramáticas tradicionais sobre o paradigma pronominal do Português Brasileiro (PB)? In: VI ECLAE, 2015, Garanhuns, PE. Anais Eletrônicos VI ECLAE. Garanhuns, PE, 2015. Disponível em <http://www.gelne.com.br/arquivos/VI-ECLAE.pdf> Acesso 20 de junho de 2017.

TAVARES, M. A. *Sociofuncionalismo: um duplo olhar sobre a variação e a mudança*. LINGUÍSTICA Interdisciplinar : Revista de Estudos em Língua e Literatura, v. 17, p. 27-47, 2013. Disponível em <https://seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/view/1312>. Acesso 20 jun 2017.

SILVA, Francielly Coelho da. *Variação entre os pronomes TU e VOCÊ na função de sujeito na conversação de Natal (RN): uma abordagem sociofuncionalista*. 2015. 106 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Teórica e Descritiva). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

_____. *Ah, fala sério, aê! Preconceito linguístico pra quê?* In: IX SELIMEL, 2015, Campina Grande, PB. Anais Eletrônicos IX SELIMEL GT 09. Campina Grande: Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino, 2016. Disponível em <http://2015.selimel.com.br/wp-content/uploads/2016/03/Francielly-gt-09.pdf>. Acesso em 20 jun 2017.

Lendo imagens: o trabalho com a gramática do design visual em sala de aula

Reading images:
working with the grammar
of visual design in the classroom

Derli Machado de Oliveira

Resumo

Neste artigo apresentam-se as ações desenvolvidas em um curso de extensão intitulado Leitura e multimodalidade: o trabalho com gêneros textuais multimodais em sala de aula, realizado na Universidade Federal de Sergipe, Campus de Itabaiana, que objetivou promover inovações das práticas pedagógicas na sala de aula através do trabalho com gêneros textuais multimodais, a partir da Gramática do Design Visual (KRESS; VAN LEEUWEEN, 1996), a qual oferece categorias analíticas para a leitura de imagens. O projeto abrangeu duas etapas. Na primeira, foi aplicado um curso de extensão para discentes do curso de letras. Entre as atividades desenvolvidas estão os estudos de referenciais teóricos e a preparação de oficinas pedagógicas, as quais tiveram como objetivo desenvolver a competência leitora na interpretação das imagens presentes no gênero Cartaz promocional de Filmes. A segunda etapa consistiu na aplicação dessas oficinas em uma turma do 9º ano da Escola

Estadual Eduardo Silveira no município de Itabaiana (SE). Os resultados do trabalho de extensão demonstraram nas duas etapas que trabalhar com a multimodalidade e as categorias de análises das imagens propostas pela Gramática do Design Visual, compreendendo seu processo estrutural, linguístico e funcional, é essencial para a prática pedagógica.

Palavras-chave: Extensão. Gênero cartaz promocional de filmes. Gramática do Design Visual. Multimodalidade.

Abstract

In this article, we present the actions developed in an extension course entitled Reading and multimodality: the work with multimodal textual genres in the classroom, held at the Federal University of Sergipe, Itabaiana Campus, aiming to promote innovations of pedagogical practices in the classroom through of the work with multimodal textual genres, from the Visual Design Grammar (KRESS AND VAN LEEUWEEN, 1996), which offers analytical categories for the reading of images. The project covered two steps. In the first one, an extension course for undergraduates was applied. The studies of theoretical references and the preparation of pedagogical workshops, which had as objective to develop the reading competence in the interpretation of the images present in the genre Promotional Poster of Films will be among of the activities developed. The second stage consisted of the application of these workshops in a class of the 9th grade of the Eduardo Silveira State School in Itabaiana (SE). The results of the extension work demonstrated in the two stages that working with the multimodality and

categories of image analysis proposed by the Visual Design Grammar, including its structural, linguistic, and functional process, is essential for pedagogical practice.

Keywords: Extension. Genre Promotional Poster of Films. Grammar of Visual Design. Multimodality.

1. Introdução

O texto multimodal tornou-se comum nas práticas sociais, exigindo outras competências do leitor, como a leitura de imagens, por exemplo. É preciso, portanto, novos letramentos que desenvolvam capacidades específicas de leitura de imagens.

Neste artigo apresentamos as ações desenvolvidas em um curso de extensão realizado sob nossa coordenação e intitulado *Leitura e multimodalidade: o trabalho com gêneros textuais multimodais em sala de aula*, realizado na Universidade Federal de Sergipe, Campus de Itabaiana, junto aos estudantes do curso de graduação em Letras Português, no ano de 2014/2015, que objetivou socializar conhecimentos e promover inovações das práticas pedagógicas na sala de aula por meio do trabalho com gêneros textuais multimodais.

Este projeto buscou, após reflexões de natureza teórica e metodológica acerca dos estudos de gêneros multimodais, estimular o contato de estudantes do ensino fundamental com uma variedade de textos que incluem além do código escrito, fotografias, imagens e outras formas de semioses.

O projeto abrangeu duas etapas. Na primeira, foi aplicado um curso de extensão com carga horária de 30 (trinta) horas para discentes do curso de Letras. Entre as atividades

desenvolvidas estão os estudos de referenciais teóricos e a elaboração de oficina pedagógica que teve como objetivo promover a ampliação do letramento visual com alunos do ensino fundamental, desenvolvendo a competência leitora e ampliando a capacidade crítica dos alunos na interpretação das imagens presentes no gênero multimodal *Cartaz promocional de Filmes*. Esse gênero foi escolhido não só por apresentar uma configuração multimodal, mas também pelo seu potencial de persuasão junto ao público infante-juvenil.

A segunda etapa consistiu na aplicação dessa oficina em uma turma do 9º ano da Escola Estadual Eduardo Silveira, no município de Itabaiana (SE).

O trabalho está fundamentado nos pressupostos teórico-metodológicos da Semiótica Social e da Teoria Multimodal do Discurso preconizadas por Van Leeuwen (2005) e Kress e Van Leeuwen (2001; 2006 [1996]), a partir das categorias analíticas da Gramática do *Design Visual*, a qual oferece categorias para a análise e a leitura de imagens. Para esses pesquisadores é necessário desenvolver práticas pedagógicas que promovam no aprendiz o empoderamento semiótico, ou seja, a capacidade de compreensão das diferentes semioses presentes em cada gênero.

O conteúdo desse artigo está organizado em quatro seções. Na primeira, abordam-se os caminhos teóricos e metodológicos da Gramática do *Design Visual* (GDV), de Kress e Van Leeuwen (2006); na segunda, destacam-se as características e funções do gênero *cartaz promocional de filmes* (BAKHTIN, 1997; NUNES, 2006). Na terceira, apresentam-se a prática de extensão. E, por fim, na seção 4, apresentam-se as considerações finais.

2. A Gramática de Design Visual: uma proposta de letramento visual.

Em 1996, Gunther Kress e van Leeuwen (2006) adaptaram a Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday (1994) para o foco do estudo da imagem e criaram a Gramática do *Design Visual*, partindo do pressuposto de que se na linguagem verbal há uma gramática, a linguagem imagética também obedece a certas “regras”, desmistificando a ideia de que a imagem é algo aleatório e desprendido de sentido. Segundo Almeida (2008, p.9),

o que a Gramática Visual de Kress e van Leeuwen advoga é a conscientização das imagens não como veículos neutros desprovidos de seu contexto social, político e cultural, mas enquanto códigos dotados de significado potencial, imbuídos de estruturas sintáticas próprias.

Ao discorrerem sobre a Gramática de Design Visual, Fernandes e Almeida (2008, p. 11,12) ressaltam que:

Diferentemente dos teóricos tradicionais, que costumam basear-se em ‘aspectos lexicais’ das imagens, Kress e van Leeuwen (2000) trabalham uma ‘análise gramatical’ das imagens. Pautam-se nas ‘teorias gramaticais verbais’, em especial nas metafunções da Gramática Sistêmico Funcional de Halliday, que procuraram regularidades para compreender de que forma os diferentes modos de representação visual e de relações entre si se tornam padrões. Eles propõem uma gramática do design visual, que é hoje um dos estudos mais importantes na descrição da estrutura que organiza a informação visual nos textos.

Para Araújo (2011, p. 15), a GDV propõe uma análise sistêmica da imagem a partir de três funções básicas “que operam simultaneamente via padrões de experiência, interação social e posições ideológicas codificadas em representações não-linguísticas, denominadas de metafunções”. As metafunções são: representacional (representação do mundo), interacional (construção de relações interativas) e composicional (relações de significado a partir dos elementos que a compõem).

A metafunção representacional engloba os seres participantes/representados da imagem: humanos, animais, objetos, etc. e o modo como eles se relacionam para representar as experiências de mundo. Esta metafunção é subdividida em duas estruturas: narrativa e conceitual.

Na estrutura narrativa, a imagem sugere ações sendo executadas por meio de processos transacionais, em que há a presença de mais de um participante; não transacionais, em que há apenas um participante e sua ação não se direciona a nada nem ninguém; e os processos verbais e mentais que são visualmente representados por balões de fala e pensamento.

A estrutura conceitual se refere a imagens estáticas e ocorre por meio de três classificações: *analíticas*, quando as relações entre os participantes se dá mediante a parte pelo todo; *simbólicas*, que se referem ao que o participante significa ou é; e as estruturas *classificacionais*, em que há uma organização simétrica de objetos, pessoas e lugares obedecendo a uma taxionomia hierárquica (ALMEIDA, 2008).

A metafunção interativa investiga a relação entre os PR – Participantes Representados e PI – Participantes Interativos. Os PR são os participantes retratados na imagem e os PI aqueles que visualizam a imagem. Esta relação é percebida por quatro aspectos: contato, distância, atitude e modalidade. O contato

se estabelece através da direção do olhar do PR que pode ser de demanda – olhar frontal, consiste em um olhar fixo, ou um gesto por parte do Participante Representado (pessoas ou objeto), o qual solicita alguma coisa ao Espectador – ou imagem de oferta – olhar oblíquo, a qual oferece o Participante Representado (imagem) ao Espectador (leitor) como item de informação, como objeto de contemplação, de forma impessoal. O observador passa a ser o sujeito deste olhar. Os cartazes a seguir (figuras 01 e 02) exemplificam de que maneira essas configurações se apresentam.

Figura 1: Imagem de demanda. Cartaz do filme *Harry Potter e a Ordem da Fênix*, de 2007



Fonte: <http://veja.abril.com.br/galeria-fotos/os-cartazes-dos-sete-filmes-de-harry-potter/>

Figura 2: Imagem de oferta. Cartaz do filme *Harry Potter e a Pedra Filosofal*, de 2001.



Fonte: <http://veja.abril.com.br/galeria-fotos/os-cartazes-dos-sete-filmes-de-harry-potter/>

A distância social enfoca a questão do enquadramento que possibilita uma maior ou menor sensação de intimidade com o ser representado. Esse enquadramento pode ser em: Plano fechado (*close shot*) focaliza o rosto até no máximo o ombro – íntimo. Plano médio (*médium shot*) – exposição do participante até a cintura ou o joelho – pessoal; Plano aberto (*long shot*): foca o corpo inteiro – social. Podem-se observar essas configurações nos cartazes a seguir.

Figura 3: Plano fechado. Cartaz do filme *Harry Potter e o Prisioneiro de Azkaban*, de 2004.



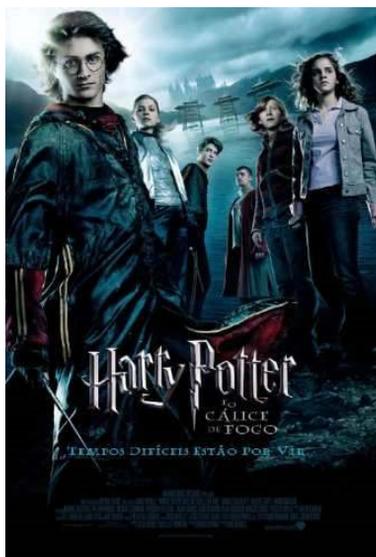
Fonte: <http://veja.abril.com.br/galeria-fotos/os-cartazes-dos-sete-filmes-de-harry-potter/>

Figura 4: Plano médio. Cartaz do filme *Harry Potter e a Câmara Secreta*, de 2002.



Fonte: <http://veja.abril.com.br/galeria-fotos/os-cartazes-dos-sete-filmes-de-harry-potter/>

Figura 5: Plano aberto. Cartaz do filme *Harry Potter e o Cálice de Fogo*, de 2005.



Fonte: <http://veja.abril.com.br/galeria-fotos/os-cartazes-dos-sete-filmes-de-harry-potter/>

A atitude ou perspectiva refere-se à perspectiva em que a imagem está disposta nos ângulos frontal, oblíquo ou vertical e evoca uma relação de poder. No frontal, há grande envolvimento do leitor com a imagem e a relação de poder é igualitária. “Quando a imagem está no nível do olhar, a relação de poder é igualitária” (FERNANDES; ALMEIDA, 2008, p. 21).

O ângulo oblíquo apresenta o participante em perfil provocando no leitor um sentido de desprendimento da cena observada; um envolvimento imparcial. Não fazem parte do

mundo do leitor. Transmite a ideia de distanciamento do participante representado em relação aos leitores.

Já o ângulo vertical possui seus variantes: baixo, de nível ocular (direto) ou alto, que assinalam distintas relações de poder. No ângulo baixo o leitor está embaixo da imagem. Este tipo de imagem causa uma sensação de poder ao PR, colocando o leitor em uma posição inferior. No ângulo direto existe uma posição de igualdade entre o leitor e o PR. No ângulo alto, em que a câmara capta o objeto de cima para baixo, o leitor está em posição de poder. (OLIVEIRA, 2013).

A modalidade representa o nível de realidade da imagem que pode ser sensorial ou naturalista. Quanto mais próxima do real tem-se mais modalidade e quanto menos a modalidade é reduzida.

As imagens naturalistas normalmente possuem alta saturação de cores, cores moduladas e diversificadas. A modalidade sensorial da imagem é retratada numa configuração que produz um impacto sensorial, ou um efeito que ultrapassa a realidade, provocando emoções subjetivas no leitor. Quanto maior a equivalência entre o que é mostrado na imagem e o que é considerado real para o leitor, mais alta é a modalidade. Os mecanismos modalizadores das imagens são: i) utilização da cor (saturação/ diferenciação/modulação da sombra à cor plena; ii) contextualização (sugestão de profundidade – técnicas de perspectiva da ausência de cenário ao cenário mais detalhado); iii) iluminação (grande luminosidade até quase a ausência dela); iv) brilho (luminosidade em ponto específico – nível máximo de brilho até os tons de cinza). (FERNANDES; ALMEIDA, 2008).

Por fim, a metafunção composicional investiga o layout, a estrutura e a disposição dos elementos na imagem. Divide-se em categorias: valores informacionais (dado/novo/ ideal/real);

moldura (o modo como os elementos se integram na imagem) e a saliência (elementos mais ou menos salientes na imagem).

A GDV tem se mostrado como uma importante ferramenta para o letramento visual. A respeito do Letramento Visual, Gunther Kress e van Leeuwen (2006) fazem as seguintes considerações: a) As imagens visuais podem ser lidas como um texto; b) A multiplicidade de significados dos textos multimodais deve estar pautada nos seus contextos sociais; c) As imagens visuais, como a linguagem e todos os modos semióticos, são socialmente construídas. Segundo os autores, o desprezo pelo letramento visual na escola acaba gerando iletrados visuais.

Na próxima seção apresenta-se o gênero cartaz promocional de Filmes.

3. Gênero *cartaz promocional de filmes*: características e funções

Segundo Bakhtin (1997), os gêneros do discurso, enquanto uma prática social, são textos que circulam em diferentes esferas sociais e possuem três elementos essenciais, (conteúdo temático, estilo e construção composicional).

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma das esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, para seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional.

Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolivelmente no todo do enunciado e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente, é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso (BAKHTIN, 1997, p. 279).

Os *cartazes promocionais de filmes*, geralmente exibidos nas entradas das salas de cinema, revistas, sites e *outdoors*, possuem aspectos estruturais relativamente estáveis que relacionam o texto verbal (título, ficha técnica etc.) e o texto imagético (cores, fotografias, desenhos etc.), podendo haver predomínio de uma delas. A função principal do gênero *cartaz promocional de filmes* é persuadir o público. Como bem afirma Almeida (2008, p. 11), “a composição de um cartaz pode influenciar a direção do olhar, a leitura e a apreensão da mensagem”.

Os primeiros cartazes de cinema de que se tem notícia foram criados em 1892 (POOLE, 2003, *apud* NUNES, 2006). Nessa época a imagem já assumia um papel fundamental na construção de cartazes. Durante várias décadas as ilustrações feitas por artistas renomados foram a principal maneira de se agregar imagens ao cartaz, tornando assim o principal elemento de persuasão do olhar dos espectadores. O cartaz é lançado meses antes do próprio filme, afixado de forma que seja visível em locais públicos para informar e despertar a curiosidade dos espectadores. Além das imagens, estão presentes no cartaz o título e os créditos do filme.

Com a ascensão do cinema em Hollywood, a partir da década de 1920 e 1930, começou a surgir uma maior demanda por cartazes publicitários e as artes dos cartazes também

passaram a acompanhar esta evolução, incorporando agora imagens com muita ação, em sua maioria imagens de cenas dos filmes. Com as novas tecnologias, o cartaz de cinema tem evoluído. Hoje os designers contam com a computação gráfica como a ferramenta principal, principalmente para elaborar imagens de ficção e aventura.

4. A Ação de Extensão

A Extensão é um dos três tripés da Universidade, que, juntamente com o Ensino e a Pesquisa, faz parte da formação continuada dos docentes e discentes. Sob esse aspecto, o Plano Nacional de Extensão Universitária estabelece o seguinte:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (BRASIL, 2000/01, p. 5)

O Fórum de Pró-Reitores (FORPROEX) reafirmou que a extensão é um processo indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade (BRASIL, 2007). Isso também é confirmado por Rocha (2008), ao afirmar que a extensão contribui

para a efetivação do compromisso social da universidade em construir e socializar conhecimentos, atitudes e valores que tornem os indivíduos (cidadãos) mais éticos, solidários e participativos em uma perspectiva emancipatória (ROCHA, 2008, p. 221).

A autora salienta a importância que o trabalho de extensão assume na formação dos cidadãos, na medida em que oportuniza o desenvolvimento de habilidades que contribuem para a sua emancipação.

Com o olhar direcionado à formação de professores de língua portuguesa, a prática de extensão *Leitura e multimodalidade: o trabalho com gêneros textuais multimodais em sala de aula* foi realizada na Universidade Federal de Sergipe – Campus de Itabaiana, e objetivou socializar conhecimentos e inserir o futuro professor de língua portuguesa no contexto escolar, além de desenvolver no aluno do ensino fundamental a capacidade para ler e interpretar textos multimodais.

A metodologia envolveu três fases. Na primeira, realizou-se, com nove alunos do curso de Letras, um curso de extensão com carga horária de 30 (trinta) horas-aula distribuídas em 10 (dez) encontros presenciais. Os encontros voltaram-se à pesquisa bibliográfica e reflexões de natureza teórica e metodológica acerca dos estudos de gêneros multimodais, visando à conscientização dos alunos do curso de letras

da importância da exploração de gêneros predominantemente visuais. Utilizando as propriedades composicionais das imagens nos gêneros multimodais, buscaram-se estratégias para o direcionamento da leitura dos significados das imagens junto com o texto verbal no processo de ensino e aprendizagem. Utilizou-se para isso o suporte teórico advindo dos estudos sobre letramento e multiletramento desenvolvidos por Soares (2006), Dionísio (2006), entre outros. No tocante à teoria dos gêneros textuais/discursivos recorreu-se a Bakhtin (1997); Marcuschi (2005), Meurer (2005) e Bazerman (2006). Sobre a multimodalidade discursiva, utilizou-se do suporte teórico advindo dos estudos de Kress & Van Leeuwen (2006), Dionísio (2005), Almeida (2008), Fernandes (2008) e Santos (2010). Na segunda fase, elaborou-se uma oficina para ser aplicada. O tema da oficina desenvolvida foi direcionado ao letramento multimodal, com a utilização do gênero cartaz promocional dos filmes de Harry Potter. Na terceira e última fase, deu-se a realização da oficina para trinta alunos de uma turma do 9º ano do ensino fundamental menor da Escola Estadual Eduardo Silveira, em Itabaiana (SE).

A oficina foi estruturada para ocorrer em um encontro com duração de 3 (três) horas-aula. Foram incluídos na dinâmica das oficinas: esclarecimentos introdutórios sobre o multiletramento (capacidade de atribuir e produzir sentidos a mensagens multimodais); trabalho com as imagens que compreenderam as fotos nos cartazes de filmes. Sob a orientação dos discentes do curso de letras, os trinta alunos foram divididos em seis grupos e receberam três cópias de cartazes de filmes para serem analisadas. No final, cada grupo fez uma apresentação oral dos resultados.

A sequência didático-pedagógica da oficina apresentou duas etapas, nas quais os alunos deveriam observar as imagens dos cartazes e responder algumas questões referentes às suas próprias impressões sobre elas. Na 1ª etapa as imagens foram apresentadas buscando ressaltar os aspectos referentes às metafunções representacional, interativa e composicional. Na representacional, buscou-se identificar estruturas narrativas na linguagem visual, como por exemplo, observar quantos e quem são os participantes representados na imagem, e se estão fazendo alguma coisa e o quê. Outro aspecto foi verificar se existe alguma interação entre eles. Por fim, verificar se é possível narrar uma história a partir da imagem. Na interativa, buscaram-se observar em que ângulos estão dispostos os participantes representados e quais as sensações causadas quando o participante está de frente, de lado ou olhando diretamente para o participante interativo, o leitor. Na metafunção composicional observou-se a estrutura e a disposição dos elementos na imagem.

Na segunda etapa, aplicou-se um questionário com sete perguntas. As perguntas 1 e 2 referem-se à metafunção representacional e procuram identificar a presença de estrutura narrativa (ação transacional ou não-transacional) representada na imagem. 1) Descreva as imagens em apenas um parágrafo. 2) Descreva a ação que acontece nesta imagem.

As perguntas 3, 4 e 5 são baseadas no aspecto Contato (Pedido – Oferta), Distâncias Sociais (Social, Pessoal, Íntimo) e no aspecto Modalidade (Real – Fantasia), referentes à metafunção interpessoal. 3) Quando vê a imagem você tem a sensação que o participante representado solicita algo de você ou oferece alguma coisa a você? 4) Ao ver a imagem você tem a sensação que o participante representado é seu conhecido, é seu amigo

ou é seu amigo íntimo? 5) Na sua opinião, a imagem está mais próxima do real ou mais próxima da fantasia?

Já as perguntas 6 e 7 referem-se ao aspecto Atitude, o qual analisa se o participante representado procura relacionar-se ou não com o leitor, e os níveis de poder exercidos pelo participante representado ou pelo observador da imagem. 6) Ao olhar a imagem você sente que o participante representado deseja estabelecer uma relação com você? 7) Quando observa a imagem você sente que o participante representado é superior, inferior ou igual a você?

Os discentes do curso de letras exerceram o papel de moderadores e incentivadores, documentando todas as respostas dos grupos. No final os alunos fizeram uma apresentação oral dos resultados.

5. Considerações finais

Neste artigo apresentou-se um trabalho de extensão que envolveu acadêmicos e professores do Curso de Letras em ações mais efetivas voltadas para o ambiente escolar regional, futuro contexto de trabalho dos acadêmicos. O trabalho teve por objetivo oferecer aos estudantes estudos dos pressupostos teóricos da Teoria dos Gêneros Textuais, da Teoria da Multimodalidade e da Gramática do *Design* Visual. Ele também visou incentivar o uso, em sala de aula, de todo o potencial que possuem os gêneros multimodais, enquanto forma de representar e de ler o mundo. Para tanto, foi realizada oficina de estímulo à reflexão sobre os significados das imagens junto com o texto verbal no processo de aprendizagem.

De modo geral, os objetivos do projeto foram alcançados. As discussões e reflexões acerca dos pressupostos teóricos proporcionaram atualização de conhecimento e aprendizagem compartilhada. A elaboração e aplicação da oficina pedagógica para alunos de escola pública possibilitaram uma vivência expressiva de docência aos graduandos envolvidos.

Os resultados do trabalho de extensão demonstraram, nas duas etapas, que trabalhar com a multimodalidade e as categorias de análises das imagens propostas pela Gramática do *Design Visual*, compreendendo seu processo estrutural, linguístico e funcional, é essencial para a prática pedagógica. Constatamos que as aplicações didáticas desses conhecimentos melhoram a formação dos alunos. Nesse contexto, tal projeto foi de suma importância, pois contribuiu para o aprimoramento das práticas de ensino-aprendizagem dos futuros professores de Língua portuguesa, no âmbito escolar. O principal resultado do curso é, portanto, um graduando melhor preparado para desenvolver as competências de docência e alunos da escola pública desenvolvendo a competência de leitura de textos multimodais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. B. L. (org.). *Perspectivas em análise visual: do fotojornalismo ao blog*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2008.

ARAÚJO, A. D. Gêneros multimodais: mapeando pesquisas no Brasil. In: *Linguagem em foco: multimodalidade e letramento visual*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE, Fortaleza. v. 3. n. 5, 2011. Disponível em: <http://www.uece.br/linguagememfoco/dmdocuments/Linguagem%20em%20Foco%202011_2.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2017.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal: os gêneros do discurso*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAZERMAN, C.; DIONÍZIO, A. P. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Disponível em: <http://www.uniube.br/ceac/arquivos/PNEX.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. *Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*. Universidade Federal de Minas Gerais – PROEX: COOPMED Editora, 2007.

DIONISIO, A. P. Gêneros multimodais e multiletramento. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (orgs.). *Gêneros textuais reflexões e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FERNANDES, J. D. C.; ALMEIDA, D. B. L. Revisitando a Gramática Visual nos cartazes de guerra. In: ALMEIDA, D. B. L. *Perspectivas em análise visual: do fotojornalismo ao blog*. João Pessoa: EdUFPB, 2008.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Plano Nacional de Extensão Universitária*. <Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/01-Plano-NacionalExtensao/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>.> Acesso em: 28 jul. 2017.

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. 2 ed. London: Edward Arnold, 1994.

KRESS, G. R.; VAN LEEUWEN, T. *Reading Images: a Grammar of Visual Design*. Londres: Routledge, 2006.

_____. *Multimodal Discourse: the modes and media of contemporary communication*. London: Arnold, 2001.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: _____. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MEURER, J. L. Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 81-106.

NUNES, R. F. L. A. “O Pai dos cartazes modernos de cinema”: uma análise do design dos cartazes de Robert Peak. Monografia. Centro de Ciências Humanas, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2006.

OLIVEIRA, D. M. Gêneros multimodais e multiletramentos: novas práticas de leitura na sala de aula. In: ANAIS DO VI FÓRUM IDENTIDADES E ALTERIDADES E II CONGRESSO NACIONAL EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE. Itabaiana, 2010. Disponível em: <http://www.academia.edu/5919026/ANAIS_DO_VI_FORUM_IDENTIDADES_E_ALTERIDADES_E_II_CONGRESSO_NACIONAL_EDUCACAO_E_DIVERSIDADE>. Acesso em 04 ago. 2017.

ROCHA, J. C. *A reinvenção solidária e participativa da universidade: um estudo sobre redes de extensão universitária no Brasil*. Salvador: EDUNEB, 2008.

SANTOS, J. M. A influência da diagramação e da manipulação de imagens na leitura. In: VIEIRA, J. A.; BENTO, A. L.; ORMUNDO, J. S. (Orgs) *Discursos nas Práticas Sociais: perspectivas em multimodalidade e em gramática sistêmico-funcional*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 107-127.

VAN LEEUWEN, T. *Introducing Social Semiotics*. London, New York: Routledge, 2005.

Discurso, mídia e letramento: entre a análise crítica do discurso e a gramática do design visual

Discourse, media and literacy:
between Critical Discourse Analysis and
the grammar of visual design

Ivandilson Costa

Resumo

O presente trabalho busca evidenciar o intercâmbio possível entre os aportes da Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001; 2003; 2006; RAMALHO; RESENDE, 2011) e da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; MATHIESSEN, 2004), mais especificamente a derivação que desta se opera pela concepção da Gramática do Design Visual (KRESS; van LEEUWEN, 2006; ALMEIDA, 2008). Para tanto, se propõe a investigar exemplares da mídia jornalística, dos quais serão abordados elementos estruturais e funcionais. Focalizaremos o gênero capa de revista e, como delimitação, daremos atenção ao significado composicional, subsidiado pela concepção de metafunção ideacional. Pretendemos, ainda, fomentar a formação do processo de aprendizagem, pelo incremento da prática de leitura crítica de textos efetivos que se produzem, circulam e são consumidos em nossa sociedade, em um processo favorável a um letramento crítico para enfrentamento de produtos de mídia.

Palavras-chave: Linguística sistêmico-funcional. Gramática do Design Visual. Análise Crítica do Discurso. Discurso midiático. Letramento Crítico.

Abstract

The present work seeks to highlight the possible interchange between the contributions of Critical Discourse Analysis (FAIRCLOUGH, 2001; 2003; RAMALLO, RESENDE, 2011) and Systemic-Functional Linguistics (HALLIDAY; MATHIESSEN, 2004), more specifically the derivation This is done by the design of the Visual Design Grammar (KESS; van LEEUWEN, 2006; ALMEIDA, 2008). Therefore, it proposes to investigate copies of the journalistic media, from which structural and functional elements will be approached. We will focus on the weekly magazine cover information. As a delimitation, we will pay attention to the compositional meaning, subsidized by the conception of ideational metafunction. By the research, we also intend to foment the formation of the learning process, by increasing the practice of critical reading of effective texts that are produced, circulated and consumed in our society, in a process favoring a critical literacy for coping with products of media.

Keywords: Systemic-Functional Linguistics. Grammar of Visual Design. Critical Discourse Analysis. Media Discourse. Critical Literacy.

1. Introdução

O presente trabalho se ampara em um intercâmbio teórico-metodológico entre dois aportes das ciências da linguagem, a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) e a Análise Crítica do Discurso (ACD). Inicialmente inserida em uma proposta de continuidade à Linguística Crítica, a Análise Crítica do Discurso (ACD) possui raízes múltiplas, ligadas à Retórica, Linguística Textual, Antropologia, Filosofia, Sócio-Psicologia, Ciência Cognitiva, Estudos literários, Sociolinguística, bem como à Linguística Aplicada e Pragmática. Abrange uma abordagem teórico-metodológica que atribui grande relevância à compreensão da linguagem na condução da vida social, vindo preencher uma lacuna quanto à atenção até então dada ao discurso como elemento que molda e é moldado pelas práticas sociais.

A ACD considera o contexto de uso da linguagem como um elemento crucial, propondo pesquisas voltadas mais para relações sociais não tão estabilizada de luta e conflito, materializadas por discursos como o institucional, político, de gênero (*gender*), da mídia. Com isso, os conceitos de ideologia, poder e hierarquia vêm a ser fundamentais para a interpretação ou explicação do texto. A ACD leva em conta, ainda, os pressupostos de que: (a) o discurso é estruturado pela dominação; (b) cada discurso é historicamente produzido e interpretado, isto é, está situado no tempo e no espaço; (c) as estruturas de dominação são legitimadas pelas ideologias dos grupos que detêm o poder (cf. WODAK, 2004 [2001]).

Procuramos tratar neste artigo, especificamente, de um gênero do domínio midiático jornalístico para exame, a saber, a capa de revista semanal de informação. Do ponto de vista metodológico, o trabalho procura se ancorar em uma pesquisa

qualitativa e interpretativista de caráter documental, sendo o material delimitado para a abordagem composto de exemplares do gênero, coletados da revista *Veja*, publicada durante o período em que vigorou a propaganda política para o cargo de Presidente da República – de 19 de agosto a 24 de outubro de 2014.

Apontamos, nesse contexto, para uma necessidade de abordar um objeto oriundo da mídia impressa, a partir do exame de elementos próprios, relacionados ao design visual. Nesse campo, a metafunção representacional foi convocada, como uma das dimensões a ser investigada. Sua importância na tessitura de objetos midiáticos vem a ser erigida, respeitando-se o caráter desse segmento de trabalhar em favor da capacidade de os sistemas semióticos representarem objetos e suas relações com o mundo exterior ao sistema de representação ou nos sistemas semióticos de uma cultura (cf. KRESS; VAN LEEUWEN, 2006).

Ademais, ao propor metas para uma análise crítica do discurso da mídia, Fairclough (1995) preconiza que a relação entre textos e sociedade deva ser vista dialeticamente. Nesse âmbito, um foco de análise deve ser mais amplo sobre a forma como mudanças na sociedade são manifestos na mudança de práticas de discurso midiático, para o que a seleção de dados deve refletir proporcionalmente áreas de instabilidade e variabilidade a par das de estabilidade. Street (2014) advoga em favor de uma concepção de letramento como uma prática social e ideológica. Esse autor procura ancorar as bases do letramento em uma dimensão mais ampla, como uma prática social. É justamente tendo como ponto de chegada uma proposta que caminhe em função de uma prática de letramento crítico para abordagem de produtos de mídia que o presente trabalho caminha.

2. Linguística Sistêmico-Funcional e Análise Crítica do Discurso: uma aliança possível

Dada a sua vocação multidisciplinar e multimetodológica, a ACD vê serem estreitados os laços com a Linguística Sistêmico-Funcional, muito em parte pelo fato de esta considerar a relação entre linguagem e outros elementos e aspectos da vida social, direcionando sua abordagem para um caráter social na análise linguística dos textos:

Não é por acaso que a linguística crítica e semiótica social surgiu da LSF ou que outro trabalho em ACD tem sido atraído sobre ele – a LSF teoriza a língua de uma forma que harmoniza muito mais com a perspectiva da ciência social crítica do que outras teorias da linguagem. A LSF vê a língua como um sistema semiótico que se estrutura em termos de estratos. A linguagem conecta significados (estrato semântico), com suas expressões faladas e escritas (estrato da fonologia e grafologia) (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 139).

A natureza da abordagem teórico-metodológica da ACD aponta para uma orientação tanto linguística quanto social. Embora saibamos que essa dissociação entre faces linguística e social só seja possível didaticamente, para fins de exposição, poderíamos dizer que a face linguística da análise recebe uma forte influência dos pressupostos da Linguística Sistêmico-Funcional, caracterizada por estabelecer princípios gerais quanto ao uso da linguagem, investigando a relação entre as funções e o sistema interno da língua. A relação entre as funções sociais da linguagem e a organização do sistema linguístico é tomada como um traço constitutivo da linguagem humana.

Tomar o sistema interno da língua sob o foco das funções sociais se apresenta como sumamente necessário.

Nessa perspectiva, temos que o significado linguístico, em sua interface com o aparato lexicogramatical, não se apresenta em uma relação especular com a realidade. O que temos são dimensões da estrutura semântica que se organizam para a construção em três dimensões: como representação, como intercâmbio, como texto (HALLIDAY; MATHIESSEN, 2004, p. 20).

Assim, temos um princípio metafuncional *ideacional*, quando da utilização da linguagem para organizar, compreender e expressar as nossas percepções do mundo e a nossa própria consciência, para descrever eventos, estados e as entidades nele envolvidas; uma metafunção *interpessoal*, porquanto utilizamos a linguagem para participarmos de atos de comunicação com outras pessoas, para com elas interagirmos, para com elas estabelecermos e mantermos relações sociais, para influenciarmos seus comportamentos ou para lhes expressarmos os nossos pontos de vista sobre a realidade; uma metafunção *textual*, quando utilizamos a linguagem para organizar e relacionar o que dizemos ou escrevemos com outros eventos linguísticos e com o mundo real.

Diante disso, temos que a relação LSF/ACD remonta aos seus fundamentos, nas bases da Linguística Crítica, como acentua Fairclough (2001 [1992], p. 20): “[...] um grupo de linguistas na Grã-Bretanha, na década de 1970, desenvolveu uma ‘linguística crítica’ ao combinar as teorias e os métodos de análise da ‘linguística sistêmica’ com teorias de ideologia”.

No esboço de sua teoria, ao defender o objetivo de desenvolver uma abordagem para a análise de discurso como um método para investigação de mudanças sociais, Fairclough (2001 [1992]) aponta como condições mínimas, dentre outras, a da

necessidade de um método de análise multifuncional. Advoga, então, que as práticas discursivas em mudança contribuiriam para a modificação de conhecimento, de relações sociais e de identidades sociais, havendo necessidade de um método de análise que contemplasse a relação entre essas três áreas:

Um bom ponto de partida é uma teoria sistêmica da linguagem [...] que considera a linguagem como multifuncional e considera que os textos simultaneamente representam a realidade, ordenam as relações sociais e estabelecem identidades (FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p. 27).

No mesmo trabalho, Fairclough, (2001 [1992]) propõe o intercadeamento entre as duas teorias, quando busca elencar os três aspectos do que chama efeitos construtivos do discurso: o discurso contribui para a construção das identidades sociais para os sujeitos sociais e os tipos de ‘eu’; o discurso contribui para a construção das relações sociais entre as pessoas; e o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimentos e crenças. E sugere que tais efeitos correspondem a três funções da linguagem – identitária, relacional e ideacional, para o que não se furta em enxergar os correlativos com as metafunções de Halliday – interpessoal e ideacional. Logo em seguida, vê espaço para uma quarta função (terceira para o postulado hallidayano) que diga respeito a “como as informações são trazidas ao primeiro plano ou relegadas a um plano secundário, /.../ e como partes de um texto se ligam a partes precedentes e seguintes do texto e à situação social fora do texto”, qual seja, a função textual.

Mais posteriormente, Fairclough (2003) apresenta um modelo segundo o qual uma rede de opções de ordens de

discurso é formada por gêneros, discursos e estilos – modos relativamente estáveis de agir, representar e identificar discursivamente; o potencial de linguagem para significar é mantido tanto por recursos disponíveis no sistema quanto por recursos disponíveis nas redes de ordens de discurso; por meio da análise de gêneros, discursos e estilos em textos situados é possível investigar relações entre aspectos discursivos e não discursivos de práticas sociais.

Os três tipos de significados sempre presentes em textos associam-se aos elementos constituintes de ordens do discurso: o significado acional associa-se a gêneros, o significado representacional, a discursos e o significado identificacional, a estilos. A vocação multifuncional dos postulados da ACD podem ser vislumbrados a partir da evolução mesma do diálogo com a LSF ao longo do desenvolvimento da abordagem:

Quadro 1: Relação ACD/LSF.

LSF (Halliday, 1991)		ACD (Fairclough, 1992)		ACD (Fairclough, 2003)
F. Ideacional		F. Ideacional		S. Representacional
F. Interpessoal		F. Identitária		S. Identificacional
		F. Relacional		
F. Textual		F. Textual		S. Acional

Fonte: Resende; Ramalho (2006, p. 61).

Para além do potencial semiótico, passa-se a considerar, desse modo, a importância do componente social, para o que se reconhece o papel das redes de ordens de discurso, um

potencial semiótico estruturado que possibilita nossas ações discursivas, tanto quanto as práticas sociais possibilitam e regulam nossas ações sociais (RAMALHO; RESENDE, 2011). Assim, para Chouliaraki e Fairclough (1999), o potencial de significados da linguagem deve ser entendido não só a partir da noção de sistema semiótico, mas também de sistema social de ordens de discurso, as tais combinações particulares de gêneros, discursos e estilos, que constituem o aspecto discursivo de redes de práticas sociais.

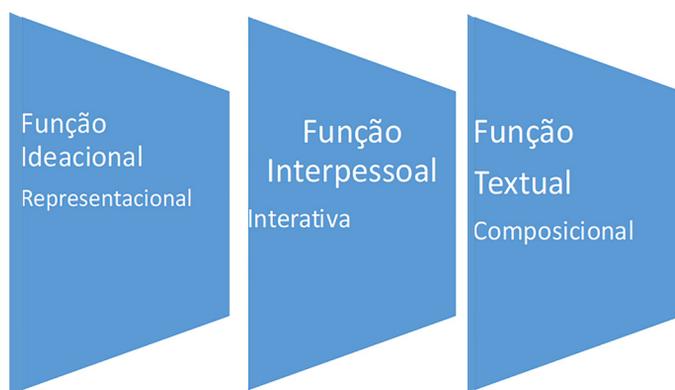
3. Aparato multimodal, design visual e discurso: uma análise do gênero capa de revista

Em busca de um postulado que abordasse como se dá a arquitetura dos elementos visuais em construtos semióticos, Kress e van Leeuwen (2006) conceberam a Gramática do Design Visual (GDV). Baseada em pressupostos da Gramática Sistêmico-Funcional, de Halliday, ela prevê que o aparato visual, tal como se concebe quanto à linguagem verbal, trabalha com formas próprias de representação, lida com relações entre participantes do evento sociocomunicativo e opera com relações de significado a partir do modo como se compõem os textos do ponto de vista de sua estruturação e formato.

De acordo com a abordagem da Gramática Sistêmico-Funcional, o significado linguístico, em sua interface com o aparato lexicogramatical, não se apresenta em uma relação especular com a realidade. O que temos são dimensões da estrutura semântica que se organizam para a construção em três

dimensões: como representação, como intercâmbio, como texto. Assim, temos um princípio metafuncional *ideacional*, quando da utilização da linguagem para organizar, compreender e expressar as nossas percepções do mundo e a nossa própria consciência, para descrever eventos, estados e as entidades nele envolvidas; uma metafunção *interpessoal*, porquanto utilizamos a linguagem para participarmos de atos de comunicação com outras pessoas, para com elas interagirmos, para com elas estabelecermos e mantermos relações sociais, para influenciarmos seus comportamentos ou para lhes expressar os nossos pontos de vista sobre a realidade; uma metafunção *textual*, quando utilizamos a linguagem para organizar e relacionar o que dizemos ou escrevemos com outros eventos linguísticos e com o mundo real (HALLIDAY; MATHIESSEN, 2004, p. 20; GHIO; FERNÁNDEZ, 2008, p. 91). Uma correlação entre os dois aportes pode ser visualizada na figura 1, abaixo:

Figura 1: Correlação Gramática Sistêmico-Funcional/Gramática do Design Visual.



Fonte: Almeida (2008).

Conforme demonstrado na figura acima, a GDV procura se ancorar nos padrões metafuncionais da Gramática Sistêmico Funcional. Em uma primeira instância, a função representacional, derivada da metafunção ideacional, lida com estruturas responsáveis pela construção visual de eventos, objetos, e elementos envolvidos na cena em foco, bem como as circunstâncias em que ocorrem.

Nessa perspectiva, tomamos para análise um objeto representativo da instância midiática – a capa de revista semanal de informação. A escolha por esse exemplar de gênero não se deu de modo aleatório, mas foi guiada sobretudo pela sua natureza capitular, em outros termos, pelo fato de figurar na abertura do segmento de mídia, sendo, como tal, suscetível a uma pregnância de elementos e características promocionais e recursos de caráter multimodal.

Figura 2: Capa de revista de informação



Fonte: Veja, 29 out. 2014.

A imagem em foco apresenta, do ponto de vista de sua estruturação, a presença de elementos interligados. No caso específico, a marcação por linhas divisórias se mostra de modo tênue. As partes distintas, marcadas pelas figuras da presidenta (então candidata à reeleição) Dilma Rousseff, o bloco textual contendo a manchete principal do semanário, bem como a imagem do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, vêm, por conseguinte, separadas por conjunturas definidas por linhas de estruturação basicamente ausentes (estruturação fraca), caracterizando um sentido de identidade de grupo. Diz-se, assim, que as partes da imagem, em nível de estruturação fraca, estão em conexão, o que sugere um significado de comunhão

entre as duas figuras representadas e o bloco central na qual estão contidos o texto curto e a manchete.

Nesse caso, também é mobilizada a estratégia visual de tríptico, em que elementos de uma composição são dispostos a par de um item centralizado, para o caso em questão nos espaços à direita e à esquerda.

Nesse âmbito, é marcante a ausência de linhas divisórias nas três porções visuais significativas da imagem, fator ainda mais acentuado pelo emprego de uma fotografia em tom de pouca saturação, pouca iluminação, pouco brilho, quase em preto e branco. A opção por escala de quase ausência de cor se justificaria pela intenção de tratar a matéria com significado de seriedade, crueza, com objetivo de causar impacto, para o que se aproveita de sentidos de distanciamento, frieza, amparados pelo uso de relações de cor próximas ao cinza, ao preto e branco. A relação praticamente monocromática só é quebrada pela apresentação da cor vermelha na manchete, o que pode nos sugerir duas hipóteses não excludentes – ou se está querendo reforçar sentidos de excitação, perigo e hostilidade, agregados à cor; ou se está fazendo referência ao partido a que pertencem as figuras políticas representadas, que tradicionalmente têm o vermelho como símbolo de campanha.

Para o caso da capa em destaque, a relação composicional de informação verbo-visual na distribuição centro-margem se mostrou significativa. Com linhas evanescentes separando os dois participantes representados, é para o segmento intermediário que se deseja que se concentre o olhar do observador.

No ponto concêntrico, está contido um texto curto, em linhas resumitivas da reportagem principal da edição, acrescido da manchete. O texto curto é encabeçado por um índice, “*Petrolão*”, que aponta para um termo criado pela própria

imprensa para representar o conjunto de escândalos envolvidos na gestão da companhia estatal Petrobras.

A escolha léxica, como vimos, envolve sistemas de classificação ideologicamente motivados, de acordo com dados interesses (FAIRCLOUGH, 2001). O uso do item em questão aponta para um fatiamento da conjuntura política brasileira tal como a explora a editoria do periódico em análise. Também faz parte do modo como este e seus leitores categorizam essa realidade, o que demarca uma relação entre veículo de mídia e espectador, entre produtor e mercado.

Não é desarrazoado relacionar a outro termo criado pela mesma comissão editorial, *mensalão*, e fazer um correlativo, inclusive levando em conta o aparato fônico e o termo de sentido mais geral que seria motivador daqueles lexemas neológicos, a saber: *corrupção*. Trata-se, como se pode notar, de termos de sentidos extremamente pejorativos e, como tais, erigidos para a composição dos textos jornalísticos dessa ordem, não raramente lançados na composição de manchetes e figuração em gêneros como os que estão em foco no presente trabalho. A manchete, por seu lado, se põe na parte inferior desse tomo central, o que pode, pela relação de espaço ideal/real, sugerir uma intenção de se expor nesse campo o concentrado de informação que se julgou mais concreta, prática, mais ‘verdadeira’.

4. Considerações Finais

Um dos pontos chave que envolve a análise textual dentro do amplo escopo da pesquisa social sobre a instância midiática é o exame dos eventos sociais envolvidos nas práticas discursivas (FAIRCLOUGH, 2003, p. 191). Mostra-se necessário encontrar,

nesse âmbito, resposta para questionamentos acerca de que evento social e de que cadeia de eventos sociais os textos em análise fazem parte; a que práticas ou rede de práticas sociais podem ser referidos ou ser enquadrados; se os textos em foco fazem parte de uma cadeia ou rede de textos.

Ademais, cabe frisar que forte foi a relação entre o fenômeno estudado e as estratégias de gerenciamento de atenção nos gêneros da mídia jornalística. Tem-se, sob esse aspecto, que o texto jornalístico objetiva por princípio de organização trabalhar para que a unidade noticiosa construa pontos de atração de curiosidade, dentro do projeto básico, como já se referenciou, de se criar iscas para o olhar do potencial leitor. No caso do objeto aqui analisado, temos que a capa da revista de informação tem sido elaborada para este fim, reunindo diversos recursos que a condiciona como aquilo a que chamamos de gênero-vitrine (COSTA, 2016).

Pela análise da instância midiática, notamos uma prioridade comercial que dita, de certa forma, o modo como se dão os estágios de produção, circulação e consumo de um bem simbólico. Um elemento basicamente cultural, como o da produção de mídia, os produtos jornalísticos em especial, acaba se encontrando inserido em uma lógica comercial, apresentando-se como uma forma de mercadoria, pela mitigação mesma de zonas fronteiriças entre a produção econômica e outra instância da vida social, a midiática. A indústria cultural busca, por conseguinte, vender cultura e, para tanto, tende a procurar seduzir e agradar o, então, consumidor.

Pelo exame do caso abordado no presente trabalho, flagrante foi o emprego de toda uma gama de recursos que extrapolam o potencial simbólico da modalidade escrita, pelo emprego variado de recursos multimodais que vieram

corroborar para a construção do sentido e fortalecimento da linha argumentativa de acordo com o propósito editorial do segmento de mídia. Diante desse panorama, fundamental foi lançar mão de ferramentas teórico-metodológicas da Gramática do Design Visual, abordagem que, segundo fizemos questão de frisar tem sua matriz nos pressupostos da concepção sistêmico-funcional hallidayana.

Estudos como o aqui levantado apontam, ainda, para uma necessidade premente de se abordar gêneros discursivos do domínio midiático, com a missão de estarmos cada vez mais capacitados para a compreensão de sua tessitura, especialmente no que tange aos aspectos de persuasão e relações de poder. É urgente, pois, a construção daquilo a que vimos perseguindo como, dentro de uma perspectiva de letramento social, um letramento crítico para o enfrentamento dos produtos de mídia.

Fairclough (1995) já preconizava essa perspectiva quando elaborou uma série de passos para o estabelecimento do que chamou de letramento crítico para tratamento de práticas discursivas midiáticas. No enquadramento do autor, temos que faz-se necessária a consideração de: (a) como se dá a apresentação do texto midiático; (b) por que o texto midiático é apresentado de um modo e não de outro (como a apresentação poderia ter sido construída); (c) como os textos são produzidos e de que modo eles são interpretados e consumidos; (d) o que o texto indica acerca da domínio discursivo midiático; (d) de que processos históricos e socioculturais mais amplos o texto midiático faz parte.

Street (2014) já sinalizava para uma concepção que abraça o eixo das discussões tais como apresentadas aqui. Para o autor, ao defender o postulado de Novos Estudos do Letramento, há uma urgência de termos de ir mais além de trabalhar com aspectos meramente técnicos das ‘funções’ da linguagem, para

dar luz a práticas que viessem concorrer para a aquisição de uma consciência da natureza social e ideológica das formas que habitualmente usamos em momentos específicos. Em nosso caso, importante seria tomarmos a capa de revista de informação como parte integrante das práticas que permeiam a vida social urbana da contemporaneidade.

Em que pese o fato de ser cada vez mais premente o consumo de gêneros textuais digitais, edições impressas de segmentos de mídia ainda se apresentam como artefatos muito consumidos. Importa, pois, que, em um trabalho de leitura e produção de textos, sejam oferecidas condições ao aluno, instanciado como cidadão, de abordar produtos, como o aqui apresentado, sob tal viés. Inicialmente, desmitificando o papel do gênero de mídia, segundo o qual o que se apresenta é um retrato fiel da realidade, destituído de posicionamento político e ideológico. É preciso, portanto, pôr em xeque a natureza informacional do produto midiático, realçando seu caráter persuasivo. Em seguida, cumpre abordar o gênero levando em consideração aspectos relevantes como o balanço entre o conteúdo verbal e o imagético, as escolhas lexicais, a apresentação das informações distribuídas no cenário visual e sua implicação em relação aos interesses em jogo.

Nessa perspectiva, temos a concepção de Barton e Hamilton (2000), para quem a noção de práticas de letramento oferece um modo poderoso de conceptualização da ligação entre as atividades de leitura e escrita e as estruturas sociais em que aquelas estão envolvidas e que ajudam a formar. O letramento é, portanto, melhor compreendido como um conjunto de práticas sociais que podem ser inferidas de eventos que são mediados por gêneros da escrita. Em nosso caso, é possível conceber que a capa de revista de informação, instanciado como gênero

midiático, está diretamente ligado a relações de poder que correspondem ao funcionamento do poder simbólico, que tem como recursos os meios de comunicação e informação e, como instituição paradigmática, as instituições culturais, a exemplo das indústrias de mídia (THOMPSON, 1998). Mas também concorrem as formas de poder político e econômico, pelo que podemos deduzir a partir do jogo de interesses que revestem a prática discursiva do gênero capa.

É, desse modo, que, em uma prática de letramento, vista como um conjunto de práticas sociais, registra-se a existência de diferentes letramentos associados a diferentes domínios da vida social para o que se faz necessário todo um conjunto de procedimentos em favor de um letramento historicamente situado. Um assim chamado modelo ideológico de práticas de letramento aponta para o fato de que estas são aspectos não apenas da cultura, mas sobretudo das estruturas de poder numa sociedade (KLEIMAN, 2005; SIGNORINI, 2005). O fator letramento é, por conseguinte, apontado como credencial de sucesso nas várias formas de ação na comunidade por meio das práticas de linguagem e, nesse sentido, nas várias formas tomadas como legítimas de exercício de poder e controle sobre situações e indivíduos, como pudemos notar pelo exame do funcionamento discursivo do gênero-vitrine ‘capa de revista de informação’.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. (org.). *Perspectivas em análise visual: do fotojornalismo ao blog*. João Pessoa, Ed. UFPB, 2008.

BARTON, D.; HAMILTON, M. Literacy practices. In: BARTON, D.; HAMILTON, M.; IVANIC, R. (ed.), *Situated Literacies*. London/NewYork: Routledge, 2000.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COSTA, I. *Análise do discurso da mídia: a recontextualização publicitária do texto jornalístico*. 2016. 236f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

FAIRCLOUGH, N. *Language and globalization*. London; New York: Routledge, 2006.

_____. *Analysing discourse*. Textual analysis for social research. London; New York: Routledge, 2003.

_____. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2001 [1992].

_____. *Media discourse*. London: Arnold, 1995.

GHIO, E.; FERNÁNDEZ, M. *Linguística sistémico funcional: aplicaciones a la lengua española*. Santa Fé: UNL, 2008.

HALLIDAY, M.A.K.; MATTHIESSEN, C.M.I.M. *An introduction to functional grammar*. London: Arnold, 2004.

KLEIMAN, A. Apresentação. In: KLEIMAN, A.; MATENCIO, M. (org.). *Letramento e formação do professor: práticas discursivas, representações e construção do saber*. Campinas: Mercado das Letras, 2005.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. São Paulo: Pontes, 2011.

RESENDE, V.; RAMALHO, V. *Análise do Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

SIGNORINI, I. O relato autobiográfico na interação formador/formando. In: KLEIMAN, A.; MATENCIO, M. (org.). *Letramento e formação do professor: práticas discursivas, representações e construção do saber*. Campinas: Mercado das Letras, 2005.

STREET, B. *Letramentos sociais*. São Paulo: Parábola, 2014.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998 [1995].

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão (SC), v. 4, n. esp., p. 233-243, 2004 [2001].

Reflexões sobre a expressão da modalidade volitiva para o ensino da língua espanhola

Reflections on the expression of the volitive modality
for the teaching of the Spanish language

André Silva Oliveira
Nadja Paulino Pessoa Prata

Resumo

Sabendo-se que, para Hengeveld e Mackenzie (2008), a modalidade volitiva está relacionada ao que desejável (domínio semântico), pautamos o nosso trabalho na análise e descrição desta categoria a partir de alguns gêneros textuais, tais como “tirinhas”, “propagandas publicitárias”, “músicas”, “piadas” etc., e sua contribuição para o ensino de espanhol como língua estrangeira (E/LE). Baseamo-nos, portanto, na análise das expressões linguísticas que o falante emprega para a modalização volitiva em diversos gêneros textuais e na descrição dos possíveis efeitos de sentido pretendidos para refletirmos sobre as contribuições da vertente funcionalista no ensino de línguas, especificamente o de E/LE. Enquanto o arcabouço teórico do funcionalismo holandês nos dá o suporte necessário para realizarmos a descrição e análise linguística, as abordagens de ensino de língua estrangeira nos auxiliam nas possíveis estratégias de caráter comunicativo pautadas no real uso da língua espanhola. Por fim, acreditamos que seja profícua a relação entre ‘análise e descrição de uma dada língua’ e ensino, uma vez que

aquela fornece subsídios fundamentados teoricamente sobre a categoria linguística investigada e a construção discursiva de diversos gêneros textuais, de modo a auxiliar professores e alunos no entendimento das expressões utilizadas pelo falante ao manifestar seus desejos, vontades, esperanças e intenções.

Palavras-chave: Funcionalismo. Modalidade Volitiva. Ensino de E/LE.

Abstract

Knowing that for Hengeveld and Mackenzie (2008), the volitive modality is related to the desirable one (semantic domain), we our work in the analysis and description of this category from some textual genres, such as “comic strips”, “advertising advertisements”, “songs”, “jokes”, etc., and their contribution to the teaching of Spanish as a foreign language (S/FL). We are therefore based on the analysis of the linguistic expressions that the speaker uses for the volitive modalization in several textual genres and the description of the possible effects of sense intended to reflect on the contributions of the functionalist slope in language teaching, specifically the S/FL. While the theoretical framework of the Dutch functionalism gives us the necessary support to carry out the description and linguistic analysis, the approaches of teaching of foreign language help us in the possible communicative strategies based on the actual use of the Spanish language. Finally, we believe that the relationship between ‘analysis and description of a given language’ and teaching is profitable, since it provides theoretically grounded subsidies on the linguistic category investigated and the

discursive construction of several textual genres, in order to assist teachers and understanding the expressions used by the speaker in expressing their wishes, hopes and intentions.

Keywords: Functionalism. Volitive Modality. Teaching S/FL.

1 Introdução

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre a expressão da modalidade volitiva em língua espanhola e os valores semânticos a ela relacionados a partir de diferentes gêneros textuais¹, tais como, “tirinhas”, “propagandas publicitárias”, “músicas”, “piadas” etc., de modo a auxiliar professores de E/LE no processo de ensino-aprendizagem de construções volitivas, possibilitando que se consiga veicular os significados e os sentidos pretendidos pelo falante, de modo a ultrapassar um ensino baseado apenas na estrutura e na decodificação de textos, e pautar-se na função que as expressões linguísticas desempenham em um dado contexto comunicativo.

Acreditamos que o ensino de uma língua estrangeira, particularmente, o de espanhol, não pode basear-se apenas sob um viés estrutural, mas deveria estar atrelado ao uso efetivo da língua estrangeira (espanhol, francês, alemão, inglês, etc.), particularmente, em determinados contextos comunicativos sejam eles orais ou escritos, em especial, no que tange a

1 Nossa concepção de ‘gênero’ está relacionada à de Marcuschi (2008, p. 156): “[...] textos materializados em situações comunicativas recorrentes. Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas.”

categoria modalidade, pois, segundo Hoffnagel (1999), trata-se de um domínio relevante para o ensino de línguas (maternas ou estrangeiras). Para a autora, a capacidade de compreensão e interpretação de uma língua depende, em parte, do domínio que o aprendiz faz dos modalizadores, já que a modalidade constitui um importante recurso para a produção de sentido na língua estrangeira estudada. Além do domínio do uso dos modalizadores, devemos considerar também, de acordo com a autora, que há implicações diretas ou indiretas na forma como os falantes fazem ou não uso desses modalizadores na interação social, podendo funcionar como um importante recurso para a produção de sentido desejado pelo falante, sentidos estes que podem variar do mais sutil ao mais explícito valor volitivo por exemplo.

No que tange à modalidade, abordaremos um subtipo que, para Hengeveld e Mackenzie (2008), está atrelado ao “eixo do desejo”, a *modalidade volitiva*. Para isso, faremos uma explanação a respeito da modalidade volitiva e dos valores semânticos a ela relacionados, procurando mostrar aos professores de E/LE como esse subtipo de modalização se manifesta na língua espanhola de modo a marcar seus desejos, vontades e intenções; e como esses valores são caracterizados nos gêneros que foram selecionados para a composição do *corpus*. Salientamos que consideramos também o alvo de avaliação² da categoria modalidade como é previsto na Gramática Discursivo-Funcional (GDF)³.

2 Em trabalhos mais recentes sobre uma possível reformulação da teoria e que abordam a categoria modalidade dentro da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), há também uma orientação para o Episódio, mas esta não será considerada para esta pesquisa. Cf. Hengeveld (2011) e Hengeveld e Dall’Aglia Hattner (2016).

3 Ressaltamos que a Gramática Discursivo-Funcional (GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008), não prevê aplicações didáticas. Estamos apenas interessados

2 Considerações sobre o ensino de línguas estrangeiras

De acordo com Molinari (2004), a maioria dos professores de língua estrangeira considera o trabalho docente como uma mera atividade prática, levando-os a pensar que não há nenhum tipo de relação entre o “ensinar língua” e os “fundamentos epistemológicos e investigações” feitas pelos linguistas e estudiosos nas instituições acadêmicas. No entanto, ainda segundo o autor, tal pensamento carece de uma reflexão mais responsável e madura, já que esses dois polos se complementam; pois para nada serviria uma teoria meramente especulativa, se não pudesse ser observada na prática por meio do processo educativo, e tão pouco seria proveitoso uma prática docente dissociada dos componentes teóricos sólidos que auxiliasse em um ensino adequado e eficaz. Dessa forma, Molinari (2004) acrescenta que é necessário que os professores de língua estrangeira se apropriem dos trabalhos científicos voltados para o ensino de língua estrangeira (ou das teorias referentes ao conteúdo de língua abordado nos materiais didáticos) para que consigam identificar e compreender os princípios teóricos que orientam o processo educativo e, assim, escolher a metodologia mais adequada para o desenvolvimento das capacidades imprescindíveis para a aquisição da língua estrangeira por parte dos alunos, atendendo aos interesses deles e auxiliando-lhes em alcançar a sua principal meta, que é a de aprender uma língua estrangeira.

em unir a teoria da GDF e o ensino de língua e, a partir desse viés, mostrar possíveis contribuições para o ensino-aprendizagem de língua espanhola.

Para que os aprendizes conseguissem atender a sua necessidade de adquirir/aprender, satisfatoriamente, uma língua estrangeira, Molinari (2004) diz que alguns “métodos teóricos” e “enfoques” foram se desenvolvendo ao longo dos anos no intuito de auxiliar professores e educadores no ensino de língua estrangeira, tais como: (i) o *método clássico*, que priorizava a língua escrita e adotava uma visão mais acadêmica da língua e de seu estudo; (ii) o *método direto*, que se tratava de um princípio natural de aprendizagem de língua estrangeira, em outras palavras, os aprendizes aprendiam o idioma estrangeiro como haviam aprendido sua língua materna; (iii) o *método audiolingual*, que consistia em um aprendizado condicionado pela repetição, imitação e memorização das palavras e frases na língua estrangeira, cuja finalidade era fazer com que os estudantes adquirissem a habilidade comunicativa necessária para se comunicar na língua estrangeira; (iv) o *enfoque nocio-funcional*, que se caracterizava pela adição da semântica e da pragmática ao estudo da gramática e o desenvolvimento da competência comunicativa por parte dos aprendizes, em outras palavras, aprendia-se um idioma com base “no que se queremos fazer com a língua e as coisas que se fazem com a língua”⁴ (SANTOS GARGALLO, 1999, p. 65); (v) o *enfoque comunicativo*, que baseava os estudos na língua estrangeira a partir da “fala”, “do uso efetivo da língua”, dando especial atenção ao contexto do evento de fala e da relação entre o contexto e as estruturas e orações de base da língua estrangeira. Para Encabo e Pastor (1999), o enfoque comunicativo subordina o estudo dos aspectos formais das línguas ao uso destes para fins comunicativos, ou seja, o ensino estaria

4 Tradução nossa. O original diz: “Lo que queremos hacer con la lengua y las cosas que hacemos con la lengua” (SANTOS GARGALLO, 1999, p. 65).

pautado no estudo dos significados, das expressões linguísticas, da compreensão e da negociação durante as interações entre os aprendizes no uso efetivo da língua estrangeira.

A relevância do estudo dos significados e das expressões linguísticas para os diferentes tipos de contexto se deve, de acordo com Encabo e Pastor (1999), ao desenvolvimento dos estudos no campo da Pragmática, por exemplo, que modificaram a forma como deveria ser o ensino de línguas, atrelando o sistema linguístico à forma de utilizá-lo corretamente para se comunicar em diversos contextos. Ao ser considerado o ‘contexto’, criou-se a necessidade de contextualizar a língua para que se interpretassem corretamente os enunciados, fazendo com que também houvesse uma mudança na forma como os materiais didáticos eram elaborados para atender a demanda dos professores e alunos.

Segundo Hoffnagel (1999), em alguns materiais utilizados nas aulas de língua estrangeira, especialmente, o livro didático, é comum encontrarmos diferentes tipos de gêneros, muitos deles extraídos de textos reais no intuito de ensinar os aprendizes a ler e produzir diversos tipos de textos que podem, facilmente, serem encontrados no seu dia-a-dia, tais como bilhetes, anúncios, convites, textos jornalísticos, cardápios, poemas, crônicas, fábulas, novelas, etc., ou textos de caráter mais subjetivo, nos quais se pode encontrar a modalidade.

Em relação ao ensino, a categoria modalidade, segundo Hoffnagel (1999), é um aspecto da língua que os professores deveriam considerar relevante em suas aulas, pois constitui um domínio necessário, tendo em mente as implicações, sejam elas diretas ou indiretas, do uso dos modalizadores para a interação social. Para a autora, a habilidade de se expressar, compreender e saber interpretar a língua estrangeira depende, em parte, do

domínio que o aluno tem dos recursos que a língua oferece; por isso, a modalidade constitui um importante recurso para a produção de sentido que pode variar de uma forma mais sutil ou mais explícita.

Dessa forma, acreditamos que seja possível relacionar uma teoria linguística (como a GDF) e uma teoria de aprendizagem (como a sócio-interacionista) para a aplicação de um ‘método de ensino de língua’ (enfoque comunicativo para o espanhol). As teorias de base funcionalista e os pressupostos teóricos do funcionalismo poderiam ter reflexos nos métodos de ensino, em especial, o enfoque comunicativo, pois, segundo Nogueira (2010b), a perspectiva funcionalista concebe a língua como um instrumento de interação social entre os seus usuários, fazendo com que a estrutura gramatical das línguas deva ser analisada com base na situação comunicativa, considerando o propósito comunicativo, os participantes e o contexto discursivo, por exemplo, o que de certa forma está em sintonia com o enfoque comunicativo, já que ele fundamenta os estudos de uma língua (materna ou estrangeira) a partir do “uso efetivo da língua”, considerando também o contexto comunicativo e a relação entre o contexto e a estrutura linguística.

Para Nogueira (2010b), quando se considera a língua como um instrumento de interação social, o ensino não pode estar pautado, simplesmente, na repetição e memorização das regras gramaticais ou em uma análise linguística que considere apenas frases isoladas e descontextualizadas, mas explicar os fenômenos linguísticos com base em amostras de textos reais (orais ou escritos). Para isso, Nogueira (2010a) pontua a necessidade de que o professorado (aqui inclui tanto os professores de língua estrangeira quanto os de língua materna) reflita sobre a língua em uso, investindo, de forma contínua, em sua

formação linguística, formação esta que deve estar centrada na prática de leituras teóricas e atividades que incluam a análise e reflexão do funcionamento da língua da qual leciona em diferentes contextos de prática social.

Dessa forma, se unirmos os pressupostos teóricos do funcionalismo ao ensino de língua, teremos então uma base teórica sólida para explicar os fenômenos linguísticos em seu uso efetivo para, posteriormente, podermos aplicar essa teoria ao ensino de língua (por meio do enfoque comunicativo, por exemplo), esclarecendo os sentidos de uma dada expressão linguística e os efeitos de sentido produzidos nos diferentes contextos que dela deriva. Por isso, acreditamos ser proveitoso que os professores de língua espanhola, além de considerarem o uso efetivo da língua, possam proporcionar também reflexões sobre o uso de uma dada categoria, como a modalidade volitiva, em espanhol.

3 Modalidade volitiva e sua expressão em língua espanhola

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), a modalidade linguística pode ser vista segundo o domínio semântico e o tipo de alvo da avaliação. A modalidade volitiva, particularmente, está relacionada ao que é desejável, podendo ser *orientada-para-o-participante*, *orientada-para-o-evento* ou *orientada-para-a-proposição*. A modalidade volitiva *orientada-para-o-participante* descreve o desejo do participante expresso no predicado em realizar aquilo que lhe é desejável; enquanto que a modalidade volitiva *orientada-para-o-evento* caracteriza um dado evento como algo desejável, mas sem que haja um

comprometimento por parte do falante; por sua vez, a modalidade volitiva *orientada-para-a-proposição* está relacionada com a afirmação dos desejos pessoais do falante em relação ao estado-de-coisas apresentado. Em relação ao domínio semântico, citamos que, para Hengeveld e Mackenzie (2008), a modalidade volitiva tratar-se-ia de um subtipo de modalidade, estando relacionada ao que parece (in)desejável ao falante.

Para Bermejo (2014), a modalidade volitiva está relacionada com a manifestação dos desejos e vontades do falante, como nos exemplos: *Ojalá María tuviese um namorado* ou *Os pais de María queriam que ela tuviese um namorado*⁵. Para Pajares (2015), a modalidade volitiva faria referência à manifestação das intenções do falante, expressando-se, geralmente, por meio de verbos modais que contenham o valor semântico de intencionalidade, como podemos observar nos exemplos a seguir: *O Olímpic Vall d’Hebron completou sua capacidade e por isso não pode acomodar a todos os que queriam entrar na primeira reunião do secretario geral do Podemos na Catalunha*⁶ ou [...] *O centro de esportes Olímpic Vall d’Hebron [...] não conseguiu acolher a todos que pretendiam entrar e escutar a primeira reunião de Iglesias*⁷.

Em suma, parece-nos que há um consenso em entender que a modalidade volitiva esteja relacionada a valores semânticos como desejo, vontade e intenção. Para Santos (2015),

5 Tradução nossa. O original diz: “Ojalá María tuviese pareja/Sus padres quieren que María tenga pareja” (BERMEJO, 2014, p. 70).

6 Tradução nossa. O original diz: “El Olímpic Vall d’Hebron completó su aforo sin poder acoger a todas las personas que querían entrar al primer mitin del secretario general de Podemos en Catalunya” (PAJARES, 2015, p. 36).

7 Tradução nossa. O original diz: “[...] el centro deportivo Olímpic Vall d’Hebron [...] no consiguió acoger a todos los que pretendían entrar a escuchar el primer mitin de Iglesias” (PAJARES, 2015, p. 36).

há uma diferença entre: (i) *desejo*, que significa apenas uma “ideia” ou um “pensamento” (fenômeno mental) em relação a um dado evento, geralmente, irrealizável; (ii) *vontade*, que significa uma perspectiva de realização mais ou menos próxima do que é desejado; e (iii) *intenção*, que seria a direcionalização e potencialização de realização daquilo que é desejado. Com base em Santos (2015), poderíamos então redefinir esses valores semânticos e delimitá-los, tendo em vista a definição e a caracterização da modalidade volitiva dentro do arcabouço teórico da GDF. Vejamos o Quadro 1:

Quadro 1: Valores semânticos para a modalização volitiva.

Valor Semântico	Delimitação
Desejo	Estado-de-coisas não controlado, interno ao indivíduo e irrealizável (do ponto de vista factual). Ex.: “Então eu tenho que evoluir essa maga porque eu quero virar bruxa” (SANTOS, 2015, p. 87).
Vontade	Estado-de-coisas não controlado, interno ao indivíduo e realizável (dependendo do alvo sobre quem recai a atitude volitiva). Ex.: “não queria que os alunos lanchassem no pátio” (SANTOS, 2015, p. 43).
Intenção	Estado-de-coisas controlado, interno ao indivíduo e realizável (dependendo apenas da fonte da atitude volitiva). Ex.: “O dia que eu for cantar, eu quero cantar direitinho” (SANTOS, 2015, p. 83).

Fonte: Elaborado pelos autores

Após redefinirmos e delimitarmos os valores semânticos de desejo, vontade e intenção, passaremos agora à análise qualitativa de alguns casos de modalização volitiva encontrados no *corpus* na seção seguinte.

4 Modalidade volitiva e ensino-aprendizagem de E/LE: reflexões a partir de gêneros textuais

Trataremos de apresentar, nesta seção, uma análise qualitativa de alguns casos de modalização volitiva encontrados em diferentes tipos de gêneros, tais como “tirinhas”, “propagandas publicitárias”, “músicas”, “piadas” etc., procurando auxiliar aos professores de E/LE na abordagem dessa categoria linguística e termos de sua manifestação em língua espanhola, seus valores semânticos e os possíveis entrelaçamentos com a construção discursiva dos gêneros textuais em que aparecem. Para isso, fizemos uma seleção de alguns tipos desses gêneros em páginas da *web*, selecionando os materiais que poderiam servir para a reflexão sobre o uso da modalidade volitiva no ensino-aprendizagem de E/LE e propusemos alguns passos para tratar essa

temática tendo em vista os aspectos pragmático-discursivos⁸, os semânticos⁹ e os morfossintáticos¹⁰.

Tendo em vista esses aspectos e o enfoque, bem como a inter-relação entre linguagem verbal e icônica, escolhemos os seguintes gêneros para se trabalhar a compreensão da relação entre as formas de expressão da modalidade volitiva e os seus valores: (i) propaganda publicitária; (ii) piada; (iii) tirinha; e (iv) música. É salutar que abordemos, brevemente, sobre as características de cada tipo. Vejamos:

- I. propaganda publicitária: trata-se de um ato de tornar algo público por meio de um processo que tem por objetivo colocar na mente da população uma ideia fixa acerca de uma opinião, evento ou produto, fazendo com que as pessoas, de um modo geral, pensem e reflitam no que está sendo veiculado (SILVA, 2013).

- II. piada: tem por objetivo provocar riso e entreter o leitor, sendo, geralmente, de conteúdo variado, bastante informal e

8 Devem-se explorar as características de cada tipo de gênero abordado, o contexto no qual estão inseridos os falantes, a forma de interação entre eles, aspectos culturais, sociais, etc., que, de alguma forma, facilitasse a compreensão e/ou produção da modalização volitiva.

9 Deve-se explorar o aspecto semântico dos verbos volitivos empregados na modalização volitiva no que diz respeito à expressão dos desejos, vontades e intenções do falante.

10 Deve-se explorar que tipos de modalizadores estão sendo empregados para a instauração da modalidade volitiva, tais como verbos plenos (*desejar, querer, pretender, intencionar, anhelar*, etc.), auxiliares modais (*querer+infinitivo, desejar+infinitivo, pretender+infinitivo*, etc.), adjetivos em posição predicativa (*es necesario, es deseable, es preferible*, etc.), substantivos (*voluntad, deseo*, etc.) e construções volitivas (*ojalá+subjuntivo, que+subjuntivo*, etc.).

usando formas consagradas na comunicação privada. A sequência textual é, tipicamente, a narrativa, sendo o pretérito imperfeito ou o presente do indicativo os tempos verbais mais utilizados para demonstrar certa “atemporalidade” (COELHO; ANTUNES, 2010).

III. tirinha: pertence a um hipergênero denominado de “quadrinhos”, sendo a presença do humor a principal característica, com textos curtos no formato retangular, vertical ou horizontal, recursos icônico-verbais próprios e desfecho não esperado. Ressaltamos que apresenta um conteúdo temático diversificado com um estilo marcado pelo emprego de uma linguagem informal (VARGAS; MAGALHÃES, 2012).

IV. música: é uma forma de discurso no qual o autor “troca ideias” ou “expressa pensamentos”, carregando consigo pensamentos a respeito das pessoas que o cercam e deixando entrever suas emoções e vivências. Em outras palavras, pode ser entendida como uma forma de arte, essencialmente, humana pela qual o autor constrói significações de forma “intencional” e “criativa” (MENDES; LIMA, 2016).

Sabendo-se das características gerais de cada tipo de gênero que será abordado nesta pesquisa, passemos agora a descrição e análise deles, começando, primeiramente, pela propaganda publicitária. Vejamos:

(1): Propaganda publicitária



Fonte: <<https://es.pinterest.com/pin/338192253248075821/>>¹¹.

Em (1), temos que os produtores do anúncio nacional mexicano contra a violência de gênero utilizam o verbo pleno *querer* para instaurar a modalidade volitiva e, dessa forma, chamar a atenção das mulheres mexicanas a não ceder à violência praticada por seus cônjuges ou por outros indivíduos. Vemos que o modalizador foi empregado em dois modos distintos, o indicativo e o subjuntivo, sendo ambos empregados no tempo presente. Em (1), os produtores do anúncio fizeram uso do modo indicativo (*quiero*) para enfatizar a necessidade volitiva de não ceder à agressão, enquanto o modo subjuntivo (*quiera*) foi empregado para referir-se que nem o esposo, que a

11 Acesso em: 18 de maio de 2017.

priori teria o “direito de tocar na mulher”, poderia fazê-lo, se ela não o permitisse. Reescrevendo o período acima na forma direta, teríamos *Nadie tocara mi cuerpo si yo no quiero, ni si quiera mi esposo*, onde constatamos a existência de uma oração principal seguida de uma oração condicional (com o modalizador volitivo no presente do indicativo) e de uma oração hipotética (com o modalizador no presente do subjuntivo).

Segundo García (2009), a expressão dos desejos do falante também pode vir acompanhada de significados de condição, como vemos no anúncio *si yo no quiero*, em que o verbo pleno *querer* marca a modalização volitiva com valor semântico de “intenção”, pois o estado-de-coisas apresentado é mais controlado (se a mulher não permitir, ninguém irá tocá-la), o que justificaria o emprego do presente do indicativo na oração condicional, já que, para Alcalá (1999), o uso da conjunção “si” atrelada ao presente do indicativo produz no leitor (ouvinte) o efeito de uma condição real e possível. Em outras palavras, se a mulher “desejar” ou “pretender” (intenção) não ser tocada pelo seu cônjuge, isso não sucederá com ela (o que parece ser o objetivo da campanha, de fazer com que as mulheres mexicanas entendam que elas não são obrigadas a seguirem vítimas da violência de gênero).

Em relação à oração hipotética e o emprego do modalizador volitivo no subjuntivo, há uma justificativa para seu uso no anúncio, pois, segundo Alcalá (1999), o subjuntivo é o modo por excelência na língua espanhola para manifestar os desejos e as vontades do falante, sejam eles “realizáveis” ou “irrealizáveis”, fazendo sempre alusão a uma função expressiva da linguagem, principalmente, ao fazer referência a hipóteses, dúvidas, incertezas, etc. Na oração hipotética, o verbo pleno *querer* marca a modalização volitiva com valor semântico de “vontade”, haja vista que o estado-de-coisas apresentado é

menos controlado (a vontade de “tocar” a mulher) por parte da fonte (o cônjuge) que só poderia tocá-la se o alvo volitivo (a mulher) permitisse. Salientamos que o fato de o estado-de-coisas se apresentar como uma situação hipotética (vontade de “tocar” na mulher), justificaria o emprego do presente do subjuntivo. Em (1), temos que a modalidade volitiva está *orientada-para-o-participante*, sendo que a modalidade volitiva foi expressa por meio do modal *querer* em sua forma plena para a expressão da *intenção* na forma do indicativo (*quiero*) e para marcar a *vontade* na forma do subjuntivo (*quiera*).

Outro tipo de gênero no qual foi possível encontrarmos a modalidade volitiva foi a piada. Vejamos:

(2): Piada 1

En una pequeña farmacia del pueblo
entra una mujer y dice:
-Por favor, quiero comprar Arsenico!
-No puedo venderle eso. ¿Cuál es su finalidad?
-¡Matar a mi marido!
-Mucho peor, para ese fin no se lo puedo vender. La
mujer abre su cartera y extrae una foto del marido
haciendo el amor con la mujer del farmaceutico
-Ahh, buenooo, con receta es otra cosa...

Fonte: <<https://es.pinterest.com/pin/190347521730650727/>>¹².

12 Acesso em: 18 de maio de 2017.

Em (2), temos um caso de modalização volitiva com valor semântico de “intenção” com projeção futura, ou seja, a mulher que foi traída pelo marido deseja/quer/pretende/ambiciona comprar arsênico para “matar o marido envenenado”. Em (2), temos que a “intenção” expressa pela fonte da atitude volitiva, faz uma projeção futura de realização de um desejo particular e não de uma expressão de um “futuro imediato” como aponta Sousa (2013). A modalidade volitiva, como valor semântico de “intenção”, está relacionada a uma situação (estado-de-coisas), cuja realização é futura e na qual a determinação da realização desse estado-de-coisas tem sua origem nos desejos do falante. Sousa (2013) acrescenta que as noções de volição e futuridade estão presentes nas línguas desde sua formação, dando-se por meio de nuances modais que expressem desejo ou intenção (modalidade volitiva) ou obrigação (modalidade deôntica), resultado de “resíduos” do significado original expresso pela construção a partir da qual o futuro evoluiu, haja vista que o tempo futuro advém da evolução de construções linguísticas que expressavam, em sua origem, algum tipo de obrigação, necessidade, desejo ou intenção. Para citarmos um exemplo, podemos fazer referência ao auxiliar modal do inglês *will*, utilizado para marcar o futuro na língua inglesa e que na origem significa “vontade”.

Salvo o modal *querer*, tanto na forma plena quanto na perifrástica, a modalidade volitiva também pode ser expressa por meio de outros tipos de modalizadores “não-protótipos”¹³, como o modal *deber*, por exemplo. Vejamos:

13 Entendemos como modalizadores prototípicos aqueles que, semanticamente, expressam, em língua espanhola, a volição, tais como *desejar*, *anhelar*, *querer*, *intencionar*, *pretender*, etc. (SEDANO, 2006).

(3): Piada 2



Fonte: <<http://www.chistes21.com/chistes/jaimito/?pagina=1>>¹⁴.

Em (3), temos que na piada de “Joãozinho” (corresponde, em espanhol, a “Jaimito” ou “Pepito”), o modalizador *deber* (dever), empregado no condicional simples do espanhol, instaura a modalidade volitiva em relação à desejabilidade de um dado evento ocorrido no passado e do qual o falante não desejaria que tivesse ocorrido, levando-nos a classificar esse tipo de modalização volitiva como uma manifestação de “desejo”. Em relação ao modal *deber*, segundo Olbertz e Gasparini-Bastos (2013), é possível que este esteja relacionado à modalização volitiva para os casos em que a potencialidade de realização daquilo que é desejado estiver fora do controle de quem deseja (como na piada em questão, em que o falante diz “Isso não deveria ter acontecido”), já que se trata de um

14 Acesso em: 19 de maio de 2017.

evento ocorrido no passado e, portanto, irrealizável do ponto de vista do momento da enunciação (não é possível que o falante volte no tempo e desfaça o que já foi feito), a modalização do enunciado estará no “eixo do desejo” (modalidade volitiva). Vale ressaltar que a deseabilidade do estado-de-coisas apresentado se restringe apenas a fonte da atitude volitiva, ou seja, à pessoa que deseja que tal estado-de-coisas não tivesse ocorrido¹⁵. Resumidamente, temos que, em (2), a modalidade volitiva também está *orientada-para-o-participante*, mas sendo expressa pelo falante por meio do modal *querer* na forma perifrástica “querer+infinitivo” (*quiero comprar*) com valor semântico de *intenção*. Enquanto que, em (3), a modalidade volitiva está *orientada-para-a-proposição*, sendo expressa por meio do modal *deber* no “condicional simples do espanhol” (futuro do pretérito do português) com o valor semântico de *desejo*.

Também foi possível encontrarmos em outro tipo de gênero, a volição relacionada com a futuridade. Vejamos a tirinha:

15 De acordo com Olbertz (2016), a modalidade volitiva se diferencia da modalidade deôntica, porque esta impõe obrigações, permissões e proibições, necessariamente, ao alvo deôntico; enquanto que aquela está relacionada à expressão de desejos, esperanças ou vontades, expressões estas que estão restritas a fonte volitiva, não recaindo, obrigatoriamente, sobre o alvo volitivo (que em alguns casos pode não existir).

(4): Tirinha



Fonte: <<https://spanishbloggin.wordpress.com/2014/09/25/mas-verbos-y-los-peanuts/>>¹⁶.

Em (4), temos que a personagem da tirinha do Snoopy, “Patty Menta”, pretende descobrir quem roubou um livro da biblioteca, para isso, a personagem utiliza o modal *querer* em forma perifrástica¹⁷ (*Quiero descubrir quién robó aquel libro*) para modalizar o enunciado de forma volitiva, podendo ser entendido, em relação ao valor semântico, como sendo uma

16 Acesso em: 18 de maio de 2017.

17 De acordo com Topor (2011), os casos em que o verbo pleno *querer* se apresenta em forma perifrástica, ele não se comportaria como uma perífrase de fato, comportando-se apenas como um verbo léxico. Segundo Gómez Torrego (2009) e a Gramática da Real Academia Espanhola (2010), os únicos casos em que o verbo *querer* se comporta como uma perífrase são os casos conhecidos como de “iminência”, tais como: *Hoy quiere llover* (Hoje quer chover)/*Al niño le quieren salir los primeros dientes* (Querem sair os primeiros dentes na criança). (GÓMEZ TORREGO, 2009, p. 99).

“intenção”. Segundo Giomi (2010), o valor semântico de “intenção” seria um tipo de decodificação feita pelo falante oriundo de um desejo pessoal, desejo esse de projeção futura, o que pode ser observado em (4), já que a personagem “Patty Menta” *deseja/quer/pretende/intenciona descobrir quem roubou aquele livro da biblioteca*. Para Sousa (2013), a semântica dos verbos volitivos, tais como *querer, desejar, pretender, intencionar, etc.*, envolvem alguma noção de futuridade, pois expressam o desejo (volição) de que algo se realize no futuro. No entanto, o autor resguarda que a futuridade expressa pelos verbos modais volitivos se relaciona mais à modalidade (desejo de que algo ocorra no futuro) do que a noção de futuridade como recorte temporal propriamente dito. Em outras palavras, a modalização volitiva expressaria apenas a noção de futuro e não a noção de futuro imediato.

Em (4), temos para a modalidade volitiva o valor semântico de *intenção*, expressa por meio do modal *querer* em forma perifrástica e o alvo de avaliação *orientado-para-o-participante*.

Assim como foi possível encontrarmos tipos de modalização volitiva no “anúncio”, na “piada” e na “tirinha”, também conseguimos identificar a expressão da modalidade volitiva nos trechos de algumas “músicas”. Vejamos:

(5): Anahí – Quiero¹⁸

Quiero que se pare el tiempo (Quero que o tempo pare).

18 Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/anahi/1580182/>>. Acesso em: 18 de maio de 2017.

(6): Shakira – Se quiere, se mata¹⁹

Dónde lo que no se quiere se mata (Onde o que não se quer, se mata).

(7): Thalía – Como tú no hay dos²⁰

Quiero entrar en el juego (Quero entrar no jogo).

Em (5), temos que a modalidade volitiva apresenta o valor semântico de *desejo* e expresso por meio do modal *querer* em sua forma plena. O alvo da avaliação *orientado-para-a-proposição*, pois o estado-de-coisas apresentado além de ser menos controlado pelo falante e ter o próprio falante como fonte da atitude volitiva, é irrealizável, haja vista que não se pode “parar o tempo”; o que nos leva a entender que o conteúdo proposicional apresentado trata-se de uma construção mental advinda da mente do próprio falante, estando, pois, ligada a uma afirmação de um desejo pessoal dele, o que poderia ser avaliado não apenas em termos de sua reflexividade (expressar emoção), mas também de sua verificação (ser verdadeiro ou falso). Para Florea (2016), a asserção ou a afirmação do que parece desejável ao falante (modalidade desiderativa) são expressas nas línguas românicas, geralmente, por meio de verbos léxicos, tais como *eu quero*, *eu anseio*, *eu desejo* etc., em que a forma modal do verbo é regida por meio de uma declaração (conteúdo proposicional). Estas declarações descrevem um desejo como um estado psicológico do falante, correspondendo, pois, ao modo de *dizer*. Em outras palavras, quando o falante faz uma asserção ou afirmação

19 Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/shakira/35920/>>. Acesso em: 18 de maio de 2017.

20 Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/thalia/como-tu-no-hay-dos-ft-becky-g/>>. Acesso em: 18 de maio de 2017.

a respeito de algo que lhe parece desejável por meio de uma sentença declarativa, há a possibilidade de apreciá-la em termos de verdade ou falsidade.

Em (6), temos que a modalização volitiva apresenta o valor semântico de *vontade* e por meio do emprego do modal *querer* também em sua forma plena. O alvo de avaliação da modalidade volitiva está *orientado-para-o-evento*, haja vista que o foco da qualificação modal é o evento descrito em si mesmo (o desejo coletivo de eliminar aqueles que são considerados “inúteis”), mas sem que o falante, ao reportar essa desejabilidade coletiva, faça algum tipo de avaliação em relação ao que é desejado. Ressaltamos que, ainda que se queira “eliminar” o que se considera “inútil”, o evento em si mesmo não é controlado. Em (7), a modalidade volitiva apresenta o valor semântico de *intenção* por meio do modal *querer* em forma perifrástica. O alvo de avaliação da modalidade volitiva está *orientado-para-o-participante*, pois há uma estreita relação entre o participante expresso no predicado e a potencialização de realização do que é desejado, já que o falante tem um maior controle sobre aquilo que é desejado.

Em suma, podemos dizer que a modalidade volitiva, em relação ao domínio semântico, está relacionada ao que é desejável, podendo ter orientação para o Participante, o Evento e a Proposição, e, em relação ao valor semântico, manifestar os desejos, vontades e intenções do falante tanto por meio do modal “querer” em sua forma plena ou perifrástica ou por meio de outros tipos de modalizadores como o “dever”.

No que tange ao uso das expressões linguísticas da modalidade volitiva em espanhol para instaurar seus diferentes valores, apresentamos algumas propostas de produção textual

baseada também em diversos gêneros textuais²¹ para a construção de um portfólio por parte do alunado. Vejamos:

(1) Proposta de produção textual 1 – Diário pessoal: partindo-se do pressuposto de que um “Diário pessoal” é um gênero textual no qual o falante expressa, de modo mais íntimo, suas emoções e desejos, o professor poderia pedir aos alunos que criem um personagem (ou ele mesmo pode já tê-lo criado com algumas características de personalidade, por exemplo) o qual deverá registrar seus desejos, vontades e intenções em um “Diário pessoal” com base nas características de cada valor volitivo conforme do Quadro 2. Atualmente existem sites com diários online e gratuitos, o que possibilitaria o uso do computador para execução da tarefa e tornaria a atividade mais atrativa.

(2) Proposta de produção textual 2 – Carta ao Papai Noel²²: partindo-se do pressuposto de que uma “Carta ao Papai Noel” é um gênero textual no qual o falante expressa em geral desejos de difícil realização²³ ou não-realizáveis tendo em vista o

21 Para a realização dessas atividades de produção textual, o professor também deve trabalhar a construção do gênero escolhido. Em geral, deve-se seguir um esquema de preparação para produção: Pré-tarefa (como Brainstorm) > Tarefa de produção > Tarefa de revisão 1 (relacionada aos objetivos comunicativos do gênero e suas características estruturais) > Tarefa de revisão 2 (relacionada aos aspectos formais da língua, bem como a coesão e coerência textuais) > Produto final (gênero textual exigido).

22 Conforme *site* dos Correios existe um projeto chamado Papai Noel dos Correios, no qual as crianças “em situação de vulnerabilidade social” escrevem cartas com diversos pedidos. Esse poderia ser um ponto de partida para a atividade e para a participação no projeto por exemplo. Cf. mais informações no site <<https://www.correios.com.br/sobre-correios/sustentabilidade/vertente-social/papai-noel-dos-correios>>. Acesso: 16 jun. 2017.

23 Cf. Quadro 2 – Valor volitivo de ‘desejo’.

mundo real, o professor poderia pedir aos alunos que criem uma “Carta ao Papai Noel” com base nos desejos mencionados por eles em sala de aula.

(3) Proposta de produção textual 3 – Tirinhas²⁴: partindo-se do pressuposto de que uma “Tirinha” é um gênero textual narrativo curto que mescla linguagem verbal e não-verbal, o professor poderia pedir aos alunos que criem diversas tirinhas tendo em vista pelo mesmo os três valores volitivos estabelecidos no Quadro 2. Para isso, seria necessário um estudo sobre as características do falante e do ouvinte da narrativa criada, bem como daquilo que será ‘objeto do desejo’ a fim de que se possa saber qual valor volitivo a ser expresso e qual forma de expressão seria mais adequada, de modo a relacionar forma e função para esta categoria. Como se trata de um gênero que mescla imagem e expressão linguística, existem *sites*²⁵ que disponibilizam a construção de tirinhas tendo em vista os personagens, o cenário, etc., o que pode deixar o texto bem atrativo e original e despertar o interesse pela escrita²⁶.

24 Como exemplo de tirinha, poderíamos pensar num diálogo entre um ‘gênio da lâmpada’ e o ‘seu senhor’ para a realização de três desejos.

25 Cf. alguns exemplos de *site disponíveis*: 1) <<http://www.proativa.vdl.ufc.br/oa/tirinhas/tirinhas.html>> ou 2) <<https://www.tecmundo.com.br/hd-dvd/6343-selecao-ferramentas-para-criar-suas-proprias-historias-em-quadrinhos.htm>>.

26 Estas e outras propostas podem ser pensadas para um projeto mais amplo da escola que trabalhe leitura, escrita e análise linguística com um conjunto de habilidades indissociáveis para o uso comunicativo de uma língua, como a criação de um Jornal da Escola. No que se refere ao E/LE, seria importante criar diversas situações comunicativas para que os alunos pudessem desenvolver suas quatro habilidades.

Mediante o que foi exposto, ressaltamos que uma abordagem da modalidade volitiva por meio desses tipos de gêneros facilitaria o processo de aprendizagem não apenas das formas de expressão da modalidade volitiva (modalizadores, construções volitivas, etc.), mas dos efeitos de sentido que esse tipo de modalização acarreta na produção do discurso. Acreditamos também que as análises e propostas aqui apresentadas poderão contribuir para que os alunos de espanhol como língua estrangeira consigam veicular, por meio da língua estrangeira, os significados e os sentidos que almejam, sendo capazes de compreender as estratégias argumentativas presentes nos gêneros selecionados para a análise da modalidade volitiva.

5 Conclusão

A análise de um dos subtipos da categoria modalidade proposto Hengeveld e Mackenzie (2008), a modalidade volitiva, foco deste trabalho, teve como meta apresentar aos professores de E/LE não apenas as formas de expressão de modalização volitiva, mas os valores semânticos de “desejo”, “vontade” e “intenção” presentes em contextos comunicativos diferenciados por meio de alguns tipos de gêneros selecionados como, “propagandas publicitárias”, “piadas”, “tirinhas” e “músicas” que podem vir a ser utilizadas pelo professor para abordar a “volição” em espanhol e os efeitos de sentido que dela decorrem quando o falante assim o faz em seu discurso.

Vimos também que a modalidade volitiva pode se manifestar por meio do modal *querer* em forma perifrástica ou plena ou por outros tipos de modalizadores que não tragam consigo o valor semântico volitivo, como o caso do modal *deber*, que pode

estar relacionado tanto à modalidade deôntica (valor semântico de “obrigação”) quanto à modalidade volitiva (valor semântico de “desejo”). Ressaltamos que a modalidade volitiva pode ter orientação para o Participante (quando há uma relação entre a potencialidade de realização do que é desejado e o participante expresso no predicado), o Evento (quando o falante reporta um dado evento como algo desejável, sem que haja um comprometimento por parte do falante daquilo que é desejável) e a Proposição (quando o falante faz uma asserção a respeito de algo que lhe parece desejável, mas irrealizável do ponto de vista factual, estando restrito apenas na mente do falante).

Em suma, acreditamos que o que foi exposto neste trabalho possa trazer algumas reflexões sobre a categoria modalidade e suas possíveis aplicações ao ensino de línguas estrangeiras, em particular, o ensino de espanhol. Salientamos que, embora a modalidade esteja presente em diversas línguas, as formas e os usos empregados pelo falante ao modalizar os enunciados divergem muito entre as línguas, o que pode, segundo Hoffnagel (1999), dificultar a aquisição de uma língua estrangeira, haja vista que, em muitos casos, não há formas equivalentes entre a língua materna e a língua estrangeira (o que, a priori, não parece ser o caso de estudantes brasileiros que estudam espanhol, devido à proximidade entre as duas línguas). Dessa forma, acreditamos que, ainda que haja uma aproximação entre o espanhol e o português, faz-se necessário que o professor enfoque na relação forma-função dos modalizadores volitivos em ambas as línguas, em especial, nas particularidades de cada língua.

REFERÊNCIAS

ALCALÁ, A. I. R. P. *Algunas reflexiones en torno al subjuntivo en español y alemán*. 1999. Disponível em: <<http://zip.net/bntHWj>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

BERMEJO, J. V. *La metáfora como mecanismo de valoración: aproximación al estudio de las estrategias lingüísticas de expresión de la actitud en la interacción oral*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade de Alicante, Espanha. 2014. Disponível em: <<http://zip.net/bctB1x>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

COELHO, S. M.; ANTUNES, L. B. *Revisão textual: para além da revisão linguística*. 2010. Disponível em: <<http://zip.net/bytKk9>>. Acesso em: 19 mai. 2017.

DALL'AGLIO HATTNER, M. M.; HENGEVELD, K. The grammaticalization of modal verbs in Brazilian Portuguese: a synchronic approach. *Journal of Portuguese Linguistics*. v. 15: 1, 1-14, 2016. Disponível em: <<http://zip.net/bltBtQ>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

ENCABO, J. M. L.; PASTOR, I. S. *El enfoque comunicativo en la enseñanza de lenguas: un desafío para los sistemas de enseñanza y aprendizaje abiertos y a distancia*. 1999. Disponível em: <<http://zip.net/bntJWk>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

FLOREA, L. S. *Introduction optatif et types de phrase: réécrire un chapitre de grammaire romane*. 2016. Disponível em: <<http://zip.net/bstKbj>>. Acesso em: 19 mai. 2017.

GARCÍA, E. J. *Un estudio comparado de partículas modales en ruso y en español*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filologia, Universidade de Granada, Espanha, 2009. Disponível em: < <http://zip.net/bxts99> > Acesso em: 18 mar. 2016.

GIOMI, R. *Para uma caracterização semântica do futuro sintético românico: descrição e análise dos valores do futuro do indicativo em Português e em Italiano*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa, Portugal, 2010. Disponível em: <<http://zip.net/bdtGNC>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

GÓMEZ TORREGO, L. *Perífrasis verbales con infinitivo: valores y usos en la lengua hablada*. Arco Libros: Madrid, 2009.

GRAMÁTICA DE LA REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. 2010. Espasa Libros S. L.: Madrid, 2010.

HENGEVELD, K. *The grammaticalization of tense and aspect*. 2011. Disponível em: <<http://zip.net/bltBtV>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: a Typologically-Based Theory of Language Structure*. Oxford: Oxford Linguistics, 2008.

HOFFNAGEL, J. C. *A modalidade e seu tratamento no ensino de língua*. 1999. Disponível em: <<http://zip.net/bbtHRC>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Cortez, 2008.

MENDES, A.; LIMA, A. R. B. *Aprendizagem musical: processos para o ensino de música para adultos*. 2016. Disponível em: <<http://zip.net/bgtjRy>>. Acesso em: 19 mai. 2017.

MOLINARI, D. *Los métodos: una visión integradora entre teoría y práctica*. 2004. Disponível em: <<http://zip.net/bxtKJC>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

NOGUEIRA, M. T. Contribuições da descrição e análise linguística ao ensino de língua materna. In: LIMA, A. F.; COSTA, C. S. S. M. *Reflexões linguísticas e literárias aplicadas ao ensino*. Teresina: EDUFPI, 2010a, p. 209-230.

_____. O ensino de gramática como reflexão sobre o uso linguístico. In: MATTES, M.; THEOBALD, P. *Ensino e cultura contemporânea*. Fortaleza: Edições UFC, 2010b, p. 197-212.

OLBERTZ, H.; GASPARINI-BASTOS, S. D. Objective and subjective deontic modal necessity in FDG – evidence from Spanish auxiliary expressions. In: MACKENZIE, J. L.; OLBERTZ, H. (eds.) *Casebook in Functional Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 2013, p. 277-300.

OLBERTZ, H. G. *Periphrastic expressions of non-epistemic modal necessity in Spanish: a semantic description*. 2016. Disponível em: <<http://zip.net/bhtFDy>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

PAJARES, D. P. *La construcción discursiva de Podemos en la prensa digital española*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Vigo, Espanha, 2015. Disponível em: <<http://zip.net/bttJBL>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

SANTOS GARGALLO, I. *Lingüística aplicada a la enseñanza/aprendizaje del español como lengua extranjera*. Arco/Libro: Madrid, 1999.

SANTOS, V. C. *Intenção e desejo: os usos de querer com implicaturas de futuridade*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <<http://zip.net/bxtHTW>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

SEDANO, L. H. *Un acercamiento a la gramática de los verbos volitivos, de influencia e psicológicos*. 2006. Disponível em: <<http://zip.net/bctsg4>> Acesso em: 16 mar. 2016.

SOUSA, F. C. Pesquisa funcionalista sobre: volição, futuridade, irrealis nas construções com o verbo querer. In: DERING, R. O. *Intersecções nos Estudos de Linguagem e Sociedade*. Digital Books Editora: Goiás, 2013. Disponível em: <<http://zip.net/bbtHPS>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

SILVA, E. S. *A propaganda publicitária e sua significação no símbolo coletivo: análise discursiva de propagandas publicitárias do governo Dilma*. 2013. Disponível em: <<http://zip.net/bttLDy>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

TOPOR, M. *Perífrasis verbales del español y rumano un estudio contrastivo*. Tese de Doutorado. Universidade de Lleida, Espanha, 2011. Disponível em: <<http://zip.net/bktsjX>> Acesso em: 18 mar. 2016.

VARGAS, S. L.; MAGALHÃES, L. M. *O gênero tirinhas: uma proposta de sequência didática*. 2012. Disponível em: <<http://zip.net/bwtJnn>>. Acesso em: 19 mai. 2017.

A significação no ensino de inglês: um foco nos diferentes usos da preposição to

Meaning in English Teaching:
focus on different uses of the preposition to

Patrícia dos Reis

Resumo

O presente artigo apresenta uma atividade proposta a alunos de inglês, envolvendo diferentes usos da preposição *to*. O desempenho dos alunos pôde ser explicado, segundo teorias de aquisição de linguagem como as de Krashen (1985) e estudos sobre Linguística Funcional. Nosso estudo pretendeu enfatizar que para dar significação às palavras, precisamos apresentar aos aprendizes da língua, seus possíveis usos, em contextos diferentes.

Palavras-chave: Língua Estrangeira. Uso. Função.

Abstract

The current article presents an activity proposed to English students, involving different uses of the preposition *to*. Students' performance could be explained, according to language acquisition theories such as Krashen's (1985) and studies on Functional Linguistics. Our study intended to emphasize that to give meaning to words, we need to present to language learners, their possible uses, in different contexts.

Keywords: Foreign Language. Use. Function.

1. Introdução

Bakhtin (Volochínov), em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, aborda em um dos seus capítulos, a questão do “Tema e significação na Língua”. Para exemplificar a importância do tema, o autor aponta a impossibilidade de “designar a significação de uma palavra isolada (por exemplo, no processo de ensinar uma língua estrangeira) sem fazer dela o elemento de um tema, isto é, sem construir uma enunciação, um ‘exemplo’” (BAKHTIN, 1981, p. 129). Não há tema sem significação, assim como não há significação sem um tema. Bakhtin complementa:

O tema é um sistema de signos dinâmico e complexo, que procura adaptar-se adequadamente às condições de um dado momento da evolução. O tema é uma reação de um dado momento da evolução. O tema é uma reação da consciência em devir ao ser em devir. A significação é um aparato técnico para a realização do tema. Bem entendido, é impossível traçar uma fronteira mecânica absoluta entre a significação e o tema (BAKHTIN, 1981, p. 129).

É a partir dessa definição de tema, que Bakhtin segue afirmando que é impossível designar a significação de uma palavra isolada, sem construir uma enunciação. É difícil para um aprendiz de língua inglesa, por exemplo, compreender o significado de *does*, sem observá-lo em uma enunciação. Conhecendo seu uso, como em *Does she drive?* ou em *Does he*

work?, aplicado a contextos específicos, o aprendiz começa a compreender a sua função e a sua significação.

Considerando a importância da enunciação, do exemplo, no processo de ensino de uma língua estrangeira é que realizamos um estudo envolvendo alunos de inglês, de nível intermediário, no qual estes foram estimulados a produzir enunciados utilizando a preposição *to*. O objetivo foi observar como os alunos haviam internalizado o uso do *to* e como o utilizariam na produção escrita.

O motivo da escolha da preposição *to* foi baseado nas dúvidas mais frequentes de alunos iniciantes, principalmente de alunos de Inglês Instrumental, que na maioria das vezes não conhecem estruturas básicas da língua. Esses alunos geralmente querem saber as traduções das palavras, sentem-se mais seguros quando sabem que *when* significa quando e *where* significa onde, por exemplo. No entanto, quando dúvidas surgem em relação ao *to*, somente a enunciação, o tema apontado por Bakhtin, poderá designar a significação do termo.

No caso de alunos já expostos à língua inglesa há algum tempo, dúvidas quanto ao significado do *to* já não são tão constantes, pois o contato com a língua já lhes mostrou a multiplicidade do seu uso e a frequência das suas ocorrências. Para esses alunos o *to* não seria tão misterioso como para o aluno de inglês instrumental. Assim, realizamos nosso estudo com um grupo de alunos de nível intermediário, com uma produção escrita em língua inglesa satisfatória para a análise linguística que propomos.

2. Pressupostos teórico-metodológicos

Essa pesquisa apresenta o resultado de um trabalho realizado com dez alunos participantes de um curso de extensão universitária do Centro de Estudos Superiores de Parintins da Universidade do Estado do Amazonas. O curso teve como objetivos preparar alunos interessados em realizar exames de proficiência em língua inglesa para participação em programas de mobilidade internacional. O curso foi aberto para alunos da universidade e para alunos do ensino médio das escolas públicas de Parintins. Dez destes alunos se disponibilizaram a fazer parte deste estudo, no qual foram orientados a elaborar orações com usos do *to*.

A atividade foi desenvolvida em três etapas: a primeira foi o momento de produção, a segunda foi o momento de enriquecimento linguístico através do estudo dos usos do *to*, pelo dicionário *Longman* e a terceira foi a verificação da compreensão dos novos usos. As atividades foram desenvolvidas em sala de aula, envolvendo exclusivamente o grupo de dez alunos acima mencionados.

Para a realização do nosso trabalho, consideramos importante nos apoiarmos na Linguística Funcional, com sua perspectiva baseada no uso, valorizando o contexto na construção do significado. Também consideramos relevantes os estudos de Krashen (1985) e sua hipótese do *input* na aprendizagem de uma segunda língua. No decorrer deste artigo mostraremos como esses pressupostos teóricos dão embasamento ao nosso estudo.

2.1. Krashen e a hipótese do input

Para Krashen (1978), a aquisição de uma segunda língua acontece de forma consciente ou inconsciente:

O modelo de desempenho de segunda língua, denominado modelo monitor, postula que o ator da segunda língua pode “interiorizar” regras da língua alvo por meio de um dentre dois sistemas: uma forma implícita, denominada *aquisição* inconsciente da língua, e uma forma explícita, *aprendizagem* consciente da língua (KRASHEN, 1978, p.1).

Para que essa aquisição aconteça, é preciso que o aprendiz receba continuamente um insumo linguístico, denominado por Krashen (1978) como *intake*. Para ele, o *intake* é sequenciado: vai progressivamente ficando mais complexo. “Em termos mais formais, se o aprendiz está no estágio *i* na aquisição da sintaxe, ele pode progredir para o estágio *i + 1* ao compreender o *input* naquele nível de complexidade” (KRASHEN, 1981, p.103).

Assim, podemos afirmar que a competência em língua estrangeira ocorre após muitos *intakes*, tendo os aprendizes dos níveis mais avançados, um histórico de *intakes* bem maior que os aprendizes iniciantes. Isso explica a “limitação” de alunos de nível básico em suas tarefas de produção escrita ou oral. É de acordo com o input compreensível, que o aprendiz produzirá seus discursos na língua alvo. Segundo Krashen, a gramática necessária para essa produção surgirá:

Se há uma quantidade suficiente de *input* e ele é compreensível, a gramática necessária é fornecida. O professor não precisa, tentar de forma deliberada, ensinar a

próxima estrutura ao longo da ordem natural – ela será provida na quantidade de exata e será automaticamente revisada se o aprendiz receber uma quantidade suficiente de *input* compreensível (KRASHEN, 1985, p. 2).

Em nosso estudo, observamos como a hipótese do *input*, serve para explicar o desempenho dos nossos alunos na atividade proposta. Embora o processamento interno da linguagem dependa de questões cognitivas, ele, em parte, pode ser explicado pela hipótese de Krashen que aqui apresentamos.

2.2. Funcionalidade e Uso

Ao utilizarmos o Dicionário *Longman* como ferramenta de ensino em nosso estudo, observamos como ele é funcional ao apontar os diversos usos da preposição *to*, através de contextualizações dos usos e não somente através de uma mera definição ou tradução do termo. Como exemplificação, consideremos um verbete do dicionário e vejamos como ele é apresentado:

Go ahead: **1.** To start do do something, especially after planning it or asking permission to do it: [+ which] They've decided to go ahead with plans to build 50 new houses on the site. / **go ahead and do sth:** I went ahead and arranged the trip anyway. **2.** If an event or process goes ahead, it happens: A judge has ruled that the music festival can go ahead. **3.** *Spoken* used to give someone permission to do something or let them speak before you: Do you mind if I open the window? No, go ahead. / If you want to leave, **go right ahead** (LONGMAN, 2012, p. 747).

Além de explicar em que situações usamos a expressão *go ahead*, o dicionário aponta no terceiro caso, um exemplo utilizado no discurso oral (*spoken*). É para esse aspecto do dicionário que voltamos nossa atenção. Como em uma Gramática de Usos, a comunicação oral é considerada na elaboração dos exemplos.

Matos (2012), ao tratar da questão da oralidade, principal foco do seu artigo, enfatiza que a Gramática de Usos do Português (MOURA NEVES, 2000), ao contrário das gramáticas tradicionais que prezam pela norma padrão e pelo registro escrito, é uma obra que aborda as utilizações mais práticas e usuais de expressões idiomáticas e palavras. Nesse sentido o Dicionário *Longman* se aproxima da Gramática de Usos por também ser uma fonte de exemplos de utilizações práticas da língua inglesa, sendo assim uma ferramenta funcional no ensino do idioma. Segundo Matos (2012), uma gramática que apresenta os elementos da língua a partir dos usos dos seus falantes representa um desafio:

Chamamos de desafio porque qualquer esforço no sentido de apresentar de forma mais ou menos sistematizada aquilo que ocorre no uso efetivo da língua oral está sujeito aos “desmandos” dos usuários que fazem suas escolhas conforme seus interesses. Entretanto, conforme menção anterior, o paradigma funcional se acomoda tranquilamente a este tipo de constatação o que dá a *Gramática de Usos do Português*, não apenas um viés prático e ilustrativo, mas um viés teórico auto-sustentável (MATOS, 2012, p. 164).

Da mesma forma, enfatizamos não só o lado prático e ilustrativo do Dicionário *Longman*, mas também a sua aplicabilidade aos estudos da Linguística Funcional.

3. Resultados/Discussão

Nosso estudo se desenvolveu em três etapas. Inicialmente pedimos ao grupo que escrevesse orações utilizando *to*. As orações produzidas por cada aluno encontram-se no anexo desse artigo e são apresentadas da forma como foram escritas, sem nenhuma correção. Aqui focalizaremos algumas das frases produzidas com o intuito de analisar os usos do *to* identificados. Os dois casos mais recorrentes foram o *to* como marca de infinitivo e como preposição indicadora de direção ou destino. O grande número de usos dessas duas funções do *to* nos revela que talvez os alunos não tenham recebido uma quantidade de *input* compreensível o suficiente para elaborar outros tipos de frases.

Notamos que na maioria das orações, o *to* foi utilizado como marca de infinitivo, ou seja, precedendo os verbos principais, como em “I want **to** eat cake”, “I need **to** go to another desk” and “I’m going **to** travel”. O uso dessas formas ocorre automaticamente para o aprendiz que internalizou o uso do ‘want’, ‘need’ e ‘going’ sempre seguido por um verbo na forma infinitiva com o *to*.

Alguns enunciados escritos pelos alunos são trechos de músicas ou filmes como em “Used **to** love her. But I had **to** kill her”. Nesse caso o aluno desenhou um símbolo musical após a frase. Trata-se de um trecho de uma música da banda americana *Guns’n’roses*. Foram também citados trechos da música *One Thousand Years*, trilha sonora de uma das sagas populares entre os adolescentes. É importante citar esses casos para mostrar que muitos enunciados que dão sentidos aos usos da língua inglesa, por jovens aprendizes, são ouvidos em situações de lazer, desvinculadas de ambientes formais de aprendizagem. A oralidade é um forte veículo nesse processo.

O segundo caso com maior ocorrência na produção escrita dos alunos, foi o uso do *to* para indicar a direção ou destino de algo. Como exemplo, citamos “*I went from Êxito to UEA today*”, “*When I go to London*” e “*I’ll travel to Japan*”. Em dois casos, observamos a troca do *to* pelo *for*, confusão comum entre aprendizes de inglês, falantes nativos do português. Em “*I want to go for my home*” e “*I need to go for my home*” os alunos encontraram em *for*, o equivalente “para” em português. Para estes, “ir para minha casa”, seria *go for my home*. Na verdade, nem o *to*, nem o *for* seriam necessários nesse contexto, já que o equivalente em inglês seria *go home*, sem preposição.

Outros casos, em que a preposição *to* é desnecessária, são observados, como em “*Thank you for come to here*”. Da mesma forma são observados casos em que o *to* deveria aparecer, mas é omitido: “*I like to listen [] music*” e “*I listen [] music to relax*”.

O que mais nos chamou a atenção nas frases coletadas é a grande ocorrência dos dois casos acima citados em meio a várias outras possibilidades de uso. Tais ocorrências nos levam a pensar que os alunos, ao longo dos anos em que vêm estudando inglês, internalizaram certos usos mais que outros ou foram expostos a certos usos com mais frequência. Assim, buscamos em Krashen (1985) uma explicação para o ocorrido e vimos que a hipótese do *input* serve para justificá-lo.

A segunda etapa do estudo não foi voltada para produção e sim para a aquisição de novos usos pelos alunos participantes da pesquisa. Nessa aula, os alunos foram apresentados às funções do *to* listadas pelo Dicionário *Longman*. Ao todo são listados vinte e dois usos da preposição. Entre eles estão:

1. Usado para dizer para onde algo ou alguém vai: *She stood up and walked to the window.*

2. Usado para dizer quem recebe algo: *He sent presents **to** the children.*
3. Usado para dizer em que estado algo ou alguém se encontra, como resultado de uma ação ou mudança: *Wait until the lights turn **to** green.*
4. Usado para dizer que uma coisa está tocando outra: *They danced cheek **to** cheek.*
5. Usado para mostrar a relação com alguém ou algo: *George's wife was married **to** an Italian.*
6. Usado para dizer para quem alguém trabalha: *Jane is secretary **to** the managing director.*
7. Usado para comparar duas coisas, números, etc: *England beat Scotland by two goals **to** one.*

Podemos observar uma abordagem funcionalista na forma como o Dicionário Longman apresenta os significados de *to*. É uma apresentação centrada no uso, que contextualiza a palavra, facilitando o seu entendimento.

Depois de expostos à variedade de usos do *to*, os alunos foram encorajados a escrever novas orações baseadas nos exemplos apresentados. Nenhuma explicação gramatical foi dada, apenas propomos que em grupo, os alunos formulassem novas orações. Como resultado, tivemos as seguintes frases: “*I am not going to show anybody the present that I bought **to** my friend*”, “*The result of the game was seven **to** one*” e “*My brother is married **to** Karol*”. Esses exemplos ilustram três casos apontados

pelo dicionário: o uso para indicar quem recebe algo, o uso para comparar dois números e o uso para indicar relação entre as pessoas. As novas frases criadas pelos alunos, nas quais os usos do *to* se aproximam dos exemplos dados pelo dicionário, podem ser explicadas pela cognição e pela teoria de Krashen, que afirma que a gramática é fornecida quando há uma quantidade suficiente de *input* compreensível (KRASHEN, 1985).

4. Conclusão

Nosso estudo nos levou às seguintes conclusões:

1. O grande número de ocorrência do uso do *to* como marca de infinitivo e preposição indicadora de direção, em contraste com os outros usos nos faz crer que os alunos internalizaram mais facilmente determinadas funções do *to*, o que nos leva a considerar a hipótese do *input*, de Krashen (1985), em nosso estudo. A quantidade de *input* compreensível não foi suficiente para uma produção escrita mais ampla, limitando os usos do *to*.
2. O Dicionário *Longman* nesse experimento revela o quanto a compreensão de um termo pode ser facilitada através da análise dos seus usos. Assim consideramos importante para o nosso trabalho os estudos sobre as Gramáticas Funcionais e de Uso, que se assemelham ao Dicionário *Longman* por seu caráter funcional e valorização da oralidade, na explicação dos termos.
3. Por último, analisamos o *feedback* dos alunos após o estudo dos usos no dicionário. Sem nenhuma explicação gramatical, propriamente dita, os alunos produziram novas orações em

que o *to* realizava novas funções, como aquelas apontadas no dicionário. Ao serem apresentados a outros usos do *to*, os alunos certamente despertaram conhecimentos anteriormente adquiridos que no momento da primeira atividade não vieram à tona. Depois de reverem alguns usos, supostamente já conhecidos, conseguiram elaborar novas orações. Uma explicação para o desempenho satisfatório dos alunos, ao desenvolverem a atividade sem passar por explicações gramaticais, seria a da função cognitiva dos seus cérebros. Ao conhecerem um determinado uso, criaram suas próprias regras e a partir delas produziram novas orações. Para confirmarmos essas hipóteses, seria necessário realizarmos um estudo baseado na Linguística Cognitiva. No entanto, neste artigo nos limitamos à Linguística Funcional e aos estudos de Krashen, deixando a questão cognitiva para futuras investigações.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail (Volochínov, V. N.). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

FENG, Zhiwen. Functional Grammar and Its Implications for English Teaching and Learning. In: *English Language Teaching*. Vol. 6. No. 10. 2013.

GO AHEAD. In: *LONGMAN Dictionary of Contemporary English*. Essex: Pearson Education Limited, 2012. p. 747.

KRASHEN, S. D. *Second language acquisition and second language learning*. New York: Prentice Hall, 1981.

_____. *The input hypothesis: issues and implications*. London; New York: Longman, 1985.

_____. The Monitor Model for Second Language Acquisition. In: GINGRAS, R. C. (org.). *Second-Language acquisition & foreign language teaching*. Washington: Center for Applied Linguistics, 1978. p. 1-26.

LONGMAN Dictionary of Contemporary English. Essex: Pearson Education Limited, 2012.

MATOS, Denilson Pereira de. Uma abordagem funcional para o estudo da oralidade. In: SIMÕES, Darcilia et al. (orgs.). *Língua Portuguesa e ensino: reflexões e propostas sobre a prática pedagógica*. São Paulo: Factash Editora, 2012, p. 159-191.

MOURA NEVES, M. H. M. A gramática de usos é uma gramática funcional. São Paulo: *Alfa*, 41, p. 15-24, 1997.

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

SIMÕES, Darcília et al. (orgs.). *Língua Portuguesa e ensino: reflexões e propostas sobre a prática pedagógica*. São Paulo: Factash Editora, 2012.

ANEXOS

Apresentamos a seguir as frases formuladas por dez estudantes de inglês, em resposta ao seguinte comando: Escreva frases em inglês, utilizando a preposição *to*.

Obs.: Estas frases são aqui apresentadas como foram escritas, sem nenhuma correção.

Aluno 1:

1. I go to school.
2. Can I go to the bathroom?
3. I like to listen music.

Aluno 2:

1. Do you go to travel?
2. I don't know what to do.
3. A history of father to son.
4. Face to face with the best.
5. The Fenix born ashes to ashes.
6. Welcome to the show. Welcome to the dreamland.

Aluno 3:

1. Read is a good thing to do.
2. I want to go for my home.
3. I need to do a homework.
4. I listen music to relax.
5. I know that you want to eat this cake.
6. He's like a father to you.
7. My sister likes to do exercises.
8. I want to learn more one language.
9. I have a surprise to you.

Aluno 4:

1. Can I go to the bathroom?
2. To walk/ to write/ to... (verbs)
3. I go to the beach/Paris
4. I'm back to my house.
5. I'll travel to Japan.
6. "How can I love when I afraid to fall?" (A thousand years)
7. Time has brought your heart to me..." (A thousand years).
8. I'm go to back home.
9. "Love is not a place, to come and go when as we please. It's a house we enter in, then commit to never leave" (Love is not a fight).

Aluno 5:

1. How to love?
2. I want to singer this song!
3. I want to forget to you.
4. I need to rest!
5. We go to run!
6. You can to believe?

Aluno 6:

1. Welcome to my life.
2. Welcome to my cyte.
3. Welcome to the best class.
4. I'm going to travel.
5. I'm go back to my home.
6. I have to go.
7. Thank you for come to here.

Aluno 7:

1. I want to be a doctor.
2. I need to talk to you.
3. My dream is to do travel in all country.
4. I want to know if you like me.
5. Nice to meet you!
6. When I go to London, I go to live with you.
7. If you call me, I go to you.
8. How the moon can to talk to me?

Aluno 8:

1. Cruzeiro is going to win Atlético again.
2. Used to love her. But I had to kill her.
3. I went from Êxito to UEA today.
4. I want to eat a lot of pizza, but the bakery's closed.
5. I need to go to another desk. It's cold here.

Aluno 9:

1. 10. I would like to be rich, because I want to do every things that I like.
2. 11. I need to know what are you doing here?
3. 12. Do you need help to make this table?
4. 13. I want to travel to China, because it's the best place to train table tennis.
5. 14. It's a pleasure to participate of this English course and I think it's very important to my future.

Aluno 10:

1. I'm going to travel to Brazil.
2. I want to eat cake.
3. I need to go for my home.
4. I have to make my homework.
5. We need to talk with you.
6. Nice to meet you.
7. He likes to read a lot of books.
8. They go to singer in a party.



SEDISUFRRN
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Este livro foi produzido
pela equipe editorial da
Universidade Federal
do Rio Grande do Norte

